UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA-UNESP
Faculdade de ciências e letras -Campus de Assis

BERNO LOGIS

NEM NAPOLEÃO, NEM OS ILUMINISTAS: O CONTRADISCURSO DA REVOLUÇÃO HAITIANA ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES (1799-1815)

ASSIS
2026

BERNO LOGIS

NEM NAPOLEÃO, NEM OS ILUMINISTAS: O CONTRADISCURSO DA REVOLUÇÃO HAITIANA ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES (1799-1815)

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção de título de Doutor em História

Área de Conhecimento: História e Sociedade

Orientadora: Profª. Drª.

Lucia Helena Oliveira Silva

Assis
2026

L832n

Logis, Berno
Nem Napoleão, nem os Iluministas : o contradiscurso da Revolução Haitiana entre rupturas e continuidades (1799-1815) / Berno Logis. -- Assis, 2026
215 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Lucia Helena Oliveira Silva

1. Revolução Haitiana. 2. Mulheres. 3. colonialismo. 4. Jean-Jacques Dessalines. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE BERNO LOGIS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 05 de maio de 2026, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de BERNO LOGIS, intitulada "NEM NAPOLEÃO, NEM OS ILUMINISTAS: O CONTRADISCURSO DA REVOLUÇÃO HAITIANA ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES (1799-1815) ". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs, Prof(a). Dr(a). EVERALDO DE OLIVEIRA ANDRADE (Participação Virtual) do(a) Universidade de São Paulo (USP), Prof. Dr. FLAVIO DOS SANTOS GOMES (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Prof. Dr. CARLOS ALBERTO SAMPAIO BARBOSA (Participação Virtual) do(a) UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs, Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES (Participação Virtual) do(a) UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs, Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: aprovado . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA

À memória da minha mãe, Violette Logis,
Partiu cedo demais, mas permanecerá para sempre em nossos corações. Sua força, seu amor e sua lembrança continuarão a me acompanhar em cada etapa desta jornada. Este trabalho é dedicado a você, com todo o meu respeito e carinho**.**

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, especialmente a Akpedje Dagbovie pelo amor, apoio incondicional e compreensão nos momentos mais difíceis; à minha filha Violette-Nola que mudou completamente a minha vida; a Yoram, seu irmão; e à Adjoko, sua avó, pelo apoio constante. Vocês foram a minha base e a minha motivação para continuar.

Às minhas irmãs, Francelène Joseph e seus filhos, Viona Joseph e seu filho, mesmo estando longe, sempre se fizeram presentes.

À minha orientadora, Professora Dra. Lucia Helena Oliveira Silva, pela orientação dedicada, pela paciência, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2020/15438-5

Aos meus amigos Dieumettre Jean e Frantz Rousseau Déus pelo apoio, encorajamento e pelos momentos de compreensão durante todo o processo.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação, pelos ensinamentos, pelas trocas de conhecimento e pelo incentivo ao longo desta caminhada acadêmica.

Ao professor Marco Morel pela disponibilidade e sobretudo, por ter me doado uma quantidade significativa de livros sobre o tema da minha pesquisa.

À professora Dominique Deslandres por ter me recebido como estagiário no departamento de história da Universidade de Montréal entre setembro e dezembro de 2022

Ao *Centre International de Documentation et d'Information Haïtienne, Caribéenne et Afro-Canadienne* (CIDIHCA), pelo acesso a documentação importante para esta pesquisa.

Ao historiador Frantz Voltaire e ao pesquisador Patrick Tardieu, que me auxiliaram e me permitiram acessar textos importantes para a redação desta tese.

Ao meu amigo Grégory Léoné, que me orientou na consulta aos arquivos da *Bibliothèque numérique des Caraïbes (dLOC).*

Aos meus amigos Paul Augustin Monsanto, Romestil Marc Donald, a toda equipe da "CLOC"

Aos funcionários da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em especial aos da biblioteca, e ao Márcio José Gusmão Carvalho da STAEPE.

A todos que, de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa analisa as ações políticas ocorridas durante o processo revolucionário haitiano entre 1791 e 1804 em diálogo com o contexto da era napoleônica instaurada na França entre 1799 e 1815. A partir da consolidação do consulado e, posteriormente do governo imperial francês, o regime colonial passou por profundas transformações, afetando diretamente a antiga colônia de Saint-Domingue-Haiti e intensificando os conflitos em torno do fim da escravidão, a da independência. Nesse contexto, líderes negros como Toussaint Louverture, Jean-Jacques Dessalines, Sanité Bélair e outros empregaram estratégias políticas, militares e jurídicas para enfrentar as tentativas do governo francês de restabelecer e fortalecer o sistema colonial-escravista. O trabalho busca compreender de que maneira essas lideranças organizaram as formas de resistência e de construção política diante das decisões do consulado francês e das ações de Napoleão Bonaparte em relação às colônias. Analisamos as correspondências trocadas entre líderes revolucionários e autoridades francesas além de documentos oficiais, como decretos, leis e constituições produzidos ao longo do período estudado. A abordagem adotada procura destacar não apenas os conflitos militares, as dimensões políticas e jurídicas da Revolução Haitiana, mas também procurar dar visibilidade a participação feminina nesse processo. Como também visa valorizar a trajetória de Jean-Jacques Dessalines como uma das figuras centrais da Revolução Haitiana, proponho uma reflexão crítica sobre narrativas históricas ocidentais que, durante muito tempo minimizaram o papel desempenhado por ele nas lutas pela emancipação, pelo fim da escravidão e pela ruptura com o colonialismo europeu nas Américas.

Palavras-chave: Revolução Haitiana; Mulheres; colonialismo; Jean-Jacques Dessalines

ABSTRACT

This research investigates the political actions and strategies developed during he Haitian Revolutionary process between 1791 and 1804 within the context of the Napoleonic era in France (1799–1815). Following the establishment of the Consulate and, subsequently, the French Empire, profound transformations occurred within the colonial regime, directly affecting the former colony of Saint-Domingue (later Haiti) and intensifying disputes over the abolition of slavery and the struggle for independence. Within this context, Black revolutionary leaders such as Toussaint Louverture, Jean-Jacques Dessalines, and Sanité Bélair, among others, employed political, military, and legal strategies to confront French attempts to restore and reinforce the colonial slave system. This study seeks to understand how these leaders' organized forms of resistance and political authority in response to the policies of the French Consulate and the colonial agenda pursued by Napoleon Bonaparte. The research analyzes official correspondence between revolutionary leaders and French authorities, as well as decrees, laws, constitutions, and other governmental documents produced throughout the period under examination. By emphasizing not only military conflicts but also the political and legal dimensions of the Haitian Revolution, the study highlights the complex processes of state-building, emancipation, and resistance. Particular attention is given to the participation of women, whose contributions have often been marginalized in traditional historical narratives. Furthermore, by foregrounding the trajectory of Jean-Jacques Dessalines as a central figure in the Haitian Revolution, this research proposes a critical reassessment of Western historiography, which has frequently minimized his role in the struggles for emancipation, the abolition of slavery, and the rupture with European colonialism in the Americas

Keywords: Haitian Revolution; Women; Colonialism; Jean-Jacques Dessalines**.**

RÉSUMÉ

Cette recherche analyse les actions politiques menées durant le processus révolutionnaire haïtien entre 1791 et 1804, en dialogue avec le contexte de l'ère napoléonienne instaurée en France entre 1799 et 1815. À partir de la consolidation du Consulat puis du gouvernement impérial français, le régime colonial a connu de profondes transformations, affectant directement l'ancienne colonie de Saint-Domingue-Haïti et intensifiant les conflits autour de l'abolition de l'esclavage et de l'indépendance. Dans ce contexte, des dirigeants noirs tels que Toussaint Louverture, Jean-Jacques Dessalines, Sanité Bélair et d'autres ont mobilisé des stratégies politiques, militaires et juridiques afin de faire face aux tentatives du gouvernement français de rétablir et de renforcer le système colonial esclavagiste. Cette recherche vise à comprendre de quelle manière ces leaders ont organisé les formes de résistance et de construction politique face aux décisions du Consulat français et aux actions de Napoléon Bonaparte à l'égard des colonies. Nous analysons les correspondances échangées entre les leaders révolutionnaires et les autorités françaises, ainsi que des documents officiels tels que des décrets, des lois et des constitutions produits au cours de la période étudiée. L'approche adoptée vise à mettre en lumière non seulement les conflits militaires ainsi que les dimensions politiques et juridiques de la Révolution haïtienne, mais également à donner de la visibilité à la participation des femmes dans ce processus. En outre, en cherchant à valoriser le parcours de Jean-Jacques Dessalines comme l'une des figures centrales de la Révolution haïtienne, cette recherche propose une réflexion critique sur les récits historiques occidentaux qui, pendant longtemps, ont minimisé le rôle qu'il a joué dans les luttes pour l'émancipation, l'abolition de l'esclavage et la rupture avec le colonialisme européen dans les Amériques.

Mots-clés : Révolution haïtienne ; Femmes ; colonialisme ; Jean-Jacques Dessalines.

REZIME

Rechèch sa a analize aksyon politik ki te fèt pandan pwosesis Revolisyon Ayisyen an ant 1791 ak 1804, an relasyon ak kontèks epòk napoleyonyèn ki te etabli an Frans ant 1799 ak 1815. Depi Konsila a te vin tabli epi apre sa gouvènman enperyal franse a, rejim kolonyal la te sibi gwo transfòmasyon ki te afekte dirèkteman ansyen koloni Sen Domeng-Ayiti, pandan konfli yo sou kestyon abolisyon esklavaj ak endepandans lan te vin pi fò toujou. Nan kontèks sa a, lidè nwa tankou Toussaint Louverture, Jean-Jacques Dessalines, Sanité Bélair ak lòt ankò te itilize estrateji politik, militè ak jiridik pou fè fas ak tantativ gouvènman franse a ki t ap chèche retabli epi ranfòse sistèm kolonyal ak esklavajis la. Rechèch la chèche konprann kijan lidè sa yo te òganize diferan fòm rezistans ak konstriksyon politik devan desizyon Konsila franse a ak aksyon Napoléon Bonaparte te pran konsènan koloni yo. Nou analize korespondans ki te fèt ant lidè revolisyonè yo ak otorite franse yo, ansanm ak dokiman ofisyèl tankou dekrè, lwa ak konstitisyon ki te pwodwi pandan peryòd etidye a. Apwòch rechèch la chèche mete an limyè pa sèlman konfli militè yo ansanm ak dimansyon politik ak jiridik Revolisyon Ayisyen an, men tou bay plis vizibilite ak patisipasyon fanm yo nan pwosesis sa a. Anplis de sa, pandan rechèch la ap chèche valorize trajektwa Jean-Jacques Dessalines kòm youn nan figi santral Revolisyon Ayisyen an, li pwopoze yon refleksyon kritik sou narasyon istorik oksidantal yo ki, pandan lontan, te minimize wòl li te jwe nan batay pou emancipasyon, pou fen esklavaj ak pou kraze sistèm kolonyalis ewopeyen an nan Amerik yo.

Mo kle: Revolisyon Ayisyèn ; Fanm ; kolonyalis ; Jean-Jacques Dessalin

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

A) RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: INSTRUMENTOS DO JOGO COLONIAL..... 13

B) PROBLEMATIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO CORPUS DE ESTUDO..... 24

C) PERÍODO REVOLUCIONÁRIO HAITIANO E A ERA NAPOLEÔNICO..... 33

D) TEXTOS FUNDAMENTAIS E FONTES..... 34

PARTE -I..... 36

NEM NAPOLEÃO, NEM OS ILUMINISTAS..... 36

RESISTÊNCIAS E REVOLTAS..... 37

AS MINIMIZADAS DA REVOLUÇÃO..... 68

SUZANNE OU SANITE BELAIR..... 70

VICTORIA ADBARAYA MONTOU, TOYA..... 76

MARIE SAINTE DÉDÉE BAZILE- "DÉFILÉE LA FOLLE 79

MARIE-JEANNE LAMARTINIÈRE..... 83

SOLITUDE, LA MULÂTRESSE..... 90

INVISÍVEL AOS OLHOS..... 92

A) MARGUERITE PAGEOT 92

B) MARIE-CLAIRE HEUREUSE FÉLICITÉ BONHEUR..... 98

JEAN-JACQUES DESSALINES, VIDA E PERCURSO 102

CARREIRA MILITAR..... 105

CRÊTE À PIERROT..... 109

UM LÍDER DE FACTO NO COMANDO..... 118

UM LÍDER LEGÍTIMO 129

PARTE II 132

A BATALHA DE VERTIÈRES: A ÚLTIMA LUTA 132
PREPARATIVOS PARA O VERTIÈRES 134
VERTIÈRES 147
E APÓS VERTIÈRES? 155
CRIME DE NAPOLÉON: ANÁLISE E COMENTÁRIOS 164
APRESENTAÇÃO DA OBRA: 164
NOTAS SOBRE LIVRO *LE CRIME DE NAPOLÉON* (2005) 165
CRÍTICA DO HISTORIADOR PIERRE NORA A CLAUDE RIBBE; 168
RESPOSTA DE PIERRE BRANDA A OBRA DE CLAUDE RIBBE; 169
SÍNTESE DA OBRA ESCRITA EM COAUTORIA POR PIERRE ELENTZ.....171
ANÁLISE E COMENTÁRIOS..... 174
PARTE III- AS POLÍTICAS NAPOLEÔNICAS ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES 180
ORIGEM DA "INDENIZAÇÃO" 187
INDEMNIZAÇÃO NÃO: UMA RANÇON ("EXTORSÃO") IMPOSTA 190
PERCEPÇÃO DA *RANÇON* NOS DEBATES CONTEMPORÂNEOS 192
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 195
RUPTURA NÃO FOI APENAS RADICAL; FOI COMPLETA, TOTAL..... 203
A ESSÊNCIA DA RUPTURA..... 205
FONTES..... 209
REFERÊNCIAS 210

INTRODUÇÃO

a) Religião e Educação: instrumentos do jogo colonial

Na minha juventude, aprendi na escola e nos livros didáticos publicados pela organização católica *Frères de l'Instruction Chrétienne* -FIC[1] - [Irmãos da Instrução Cristão-FIC] - que Cristóvão Colombo, um italiano a serviço da Espanha havia descoberto a América. Que aportou na Ilha do Ayiti, em *Môle Saint Nicolas*, no dia 5 de dezembro de 1492, onde foi erguida uma cruz, representando o cristianismo. Uma bênção divina, *un envoyé de Dieu* [um enviado de Deus]. A narrativa colonial presente nos livros didáticos, juntamente com a realidade de um Estado falido e colonizado, levou a minha geração a considerar o dia 5 de dezembro como um feriado nacional. Isso implica que essa geração celebrava a data por muitos anos, tratando os invasores como se fossem libertadores.

A batalha de Vega Real[2] demonstrou que nem a resistência[3] de Caonabo, nem a conversão ao catolicismo romano puderam impedir a exterminação[4] do povo Taîno. Também aprendi que, após a assinatura do Tratado de Ryswick pela Espanha e França, no final do século XVII, a ilha em questão foi dividida em duas partes. Desse modo, a parte oriental ficou sob o controle da Espanha e recebeu o nome de Hispaniola, enquanto a porção ocidental foi entregue à França e passou a ser chamada de *Saint Domingue*. O colonialismo deixou cicatrizes e definiu limites. Discursos hegemônicos oficializaram e legitimaram marcas e delimitações. A chegada dos colonizadores europeus em 1492 causou separação, divisão e apagamento. A separação, que foi o primeiro passo do processo ocorreu por meio de tratados e leis, renomeando os territórios com nomes europeus, ou seja, nomes coloniais. Como resultado desse processo, houve o apagamento não só dos antigos nomes, culturas e modos de vida dos habitantes originários, mas também dos próprios habitantes ao longo do tempo. Em outras palavras, as

---

[1] Frères de l'Instruction Chrétienne-FIC. A comunidade dos Irmãos da Instrução Cristã foi fundada na França, em 1819 e se estabeleceu mais tarde no Canadá, na província de Quebec em 1886

[2] A Batalha de La Vega Real, ocorrida em 24 de março de 1495, na ilha de Ayiti batizada de Hispaniola, foi um confronto decisivo entre as tropas de Cristóvão Colombo e uma coalizão de Taínos. Os espanhóis, fortemente armados, dizimaram as forças indígenas, pondo fim definitivo à resistência organizada e marcando o início da submissão da ilha.

[3] Caonabo era um cacique *Taino* da Ilha do Ayiti, atualmente agrupa Haiti e República Dominicana. Em retaliação aos maus tratos ao povo *Taino*, Caonabo liderou ataques contra os espanhois , incluindo um ataque a *La Navidad* que deixou 39 espanhois mortos. Sua captura em 1494 levou ao primeiro levante nativo contra o domínio espanhol no continente. Caonabo morreu em cativeiro espanhol.

[4] Há um debate relativo ao uso de "exterminação da população indígena da América". Exterminar pressupõe um genocídio, portanto, segundo o historiador francês Olivier Pétrau-grenouille, o uso do conceito etnocídio seria mais adequado, visto que o objetivo dos europeus não era exterminar o povo nativo de forma física. A eliminação física se deu devido ao processo de trabalho forçado que consequentemente culminou a eliminação cultural, espiritual e linguística da população. O mesmo posicionamento é defendido por outro historiador francês, Frédéric Dorel, no caso dos africanos importados para a América

lembranças foram eliminadas, os locais foram destruídos e reconstruídos. Não existe nem mesmo um vestígio físico da memória do povo nativo.

A seguir, o mapa que ilustra a separação da ilha em duas partes: a colônia francesa de *Saint-Domingue*, situada a oeste, e a colônia espanhola de Santo Domingo, localizada a leste. A linha pontilhada indica a fronteira colonial definida por acordos entre França e Espanha, que estabelecia os territórios controlados por cada potência europeia.

Frédéric Dorel afirma que se trata de um etnocídio do povo Taino, o que significa a erradicação cultural, espiritual e linguística dos habitantes nativos dessa região. O autor emprega esse conceito no debate frágil entre alguns historiadores sobre o uso dos termos genocídio e etnocídio no processo de colonização europeia das Américas que levou ao massacre de milhões de nativos.

Figura 1 Mapa da Ilha do Haiti após a assinatura do tratado de Ryswick entre França e a Espanha

Fonte: Imagem criada pelo pesquisador

Com objetivo de elucidar o debate sobre o uso apropriado dos conceitos mencionados, Dorel em seu artigo intitulado *La thèse du génocide indien; guerre de position entre Science et mémoire* (2006) defende sua posição, rejeitando o uso do termo genocídio no processo de eliminação dos nativos do Novo Mundo. O autor parte de uma análise quantitativa, catalogando os diversos massacres da população nativa que ocorreram nos territórios coloniais do Novo Mundo entre os séculos XVI e XIX. O autor destacou e questionou dois aspectos: a quantidade de vítimas e o período em que as mortes ocorreram. Ademais, Dorel se interessa pela etimologia do termo genocídio, que tem origem no grego *genos* (nascimento, gênero, espécie) e no latim *caedere* (matar). De acordo com ele, a aplicação do termo genocídio implica na eliminação de um grupo, tanto fisicamente quanto moralmente, por razões discriminatórias, seja por motivos raciais, religiosos, linguísticos ou de gênero. No entanto, o etnocídio não tem como objetivo a eliminação física da população.

> Por definição, as vítimas de genocídio pertencem a um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, excluindo grupos políticos, económicos e culturais, as vítimas são mortas porque pertencem a este grupo, independentemente dos meios utilizados, trata-se de

> um crime coletivo planeado, de um programa de extermínio de um grupo humano cometido por um Estado ou qualquer autoridade que se declare soberana, ou seja, um crime premeditado, o que implica um aparelho e cúmplices[5]. (Dorel, 2006, p.23). (Tradução nossa).

Olivier Pétré-Grénouilleau já havia começado a discussão sobre o uso dos termos genocídio e etnocídio. Na obra *Les traites négrières: Essai d'histoire globale* publicada em 2005, ele argumenta que o tráfico negreiro não teve caráter genocida. Grenouilleau sustenta que o tráfico era inofensivo e mercantil, argumentando que os negreiros não tinham a intenção de matar os africanos, pois eram vistos como mercadorias e nenhum comerciante destruiria seus produtos por vontade própria. Porém, o historiador Orlando Patterson torna o debate mais complexo ao enfatizar que não se trata apenas de mercadorias, mas da morte social. Patterson argumenta que o escravizado era considerado um ser socialmente morto, sem conexão com seus antepassados e incapaz de gerar descendência. Nesse contexto, sua única função era atender às demandas de seu senhor. No assim chamado Novo Mundo, o escravizado foi proibido pelo Código Negro de 1685 de manter qualquer vínculo cultural e religiosa com suas origens. Assim, o escravizado se vê forçado a cortar laços sociais legítimos e se tornando isolado da do seu universo social. Apesar das rupturas forçadas, das condições desumanas propiciadas pela escravização, as pessoas escravizadas desenvolveram estratégias para preservar sua dimensão humana e proteger as suas identidades legalmente negadas. A morte social do escravizado está estritamente ligada ao processo de desenraizamento que "toca no cerne daquilo que é crucial na alienação compulsória do escravizado: a perda de laços de nascimento tanto em gerações ascendentes quanto descendentes" (Patterson, 2008, p. 27). Estas considerações iniciais apontam pela necessidade de levar em conta a complexidade da história dos lugares emergidos do processo de escravização e da dominação colonial.

De 1994 a 1999, meus colegas e eu frequentávamos uma escola cristã evangélica conhecida como *Institution mixte Jésus est mon Sauveu*r [Instituição mista Jesus é o meu Senhor]. Durante os primeiros anos do ensino fundamental nesta escola, aprendemos que a *Cérémonie du Bois Caïman* [Congresso de Bois Caïman] de agosto de 1791 conduzida pelo sacerdote Dutty Boukman e sacerdotisa Cécile Fatima[6], foi, na realidade, um pacto satânico. E, devido a esse pacto, o país acabaria enfrentando as consequências por meio de punição divina.

---

[5] Par définition, les victimes d'un génocide font partie d'un groupe national, ethnique, racial ou religieux, à l'exclusion des groupes politiques, économiques et culturels, les victimes sont tuées pour leur appartenance à ce groupe, quels que soient les moyens mis en œuvre, il s'agit d'un crime collectif planifié, d'un programme d'extermination d'un groupe humain commis par un Etat ou toute autorité s'érigeant comme souveraine, c'est-à-dire un crime prémédité, ce qui implique un appareil et des complicités

[6] A ortografia do nome pode variar de acordo com as pronúncias e da região do falante. Alguns autores acrescentam M no final "Fatimam" outros N "Fatiman", portanto, apesar da diferença na escrita, o nome se refere a mesma

O terremoto de 2010 que devastou o departamento oeste do Haiti, causou segundo a ONU a morte de mais de trezentos mil habitantes. Após essa catástrofe, religiosos, cidadãos comuns e até alguns professores universitários e intelectuais colonizados não hesitaram em declarar que se tratava de uma punição divina em decorrência ao suposto pacto feito em agosto de 1791. Uma geração que, durante todos os anos do ensino fundamental e médio foi proibida pelas regras escolares de se expressar nas salas de aula em *Kreyòl*, sua língua nativa. Era uma prática bastante frequente nas chamadas escolas congreganismo[7] além de ser observada em escolas nacionais[8] e liceus[9], onde estudei durante os anos letivos de 2000 a 2007. Embora a violação dessa regra resulte em punições severas, o bullying era bastante comum entre os estudantes. Em 2003, como um jovem estudante, fiz parte do clube literário conhecido como Centro de Estudos Literários Oswald Durand e de Pierre Corneille – CLOC, situado no bairro onde cresci. O nome presta homenagem a dois escritores: o poeta haitiano Oswald Durant, do século XIX, e o escritor francês Pierre Corneille, do século XVII. O clube literário era frequentado por supostos jovens mais inteligentes do bairro. Essa excelência se reflete na habilidade de se comunicar em francês. Nas escolas públicas, nos liceus sobretudo, o ensino era feito em francês e quem não podia, por motivos diversos, se comunicava em francês, permanecia nas salas sem se expressar e sem participar ativamente nas aulas. Em países que foram colonizados, ser capaz de se comunicar na língua da antiga metrópole era visto como um sinal de inteligência e sucesso familiar. Isso também poderia indicar uma distinção de classe, conforme analisado por Frantz Fanon.

Apesar de minha intenção não ser criticar o modelo educacional, do ensino, da aprendizagem e da formação proporcionada pela instituição ou pelos professores, ao enfatizar esses pontos, estou em primeiro lugar, ressaltando o tipo de educação com o qual estive em contato. Durante os séculos XIV e XVI, período do Renascimento, todas as línguas que não fossem gregos, hebraico e latim eram vistas como bárbaras. Como resultado, quem não conseguia se expressar em uma dessas línguas era considerado bárbaro. As línguas dos senhores adquiriram essa mesma dimensão durante o período colonial-escravista. Nas colônias francesas, os chamados boçais *les nouveaux arrivés* eram ridicularizados quando não conseguiam se comunicar em francês. Frantz Fanon, em Pele Negra Máscaras Brancas, apontou a presença

pessoa, Cécile Fatima. Sacerdotisa máxima do vodu, ela iniciou junto ao sacerdote Boukman a cerimônia de agosto de 1791

[7] Escolas particulares, geralmente católicas

[8] Escolas nacionais oferecem o ensino fundamental (geralmente do 1º ao 9º ano), correspondente ao ensino primário e ao primeiro ciclo do ensino secundário

[9] Liceus oferecem o ensino secundário completo (da 2ª série até a Terminal, ou do Ensino Secundário I ao IV).

desse fenômeno em toda a região das Antilhas francesas e nos países africanos que foram colonizados pelos europeus no começo da segunda metade do século XX. (Fanon, 2008 [1952]). Em outras palavras, Maldonado-Torres (2007) estava correto ao dizer que a colonialidade revela como as pessoas ainda são afetadas diretamente pela adoção de formas de pensamento do colonialismo e da modernidade, que normalmente se fundamenta na criação de relações verticais de poder.

A sociedade haitiana contemporânea é resultado de um extenso processo colonial religioso e de dominação católica. Nesse contexto, a religião atuava como o poder central, funcionando como o aparelho responsável pela criação e legitimação de todo discurso ideológico. Trata-se de um Estado dentro de outro Estado. Entre 1492 e 1806, diversas medidas foram adotadas com o intuito de assegurar a continuidade da colonização sem a presença dos colonizadores brancos. A promulgação do Código Negro em 1685, sob as ordens de Luís XIV e de Jean-Baptiste Colbert, foi o grande marco desse processo. Este documento jurídico tinha como objetivo organizar a sociedade colonial. Impedindo a prática de qualquer outra religião que não fosse a católica romana, estabelecia a obrigatoriedade do batismo e da instrução dos escravizados dentro da religião colonial. Implementado na França em 1687, o impacto deste documento consolidou o catolicismo e os fundamentos eclesiásticos nas colônias, ao mesmo tempo em que persistia na exclusão das tradições religiosas de origem africana e indígena. Conforme estabelecido nos artigos dois e três do referido documento:

> Todos os escravos em nossas ilhas serão batizados e educados na Igreja Católica, Apostólica e Romana. Vamos obrigar os habitantes que compram negros recém-chegados para notificar em oito dias depois, o governador e intendente das referidas ilhas, sob pena de multa arbitrária, o que dá as ordens necessárias para tê-los instruído e batizado em devido tempo[10] (Louis, 1987, P. 94)

Código de 1685 batiza, pune e reprime;

> Proibir qualquer exercício público da religião que não seja católica, apostólica e romana. Quer os infratores sejam punidos como rebeldes e desobedientes aos nossos comandos. Vamos proibir todos os conjuntos para este fim, temos que declarar associações ilegais e sediciosas, sujeito à mesma punição a ser realizada mesmo contra professores que permitem que ele e vão Sofrer Em Relação A Seus Escravos[11]. (Louis, 1987, P. 96)

[10]Tous les esclaves qui seront dans nos îles seront baptisés et instruits dans la Religion Catholique, Apostolique et Romaine. Enjoignons aux habitants qui achètent des nègres nouvellement arrivés d'en avertir dans huitaine au plus tard les gouverneur et intendant desdites îles, à peine d'amende arbitraire, lesquels donneront les ordres nécessaire pour les faire instruire et baptiser dans le temps convenable.

[11]Tradução livre. Interdisons tout exercice public d´autre religion que de la catholique, apostolique et romaine; voulons que les contrevenants soient punis comme rebelles et désobeissants à nos commandements. Défendons toutes assenblées pour cet effet, lesquelles nous déclarons conventicules, illicites et séditieuses, sujettes à la même peine, qui aura lieu même contre les maîtres qui les permettront ou souffriront à l`égard de leurs esclaves.

Durante o Estado colonial, os dois principais instrumentos ideológicos foram a religião, representada pela igreja, e a educação, simbolizada pela escola. É importante ressaltar que este não é um estudo dos elementos religiosos da sociedade colonial haitiana. Entretanto, o objetivo aqui é enfatizar o papel da religião católica apostólica romana como um meio de dominação moderno da colonialidade. Em São Domingos, a igreja católica desempenhou um papel predominante no âmbito ideológico, encarregando-se de transmitir e legitimar os valores e princípios cristãos conforme solicitado pela metrópole. Até a primeira metade do século XVII, a escola e a igreja desempenhavam funções semelhantes, uma vez que não existia um sistema escolar formal adequado na colônia, e a educação da população escravizada era fornecida pela Igreja Católica. (Louis, 2009). Em *Les Marrons du Syllabaire*, Jean Fouchard afirma que, embora houvesse escolas em diversas áreas da colônia, os escravizados foram impedidos de aprender a ler e escrever. Essa situação não se limitava apenas às colônias francesas no Novo Mundo. Fouchard observa um cenário semelhante em algumas colônias das cidades do que é hoje os Estados Unidos, como Carolina do Sul em 1740, Geórgia em 1755, Louisiana em 1831, Alabama em 1832 e Virgínia em 1847. Na parte inglesa, a proibição foi legalizada por lei, distinguindo-se da proibição na parte francesa (Fouchard, 1988).

Em 1795, a metrópole francesa designou o mestiço Julien Raymond[12] para a comissão civil comandada por Sonthonax, encarregada de restabelecer a ordem na colônia. Ao mestiço foi atribuído o papel de educador. Em outras palavras, ele teve a responsabilidade de propagar as ideias pedagógicas da metrópole e de validar o discurso colonial. (Madiou, 1989, p. 318). No ano de 1796, em meio ao agitado cenário do movimento revolucionário, padres e religiosos foram obrigados a abandonar a colônia por motivos de segurança. Toussaint Louverture expressou sua preocupação e optou por escrever uma carta ao abade Grégoire, na qual o líder negro manifestava seu descontentamento com a falta de religiosos na colônia. Declarando que o setor era um exemplo de boa conduta para a população e que sua ausência havia gerado um vazio. O líder prometeu reestruturar o culto e permitiu que a religião retornasse ao seu lugar na administração do poder na ilha. (Clomeus, 2004, p.19). O ano de 1801 marcou um ponto decisivo no projeto político colonial. Na metrópole, a assinatura da concordata em 15 de julho entre o governo consular e o *Saint Siège* possibilitou a reestruturação do setor religioso. A extinção do catolicismo como religião oficial. Na colônia, a situação é diferente. A publicação da constituição de Toussaint Louverture no mesmo ano permitiu, nos artigos seis, sete, oito e

[12] Para saber mais sobre Julien Raymond ver: LOGIS, Berno. A questão racial e o preconceito de cor em São Domingos-Haiti (1789-1794), Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº 33, p. 257-292, jan./jun., 2022. http://revista.anphlac.org.br

nove, de maneira exclusiva, a religião católica apostólica romana como religião oficial do Estado. Autorizando a participação da igreja na esfera pública

> Art.6: A religião católica, apostólica e romana é a única professada publicamente. Art.7: Cada paróquia prevê a manutenção do culto religioso e dos seus ministros. Art.8- O governador da colónia atribui a cada ministro da religião a extensão da sua administração espiritual, e estes ministros nunca poderão, sob qualquer pretexto, formar um corpo na colónia. (Moise, 2001, p. 73)

Desde então, o Estado haitiano se tornou disfuncional sem a presença da Igreja Católica. Em 1802, o general Leclerc, designado por Bonaparte para restabelecer a escravidão nas colônias, instava a população a manter a fé católica, respeitando os preceitos eclesiásticos. Em 1805, apesar da Carta Magna de Jean-Jacques Dessalines que ratificou o término da escravidão e declarou o Haiti como uma nação independente e soberana, o catolicismo romano e apostólico continuava sendo a religião do Estado. No entanto, o mesmo documento permitia a pluralidade religiosa. Depois da concordata assinada em 1860 que tinha como finalidade regular as relações entre o Estado haitiano e a Igreja Católica Romana, o ano de 1864 foi marcado pela chegada da instituição *Frères de L'Instruction Chrétienne*[13] [Irmãos da Instrução Cristã] -FIC ao país independente.

Mas, o que motivou a presença da instituição católica no novo país logo após a independência?

O objetivo não é traçar a história da Congregação dos Irmãos da Instrução Cristã-FIC, mas acompanhar a presença do setor religioso, especialmente o católico, e sua influência na disseminação da ideologia colonial na sociedade haitiana, tanto antes quanto depois da independência. Em 1817, na França, sob o governo do rei Luís XVIII após a abdicação de Napoleão dois anos antes, o Abade Jean-Marie de La Mennais expressou seu desejo de reerguer a diocese de Saint-Brieuc, na região da Bretanha, que havia sido afetada pelos anos conturbados da Revolução. Com isso em mente, o abade percebeu que, para assegurar o futuro da diocese sob sua liderança, era necessário educar os jovens. Assim, deu início a um programa de formação para três jovens promissores. Em Vannes, outra cidade, o abade Gabriel Deshayes à frente de uma diocese diferente, adotou a mesma iniciativa, proporcionando educação aos jovens de sua região. A Instituição religiosa *Frères de l'Instruction Chrétienne-FIC* foi estabelecida em 1819 pelos abades Jean-Marie de la Mennais e Gabriel Deshaves. A instituição obteve permissão para atuar na educação primária após ser oficialmente ordenada em 1822. Sob

[13] Os Irmãos da Instrução Cristã (FIC) são uma congregação religiosa católica masculina presente no Haiti desde o século XIX. Dedicam-se principalmente à educação, administrando escolas e promovendo a formação moral, intelectual e religiosa de crianças e jovens. Sua atuação exerceu um papel importante na consolidação do ensino católico no país, contribuindo para a difusão dos valores cristãos e para a expansão da educação formal.

a influência de François Guizot, então ministro da Instrução Pública da França, a instituição FIC foi encarregada de educar a população recém-libertada das ex-colônias francesas nas Antilhas. Em 1837, na Guadeloupe e em 1839, na Martinica, em 1843, a instituição já contava com mais de cinquenta escolas e mil trezentos estudantes.

A instituição tornou-se especializada em livros didáticos para o ensino primário e foi confiada aos catequistas, com o apoio da metrópole francesa. Apesar de a congregação ter se espalhado pelo Caribe francês, África francófona e Canadá, a permanência das escolas e o ensino religioso foram banidos nas antigas colônias, como na Guadalupe e na Martinica. Isso ocorreu principalmente devido ao debate sobre a laicização das instituições públicas na segunda metade do século XIX. Paradoxalmente, Haiti foi não apenas o primeiro país a incorporar a instituição como editora após sua fundação, mas também o único país do período pós-colonial onde as escolas e editoras dos Irmãos da Instrução Cristã-FIC ainda permanecem[14].

Nas próximas linhas, apresento alguns dos livros didáticos publicados pela editora dos Irmãos da Instrução Cristã (FIC), utilizados por minha geração durante a educação básica e que continuam sendo adotados em diversas escolas na atualidade. O primeiro livro da fileira, à esquerda, intitulado *Histoire d'Haiti*, foi usado durante os anos noventa até o início dos anos 2000. Nele, a sigla *FIC Frères de l'Instruction Chrétienne* é mencionada, e ao lado aparecem as letras DS, *Dieu Seul* (Somente Deus, ou Deus Só, Único). Nas edições mais recentes dos anos 2000 em diante, a instituição preservou seu logotipo e, aparentemente, nenhuma alteração significativa foi introduzida. As letras DS (Dieu Seul) sempre acompanhavam a sigla FIC, transmitindo o conceito de um único Deus e uma única religião.

Observam-se as ilustrações em baixo. A última imagem, à direita, é o colar utilizado pelos provinciais, com símbolo da cruz com as letras DS, no meio, cujo significado é *Dieu Seul* (Deus único)

Figura 2 Capas de livros didáticos da editora FIC - Livros de fundamental 1

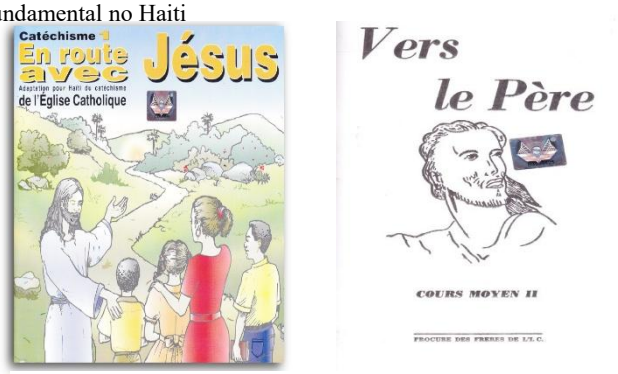
Fonte: Livros da biblioteca pessoal do pesquisador e escaneado pelo mesmo

[14] A instituição continua em funcionamento no Canadá até hoje, especialmente nas províncias de Ontário e Québec, onde gerencia várias escolas particulares. Até 1989, a congregação dos Frères de l'Instruction Chrétienne (FIC) também atuava como editora nas províncias mencionadas, publicando livros didáticos para os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio. Naquele período, era vista como a segunda maior comunidade religiosa responsável pela publicação de manuais escolares, exercendo uma influência importante na formação educacional e na disseminação de materiais pedagógicos no país.

Isso indica que a presença da religião católica na sociedade haitiana nunca enfrentou obstáculos, manifestando-se de forma significativa em instituições públicas e privadas e expandindo seu espaço continuamente. Como já foi mencionado, sua influência é especialmente visível nas escolas congreganismo, católicas e em outras instituições privadas, onde se observam práticas que impõem às famílias certas normas religiosas, como a obrigatoriedade da primeira comunhão para todos os alunos ou a participação regular nas celebrações dominicais aos domingos. Mais recentemente, essa presença tem se expandido também ao contexto das escolas públicas, onde se observa a inclusão de materiais e livros didáticos de natureza confessional. Como exemplo, pode-se considerar a lista de disciplinas da Escola Nacional da República da Libéria, uma instituição pública situada em Porto-Príncipe. Essa escola solicita aos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental um livro chamado *En Route avec Jesus* # 1 (No Caminho com Jesus) e a alunos do sexto ano da mesma instituição um outro livro intitulado *Vers le père* (Em Direção ao Pai). Os livros também são comercializados pela Maison Henri Deschamps[15]. A seguir, as imagens das capas dos dois livros:

Os dois manuais reforçam o argumento relativo ao papel ocupado e a influência da Igreja Católica no sistema educacional do país. Além de serem instrumentos de ensino da doutrina cristã, essas obras representam um projeto educacional voltado para a formação de valores, comportamentos e identidades que estejam em consonância com os princípios defendidos pela instituição religiosa. Sob essa perspectiva, os livros não devem ser entendidos como materiais neutros. Uma vez que todo manual escolar é também um instrumento de transmissão de valores e de construção de determinadas representações da sociedade. Nos dois casos, observa-se que a educação religiosa está diretamente vinculada à formação de um sujeito disciplinado, obediente e comprometido com os princípios do catolicismo. Essa tendência levanta questões sobre a laicidade do Estado e os limites entre a educação pública e a influência religiosa nas práticas pedagógicas, uma vez que a presença crescente da religião católica em instituições educacionais públicas desafia o

Figura 3 Capas de livros didáticos destinados aos alunos do ensino fundamental no Haiti



Fonte: Maison Henri Deschamps

[15] Ela é a principal editora de material didático do Haiti. A publicação de seus próprios manuais escolares teve início em 1941, quando a Segunda Guerra Mundial interrompeu a importação de livros provenientes da França. A partir de então, a instituição passou a desempenhar um papel central na produção e na difusão de materiais pedagógicos, tornando-se uma referência no sistema educacional do Haiti.

princípio constitucional da laicidade. Esse princípio estabelece que o Estado deve manter neutralidade em relação às crenças religiosas. Quando práticas e símbolos religiosos são incorporados ao cotidiano escolar, há o perigo de misturar a formação cidadã com a formação confessional o que pode afetar o pluralismo cultural e a valorização da diversidade de crenças e não crenças existentes na sociedade. Assim, é essencial que o sistema educacional adote uma postura verdadeiramente laica, garantindo que o ambiente escolar seja um espaço para reflexão crítica, convivência com diferentes perspectivas e valorização da liberdade de consciência. A defesa da laicidade não significa ignorar a relevância histórica das religiões, mas assegurar que nenhuma religião prevaleça sobre as outras, principalmente em instituições públicas voltadas para a formação de todos os cidadãos. De ponto de vista historiográfico, esses manuais ilustram como a escola e a Igreja atuaram conjuntamente na produção de uma determinada memória coletiva. Ao selecionar conteúdos, valores e modelos de comportamento, os livros contribuíram para moldar a percepção que sucessivas gerações de estudantes desenvolveram sobre a sociedade, a religião e a própria história nacional.

Em 2013, durante as comemorações dos cento e cinquenta anos de presença da instituição FIC no Haiti, o presidente da congregação, Hervé Zamor[16], em entrevista concedida ao jornal *Le Nouvelliste*, exaltou o papel da entidade que representa, destacando sua contribuição para a formação e educação da juventude haitiana. Em 1953, a renomada historiadora haitiana, especializada em livros didáticos, Odette Roy-Fombrun, publicou as edições "Arcebispo" de Port-au-Prince, *Le Cours de morale et d'instruction civique*. Nesta obra, dedicada ao ensino fundamental II, a historiadora defende o catolicismo romano como religião do Estado, embora ela reconheça a liberdade religiosa. Laennec Hurbon afirma que, embora a religião católica desempenhe um papel importante, a pluralidade religiosa defendida por Odette R. Fombrun parecia ser uma via para a secularização no país. No entanto, os religiosos tinham grande influência na educação e mantinham uma relação harmoniosa com o poder, de modo que conseguiram interceptar essa esperança e subordinar o Estado. (Hurbon, 2004, p.251-252)

Apesar de nosso objetivo ser problematizar o papel da religião aliado ao Estado na execução e manutenção do projeto colonial francês, Laennec Hurbon destaca a constatação do padre Duterre sobre a evangelização das crianças na colônia;

> As crianças nascidas nas ilhas são tão bem instruídas como os pequenos franceses, e assim receberam a religião como se fosse o leite de suas mães aos nasceram, e sendo

[16]Entrevista "L'héritage des Frères de l'instruction chrétienne est célébré" foi dada ao jornal Le Nouvelliste-Haiti em outubro de 2013, comemorando 150 anos da Instituição no Haiti. Hervé Zamor, na época, era, segundo o jornal, principal responsável dos Irmão da Instrução Cristã, no país. Nas últimas eleições organizadas na comuna de Arricia, na Italia, por esta instituição, Hervé Zamor foi reconduzido como superior geral, por um mandato de seis anos.

> educadas lá desde a sua infância, há razões para esperar que pratiquem as palavras para a sua salvação, ou, mais uma vez, vi no meu último regresso das ilhas no Monsieur Poincy, mais de 160 pequenos negros, meninos e meninas, desde a idade de quatro a nove ou dez anos. Ouviram a missa todas as manhãs na capela, depois da qual o homem francês que cuidava deles os fez rezar a Deus em voz alta e lhes ensinou o catecismo; foram tão bem instruídos que não encontrei um que não fosse muito bem-educado, que não conhecesse as orações e que não me respondesse com orgulho sobre os mistérios da fé que lhe tinham sido ensinados: até vi alguns que começavam a ler. [17](Hurbon, 2004, p. 73). (tradução nossa).
>
> .

Antes da publicação do Código Negro de 1685, havia controvérsias sobre o ensino do cristianismo nas colônias. A maior parte da formação religiosa da população escravizada foi realizada pelos missionários jesuítas. Embora também tenham sido proprietários de escravizados, promoveram a rápida construção de centenas de igrejas e paróquias na Martinica, na Guadalupe e em São Domingos. A metrópole os considerou suspeitos e os acusou de incitar sentimento de revolta entre os escravizados. Pode parecer contraditório, mas existem razões e justificativas, embora sejam complexas. Cada grupo sob a administração da metrópole possuía uma compreensão distinta tanto do contexto colonial quanto das práticas de evangelização. As missas eram distintas e os conteúdos variavam. Após ser forçado a se batizar e a internalizar as crenças, a evangelização para o escravizado significava uma saída do mal e da escravidão, um desejo de salvação e a ideia de se tornar um ser humano o animava. A conversão dos negros à fé cristã não era tão relevante para os senhores quanto para a metrópole. A evangelização e o batismo, que constituíam a base moral do processo colonial eram realizados na língua da metrópole, e não em Créole, idioma falado pela maioria dessa categoria. Os missionários foram acusados de planejar revoltas e promover a ideia de igualdade entre escravizados e senhores, porém o maior temor era o marronnage. Como já mencionei no trabalho anterior, no início, foi apenas uma tentativa de fuga dos escravizados nas montanhas antes de se transformar em um importante movimento cultural e político organizado, liderado por François Mackandal.

Existem acusações de que os missionários utilizavam as igrejas como locais de abrigo. Laennec Hurbon sustenta que a fundação da instituição *esclavage de la Ste Vierge* pelos jesuítas tinha como objetivo integrar os escravizados e fazê-los sentir-se mais acolhidos. Em setembro de 1752, uma carta do ministro das colônias negou o reconhecimento da instituição e de suas atividades, alegando que os jesuítas haviam excedido os limites em suas interações com os

[17] Les enfants nés dans les îles sont aussi bien instruits que les petits Français, ainsi suçant la Religion avec le lait, et y étant élevés dès leur enfance, il y a lieu d'ésperer qu'ils en pratiqueront les oeuvres pour faire leur salut., ou encore., j'ai vu à mon dernier retour des îles chez Monsieur Poincy, plus de 160 petits Nèges, garçons et filles, depuis quatre jusqu'à neuf à diz ans. Ils entendaient tous les matins la messe dans la chapelle, après laquelle le Français qui avait prit soin d'eux, les faisait prier Dieu tout haut, et leur apprenait le catéchisme; ils étaient si bien instruits que je n'ai trouvé pas un, tant soit peu grandelet qui ne sût les prières et qui ne me répondit fièrement des mystères de la foi qu'on lui avait appris: j'en vis même Quelques-uns qui commençaient à lire.

escravizados. Como resultado, foram expulsos em 1763. Com a Constituição de Toussaint Louverture em 1801, a religião (igreja católica) passou a ser uma autoridade civil e estatal, podendo estabelecer e preservar os laços sociais entre os escravizados, senhores e administração colonial. Ela se tornou uma juíza de paz, representando a união entre os participantes. Em 1860, os historiadores criticaram o que denominaram de "Clero colonial". Um grupo de trezentos padres e religiosos formados na França foi recrutado e financiado pelo ministério da Marinha francesa. Esses indivíduos foram enviados às antigas colônias, incluindo Haiti, Martinica, Guadalupe, Senegal, Guiana e outros locais, com a finalidade de evangelizar a população. No entanto, esse grupo também representava uma parte integrante do Estado em cada país (Hurbon, 2004, p.252). Menos de sessenta anos após a Proclamação da Independência do Haiti, a França, antiga metrópole, reconquistou algumas de suas ex-colônias. Se as tropas napoleônicas, militarmente as mais bem preparadas da época foram derrotadas pelo exército comandado por Dessalines ao tentarem reverter a escravidão em 1802. A ideologia colonial já havia sido estabelecida por meio do Código Negro de 1685. No entanto, a Concordata de 1860 deu continuidade a esse processo, sendo concretizada pelos *Frères de l'Instruction Chrétienne*-FIC em 1864. No contexto religioso, a Concordata de 1860 simboliza a continuidade do Código Negro de 1685. Desde 1860, o primeiro tem desempenhado a função que o segundo exercia durante o período colonial, ou seja, evangelizar para preservar e expandir a dominação cultural e política.

b) Problematização e apresentação do corpus de estudo

"Pronunciar uma palavra é invocar, de forma expressa ou implícita outras palavras. É recordação, memória, temor, é lembrança. É colocar a palavra pronunciada em equilíbrio. As palavras comunicam ideias entre as gerações. Quando se está munido delas, é possível disfarçar o que realmente se quer dizer, pois elas são compostas por significados, reforçam as ilegitimidades de outras línguas faladas, criam ilusões e permitem que as pessoas compreendam o que desejam à sua própria maneira. Elas possuem pesos e influências. Com as palavras "certas" escolhidas, distinguem-se os "vencedores", que criam heranças históricas de mérito, apropriam-se da memória e ampliam os legados e privilégios de alguns, ao passo que expulsam, silenciam e eliminam os outros, os subalternos. Na obra *Le poids des mot* (2013), o autor haitiano Maximilien Laroche examina uma variedade de termos frequentemente empregados na literatura histórica ao se referir ao Haiti, especialmente aqueles que têm suas raízes no período colonial.

Ao invadir a Ilha do Ayiti em 1492, como era chamada pelos nativos, os europeus, espanhóis e franceses deram ao local outros nomes. Os nomes nativos e as memórias foram apagados e a historiografia oficializou o silenciamento, passando de Hispaniola (la Española) em 1492 para São Domingos (Saint Domingue) em 1697. Até a segunda metade do século XVII, o nome oficial da ilha foi Hispaniola. Após a assinatura do tratado que a dividiu em duas partes, a porção ocidental passou a ser chamada de São Domingos, e os africanos que chegaram ao território passaram por um processo de reidentificação. Fouchard (1988) explica que a mudança de nomes, mesmo na ausência do batismo religioso, integrava o processo colonial francês. Na visão dos senhores, era apenas um processo de renomeação que tornava mais fácil identificar o escravizado, seu status de mercadoria e sua origem étnica. Para a metrópole, isso fazia parte essencial do projeto colonial. Os nomes de origem africana que eram simbólicos e significativos representavam uma ameaça, pois permitiam a comunicação e o encontro entre os escravizados. Fouchard sustenta que o primeiro passo para a desumanização dos africanos ocorreu quando a metrópole lhes impôs novos nomes. Quando os africanos escravizados eram privados de seus nomes de origem, também eram privados de sua identidade, laços familiares e memória cultural. Portanto, a imposição de novos nomes funcionou como um mecanismo de dominação que permitia sua integração no sistema escravista e intensificava o processo de desumanização.

As críticas de Maximilien Laroche nos ajudam a entender o significado de certas palavras e nomes originários do período colonial, o passado que cada um carrega, seus sentidos e os efeitos que ainda exercem sobre a memória coletiva. O autor apresentou uma série de questionamentos e incertezas, que gostaríamos de reformular e discutir. Desde a chegada dos europeus em 1492, o território conhecido como Ayiti recebeu diferentes denominações, como Hispaniola, São Domingos e Pérola das Antilhas. Mais do que simples designações geográficas, esses nomes constituem marcos temporais e históricos que permitem identificar diferentes fases da colonização da ilha. Ao mesmo tempo, funcionam como mecanismos de construção identitária, pois refletem relações de poder, projetos coloniais e formas específicas de representar o território. Cada uma dessas denominações faz referência a um contexto histórico específico e reflete uma perspectiva particular sobre a ilha e seus habitantes. Antes de se tornarem referências historiográficas, esses "nomes de batismo" faziam parte de um processo caracterizado pela conquista, violência e dominação colonial. A chegada dos europeus resultou na destruição gradual do modo de vida, da estrutura social e da cultura dos povos indígenas, particularmente dos Taínos. O território que antes representava seu espaço de vida foi rapidamente convertido em palco de exploração, escravização e extermínio.

Laroche ([1937] 2013) aponta que a experiência dos indígenas foi marcada pela transição repentina de um espaço considerado lugar de vida para um ambiente marcado pela violência e destruição.

Que recordação os caciques taínos mantiveram de sua terra após a chegada de Cristóvão Colombo? E que sentido davam a um espaço cuja identidade lhes estava sendo gradualmente tomada pela conquista colonial? De modo semelhante, quais recordações e esperanças nutriam os crioulos e os "boçais" que presenciaram o surgimento do Haiti na manhã de 1º de janeiro de 1804?

Se líderes indígenas como Caonabo e a rainha Anacaona não conseguiram recuperar nem o nome de seus territórios onde nasceram e desenvolveram suas identidades e culturas, a decisão simbólica de Jean-Jacques Dessalines permanece como um ato de memória e resistência. Jean-Jacques Dessalines, que sucedeu Toussaint Louverture como líder da frente pré-revolucionária, já se destacava do grupo por seu caráter de *fin stratège*. A confiança que a população tinha nele e em suas competências indicava que ele levaria os indígenas à vitória final. Dessalines tinha uma visão ampla do cenário, e suas decisões estavam sempre conectadas às suas raízes indígenas e africanas. Como comandante geral, ele reorganizou o exército e o chamou oficialmente *de l'armée indigène*, em homenagem aos nativos da ilha. Na sua Constituição de 1805, no primeiro artigo, ele restabeleceu o nome "Ayiti", como era conhecido pelos primeiros povos, rejeitando o nome de São Domingos, atribuído pela antiga metrópole francesa. (Abordaremos isso mais adiante)

No congresso internacional do *Institut d'Histoire de l'Amérique Française*-IHAF, realizado na cidade de Quebec, em outubro de 2022, tive a oportunidade de apresentar uma conferência intitulada *La France et Haiti entre les controverses de l'Histoire*. Nela, procurei proteger e preservar a memória tanto do povo nativo da Ilha do Ayiti quanto da população africana, assim como Maximilien Laroche já havia feito. Gostaria de seguir reforçando esta ideia neste texto. Portanto, nomes e temas como São Domingos-Hispaniola ou Pérola das Antilhas-América francesa, bem como suas correspondências em outras línguas não serão empregados neste trabalho a partir deste momento pelos motivos que já expus e que irei retomar. Concordo que muitos autores empregam esses temas, por exemplo, para distinguir o período histórico em que a antiga colônia se tornou parte integrante da metrópole francesa do Haiti contemporâneo, do período nacional que teve início em janeiro de 1804. Concordo também que a utilização desses temas na literatura histórica ignora a presença tanto dos povos nativos quanto dos africanos. Hispaniola e São Domingos representam a presença europeia durante o período de conquista e exploração de riquezas, transportando e instaurando suas memórias em

detrimento das demais. Em outras palavras, os demais, os subalternos, foram apenas memórias apagadas. Hispaniola e São Domingos são dois nomes que refletem mais o passado das antigas metrópoles do que a história da população que vive no território. O primeiro nome faz referência ao período que vai de 1492 até o final do século XVII, caracterizado pela chegada dos espanhóis à Ilha de Ayiti, que posteriormente foi renomeada pelos europeus. O segundo nome surgiu por volta de 1625, com a chegada dos franceses à ilha. Após conflitos entre franceses e espanhóis, a ilha foi dividida em duas partes com a assinatura do Tratado de Ryswick, em 1697. A partir desse momento, o nome de São Domingos passou a ser oficialmente utilizado para a parte ocidental durante toda a dominação francesa, até a Proclamação da Independência em janeiro de 1804. Esse nome foi substituído na constituição imperial de Jean-Jacques Dessalines em 1805[18].

Mencionar isso não é uma novidade, já que vários historiadores haitianos como Jean Fouchard, Jean Casimir, Pierre Buteau, Vertus Saint Louis entre outros, já consideraram essa mesma ideia. A única distinção entre os autores mencionados é que eles preservaram os nomes de batismo atribuídos pelos colonizadores. Beaubrun Ardouin, precursor dessa iniciativa, organiza os momentos históricos em quatro períodos. O primeiro é o pré-colombiano, que termina em 1492 com a chegada dos europeus, marcando o início da era colonial até 1789, subdividida em momentos espanhol e francês. O período revolucionário abrange os anos de 1791 a 1803 e é seguido pela época da história nacional a partir de janeiro de 1804[19]. Minha perspectiva consiste em repartir o tempo cronológico em períodos históricos socialmente definidos. Isso significa que os temas e/ou conceitos serão empregados e definidos com base na perspectiva da colônia, e não da metrópole.

> Laurent Dubois afirmava que os primeiros habitantes da ilha, os Taínos, chamavam o território de Haïti e que os colonos, ocasionalmente, tentaram alterar a grafia. Em 1788, um panfleto propôs uma reforma colonial, solicitando uma mudança no nome da ilha para "Aîti". A população negra e escravizada tinha consciência de que o nome carregava uma herança indígena e que os vestígios daquele povo ainda estavam presentes. Assim, Dessalines optou por nomear a ilha de Haiti, oficializando essa escolha tanto na declaração de independência quanto na constituição. (Dubois, 2005, p. 392-93). (Tradução nossa)[20]

[18] Legalmente o nome de Batismo São Domingos foi substituído pelo nome Ayiti na constituição imperial de Jean-Jacques Dessalines promulgada em 1805, mas Dessalines já utilizada Ayiti em vários outros documentos sendo o primeiro que também teve um valor jurídico foi a carta da recapitulação das tropas napoleônicas assinada por Dessalines e os representantes franceses sob a ordem de Rochambeau.

[19] ETIENNE, Fritzner. Histoire d'Haiti, s/a

[20] Laurent Dubois affirmait que les premiers habitants de l'île, les Taïnos, appelaient le territoire Haïti et que les colons avaient parfois tenté d'en modifier l'orthographe. En 1788, un pamphlet proposait une réforme coloniale, demandant que le nom de l'île soit changé en « Aîti ». La population noire et esclave était consciente que ce nom portait un héritage indigène et que les traces de ce peuple étaient encore présentes. Dessalines choisit donc de nommer l'île Haïti, officialisant ce choix à la fois dans la déclaration d'indépendance et dans la constitution.

Dessa forma, utilizarei o Haiti e outras subdivisões para abordar diferentes períodos e cronologias. O período anterior a 1492 será denominado "Haiti - período amérindienne", conforme já proposto por alguns autores. A época de 1492 a 1803 é considerada o momento mais importante da história da ilha, sendo denominada de Haiti colonial, e dividida nos períodos espanhol e francês. O período espanhol abrange desde a chegada dos europeus em 1492 até a assinatura do Tratado de Ryswick em 1697, apesar da presença francesa na região ter começado em 1625. O período francês da colonização ocorreu entre o final do século XVII e o início do século XVIII, com a fase revolucionária ocorrendo de 1791 a 1803, culminando na derrota das forças francesas na batalha de Vertiéres. Isso marcou o começo da era nacional na história do Haiti independente.

Em resposta a essa tentativa de incorporar uma narrativa que represente a memória da população subalternizada e escravizada na historiografia, as páginas seguintes desta tese serão divididas, a princípio, em três partes, estruturadas com base em recortes cronológicos. A primeira parte intitulada “As Minimizadas da História", se trata do maior desafio a ser superado. A construção da narrativa histórica é uma batalha pelo poder, e apenas aqueles que possuem poder fazem a História. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que proclama a igualdade entre os indivíduos, admite ser um álibi. Isso evidencia que a questão do poder sempre foi e continua sendo fundamental nas relações entre homens e mulheres. Neste primeiro momento, focarei nas mulheres que lutaram em várias batalhas pela independência do Haiti e pelo fim da escravidão: Suzanne ou Sanite Belair (1781-1802), Victoria Adbaraya Montou, “Grann Toya” (– 1805), Marie Sanite Dédée Bazile “Défilée la folle” (-1806), Marie-Jeanne Lamartinière (–1802), Solitude, la Mulatresse da Guadalupe (1772-1802).

Há uma escassez significativa de dissertações, teses, livros e artigos acadêmicos que abordem a presença dessa categoria na Revolução de 1791. Há poucas produções no meio acadêmico dedicadas às heroínas da Revolução Haitiana, sendo a maioria delas em língua francesa e apenas algumas em língua inglesa. Não existem registros nos arquivos[21] que mencionem suas contribuições para a vitória contra as tropas napoleônicas. Phillip Thomas Tucker, por exemplo, autor dos textos *Martyred Lieutenant Sanité Bélair: Haiti's revolutionary heroine, a new look at the fighting 'tigress' of the struggle for liberty* (2019) e *Gran Toya Founding Mother of Haiti, Freedom Fighter Victoria* Toya Montou (2020), dedica seu estudo

[21] A presença de documentos nos arquivos está muito limitada, (quando houver). Foi o caso dos arquivos da Universidade de Boston-BPL, o DLOC, da Universidade da Florida. Estes lugares concentram na maior parte, os documentos oriundos do Museu Nacional Haitiano-Mupanah, que tratam da Revolução Haitiana na sua integralidade. Outros centros de pesquisas foram consultados como a Gallica, da França e outras nas Antilhas.

a Sanité Belair e Victoria Montou, jovens tenentes do exercício indígena, que simbolizam a resistência na Revolução Haitiana. A historiadora haitiana Bayyinah Bello, cujos textos são referências neste trabalho, também dedica estudos de alto qualidade às diversas mulheres que estão ausentes da historiografia em geral. *Sheroes of the Haitian Revolution*, escrito por Bayyinah, compila e seleciona os nomes de mulheres cuja participação foi fundamental no processo revolucionário de 1791 a 1804.

Outras contribuições significativas incluem a figura das minimizadas no campo da arte. Na metade do século XX, a cineasta Jeanne Perez apresentou pela primeira vez a figura de Sanite Belair em três cenários no Rex Théâtre, em Porto Príncipe. O evento contou com a presença de personagens reconhecidos nacional e internacionalmente, incluindo o então presidente haitiano Elie Lescot. Nos cenários, a cineasta buscou retratar toda a trajetória da tenente Sanite Bélair em sua juventude, sua passagem pelo exército *indigène*, as batalhas em que ela participou. A cineasta deu ênfase sobretudo, a captura e a execução de Sanite, evidenciando sua coragem e a resistência que ela manteve até os momentos finais de sua vida. Fredgy Noel, em *Revolutionary Women*, o mais recente cenário introduzido em 2023, a escritora destaca o relevante papel histórico das mulheres ao longo da Revolução Haitiana. A autora também descreve como surgiu a ideia de representar artisticamente a vida dessas mulheres que tiveram um papel importante no período revolucionário, mas que a literatura histórica optou por ignorar. Seu trabalho não só destaca as identidades singulares dessas mulheres e o impacto individual de cada uma na Revolução Haitiana, como também as conecta ao mundo atual, utilizando-as como exemplo na batalha pela igualdade. No meio dessa discussão, permito-me incluir um capítulo sobre a figura masculina de Jean-Jacques Dessalines, sua vida e trajetória, bem como sua participação em diversas batalhas que formaram a nova nação. Sua trajetória nas esferas militar e política abrange várias fases, uma vez que esteve engajado durante todo o período colonial, o que lhe permitiu contribuir e fazer parte de diversos regimentos militares. Durante o período de 1791 a 1802, ele permaneceu subordinado a François, Biassou e teve um encontro com o general Toussaint, antes de se integrar às forças de Leclerc, após os acontecimentos em Crête-à-Pierrot. Durante esse percurso, teve contato com as personalidades mais relevantes da colônia: Rigaud na Guerra do Sul, Moyse no confronto com Toussaint, Rochambeau e Leclerc no cenário colonial, e Napoleão Bonaparte de maneira indireta nesse período.

Essa talvez seja a única ocasião em que não seguirei a norma padrão que privilegia o gênero masculino em detrimento do feminino nas regras gramaticais. Pode-se questionar se a menção de Dessalines nesta seção (Minimizadas da revolução) implica que sua contribuição

para a erradicação da escravidão e do colonialismo nas Américas também foi minimizada. Não se limita apenas às produções acadêmicas ou à quantidade de textos publicados a seu respeito em comparação com figuras femininas. Trata-se de um ato político e seletivo. Uma decisão que descarta a relevância, nega o reconhecimento e se recusa a aceitar, diminuindo o valor de uma pessoa ou de um grupo.

Minimizo, pois, eu sei que existe, mas não pode ser tratado com o devido valor. Diferente do ato de silenciar ou o de esquecer que também têm "consciência" da existência do outro, o indivíduo minimizado não pode ser esquecido, seu nome é conhecido, ele é ineludível, mas por pertencer uma categoria deslegitimada pelo poder, ele não pode ser representado com seu devido valor. Assim, o minimizador o reduz à imprestabilidade, insignificante para que não seja levado a sério. Nesse sentido, fala-se de minimização histórica, que seria o ato de trivializar e reduzir, ao nível insignificante, o trabalho e/ou a contribuição de alguém ou de um grupo até de um povo na realização de algo grandioso. A minimização histórica dá ao minimizador uma certa segurança para representar o minimizado de maneira desdenhosa e desprezível. É apenas o detentor de poder que pode minimizar. Neste caso da minimização histórica, só se pode minimizar o que tem valor. Como o minimizado é uma figura incontornável, não referenciar a ela exigiria alguma justificativa. Para escapar dessa cobrança, tornaria necessária a minimização. A minimização histórica pode acontecer por uma variedade de razões tais como questões ideológicas, políticas, culturais, também e sobretudo, pode ocorrer por preconceito de gênero, de raça. Em relação a Dessalines, a questão racial tinha um papel fundamental. Já que pertencia a uma "raça" que a filosofia, antropologia física e as ciências naturais do século XIX consideraram como inferior.

No começo do século XIX, a historiadora francesa Michelle Perrot identificou um conjunto de três categorias sociais que ela chamou de excluídos e inviabilizados da história, incluindo as mulheres. Nesse mesmo grupo, a autora distingue outros tipos: a mulher em relação ao poder, na cidade e, por último, a mulher rebelde. Neste último ponto, Perrot examina várias revoltas lideradas por mulheres nas lutas por justiça social. Elas se opuseram às autoridades senhoriais, lutaram por melhores condições de trabalho, tomaram as ruas, invadiram os espaços masculinos e transformaram as lavouras, que eram reconhecidas como seus locais de trabalho, em um espaço de acolhimento e resistência. Elas batalhavam contra a desvalorização de suas habilidades na sociedade, exigindo o reconhecimento de suas existências. Logo, podemos considerá-las como esquecidas? A princípio, quem luta nunca será esquecido, como recorda Jules Rosemond.

A literatura histórica documenta uma vasta quantidade de obras, especialmente nos mundos anglófono e francófono, de alta qualidade que têm o líder da Revolução de 1791 [Dessalines] como seu foco principal. Dupont (2006, p.11) lamenta que, apesar disso, o papel que ele desempenha ainda seja minimizado nos debates intelectuais e acadêmicos internacionais. Na segunda metade do século XX, David Nicholls em sua obra intitulada From *Dessalines to Duvalier: race, colour, and national Independence in Haiti* (1979)[22] trata de um dos elementos mais delicados da história do Haiti que abrange todo o período colonial. Trata-se da questão de cor. David Nicholls aborda o efeito de "cor" na interação política entre a maioria negra e elite mestiça ao longo de mais de duzentos anos da história haitiana. Um elemento que tem separado negros e mestiços desde o período colonial e ainda impede a harmonia na cultura do Haiti. O autor defende que a cor, e não a raça, tem sido o principal problema da nova nação. Ao se identificarem como não-brancos, negros e mulatos afirmam a unidade racial. No entanto, as divisões raciais agravadas pelas diferenças religiosas, regionais e de classe impediram que os dois grupos alcançassem a unidade política e ideológica.

Existem outros autores em diferentes estudos que discutem sobre a imagem do líder negro. Como Dantès Bellegarde em *Dessalines a parlé* (1948) e Berthony Dupont, *Jean-Jacques Dessalines: itinéraire d'un révolutionnaire* (2006). Esses autores colocam o imperador no foco de seus estudos, enquanto formalizam críticas a obras[23], especialmente de autores pró-Napoleão que tendem a demonizar o vencedor do primeiro cônsul. Isso ocorreu com Louis Dubroca, um funcionário do governo consular que publicou em 1804 *La Vie de J.-J. de. Dessalines*, líder dos negros revoltados de Saint-Domingue, com anotações minuciosas sobre a origem, o caráter, a vida e as atrocidades dos principais líderes dos negros, e o geógrafo Antoine Métral na história da expedição francesa a Saint-Domingue durante o consulado de Napoleão Bonaparte (1825). Esses autores foram os precursores do movimento que buscou apagar da memória coletiva francesa o papel desempenhado por Dessalines na luta contra a colonização francesa. Por outro lado, Jean-Pierre Le Glaunec, em *L'armée indigène: La défaite de Napoléon en Haiti* (2017), e a autora guadalupense Marie-Claude Céleste, em Plus fort que Bonaparte (2022), buscam reabilitar a história de um escravizado corajoso, considerado o pai da nação haitiana, que derrotou o exército mais poderoso da Europa muito antes das planícies devastadas

[22] Nova edição de um valioso estudo da história do Haiti que apareceu pela primeira vez em 1979 (ver HLAS 44:2491). Nicholls faleceu em 1996 e as alterações ao livro original parecem limitar-se a um novo prefácio de 41 páginas que resume os acontecimentos políticos no país entre 1986 e 1994" -Handbook of Latin American Studie.
[23] De acordo com este autor, esta tendência também existe na historiografia haitiana, significa dizer, há autores nacionais que veem em Dessalines um líder sanguinário.

de Waterloo. Como recorda o historiador brasileiro Marco Morel (2017), esses autores fazem parte de uma lista rara de escritores que se atrevem a dizer o que não deveria ser dito.

A emblemática Batalha de Vertières deve ser o assunto da segunda parte do trabalho. Em primeiro lugar, analisaremos o sentido dessa batalha que aconteceu em 18 de novembro de 1803, e como ela é comemorada nas sociedades atuais francesa e haitiana. Como também investigar os motivos pelos quais foi ocultada na historiografia francesa. Cada item incluído narra e questiona os acontecimentos da sociedade colonial francesa que teve início no século XVII, abordando diversos aspectos, desde os pequenos detalhes e vozes ignoradas até os grandes impérios. Ainda neste segmento, prosseguiremos com os acontecimentos ligados a Jean-Jacques Dessalines. Embora até abril de 1802 fosse um soldado que apenas obedecia às ordens hierárquicas, em Vertières, em 1803, ele passou a ser o protagonista. Após a prisão e execução de Toussaint, ele prosseguiu com a resistência contra a força expedicionária, confrontando diretamente os emissários de Napoleão Bonaparte.

O último capítulo da segunda parte tem o título "O Crime de Napoleão: análise e comentários". Nele, será feita uma análise do livro Le Crime de Napoléon, escrito pelo historiador, cineasta e escritor francês Claude Ribbe. A primeira edição foi publicada em 2005 pela editora Privé e já foi traduzida para diversos idiomas, incluindo português, inglês e mandarim. O texto em questão gerou uma série de reações dos historiadores, principalmente os favoráveis a Napoleão, mas também de outros pesquisadores que dedicam seus estudos ao período em questão. Pierre Branda e Thierry Lentz, por exemplo, no livro *Napoléon, l'esclavage et les colonies* (2006), ou o renomado historiador Pierre Nora, em um artigo publicado no jornal *Le Monde* em 13 de dezembro de 2005, levantam questionamentos sobre as fontes utilizadas na obra de Claude Ribbe. Jérôme Gautheret, editor-chefe do *Le Monde*, faz críticas contundentes ao livro, questionando sua natureza como uma obra científica. Nossa análise levará em conta as críticas feitas à obra e buscará entender os motivos que levaram os críticos a defender os atos praticados por Napoleão durante seu governo. Em 2020, Thierry Lentz, por meio da Fundação do Napoleão, principal entidade encarregada de preservar a memória e os ideais napoleônicos, reativou as críticas.

Trata-se de uma tentativa de absolver o primeiro cônsul por suas ações ou de manter a imagem do "herói"?

As decisões decorrentes desse cenário tornaram-se tema da terceira parte, "As Políticas Napoleônicas entre Rupturas e Continuidades", na qual discutiremos o projeto da metrópole francesa relacionado ao reconhecimento da independência da antiga colônia. A solução desse debate deve nos conduzir à compreensão da origem da ordenança real de Charles X e das

consequências que esse ato teve na economia do Haiti ao longo de diversas gerações. Além de compreender a função desempenhada pelos líderes da nova nação diante das pressões dos governantes franceses logo após a proclamação da Independência, sobretudo após a morte de Jean-Jacques Dessalines.

Os debates na historiografia da Revolução de 1791, por muito tempo sustentaram que a luta contra a escravidão e o tráfico negreiro foi liderada exclusivamente por homens, ignorando a participação das mulheres. Essa categoria foi mencionada apenas na expressão "papel de mulher", ou seja, sempre associada às funções domésticas, devido à dificuldade em reconhecer suas contribuições como protagonistas na abolição do trabalho escravo. Nossa pesquisa visa evitar qualquer tentativa imprudente de comparar a porcentagem de homens e mulheres que se sacrificaram na luta pela mudança das condições raciais e sociais dos negros na colônia. Em outras palavras, qualquer análise comparativa do cenário escravista ignoraria o contexto socioeconômico em que a colônia estava situada. Portanto, além do fator socioeconômico, nossa análise deve considerar o preconceito manifestado na colônia e adotado pela historiografia. Segundo esse discurso, as mulheres não eram capazes de lutar nem de influenciar as principais decisões políticas do período. O discurso que esconde suas ações e subestima suas habilidades seria replicado, posteriormente, nas demais colônias americanas ao longo do século XIX. Angela Davis analisou a condição das mulheres negras na sociedade escravista dos Estados Unidos, destacando as condições de trabalho precárias em que elas se encontravam e como eram percebidas pelos proprietários. De acordo com a autora, no contexto do sistema capitalista, as mulheres eram vistas como máquinas de reprodução com o objetivo de aumentar a população escravizada. A capacidade de reprodução transformou-se em um elemento significativo na economia escravista, e elas eram avaliadas com base em suas fertilidades. Isso porque, para os proprietários, as mulheres eram vistas apenas como ferramentas para aumentar a força de trabalho escravizado. (DAVIS, 2016, p. 19). Elas desempenhavam várias funções nas colônias, pois, além de combater a opressão e assumir as responsabilidades domésticas como esposas, tiveram o papel importante de reproduzir para aumentar a população. Tais fatos foram, entre outros, a base do discurso hegemônico desenvolvido pelas ideias iluministas.

c) Período revolucionário haitiano e a era napoleônico

Podemos analisar a Revolução Haitiana de 1791-1804 sem levar em conta o contexto político do período napoleônico e suas consequências para a política colonial francesa?

A Revolução Francesa, particularmente durante a era napoleônica teve impactos significativos no processo revolucionário haitiano iniciado em 1791. A partir de 1799, o consulado napoleônico buscou reafirmar o domínio francês sobre a colônia, o que culminou na expedição de 1802. Esses eventos agravaram os conflitos na batalha pela independência já em curso. Nesse sentido, a política colonial de Napoleão é analisada apenas na medida em que afetou o desenvolvimento da Revolução Haitiana, especialmente com a tentativa de restabelecer o controle francês sobre a colônia e restaurar a escravidão. Isso implica que tanto a Revolução Francesa quanto o Consulado e o Império Napoleônico serviram como referências para contextualizar os ocorridos na colônia, pois as decisões e ações do governo de Napoleão Bonaparte influenciaram as dinâmicas políticas e militares na ilha. No entanto, devido ao objetivo deste estudo que se concentra nos sujeitos; homens e sobretudo mulheres que são historicamente minimizados pela historiografia, a figura de Napoleão não é abordada como protagonista da pesquisa. Ela é analisada como um componente contextual essencial para compreender as mudanças políticas que afetaram as ações dos diversos participantes da Revolução Haitiana. Assim como a Revolução Francesa quando é referenciada, ela é mencionada como parte do contexto político que influenciou diversos grupos sociais na colônia, portanto não são consideradas determinantes para o trabalho e para o período estudado.

d) Textos fundamentais e fontes

Além do corpus teórico fundamental, empregaremos textos de dois escritores haitianos, Thomas Madiou (1814-1884) e Beaubrun Ardoin (1796-1865) como referência para este estudo. Suas documentações são abundantes, e cada autor relata de maneira única os acontecimentos relacionados à história do período colonial, ao processo revolucionário e à independência do Haiti. Esses dois historiadores do século XIX tiveram um papel significativo na elaboração da história, especialmente ao documentar a Revolução Haitiana e os primeiros anos da nação independente. Thomas Madiou (1814-1884) privilegia uma abordagem histórica mais descritiva e factual com um relato detalhado de batalhas, estratégias militares e o papel das massas na revolução. Sua obra é considerada mais nacionalista e menos tendenciosa em favor de qualquer grupo social específico. Assim, ele deu maior ênfase as ações das massas negras, aos generais revolucionários e as lutas que moldaram os ocorridos, por isso Madiou adotou um estilo mais narrativo e dinâmico, dando mais espaços aos detalhes das batalhas e aos testemunhos. Enquanto Beaubrun Ardouin (1796-1865) adotou uma abordagem mais política e analítica, destacando figuras-chave e eventos institucionais. Sua narrativa é frequentemente

favorável às elites haitianas e à classe mestiça. Por assim dizer, como membro da classe mestiça e político, ele tende a valorizar o papel das elites, dos líderes cultos na construção da nação e busca argumentos para justificar todas as decisões julgadas por ele de históricas. Características assim representam a grande diferença entre eles no modo de pensar e de narrar cada detalhes, embora que os dois apreciaram os mesmos eventos, isso contribua para que Madiou empregou-se uma leitura militar e popular da revolução, contrário ao seu conterrâneo que parte de uma perspectiva mais institucional e elitista. A opção de incluí-los como autores de referência fundamental deste estudo justifica-se não apenas pela busca de um retorno às fontes consideradas nacionais para entender como esses autores abordam os acontecimentos da Revolução Haitiana de 1791 no contexto local, mas também porque tanto Madiou quanto Ardouin, conforme discutido anteriormente, tratam os eventos de maneira a provocar reflexões profundas, o que resulta em uma interpretação e compreensão mais apurada do período pós-independência. Além desses textos fundamentais reconhecidos como clássicos na historiografia haitiana, também empregaremos fontes escritas e textuais como cartas e jornais produzidos pelos protagonistas do período em análise. Empregamos leis publicadas por Toussaint Louverture, como sua constituição colonial de 1801 e correspondências entre ele e o general francês Charles Leclerc. Assim, a maioria das cartas e leis que usamos foram produzidas e trocadas por Jean-Jacques Dessalines, que, durante seu governo, especialmente no período revolucionário, enviou várias cartas a diferentes figuras tanto na colônia quanto fora dela. Por exemplo, tanto com Leclerc, Rochambeau e com seus próprios generais, como Pétion e Christophe, quanto no âmbito internacional como nas correspondências com o representante da Jamaica, com o presidente dos Estados Unidos e, por último, com seu principal oponente, Napoleão Bonaparte. Também examinamos duas leis: a Constituição Imperial de Jean-Jacques Dessalines, promulgada em 1805 e a lei aprovada por Napoleão Bonaparte em 1802 que tinha como objetivo o restabelecimento da escravidão. Os jornais que desempenhavam um papel central na disseminação de informações durante o período colonial incluem as *affiches américaines*, um periódico colonial francês publicado no Haiti entre 1764/1766 e 1791. Esse jornal veiculava anúncios locais, opiniões políticas e econômicas, informações sobre escravizados fugitivos e eventos, funcionando como um espelho da sociedade colonial. A *Gazette Officiellle* de *Saint Domingues* foi um outro periódico colonial francês publicado no século XVIII (iniciando em 1764) em Porto Príncipe e Cabo Haitiano. O jornal abordava notícias políticas, econômicas (comércio, agricultura, tarifas), civis (decretos, nomeações, nascimentos, óbitos) e literárias, funcionando como veículo oficial de informação de Haiti colonial.

PARTE -I

NEM NAPOLEÃO, NEM OS ILUMINISTAS

Vários autores consideraram o século XVIII como um período de grande importância histórica, principalmente devido aos chamados "progressos" e às profundas mudanças que ocorreram na Europa, especialmente em relação às Revoluções Industrial e Francesa. A Revolução Industrial que teve início na Inglaterra trouxe transformações significativas no modo de produção, na estrutura do trabalho e nas relações sociais, permitindo entre outros resultados, o aparecimento e a solidificação de uma nova classe social. No cenário francês, a Revolução de 1789 não só reestruturou os fundamentos políticos e sociais do país, mas também ajudou a espalhar e consolidar os princípios iluministas na Europa e na América. Esses ideais fortemente promovidos pelos intelectuais da época eram baseados nos princípios de liberdade "igualdade" e fraternidade. Apesar de esses discursos não terem sido criados em uma escala universal, pois seus efeitos e usos eram restritos geograficamente e apresentavam exclusões notáveis, é inegável o impacto considerável que ambas as revoluções tiveram na formação das chamadas sociedades modernas. Entretanto, quando esses ideais são observados a partir do continente americano, o chamado Novo Mundo, evidencia-se um cenário marcado por profundas contradições. No Haiti colonial, por exemplo, grupos de escravizados que historicamente foram tratados pelas potências coloniais europeus como objetos e mercadorias nas sociedades desafiaram ativamente a ideologia colonial e o sistema escravista. As diversas formas de resistência à escravidão e ao colonialismo europeu precederam até mesmo os importantes discursos políticos provenientes da Revolução Francesa e do iluminismo. Essas resistências se manifestaram de formas variadas, caracterizadas por afogamentos durante a travessia do Atlântico. Suicídios nos navios negreiros, abortos praticados por mulheres que preferiam não ver seus filhos nascerem na escravidão, tentativas de fuga e envenenamento do próprio corpo e recusa sistemática em aceitar a condição de mercadoria imposta pela ordem colonial. Essas práticas e outras refletiam uma decisão deliberada das pessoas capturadas, caracterizada pela afirmação de sua humanidade e pela busca constante pela liberdade. Historiadores como Gautier (2010, p. 203), Trouillot (1995) Dubois (2004) e Jean Casimir (2020) chamam atenção para o fato de que os revolucionários haitianos não foram simples receptores das ideias europeias. Eles reinterpretaram, ampliaram de forma profunda os princípios de liberdade e igualdade, levando-os a consequências que muitos revolucionários franceses não estavam dispostos a aceitar, especialmente quando se tratava da abolição da escravidão e da igualdade racial.

Nesse contexto, a Revolução Haitiana não deve ser compreendida como uma simples consequência da difusão dos ideais iluministas ou da Revolução Francesa. Ela foi sobretudo, o resultado de uma longa tradição de resistência construída pelos africanos escravizados e seus descendentes no Haiti colônia. Embora os acontecimentos de 1789 tenham fornecido novas linguagens políticas associadas aos direitos naturais, à igualdade e à cidadania, os revoltados haitianos já possuíam suas próprias concepções de liberdade, forjadas a partir de experiências coletivas de luta contra a escravidão e o colonialismo. Ao reivindicaram o fim da escravidão e a igualdade entre todos os seres humanos, os líderes e combatentes da Revolução Haitiana revelaram as contradições do universalismo europeu que proclamava direitos universais enquanto mantinha milhões de pessoas submetidas ao cativeiro. A independência do Haiti proclamada em 1804 por Jean-Jacques Dessalines representou, portanto, mais do que a ruptura com o domínio colonial francês. Ela constituiu uma redefinição dos próprios princípios de liberdade e igualdade, ampliando seu alcance para aqueles que haviam sido excluídos da condição de sujeitos políticos. Se tornando-se um dos acontecimentos mais importantes da história moderna ao transformar ideais abstratos em direitos concretos, demonstrando que os valores universais só podem ser considerados verdadeiramente universais quando se aplicam a todos os seres humanos, independentemente de sua cor de pele, de sua origem ou condição social. Ou seja, os revolucionários haitianos demonstraram que a universalidade dos direitos não poderia coexistir com a escravidão ou com a discriminação racial. Nesse sentido, a Revolução Haitiana pode ser entendida como uma das expressões mais profunda do universalismo moderno, uma vez que transformou direitos proclamados em teoria em direitos efetivamente aplicados a uma população historicamente minimizada.

Resistências e revoltas

A Revolução Haitiana de 1791-1804 carregou um legado profundo de resistências contra a ordem colonial-escravista que por séculos sustentava a prosperidade na colônia. Muito além de uma simples insurreição de escravizados, o movimento revolucionário foi resultado de um longo processo de tensões sociais, econômicas políticas e raciais acumuladas ao longo do século XVIII. Entre as reivindicações por direitos civis e políticos e a luta pelo fim do trabalho escravo, as primeiras pedras de uma revolta impensável foram lançadas. Em agosto de 1791, no Congresso do Bois Caiman, sob as orientações do sacerdote Boukman e da sacerdotisa Cécile Fatima, primeira mulher, não única, cuja participação decisiva foi registrada nos movimentos contra a escravidão. O Congresso representa um ato unificador na memória

coletiva haitiana e permanece um símbolo da união e de resistência, na qual as mulheres ocupam um papel preponderante, como relembra este autor:

> (...) Em fevereiro de 1792, marchámos para atacar um campo de negros que se encontrava no Fonds Parisien na planície do Cul-de-Sac. [...] No caminho foram cortadas aves, e rodeado de pedras dispostas artisticamente, e uma dúzia ou mais dez ovos partidos, e rodeados por grandes círculos [...] O meu medo foi quando vimos os negros pulando e mais de duzentas negras dançando e cantando, muito confiante, e a sacerdotisa de Vodu não tinha fugido. Era uma negra bonita e bem-vestida. Questionei várias negras em particular. Não conseguimos compreender como tínhamos conseguido ultrapassar os obstáculos que a grande senhora de Vudu tinha multiplicado sob os nossos passos. Esta sacerdotisa era uma bela negra crioula da residência de Boynes[24] (...) (Malenfant, p. 215 *apud* Gauthier, 2010, p. 25-26)

A participação de mulheres no processo revolucionário da América não era algo incomum, conforme sustenta Ângela Davis.

> [...] Uma mulher não se diferenciava de um homem nos campos de lutas na colônia. Se elas sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam de igualdade com seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão [...]. (Davis, 2016, p.31).

As lutas das mulheres tiveram um papel importante não só na Revolução Haitiana, mas também nos movimentos de resistência em Guadalupe e na Martinica, entre outros, que estavam sob o jugo colonial francês. Embora tenham participado ativamente de várias formas de mobilização política, militar e cotidiana, essas mulheres ficaram à margem das narrativas históricas por muito tempo. Diferentemente de interpretações como a de Édouard Glissant, que coloca os homens como principais agentes do ideal universal de liberdade e destaca as dinâmicas políticas lideradas por homens, este estudo defende que as mulheres também desempenharam um papel central na contestação da escravidão. Em vez de se conformarem com o sistema colonial, elas criaram táticas de resistência, se envolveram nas redes de insurgência e ajudaram na formação dos movimentos revolucionários que mudaram as sociedades caribenhas. Essa perspectiva difere das ideias defendidas por proeminentes pensadores da tradição ocidental. *Em Émile ou De l'éducation, Jean-Jacques Rousseau* (1999) confere às mulheres uma função predominantemente doméstica, moldando sua educação de acordo com as demandas do homem e da vida familiar. De forma semelhante, Georg Wilhelm

[24] Versão original. En février 1792, nous avons marché pour attaquer un camp de Noirs qui se trouvait dans le Fonds Parisien sur la plaine du Cul-de-Sac. [...] Sur la route se trouvaient des oiseaux coupés, et entourés de pierres disposées avec art, et une douzaine ou plus de dix œufs cassés, et aussi entourés de grands cercles [...] Ma crainte fut quand nous vîmes les Noirs sauter et plus de deux cents femmes noires danser et chanter, très confiantes, et la prêtresse vaudou ne s'était pas enfuie. C'était une belle femme noire, bien habillée. .... J'ai interrogé plusieurs femmes noires en privé. Ils ne pouvaient pas comprendre comment nous avions réussi à surmonter les obstacles que la grande dame du vaudou avait multipliés sous nos pas. Cette prêtresse était une belle créole noire de la résidence des Boynes.

Friedrich Hegel, ao abordar a diferença entre os sexos, defende que homens e mulheres têm uma vocação natural diferente: os primeiros estariam destinados à ciência, à vida pública e ao Estado, enquanto as segundas estariam destinadas ao espaço familiar e à esfera privada. Hegel acredita que as mulheres não deveriam ocupar cargos governamentais, pois considera que suas ações seriam guiadas mais por sentimentos do que pela racionalidade necessária para a gestão dos assuntos públicos. Por outro lado, pesquisas dedicadas na história colonial do Caribe desafiam essas ideias ao destacar o papel político e militar das mulheres. O historiador haitiano Jean Fouchard e o historiador de Guadalupe Oruno D. Lara enfatizam o papel central das mulheres nas lutas contra a colonização e a escravidão, concedendo-lhes papéis de liderança, organização e resistência nos movimentos revolucionários (Gauthier, 2010, p. 197-198).

Resistir é sagrado. E quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem, destacava Rosa Luxemburgo. Os escravizados, “homens e mulheres” na chamada América francesa, acorrentados desde os barcos negreiros às colônias, se movimentaram? Se resistiram? Quais foram os meios e as formas de resistência? Havia diferença de uma colônia para outra? No trabalho de Jean-Pierre Le Glaunec, intitulado *Résister à l’esclavage dans l’Atlantique français: aperçu historiographique, hypothèses et pistes de recherche* publicado em 2017 é apresentado um levantamento de autores e estudos que abordam a denominada "América francesa". Nesse estudo, o autor realiza uma comparação quantitativa entre as produções que discutem os temas "Resistência e Marronage" e as da América anglófona. O resultado obtido pelo autor e que pudemos atualizar mostra especificamente na França uma escassez de produções nos debates que abordam os temas mencionados acima. Há alguns autores que realizaram estudos de alta qualidade, nos quais a questão das formas de resistência nas colônias é o foco principal dos debates. Arlette Gautier, *Les soeurs de Solitude. Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe siècle* (2010) e mais recente, Phillip Thomas Tucker em *Gran Toya: Founding Mother of Haiti, Freedom Fighter Victoria Toya Montou* (2020) e Bayyinah Bello em *Sheroes of the Haitian Revolution* (2021), estudos raros, discutem de forma singular a resistência femininas nas antigas Antilhas colonizadas pela França; Jean Fouchard, em *Les marrons de la liberté : histoire et littérature haïtienne* (1998); Gabriel Debien, em *Les esclaves aux Antilles françaises (XVIIe- XVIIIe siècles* (1975); Yvan Debbasch, *Le marronnage : essai sur la désertion de l’esclave antillais*, 1961); Yves Benot, Marcel Dorigny (org.), em *Grégoire et la cause des Noirs* (1789 - 1831). *Combats et projets* (2005) têm focos específicos nos estudos sobre a escravidão no Haiti Colonial, Josette Fallope em *Esclaves et citoyens*. *Les Noirs à la Guadeloupe au XIXe siècle dans les processus de résistance et d’intégration* (1992) e Lucien-

René Abénon em *La révolte avortée de 1736 et la répression du marronnage à la Guadeloupe* (1983) únicos desta natureza, que dedicaram suas pesquisas a Guadalupe e a Martinica.

É sabido que as práticas de resistência eram variadas e diversificadas, portanto, não se limitando apenas ao Haiti colonial ou revolucionário, nem às demais antigas colônias francesas. Elas estavam presentes em todos os locais onde a escravidão e a colonização europeia ocorreram. Por exemplo, Carolyn Fick (2017, p.15) destaca que as formas de resistência variavam de acordo com cada grupo, levando em consideração a origem étnica e a posição na hierarquia social. Um segmento das produções do arquivo nacional ultramarino francês ilustra essa diversidade nas formas de resistência, embora não abranja todas elas.

> Nas plantações a resistência assumiu diversas formas, desde a recusa de trabalho, envenenamento, sobrevivência por meio da formação de grupos de autoajuda entre os escravos, até rebelião, infanticídio e suicídio. [...] A partir de redes clandestinas de relações sociais e ajuda mútua entre escravos de diferentes plantações foram criadas durante o século XVIII, sociedades" ou "comboios de escravos" - como eram chamados em Guadalupe e na Martinica - que se reuniam, principalmente, quando um de seus membros morriam e eram identificados por sinais distintivos (crachás ou fitas coloridas). A resistência cotidiana é refletida ao longo dos séculos, o surgimento de culturas reais, apoiadas por crenças religiosas e tradições orais. Elas são expressas no vodu (Haiti), na Santeria (Cuba), Candomblé (Brasil) por meio das narrativas históricas, da música e da transmissão oral [...] Uma análise dos eventos que ocorreram na Martinica e em Guadalupe entre 1820 e 1840 fornece ampla evidência do poder dos grupos conhecidos como "sociedades" de escravos, que as autoridades foram incapazes de controlar e colocar sob controle. (COMITÉ TI-JO MAUVOIS, 2016, P.4) (Tradução nossa)[25].

Conforme apontado por Handerson (2015) a língua crioula desempenhou um papel de mentor e denominador comum, facilitando a comunicação entre diversas etnias, além de outras formas de resistência. Ademais, havia a dança, um elemento único de resistência. Segundo Jacqueline Rosemain, a música como meio de resistência nas colônias tinha duas fontes: uma

[25]Sur les plantations, le fait de résister prend de multiples formes, allant du refus de travail, des empoisonnements, d'une survie par la formation de groupes d'entraide entre esclaves, jusqu'aux phénomènes de rébellion, mais aussi à l'infanticide et au suicide. Les empoisonnements, les incendies de bâtiments et de champs de canne, les refus de travail ou de respect des horaires sont fréquents. Des réseaux clandestins de relations sociales et d'entraide entre esclaves de diverses plantations se constituent au cours du XVIIIème siècle, des « sociétés » ou « convois d'esclaves » - ainsi sont-ils désignés en Guadeloupe et en Martinique – qui se réunissent notamment lors de la mort de l'un d'entre eux et se reconnaissent par des signes distinctifs (port d'insignes ou de rubans de couleur). La résistance au quotidien se traduit, au fil des siècles, par l'apparition de véritables cultures, que soutiennent croyances religieuses et traditions orales. Elles s'expriment notamment au sein du vaudou (Haïti), de la santeria (Cuba), du candomblé (Brésil), du candombé (Uruguay, Argentine), par des contes, par la musique et dans la transmission d'un héritage exceptionnel. L'analyse des événements survenus en Martinique et en Guadeloupe dans les décennies 1820- 1840 fournit de multiples témoignages de la puissance des groupements dits « sociétés » d'esclaves que les autorités ne réussissent pas à contrôler et à maîtriser. Extrato disponível no site: Les résistances des esclaves au système esclavagiste en Martinique du XVIIe siècle à l'abolition. Disponível em : https://docplayer.fr/47069193-Les-resistances-des-esclaves-au-systeme-sclavagiste- en-martinique-du-xvii-eme-siecle-a-l-abolition.html consultado em 02/06/2023

era trazida pelos escravizados provenientes da África, e a outra pelos engagés[26] que cantavam e dançavam no estilo de seu país de origem, especialmente as contradanças. (Rosemain, 1990, p. 17). Ao citar apenas duas categorias como grupos que influenciaram a dança, a autora ignora os "crioulos", população nascida na colônia. Contudo, apesar dessa omissão, sua análise revela como a dança desempenhava um papel central no cotidiano dos escravizados, uma vez que as canções e contos sagrados se tornaram a única âncora para eles, estabelecendo um elo entre todos, independentemente da origem. Fouchard, em *La Méringue, danse nationale d'Haïti* (1988, p. 6-7), explora essa ideia de forma mais detalhada, mostrando que a dança tinha um papel fundamental na vida dos escravizados, funcionando não só como uma prática cultural, mas também como um espaço de sociabilidade, preservação das tradições africanas e afirmação da identidade na sociedade colonial. Segundo o autor, as manifestações coreográficas iam além do aspecto festivo, servindo como meios de expressão coletiva e resistência simbólica ao sistema escravista. De la Danse (1801, p. 5-6) de Moreau de Saint-Méry também atribui um significado social e político significativo à dança. De acordo com o autor, ela simbolizava a memória das batalhas e evocava sentimentos de honra, pertencimento e amor à pátria, reforçando entre os participantes o compromisso de lutar pela liberdade, mesmo diante da possibilidade da morte. Em um trabalho diferente, *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'île Saint-Domingue* (1797, p. 52-60), Moreau de Saint-Méry menciona várias danças africanas presentes em no Haiti colonial, como a Chica, o Calenda e as práticas cerimoniais associadas ao Vodu. Essas expressões culturais tiveram um papel significativo na manutenção das tradições africanas e na formação de redes de apoio entre os escravizados, ajudando a reforçar identidades coletivas e estratégias de resistência à opressão colonial.

O suicídio, sendo o mais antigo e, portanto, mais frequente, teve início já nos navios negreiros quando estes partiam da costa africana ou durante a travessia. Certos grupos étnicos aparentavam ser mais inclinados ao suicídio do que outros, como as Minas do Togo, os Bissagos e os Quiambas. (Armand. 1997, p. 190). Fouchard (1988), Fick (2017). Thibaud de Chauvallon afirma que alguns africanos de determinadas regiões acreditavam na vida após a morte, imaginando que poderiam retornar à sua terra natal por meio da morte. Gabriel Debien, em *Les esclaves aux Antilles françaises – XVIIème -XVIIIème siècle*, defende que as revoltas e suicídios ocorreram durante a travessia da costa, tanto de maneira individual quanto coletiva.

[26] Os engagés foram pessoas que tiveram contratos de trabalhos limitados. No entanto, Padre Du Terre em sua obra "Histoire Générale des Antilles habitées par des français" citada no decorrer do deste texto, denunciou maus tratos e condições de trabalhos desumanas em evolução nesta categoria.

De acordo com o autor, os capitães e fazendeiros notaram que certos grupos étnicos eram inclinados ao suicídio, ao passo que outros preferiam a morte do que permanecer na escravidão. Um dos pontos ressaltados neste trecho que consideramos essencial para nossa análise, diz respeito à referência feita pelo autor às mulheres, aos diversos grupos étnicos e à cor da pele. Esses fatores desempenharam um papel importante na justificativa e orientação da compra de várias escravizadas, incluindo a *mulatresse Solitude*, vendida em Guadalupe. (Debien, 2000, p. 396- 398). Para as mulheres, o suicídio tanto individual quanto coletivo e as fugas pareciam ser os métodos mais eficientes de resistência. Além de serem uma solução desesperada para o escravizado que não vê outra saída, esses também representam um gesto pelo qual, ao atacar sua própria pessoa, ele atinge a propriedade de seu senhor, destruindo-se como mercadoria. (Girod-Chantrans, citado por Gauthier, 2010, p. 199).

No livro Récits de vieux marins (1883), Albert Laporte narra um episódio em que um grupo de aproximadamente quatorze mulheres se lançou ao mar no dia 23 de março de 1738. Além disso, relata o trágico caso de duas crianças que foram afogadas por sua própria mãe. Os inventários notariais do departamento-estado de Nippes, situado no atual Haiti, documentam, por exemplo, entre 1721 e 1770: 138 fugitivos, dos quais 16 eram mulheres e 122 homens. Nesse cenário, as mulheres constituem apenas 11% (desconsiderando as declarações sobre fugas, nas quais o número é normalmente desconhecido). De um total de 721 homens, 39 conseguiram escapar (5,4%), ao passo que apenas 8 de 436 mulheres (1,8%) lograram êxito na fuga. Gautier (2010) acredita que a menor presença feminina nesse movimento pode ser atribuída não só à desigualdade de gênero nos ambientes de trabalho, mas também à falta de registros concretos das fugas desse grupo durante esse período. Levando em conta que, de 1764 a 1791, essa porcentagem aumentou de 13% para 19%.[27]. *Les Affiches Américaines*, um dos primeiros jornais da colônia, foi publicado no Haiti colonial de 1766 a 1780. O jornal tinha sua sede em Cap-Haitien. O jornal mantém a tradição dos affiches que foram divulgados anteriormente na Europa, os quais eram voltados principalmente para anúncios oficiais, comerciais e privados. Incluía avisos de vendas, anúncios de navios, ofertas de emprego, decisões administrativas, além de informações econômicas e sociais essenciais para a vida colonial. As *Affiches americaines* desempenharam um papel crucial na divulgação de informações entre autoridades, colonos e envolvidos no comércio atlântico. Este jornal, além de registrar a evolução da impressão e da imprensa no mundo colonial do século XVIII, também reflete a organização, as preocupações e as disparidades da sociedade escravocrata no Haiti

[27]Jean Fouchard por este mesmo período menciona uma porcentagem entre 15 e 20 % de mulheres presentes no movimento de Marronage, como mencionado anteriormente no decorrer do texto.

colonial. Os anúncios publicados relatam fugas de escravizados de diversas plantações na colôniaque resistiam ao sistema escravista.

A seguir, citamos alguns anúncios publicados no referido jornal e nos períodos mencionados, que envolvem apenas fugas de mulheres ocorridas nessa primeira fase, em 1766, entre janeiro e dezembro. Os anúncios foram divulgados em duas seções do jornal hebdomadário: a principal, intitulada Nègres marrons, e a secundária, denominada "Anúncios diversos". Como o próprio nome indica, a primeira era dedicada exclusivamente às notícias de fugas de escravizados, enquanto na seção “Anúncios diversos” podiam ser encontradas notícias de outras categorias, como transações de bens (terrenos, animais e escravizados).

Affiches Américaines; quarta-feira 01 de janeiro de 1766, nº [1] -seção [Nègres marrons], uma negra de nação Misérable, de nome de Marie-Louise, estampada no seio direito FC, acompanhada com uma criança de seis meses, ela pertence ao senhor Berger, morador da cidade de Cap.

Quarta-feira 08 de janeiro de 1766, nº [2] -seção [Nègres marrons]; uma negra, recém-chegada, de nação Mandingue, fugiu em 04 de janeiro, estampada no seio esquerdo VIARD, ela não consegue dizer seu nome e nem seu senhor; no dia 05 do mesmo mês, outra negra, de nação Misérable, de nome Pallas, estampada no seio esquerdo LAMOTE disse ser pertencia a senhora Arnotte, moradora da cidade de Limonade.

15 de janeiro de 1766, nº [3] -na seção [Nègres marrons], registraram-se as fugas da Zabeau, negra da nação Mondongue, cuja estampa ilegível; e outra negra, nação Congo de nome Franchon, estampada no seio esquerdo FINOT pertence ao senhor Finot, habitante da cidade de Limbé.

Em 22 de janeiro de 1766; nº [4] -seção [Anúncios Diversos], uma jovem mestiça, de cerca de 16 anos, não estampada, alta com um rosto comprido e um dente estragado. Pertence ao senhor, Cottin, da província da cidade de Cabo haitiano. Na mesma seção, registrou-se a fuga de uma crioula negra, de nome Agathe, estampada, LYON, fugida, há três meses. Pertencia anteriormente ao Sr. Lebon, residente em Cabo, que a vendeu ao Sr. la Paire, residente em Le Dondon, a que pertence atualmente.

No dia de 29 de janeiro, nº [5]- seção [Nègres marrons], registrou-se, a fuga de uma negra, de nome Nanon, nação Congo, estampada ARDISSON, de 40 anos, recusou-se dizer seu nome, pertence ao senhor David; no mesmo número, aparece anúncio relativo à fuga da Victoire, 20 anos, nação Fond, estampada no seio esquerdo MAG pertence ao senhor Cocher, comerciante na cidade de Cabo; negra de nação Congo, de nome Zabert, 36 anos, estampada nos dois seios, LORES no esquerdo e DUMAS, no do direito, recusou-se dizer seu nome; outra

negra, de nação Congo, entre 38 e 40 anos, não estampada, fugiu desde no início do mês, pertencia ao senhor Sabatier, comerciante na cidade de Cabo.

No 5 de fevereiro de 1766, nº [6] -seção [Nègres marrons], fuga da mulher negra, de nome Marie-Jeanne, pertence ao senhor Pierre Cadou, da cidade de Dondon; negra de nome de Zabert[28], estampada nos dois seios LOHIER, pertence à senhora Lohier. Em 12 de fevereiro, nº [7] seção [Nègres marrons] fuga de uma negra, nação Mina, de nomeFlore, pertence a Angélique, mulher livre de cor, da cidade de Cap.

Na publicação nº [8] seção [Nègres marrons] do jornal Affiches Américaines, do 19 de fevereiro, registrou-se a fuga da Marthon, 25 anos, nação Adia, pertence ao senhor Tabois; mulher negra, de nome flore, estampada no seio direito BROSSAR, pertence ao sr. Brossar; outra negra fugida, recentemente chegada, estampada nos dois seios MICB, não estava em condição de dizer seu nome.

Em data de 5 de março, nº [10] -seção [Nègres marrons], negra, de nação Bambara, de nome Marianne, pertence a sr. Gault, morador da cidade de Artibonite; uma negra, Congo, de nome Vivianne, estampada no seio direito CP, pertencendo a sra. Marquise de Choiseul.

12 de março, nº [14], -seção [Nègres marrons], foi registrada a fuga de uma mulher negra, idade de 30 a 32 anos, não consegue dizer seu nome e de seu proprietário; uma negra crioula, de nome Madeleine, 26 a 28 anos de idade, altura comum, estampada de DB, fugiu desde 4 de outubro do ano passado; pertence ao sr Baude, de Léogane; outra negra crioula de nome Marie -Sille, muito escura, de ascendência senegalesa, de 25 anos de idade, com um dedo dobrado na mão direita, inscrita, CHAPDU AU CAP, abandonou a plantação, há 8 dias; a referida negra pertencia anteriormente, a mineurs Valere.

Em 19 de março, nº [12] - seção [Nègres marrons] o jornal publicou lista de 5 pessoas escravizadas que haviam fugido em grupo, da região de Léogane para ilha de La Gonave, dentre elas, uma negra, Joseph, homem, único achado do grupo, disse ter constatado a morte da negra, cujo nome não foi revelado.

Quarta-feira 2 de abril de 1766, nº [14] seção- [Anúncios diversos], uma negra, denominada Bibianne, nação Congo, alta e escura, estampada PC, fugiu, acompanhada de sua filha, de 9 anos, também escura, de nome Gertrude. Ambas pertencem ao sr Cordeil, na cidade de Fort-Dauphin ou sr Cottin, no Cabo.

[28] Este nome aparece também nos anúncios do dia 29 de janeiro, porém, parece que são pessoas diferentes, dado que pertencem a um senhor e plantação diferente.

No dia 9 de abril, nº [15] -seção [Nègres marrons] a fuga da Agathe, nação Fond, 25 anos, pertence a sr Beruc; uma outra da mesma origem étnica, denominada Babet, pertence a sra. Nanette, mulher livre de cor. 16 de abril, nº [16], seção [Anúncios diversos] uma negra, nação Congo, apelidada flore, tamanho pequena, idade de 28 a 29 anos, nariz comprido e boca e lábios grande, mal vestido, maneira de andar devagar, de mal humor, principal talento é costureira, fugiu há onze (11) meses levando consigo as suas roupas, ela pertencia a sr Habriac, cirurgião na cidade de Cap. O fato de ela não ter sido estampada, ela pode alegar ser livre ou pode haver que ela tenha um falso bilhete. Ela pertence ao senhor Chevalier-Lamarre, habitante de Cap, na rua du gouvernement, localizada próximo às ruas do cemitério e as das religiosas.

No dia 23 de abril de 1766, nº [17] foram registradas a fuga de três (3) mulheres, a notícia foi divulgada em dois rubrico do jornal, sendo duas denúncias em [Nègres marrons] (2) e uma em [Anúncios diversos] (1). Foram elas; uma negra crioula, de nome Marguerite, pertence a sr. Robert, da cidade de St Marc; negra de 18 anos, nação Congo, estampada no seio esquerdo IORGE, não consegue dizer seu nome e de seu proprietário; uma negra crioula da Jamaica, de nome Marie, entre 36 e 40 anos de idade, estampada no seio esquerdo, fugida desde 31 de março, pertence ao sr. Goriou, negociante da cidade de Port-de - Paix.

Quarta-feira 30 de abril, nº [18] na seção- [Anúncios diversos] uma negra de nome Cléone, batizada sob o nome Marie-Jeanne, nação Congo, 35 anos, pequeno tamanho, tem uma cicatriz na uma mão, entre o polegar e indicador, estampada AYMERY S. MARC, fugiu há três semanas, pertence ao sr. Galibert de Cap.

7 de maio de 1766, nº [19] seção- [Nègres marrons], uma mulher da nação de Nagô, de nome Françoise, pertence à sra. Brocatil, mestiça livre; uma negra crioula, de nome Christine, pertence ao sr. Petit-Trouars; na seção [Anúncios diversos], da mesma data foi registrado, grupo de sete (7) escravizados fugidos, entre eles, duas mulheres, uma de nome de Rosali, estampada I LEROY, e uma cuja nome não foi revelado, estampada GL, ambas pertencendo a sra. Lagarde; outra negra de nome Modeste, nação Arada, pele muito escura, de altura medíocre, faixa etária entre 22 e 23 anos, estampada ALMAN e PT PRINCE, fugiu há dois meses, pertence ao sr. Allemand, cirurgião a Port-au-Prince e au Cap.

Quarta-feira, 14 de maio, nº [20] -seção [Nègres marrons] uma negra crioula, 23 anos, tem rosto redondo, alegar ser livre; outra negra de nome Marie, pertence ao sr. Pierrot vandon; uma mulher crioula, de nome Jeanne, pertence ao sr. Laporte.

21 de maio, nº [21] -seção [Nègres marrons], uma mulher crioula, de nome Françoise, amamentando sua criança, pertence ao sra. Gaye; outra negra crioula, de nome Marie-Jeanne,

pertence a habitação Vaudreuil, Morne Rouge; em [Anúncios diversos] uma mulher, nação Mina, ela vende pão, estampada BLANCHARD, fugiu há doze (12) dias.

Quarta-feira 28 de maio, nº [22] -seção [Nègres marrons], uma negra de nome Françoise, nação Nagô, pertencendo a uma mulher livre no interior da cidade de Grand Goâve; outra mulher, crioula, de nome Marguerite, estampada no seio BM (outras letras ilegíveis), pertence ao sr. Hubert, morador da cidade de Cabo, na seção [Anúncios diversos], duas negras estampadas LABOR DE P, amarradas juntos, fugiram desde o início deste mês, pertencem ao procurador da cidade de Cap, sr. Laborde.

Na publicação do nº [23] de 4 de junho de 1766, na seção [Nègres marrons], fugiu da cidade Léogane, uma mulher de nome Marie-Catherine, estampada CODINO e de baixo, CCUPO, pertence a sra. Manon Drouillac, moradora de Port-au-Prince, em Fort-Dauphin, outra negra, nação Congo, de nome Flore, estampada COCKBURN (sem nome de proprietário).

11 de junho, nº [24] -seção [Nègres marrons], na cidade de Cap, uma negra crioula, de nome Françoise, estampada SMF, diz ser pertencia ao sr. Brouffet e ao sr. Fontenulles.

18 de junho, nº [25] seção [Nègres marrons], uma negra chamba, de nome Marie-Louise, estampada CB, pertence a sra. Farifé; em rubrico [Anúncios diversos] uma negra de nome Zabert, nação Nagô, faixa etária entre 26 e 28 anos, altura 5 pés (1,52 cm), não estampada, muito escura, magra, chegada na colônia há seis (6) meses, fugiu no dia 6 deste mês, pertence ao sr. Canivet negt, morador da cidade de Cap; cinco (5) escravizados recém-chegados fugiram no dia 8 deste mês, dentre eles, duas jovens mulheres, ambas estampadas D. BUTLER, pertencem ao procurador, sr. Butler, de Dame Rouge.

Quarta-feira 25 de junho, nº [26] -seção [Nègres marrons], uma mulher tiamba, recém-chegada, estampada ilegível; outra negra, nação Congo, de nome Colette, estampada no seio esquerdo MB, pertence ao sr. Bailly, de Cap. Em [Anúncios diversos] grupo de 4 escravizados fugiram no dia 8 deste mês, cuja uma jovem Mondongue, recém-chegada, não estava estampada.

No dia 2 de julho de 1766, nº [27] -seção Nègres marrons, em Cayes, uma negra, disse ser uma crioula da Martinica, estampada no seio direito VIEAV; outra negra crioula, pertence ao sr. Labady, morador da região de Trou du Nord.

Em 9 de julho de 1766, nº [28] -seção [Anúncios diversos], negra crioula, de nome Marie, estampada IG, grande, voz alto, 40 anos, fugida há dois meses, disse ser livre, pertence a sr. Edeline, carpinteiro da cidade de Borgne; uma negra arada, alta, de nome Éléonore, de 40 anos, marcada, FOACHE, fugiu há um mês, pertence ao senhor M. Foache, Negt de Cabo; uma jovem mulher, crioula, de nome Marie, estampada V. TARDIVY, pertence a Troishenris.

16 de julho, nº [29] seção- [Nègres marrons], fugiu uma negra Poular, de nome Catherine, estampada no seio esquerdo BEAVT, de 23 anos, que pertence à sra. Henriette, livre de cor, na cidade de Limbé; em [Anúncios diversos] do mesmo número, uma mulher mestiça, de nome Jeanne, alta, marcas de feridas na pele, de 26 anos de idade, estampada dos dois lados do pescoço, PA, fugiu no dia do Natal, pertence ao senhor Germaine Aunay, M.L, morador de Cabo.

23 de julho, nº [30] seção- [Nègres marrons], uma negra Nagô, Marie-ursulle, estampada no seio esquerdo FERARIBOGE, pertence ao sr. Ferrary.

30 de julho nº [31] seção [Nègres marrons], cidade de Saint Louis, fugiu uma negra crioula, Catherine, que pertence ao sr. Lazarre, comerciante de Léogane; em [Anúncios diversos], uma negra senegalesa chamada Marie-Louise desertou, pertence ao sr. Devarse, que vive em Trou. Pede-se a quem tiver conhecimento deste fato que informe o Sr. Rigaud, Négt. em Cap, ou o Sr. de la Riviere, Procurador em Fort-Dauphin; na mesma rubrica, outra fuga foi registrada, da mesma origem étnica; da mulher negra, senegalesa, de nome Victoire, não estampada, com idade entre 30 e 35 anos, um pouco encurvada, com cerca de 1,80 m de altura, com duas marcas na face esquerda, uma em cima da outra, quase redondas, um pouco ocas, e com o peito esquerdo mais comprido do que o direito, está fugida desde quinta-feira, 24 deste mês. Levava consigo um Negrillon, o seu filho, chamado Jean- Baptiste, de 15 ou 16 meses. Pede-se a quem a reconhecer que avise o Sr. Jogues, comerciante em Cap, rue de la Fontaine, que recompensará quem lhe apresentar.

6 de agosto de 1766, nº [32] seção- [Nègres marrons] um casal recém-chegado, fugiu da cidade de Petit-Goâve, a mulher, estampada no seio direito CHR; em Porto Príncipe, foi registrada a fuga de outro casal, a mulher, nação Nagô, estampada (escrita ilegível); outra fuga de uma jovem da nação Nagô, estampada KLD, pertence a sra. Lalande, do Boucanssen; em Cap, a fuga da Cécile, negra crioula, disse ser pertencente a uma mestiça livre, da casa do sr. Sarazzin; grupo de três (3) escravizados da Costa de Ouro, fugiram, sendo uma mulher, de nome Charitte, estampada LH e no peito D´HUGUES, desertou há seis (6) semanas, pertence ao sr. Cessiles, capitão ajudante do regimento de Léogane.

13 de agosto, nº [33][29] seção- [Nègres marrons], em Fort-Dauphin, uma griffe[30], de nome Marie-Louise, disse ser livre de nascimento, e filha de Eléonore, mestiça; outra fuga, na

[29] Os arquivos consultados não localizam as atividades do nº34 do jornal, assim passamos para o próximo número, do mesmo mês e ano.

[30] De acordo com a subdivisão de cor de pele elebarado por Moreau de St Méry (1797, p. 80), a pessoa denominada de Griffe pode ser fruto de mistura de cinco combinações: entre negro e mulato, negro e marabout, do próprio griffe entre eles, grife e sacartra e por último entre marabout e sacartra

cidade de Cap, uma negra, de nome Badet, nação Nagô, não estampada, não consegue dizer o nome de seu proprietário; em [Anúncios diversos], uma negra crioula, de nome Catin, não estampada, 25 anos, marcada de pequena varíola, fugiu no mês de abril, pertence ao sr. Martel, da localidade Petit Trou de Nippes.

Quarta-feira , 27 de agosto, nº [35] seção [Nègres marrons], uma negra senegalesa, de nome Nanette, acompanhada de seu filho, disse ser pertencia a sra. Denis, de Cap; outra negra, crioula, de nome Marie, pertence ao sr, Daudin, de Cap; fuga coletiva de nove (9) escravizados, entre eles, quatro (4) mulheres, sendo três (3) nominadas, respectivamente, Haphie, Zabet e Cécile, estampadas QUESTAN, a última de nome Catherine, estampada REDON, todas pertencem ao sr. Rochelois; uma negra, mesurade, de nome Felicité ou Cité, 20 anos, estampada no seio esquerdo ROBILARD, desertou desde no dia 23 do mês, pertence ao sr. Robillard, negociante da rua Fontaine.

3 de setembro de 1766, nº [36] -seção- [Nègres marons], em Porto Príncipe, uma negra arada, de nome Victoire, estampada no seio esquerdo MO, pertence a sra. Aubry, mulher livre de cor; na localidade de Port-de-Paix uma mulher negra, estampada no seio esquerdo HONDAGNE; outra fuga, em Cap, uma negra Mondongue, de nome Magdelon, recusou-se a dizer o nome de seu proprietário,10 de setembro, nº [37] -seção- [Nègres marrons] não há fuga registrada.

17 de setembro, nº [38] -seção- [Nègres marrons], em Fort-Dauphin, uma negra, nação Congo, de nome Marion, estampada ilegível; em Cap, outra negra crioula, de nome Nanette, estampada no seio esquerdo C. FRVAISE, pertence à sra. Valin, moradora da cidade; duas negras, sendo uma recém-chegada, tendo no pescoço um colar de ferro; outra de nome Damba, nação Congo, ambas estampadas DDA no seio direito, em [Anúncios diversos], negra, nação Congo, de nome Marianne, 45 anos, cuja estampada queimada, pertencia antes a Tendron de Port-de- Paix, fugiu há um mês, pertence agora ao sr. Boulard, comerciante du Cap.

Na publicação de 24 de setembro, nº [39] -seção- [Nègres marrons], na cidade de Saint Marc, uma negra, recém-chegada, nação Mandingue, 20 anos, não estampada; em Cap, uma negra crioula, de nome Catherine, estampada nos dois seios ST. NUDEC, pertence ao Sr. Cadet; em [Anúncios diversos], uma negra, nação Kiamba, de nome Therèse, 50 anos, fugiu há dois meses, pertence ao sr. Lacage, economista, gerente de Pellerin da Artibonite.

Publicação de 1 de outubro de 1766, nº [40] - seção Nègres marrons, au Cap, uma negra, nação Mina, nomeada Marthe, estampada no seio esquerdo IDV, disse ser pertencia ao senhor La borde, habitante da cidade. Na mesma seção, outra negra de nome Thérèse, estampada no

seio esquerdo A. JACOB, disse ser pertencia a Babert, mulher negra livre, moradora de Petite-Ance.

Em 8 de outubro nº [41],- seção [Nègres marrons] na cidade de Cabo, negra de nação Tiamba, de nome Génevieve estampada no seio esquerdo ARMES, propriedade do senhor Armès.

15 de outubro nº [42] - seção [Nègres marrons] outra negra nomeada Genevieve, estampada PERAQVE, pertencia a sra Toinette,moradora da cidade de Croix des Bouquets.

Publicação de 22 de outubro, nº [43] - seção [Nègres marrons] relata a fuga na cidade de Fort Dauphin, de uma negra de nação Congo, nomeada Marie, estampada no seio direito IT, disse ser propriedade de do senhor Tornelier. Na cidade de Cabo outra negra de nação Mina, de nome Lizette, visão monocular, disse pertencia ao senhor Laporte, açougueiro da cidade de Terrier-rouge. Na mesma data, uma negra Fond, nomeada Zabert, disse ser pertencia ao senhor Dugus, morador da região Bonnet.

Ainda na publicação de 22 de outubro, na seção [Faits Divers], uma negra nomeada Zabert, de 28 anos, magra, estampada no seio esquerdo PILLET & TROU, fugida há mais de oito meses, propriedade se senhor Duchefine; outra negra Créole, nomeada Génevote ou Génevieve, 36 anos, disse ser livre pelo testamento de seu senhor, fugiu no dia 19 deste mês e está acompanhada de uma criança, uma menina, nomeada Anne, faixa etária entre 10 e 11 anos.

No mesmo número da seção "faits divers", uma negra Créole nomeada Flore de 35 anos, cozinheira e padeira, fugiu desde 22 de setembro, estampada VILLENISAN & PP, pertencer a M Taillet, negociante da cidade de Cabo. Outra fuga desde dia 20 de agosto, da negra nomeada Françoise, recém-chegada, estampada VAVDRY, pertencia ao senhor Vaudry morador da cidade de Dame-Marie.

Nenhuma fuga de mulheres foi notificada ou publicada na data de 29 de outubro de 1766 no número 44 do jornal.

Quarta-feira 5 de novembro de 1766, nº [45] -seção [Nègres marrons] na cidade de Saint Marc, uma negra recém-chegada[31], estampada no seio esquerdo, cujas letras são ilegíveis, de 30 anos, disse ser pertencia ao senhor Latapy, outra negra Créole, nomeada Marie, estampada no seio direito CP & C, disse ser pertencia ao senhor Le comte de Choifeul. Na seção [Avis divers] foi relatada a fuga de uma negra Congo de 26 anos, estampada TB, propriedade do senhor Lamotte, relojoeiro na cidade de Saint Marc.

[31] Nome não foi mencionado

12 de novembro, nº [46] - seção [Nègres marrons] duas negras recém-chegadas (nome não mencionados), ambas estampadas, no seio direito DIN, e outra negra nomeada Rotte, estampada no seio esquerdo VIEAV e no seio direito (letras ilegíveis) pertencia ao senhor Jean morador da cidade de cabo.

19 de novembro nº [47] - seção [Nègres marrons] uma negra Congo nomeada Marianne, estampada no seio direito, pertence ao senhor Le tornelier,

25 de novembro nº [48] - seção [Avis divers] uma jovem negra de 16 anos, nação Mesurade, não estampada, tendo uma grande marca no rosto, muito escuro do que a cor de sua pele fugiu desde 23 de outubro, propriedade de Magdelaine Rouané da cidade cabo. Fuga desde três meses de outra negra Congo, nomeada Françoise entre 40 e 45 anos, estampada MANX & FM, propriedade de senhor Pons, morador de Quartier-Morin, recompensa para quem a trouxe.

Quarta-feira 3 de dezembro de 1766, nº [49] seção [Avis divers] faz menção de fuga de um negro acompanhado de sua esposa, de nome Dédé, de nação Congo, idade 35 anos e três crianças dentre delas, duas meninas, de 12 anos e de 6 anos, nomeadas respectivamente Magdelaine e Charlote. Ainda na mesma data, uma negra de nação Ibo, de nome Adelaide, estampada MLG, declarada fugitiva há um mês, pertencia a senhora Grignotte ML, costureira.

Quarta-feira 10 de dezembro, nº [50] seção [Avis divers] uma escravizada crioula chamada Marie-Jeanne, estampada V. TARDIV.Y, com cerca de 28 anos, está foragida há seis semanas. Outra mulher negra de nome Marianne, fisicamente pequena, nação Congo, disse ser vendedora, estampada COSSE fugiu há dois meses, pertencia ao senhor Duruz e Duval.

Quarta-feira 17 de setembro, nº [51], seção {Nègres marrons] uma negra recém-chegada, nação Nagô, chamada de Babert, estampada no seio esquerdo FONPERTUY; na seção [Faits divers] uma crioula nomeada Jeanne, não estampada, faixa etária entre 15-16 anos, tendo marcas de chicotes no corpo, fugiu desde dia 8 deste mês, pertencia ao senhor Fontaine morador de Port-de Paix.

Quarta-feira 24 de dezembro, nº [52] -seção [Négres marrons] relata na cidade de Fort Dauphin, a fuga de três mulheres, uma mestiça de nome Catherine e duas negras nomeadas respectivamente de Catherine (outras pessoas com mesmo nome) e Françoise. (sem mais informações)

31 de dezembro de 1766, nº [53] - seção [Avis divers], fuga da negra, nação Arada, de 30 anos, estampada FC, fugiu desde 27 de novembro, pertenceu ao senhor M. Perad, morador da cidade de cabo.

Victor Schoelcher afirmava: "Houve marrons assim que os escravizados chegaram". Isso sugere que a resistência à escravidão era instintiva e imediata, ou seja, o escravizado nunca

foi um sujeito passivo, mas um agente que sempre buscou a liberdade desde o começo, assim como as práticas coercitivas coexistiram com a escravidão. As fugas representavam uma das formas de resistência mais contagiosas e geravam grande preocupação para os senhores. Nenhuma colônia ficou imune ao movimento que se transformou no marronnage, conforme recorda Schoelcher. Não é surpreendente que o Código Negro de 1685 as classificasse como um crime punível com mutilação e morte. É importante ressaltar que as fugas já eram severamente punidas muito antes da promulgação do referido código. Eram os conselhos coloniais que possuíam o poder de determinar as punições. Schoelcher descreve que, após a fuga do escravizado Seichoux, em 23 de julho de 1655, que era propriedade do senhor Antoine la Prairie, o conselho superior da Martinica optou por condená-lo à força. Seu corpo foi desmembrado e as partes expostas ao longo das vias. Ele foi acusado de ter guiado outros escravizados que queriam fugir e se juntar aos da região caribenha. No mês de outubro de 1658, os representantes da ilha se congregaram no conselho e deliberaram sobre a realização de uma expedição contra os foragidos. Em 1677, as leis foram endurecidas, e decidiu-se que os escravizados que permanecessem fugitivos por quinze dias a dois meses receberiam chicotadas e seriam marcados com uma flor-de-lis. E aqueles que fugissem por um período de dois a quatro meses teriam uma orelha cortada, enquanto os fugitivos por mais de seis meses sofreriam a amputação de uma perna. E obrigação era estabelecida com uma multa de 100 soles, moeda local da época, por cada escravizado fugitivo. Cada senhor era obrigado a comunicar a data da fuga para que o conselho pudesse determinar a punição em caso de recaptura. (Schoelcher, 1974, p. 424-25).

As fugas ocorriam com frequência assim como a repressão. Em 1639, o padre Dutertre mencionou uma fuga de escravizados em *Saint-Christophe* que gerou grande preocupação na ilha. O movimento continuou nos territórios ingleses e holandeses nos anos seguintes, de 1710 a 1763. Isso acontecia regularmente nos lados francês e espanhol durante o período colonial. Antes de 1770, a maioria das fugas nas colônias era individual, temporária e ocasional. No entanto, foi a partir do século XVIII, sobretudo na década de 1780 que esse fenômeno começou a se consolidar como um movimento. A origem do movimento e a maneira como cada autor o define geralmente difere e leva a interpretações. Dessa forma, Victor Schoelcher defende três categorias distintas de marronnage:

> O primeiro; trata-se do homem enérgico, de paixões intensas e espírito determinado, que não conseguiu se submeter à disciplina da oficina, incapaz de suportar a aniquilação de todas as suas faculdades volitivas e a abnegação à qual um escravo está condenado. Esse foge para sempre; seu senhor pode considerá-lo perdido. Ele reflete profundamente sobre o projeto, organiza sua partida, garante seus meios de salvação,

> se lança na floresta e, guiado por marcas conhecidas, consegue encontrar o caminho para um desses campos [...] (Schoelcher, 1842[32], P. 110). (Tradução nossa).

Neste primeiro tipo, Victor Schoelcher descreve o perfil do escravizado que opta pela fuga definitiva, o marronage. Ele insiste em primeiro lugar na dimensão psicológica desse ato dado que ele representa o fugitivo como um homem “enérgico”, animado por “paixões ardentes” e dotado de um “espírito resoluto”. Com esse vocabulário, Schoelcher rompe com a imagem colonial do escravizado passivo e submisso, que ao contrário, afirma sua autonomia moral e sua capacidade de decisão. O autor explica em seguida, que a fuga é provocada pela impossibilidade de suportar a condição servil. E definida como um sistema que impõe uma disciplina total e leva à “aniquilação de todas as faculdades volitivas”, ou seja, à destruição da vontade individual. A fuga aparece então não como um crime, mas como uma reação humana diante de uma completa desumanização. Schoelcher transforma assim a fuga em um ato de dignidade e resistência. O texto também destaca a dimensão racional e organizada da fuga. Ao contrário da ideia de um ato impulsivo, a fuga é cuidadosamente preparada: o fugitivo “meditar longamente sobre o projeto”, organiza sua partida e garante seus meios de sobrevivência. Essa precisão reforça a ideia de que os escravizados são capazes de antecipação, estratégia e solidariedade, especialmente graças às “marcas de amigos que permitem chegar aos campos de fugitivos”. Finalmente, Schoelcher demonstra que a fuga é irreversível. Quando um escravizado foge, ele é considerado "perdido" para seu senhor, evidenciando a incapacidade do sistema escravista de controlar completamente os indivíduos que oprime. Dessa forma, o texto ressalta os limites da dominação colonial e confirma que a fuga dos escravizados representa um questionamento profundo da ordem escravista. Schoelcher valoriza o fugitivo e denuncia a violência moral da escravidão, propondo uma interpretação abolicionista da fuga. Ele a apresenta como uma evidência convincente do desejo incontrolável de liberdade dos escravizados.

Ainda no segundo tipo de marronnage descrito pelo autor:

> É o escravizado que foge por diversos motivos: medo de punição, cansaço, desejo de liberdade. Quando esse motivo se esgota, ele retorna espontaneamente um período de tempo que pode variar: oito dias, quinze dias, um mês, dois meses. Ele se sustenta do que furta e das provisões que recebe à noite dos demais escravizados, pois mantém constantemente suas conexões. Quando ele deseja se entregar, costuma recorrer a um amigo do patrão para evitar a punição que merece. Esse amigo o traz de volta ou envia um bilhete simples pedindo perdão em seu nome, o que os costumes entre os fazendeiros proíbem de recusar. Homens desse tipo são uma propriedade difícil,

[32]Le premier est l’homme énergique, aux passions ardentes, à l’esprit résolu qui n’a pu se plier à la discipline de l'atelier, qui n’a pu supporter l’anéantissement de toutes facultés volitives, l’abnégation à laquelle un esclave est condamné. Celui-là s'enfuit pour toujours, son maître peut le regarder comme perdu. Il médite longtemps le projet, com bine son départ, assure ses moyens de salut, se jette dans les bois, et sait à des marques amies, trouver la route d’un de ces camps [....]

> porém não necessariamente má. São animais bastante domesticados, com suas peculiaridades. Há, por exemplo, negros que sempre fogem quando o proprietário se afasta e deixa um gerente no lugar, retornando assim que o proprietário retorna. Eles são ativos, inteligentes e bons trabalhadores quando se comprometem com isso; é preciso apenas governá-los com habilidade e saber como lhes proporcionar um emprego de sua preferência em mantê-los. Certa vez, um fazendeiro de Guadalupe, grande apreciador da caça e da floresta, nos disse: "O negro que me acompanhava em minhas caçadas acaba de morrer; preciso urgentemente comprar um escravo fugitivo[33]. [...] (*idem*, p. 111). (Tradução nossa).

Neste trecho, o autor distingue uma segunda categoria de fugitivos que ele opõe implicitamente ao fugitivo definitivo. Trata-se aqui do escravizado que foge temporariamente, não por um projeto duradouro de liberdade, mas por razões pontuais: medo de punição, cansaço, lassidão ou desejo confuso de liberdade. Essa descrição destaca a diversidade das formas de resistência à escravidão, ao mesmo tempo em que procura hierarquizá-las. Pode perceber o caráter provisório dessa fuga. O fugitivo retorna por conta própria à plantação após alguns dias ou semanas, o que revela tanto a dificuldade material de viver de forma duradoura fora do sistema escravista quanto a persistência dos laços sociais com os outros escravizados, que o ajudam a sobreviver, fornecendo-lhe comida e informações. Essas relações mostram que a fuga, mesmo que temporária, se baseia na solidariedade coletiva dentro da comunidade servil. No entanto, o abolicionista parece ter uma visão paternalista e desumanizante sobre os escravizados quando fala de "propriedade difícil" e chega a compará-los a "animais bem domesticados". Isso revela a lógica escravocrata que reduz os seres humanos a objetos que devem ser gerenciados e controlados. Mesmo que ele reconheça que os escravizados foram "inteligentes" e "bons trabalhadores" portanto, essas qualidades podem ser consideradas apenas em função de sua utilidade econômica da época. A passagem também destaca a flexibilidade dos costumes coloniais entre os fazendeiros, especialmente através da prática do perdão concedido por meio de um amigo do senhor. Essa aparente indulgência não era um ato de humanidade, mas um meio pragmático de manter a ordem e a produtividade sem recorrer sistematicamente à violência, mostrando que a dominação escravista também se exerce por meio da gestão

---

[33] L'autre marron est l'esclave qui s'échappe pour un sujet quelconque, la crainte d'une punition, un moment de lassitude, un vague besoin de liberté ; et qui, la cause cessante, revient de lui-même à la grande case au bout d'un certain temps : huit jours, quinze jours, un mois, deux mois. Il se nourrit de ce qu'il pille et des provisions qu'il reçoit la nuit des autres esclaves, Car il conserve toujours ses relations. Lorsqu'il veut se rendre, il va assez généralement, pour éviter la punition mé- ritée, chez un ami du maître qui le ramène ou le renvoie même avec un simple billet, demandant pour lui un pardon que les usages des planteurs entre eux défendent de refuser jamais. Les hommes de cette nature constituent une propriété difficile, mais pas essentiellement mauvaise. Ce sont des animaux d'ail- Jears bien apprivoisés, qui ont des caprices. II y à, par exemple, des nègres qui ne manquent jamais des'en allermarrons sitôtque le propriétaire s'absente et met un géreur à sa place, puis qui reparaissent dès que le propriétaire reparaït. Ils sont actifs, intelligents, bons travailleurs, lorsqu'ils s'y mettent, et il suffit de les gouverner avec adresse, de savoir leur procurer un emploi de leur goût pour les garder. Un planteur de la Guadeloupe, grand amateur de chasse et de bois, nous disait un jour : « Le nègre qui m'accompagnait dans mes courses vient de mourir ; il faut absolument que j'achète quelqu'enragé marron.[...]

psicológica e social[34]. O texto revela assim toda a ambiguidade da fuga temporária: ao mesmo tempo uma forma de resistência e uma válvula de escape controlada de um sistema baseado na desumanização, na violência e na exploração.

Para finalizar, Schoelcher apresentou as características do terceiro tipo de marronage, tratava-se de:

> (...) aquele para quem os rigores da escravidão são pesados demais, que não tem forças para suportá-los e que, por outro lado, não tem a energia necessária para tomar uma decisão e se exilar de vez. Esse infeliz é realmente digno de pena; ele foge porque sofre, porque não tem coragem suficiente para se suicidar; mas ele não planejou nada, ele se arrasta pela beira das estradas, ao longo das plantações, para roubar algo para comer; dormir e se esconder nos arbustos, nos canaviais, presa à angústia do medo; vagueia de um lado para outro, sempre perto de locais habitados, vegetando, e muitas vezes, quando é capturado, expia com castigos cruéis os poucos instantes de dolorosa liberdade que não soube aproveitar. Há aqueles pobres que não compreendem seus próprios desejos de fuga. Sentem-se muito culpadas por isso; gostariam de ser bons escravizados, bem-comportados e assíduos no trabalho; acusam-se sinceramente de não conseguirem resistir; não se dão conta das vitórias que o instinto obtém sobre suas vontades; acreditam que foram enfeitiçadas e, com a educação cristã incompleta que recebem, pedem ingenuamente ao senhor que mande celebrar missas por elas, para expulsar o espírito do mal e impedir que se tornem fugitivas[35]. [...] (*idem*, p. 111). (Tradução nossa).

No último tipo de marronnage, o autor descreve uma terceira categoria de fugitivos que apresenta como a mais trágica. Trata-se do escravizado oprimido pelos rigores da escravidão, incapaz de suportar o sofrimento diário, mas sem a energia e os meios necessários para fugir definitivamente. Essa figura encarna uma forma de resistência hesitante e dolorosa, situada entre a submissão e a revolta. O autor enfatiza fortemente o sofrimento físico e psicológico desse escravizado. A fuga não é aqui um projeto bem pensado nem um ato de liberdade plenamente assumido, mas uma reação instintiva à dor. Schoelcher insiste na errância, no medo permanente, na fome e na precariedade, mostrando que a fuga pode ser uma experiência de sobrevivência miserável, em vez de um caminho para a emancipação. Essa descrição destaca a

[34] Nem sempre o escravizado fugitivo que queria voltar às plantações recorria a um amigo de seu senhor para tentar amenizar as penas, pois, geralmente, o amigo do senhor tinha o direito de correção e podia punir o fugitivo antes mesmo de levá-lo à casa do respectivo senhor.

[35] Il est une troisième sorte de marron, c'est celui auquel les rigueurs de l'esclavage sont trop lourdes, qui n'a pas la force de les endurer, et qui, d'un autre côté, n'est pas doué de l'é- nergie nécessaire pour savoir prendre une résolution et s'exiler tout à fait. Ce malheureux est véritablement à plaindre; il s'enfuit parce qu'il souffre, parce qu'il n'a pas assez de déses- poir pour se suicider; mais il n'a rien prévu, il se traîne sur la lisière des chemins, le long des plantations, afin d'y voler quel- que chose à manger ; il dort et se cache dans les broussailles, dans les cannes, en proie aux angoisses de la peur ; il errede côté et d'autre, toujours près des lieux habités , il végète, et souvent repris il expie toujours par de cruels châtimens les quel- ques instans de douloureuse liberté dont il n'a pas su jouir. Il est de ces pauvres gens qui ne comprennent pas eux-mêmes leurs désirs de fuite. Ils s'en trouvent fort coupables ; ils voudraient être de bons esclaves bien réglés, bien assidus à l'ouvrage ; ils s'accusent avec sincérité de ne pouvoir résister ; il ne se rendent pas compte des victoires que l'instinct remporte sur leurs volontés; ils croient qu'on leur a jeté un sort, et avec l'incomplète éducation chrétienne qu'ils reçoivent, ils viennent demander naïvement au maître de faire dire des messes sur leur tête pour chasser l'esprit du mal, pour les empêcher d'être marrons [...].

crueldade do sistema escravista que aprisiona o indivíduo em uma alternativa trágica: sofrer ou fugir sem esperança. A categoria também revela um processo de interiorização da dominação. O escravizado se considera culpado por sua fuga, se culpa por não ser um "bom escravizado" e não compreende seus próprios desejos de liberdade. O autor mostra como a escravidão destrói não apenas os corpos, mas também as consciências, tornando a submissão uma norma moral internalizada pelos próprios dominados. Por fim, o trecho destaca o papel ambíguo da religião cristã no sistema escravista, apresentada como uma educação incompleta e distorcida, ela serve aqui para interpretar a fuga como uma tentação diabólica, em vez de uma reação humana à opressão. Ao pedir ao senhor que celebrasse missas para impedir que se tornassem *marron*, o escravizado ilustra a forma como a dominação colonial instrumentaliza a religião para manter a ordem e justificar a submissão. Este terceiro tipo de fugitivo revela assim a violência mais profunda da escravidão: aquela que quebra à vontade, culpabiliza o sofrimento e transforma a aspiração à liberdade em falta moral. Longe de ser uma fraqueza individual, essa dolorosa errância é o produto direto de um sistema baseado na coerção e na desumanização.

Além de Victor Schoelcher, o historiador Gabriel Debien identificou duas categorias de marronnage: o pequeno, de curta duração, e o grande, de longa duração, que se diferenciam tanto em termos de qualidade quanto de quantidade. (Debien, 1974, p. 424). O primeiro tipo refere-se às fugas temporárias e repetidas de escravizados que se ausentaram da plantação por um período limitado, variando de algumas horas a vários dias ou mesmo algumas semanas. Segundo Debien, essa forma de fuga era a mais frequente nas colônias francesas das Antilhas e fazia parte integrante do funcionamento cotidiano do sistema escravista. Não visava uma ruptura definitiva com a ordem colonial, mas constituía uma estratégia de resistência pragmática, permitindo aos escravizados responder a situações imediatas, como a ameaça de castigos corporais, excesso de trabalho ou abusos dos senhores. Marronnage de curta duração também desempenhava um papel essencial na manutenção dos laços familiares e sociais, muitas vezes fragmentados pela organização das plantações, facilitando as deslocações entre habitações vizinhas ou os encontros clandestinos. Debien destaca que essas ausências temporárias funcionavam como uma forma de negociação implícita: os fazendeiros, cientes da natureza massiva dessas práticas, às vezes toleram essas fugas para evitar a perda definitiva de mão de obra que representava a grande fuga. Assim, a fuga de curta duração revela a capacidade de ação dos escravizados dentro do próprio sistema escravista e destaca as tensões permanentes que atravessavam a sociedade colonial, onde a dominação se baseia tanto na coerção quanto em compromissos informais e instáveis. Embora esse tipo de marronnage seja considerado pouco arriscado pelos senhores.

O grande marronnage refere-se às tentativas de fuga permanente dos escravizados que conseguiram escapar. Em diversas situações, essas atividades eram realizadas em grupo, principalmente nas áreas montanhosas da Reunião, do Haiti Colonial e da Guadalupe. Em outras palavras, segundo Gabriel Debien, na fase inicial do movimento, os escravizados fugiam sem entender os motivos ou ter um objetivo claro, exceto a libertinagem, a dança e outras atividades. Ao contrário da fuga de curta duração, essa forma de forma implicava uma ruptura irreversível com a autoridade do senhor e expunha os fugitivos a uma repressão severa em caso de captura. Os escravizados envolvidos na grande fuga buscavam refúgio em áreas marginalizadas e de difícil acesso, tais como montanhas, florestas tropicais, zonas pantanosas ou interior onde o controle colonial era limitado. Nesses territórios, eles fundavam comunidades autônomas conhecidas como *marronnage* nas Antilhas, quilombos no Brasil ou palenques nas colônias hispânicas, como já mencionamos em trabalho anterior. Essas comunidades desenvolveram formas originais de organização social, econômica e política, baseadas na agricultura de subsistência, na solidariedade coletiva e em estruturas de autoridade próprias. A grande fuga também tinha uma dimensão militar, pois a sobrevivência dessas comunidades dependia de sua capacidade de resistir às expedições punitivas organizadas pelas autoridades coloniais. Além desses dois tipos com características diferentes, o autor faz referência ao denominado *marronnage prolongé*. Como ele enfatizou, o marronnage prolongado costuma acontecer de maneira individual, talvez isso tenha sido apenas um passo em direção à fuga coletiva. (Debien,1974, p. 424). Ou seja, o marronnage prolongado é um tipo intermediário de fuga, situado entre a fuga de curta duração (pequeno marronnage) e a ruptura definitiva do (grande marronnage). Trata-se de uma ausência prolongada, porém não necessariamente irreversível período em que o escravizado permanece fora da plantação por diversas semanas, meses ou até mais, sem se integrar de imediato a uma comunidade estável. Debien, com base nos arquivos coloniais demonstra que esse tipo de fuga era relativamente comum e indicativo da flexibilidade das rotas de fuga. Este modelo era frequentemente uma resposta a situações de conflitos agudos com a autoridade colônia como ameaças de punições severas, recusa de trabalho, violência repetida ou tensões relacionadas com o controle disciplinar.

Ao contrário da fuga temporária, não se trata mais apenas de uma ausência tática ou simbólica, mas de uma retirada duradoura do sistema que compromete a futura reintegração do escravizado fugitivo. No entanto, o autor insiste no fato de que esses fugitivos nem sempre rompem imediatamente com o mundo das plantações, eles podem sobreviver graças a redes de solidariedade, à ajuda de outros escravizados, a pequenos trabalhos clandestinos ou a contatos pontuais com comunidades de mar já constituídos. Esse caráter prolongado confere a essa forma

de marronnage uma dimensão instável e evolutiva. O autor destaca que uma fuga prolongada pode resultar em um retorno forçado ou negociado à plantação ou, mais frequentemente quando a fuga se prolonga em uma entrada definitiva no grande marronnage. Assim, a fuga prolongada surge como um momento de transição, em que o escravizado passa de uma resistência interna ao sistema para uma contestação mais radical. Para Debien, essa categoria permite compreender que a fuga não é um fenômeno binário (ausência curta ou fuga definitiva), mas um continuum de práticas, revelando a adaptação constante dos escravizados às restrições e oportunidades oferecidas pelo contexto colonial.

O autor precisa:

> (...) As ausências de algumas semanas que os escravizados faziam mais por preguiça e libertinagem do que com intenção de desertar eram chamadas de pequeno marronnage. Trata-se de uma fuga discreta, seja individual ou em pequenos grupos. Esses fugitivos não se distanciaram muito da plantação de onde escaparam e onde costumavam viver. Eles se acomodavam nas margens ou se refugiavam em uma casa próxima. A prática de pequenos furtos, mas não verdadeiros saques, lhes permitia sobreviver quando não estavam em simbiose com algumas famílias da oficina onde haviam deixado de trabalhar. Eles trocavam alimentos secos por peixes, pequenos animais caçados e objetos roubados. Ou havia aqueles que iam trabalhar na cidade como indivíduos livres. Como afirmam os colonos, a fuga deles nem sempre indica preguiça. A evasão deles é resultado do absenteísmo, do efeito do humor do escravo, da natureza do trabalho demandado ou das condições laborais. Para quem não está envolvido em uma atividade mais ou menos profissional, isso representa uma espécie de instabilidade. No entanto, de modo geral, observamos uma quantidade muito menor de escravos talentosos ou trabalhadores fugindo em comparação com escravos de jardim. Os colonos não se preocupam tanto com essa fuga, que impacta de forma mais ou menos geral todas as plantações, ao contrário da grande fuga. Trata-se de um comportamento comum. Para eles, são faltas acidentais, sem consequências, apenas simples vagabundagem. (tradução nossa[36]). (Debien,1974, p. 422)

A partir de 1780, observa-se um crescimento na resistência dos escravizados, junto com um aumento significativo no número de fugas, tanto individuais quanto, sobretudo, coletivas. Nesse contexto, Jean-Baptiste Du Tertre destaca a presença feminina como um aspecto significativo do fenômeno.

[36] (...) Les absences de quelques semaines que les esclaves s'accordaient davantage par paresse et débauche que dans l'intention de déserter étaient appelées « petit marronnage ». Il s'agissait d'une fuite discrète, individuelle ou en petits groupes. Ces fugitifs ne s'éloignaient pas beaucoup de la plantation d'où ils s'étaient échappés et où ils avaient l'habitude de vivre. Ils s'installaient au bord des rives ou se réfugiaient dans une maison voisine. La pratique de petits vols, mais pas de véritables pillages, leur permettait de survivre lorsqu'ils n'étaient pas en symbiose avec certaines familles de l'atelier où ils avaient cessé de travailler. Ils échangeaient des aliments secs contre du poisson, du petit gibier et des objets volés. D'autres encore allaient travailler en ville en tant qu'individus libres. Comme l'affirment les colons, leur fuite n'est pas toujours le signe de la paresse. Leur évasion résulte de l'absentéisme, de l'humeur de l'esclave, de la nature du travail exigé ou des conditions de travail. Pour ceux qui ne sont pas engagés dans une activité plus ou moins professionnelle, cela représente une sorte d'instabilité. Cependant, d'une manière générale, on observe un nombre bien moindre d'esclaves talentueux ou travailleurs qui s'enfuient par rapport aux esclaves des jardins. Les colons ne s'inquiètent pas outre mesure de ces fugues, qui touchent de manière plus ou moins générale toutes les plantations, contrairement à la grande évasion. Il s'agit d'un comportement courant. Pour eux, ce sont des absences accidentelles, sans conséquences, de simples cas de vagabondage. (...)

De acordo com o autor, várias mulheres inclusive durante a fase de amamentação, utilizavam diversas estratégias de fuga, levando consigo crianças com apenas sete ou oito dias de idade. Entre 1641 e 1764 era mais comum que essas mulheres fugissem sozinhas ou com seus filhos. Na Guadalupe, apesar das uniões e casamentos entre pessoas escravizadas terem índices considerados altos, Arlette Gautier (2010, p. 205) não encontrou evidências de fugas realizadas por casais. Por outro lado, observou que várias mulheres escolhiam fugir acompanhadas de outras mulheres e de suas crianças, buscando refúgio nas áreas montanhosas da ilha. Essa constatação demonstra que as redes de solidariedade feminina tiveram um papel crucial nas estratégias de resistência ao sistema escravista, mostrando formas de organização que iam além dos laços conjugais e destacavam a relevância da maternidade e da colaboração entre mulheres na luta pela liberdade.

A seguir, mencionaremos as fugas de mulheres documentadas no jornal Affiches Américaines ao longo do ano de 1780. Esses registros permitem monitorar e entender a evolução do movimento, além do crescimento das fugas que envolvem exclusivamente pessoas femininas.

Terça-feira, 4 de janeiro de 1780, nº [1] -sessão [Nègres marrons], em Fort- Dauphin, negra crioula, 22 anos, de nome Marthe, estampada no seio direito ADG, veio da parte espanhol da ilha, pertence a Corée, morador de Ouanaminthe.

11 de janeiro de 1780, nº [2] -seção [Nègres marrons], foi encontrada, escravizada que havia sido fugida, a nomeada; Marguerite, nação Congo, não estampada, de 20 anos, afirmou ter pertencida ao senhor Renaud, na província de Limbé; uma negra, nação Congo, nomeada Adelaide, entre 26 e 27 anos, estampada no seio direito; VICTOIRE A HANET, fugiu em data de 14 de novembro, para a Limonade, região norte, pertence ao senhor M. Pont- Seguier; Jovem negra, de nome Thisbe, nação Mondogue, estampada DAVID, de 20 anos, fugida há algum tempo. Serão recompensadas as pessoas que a trouxerem de volta viva, ao senhor David, na cidade de Limonade; Mulher crioula, bela, de olhos, sobrancelhas e cabelos pretos, brilhantes, oriunda da Martinica há quatros anos, 23 anos de idade, fugida; recompensas às pessoas que a trouxerem viva ao senhor M Durbourg, fazendeiro e dono da plantação de Tabaco, localizada no Marché-des blancs; a senhora Lemefle, viajando para França, reforçou os seus pedidos de orações, que ela já havia feito várias vezes nos anúncios públicos relativos; a uma negra, crioula, nomeada, Marie-rose, de 22 anos, estampada VALANCE, fugiu há dezoito meses.

18 de janeiro, nº [3] -seção [Nègres marrons] uma negra crioula, de nome Badichon, apelidado de Babet, estampada no seio direito L.R, de olhos escuros, fugiu no mês de novembro, ela pertence a senhora, Elisaberth Latouche, moradora da cidade de Cabo; uma mestiça,

nomeada Pelagie, de 24 anos, sem marca de registro, fugiu há 2 meses com suas roupas, pertence ao senhor padre, Thomaffy N.L, da localidade Quartier Dauphin.

Em 25 de janeiro, [nº 4], na cidade de Cabo, a mulher crioula, de nome Marie- Jeanne, 22 anos, sem marca registrada, pertence ao sr. Galory.

Terça-feira 1 de fevereiro de 1780; nº [5] -seção [Nègres marrons], Marie-Noelle, negra crioula, cerca de 28 anos, marcas de varíola no rosto, estampada VOUSOUMAT, fugiu desde 16 de dezembro do ano passado, pertence ao sr. Bousoumat, morador de Cabo.

8 de fevereiro, nº [6] -seção [Nègres marrons], Anne, crioula da Jamaica, 22 anos, estampada no seio esquerdo N. FELIX, pertence ao Sr. Didier, habitante da localidade de Petit Bourg.

15 de fevereiro, nº [7] -seção [Nègres marrons], negra, nação Congo, estampada no seio direito de forma ilegível, não consegue dizer o nome de seu proprietário; em 19 de dezembro, negra crioula, de nome Marthe, estampada no seio direito D.V e duas outras letras ilegíveis, disse ser pertencia a sra. Croued, mulher livre de cor; fuga de duas outras negras, uma crioula, de nome Fanchon, levou consigo sua criança, a outra de nação Congo, de nome Hélene, ambas pertencem ao sr. Aubourg, morador da localidade de Dondon.

22 de fevereiro, nº [8] -seção [Nègres marrons], na cidade de Port-de Paix, crioula, de nome Marie, oriundo de Curaçao, 26 anos, estampada no seio direito L CARSIN, disse ser pertencia ao sr. Millon, habitante de Gonaïves; fuga registrada de Marie-Louise, de nação Coulongue, sem estampa, tendo marcas de seu país no rosto; outra fuga de Marie-Therèse, estampada no seio direito, presa na cidade de Limonade, pertence ao sr. Marot, habitante de Plaisance.

Terça-feira, 7 de março de 1780, nº [9][37] -seção [Nègres marrons], Julie, estampada ilegível, presa nas montanhas da província de Cabo, pertence ao sr. Legras, cirurgião da cidade; Lucile, sem estampa, com cerca de 10 anos de idade, presa na cidade de Limbé, pertence ao Sr. Cairou; Marie-Jeanne, estampada RYOT, presa na localidade de Limonade, não consegue dizer o nome de seu proprietário;

14 de março, nº [11] -Seção [Nègres marrons], Toulouse, nação Aoussa, pertence à sra. Salliere, da localidade de Cazeau; Claudine, nação de Nagô, pertence ao sr. Drouillard Lamarre; Terça-feira 21 de março, nº [12] -seção [Nègres marrons], Madeleine, crioula, estampada no seio direito CPRS, 45 anos, pertence ao sr. Charrier da cidade de Cabo; uma negra de nome

[37] Documento consultado não localizou o número 10 do jornal.

Victoire, de nação Rada, pertence ao sr. Gneviève da cidade de Léogane. Em 28 de março, nº [13] -seção [Nègres marrons], nenhuma fuga foi registrada.

Como já foi mencionado, o jornal *Affiches Américaines* publicou relatos de fugas de mulheres escravizadas entre 1766 e 1780. No primeiro período [1766], examinamos as acusações registradas de janeiro a setembro, e de janeiro a março no período de 1780. O motivo para essa escolha é técnico. Embora a quantidade de meses selecionada para cada período seja diferente, essa escolha nos permitiria monitorar de forma mais eficaz a evolução do movimento em suas diversas etapas. Nesse intervalo de tempo, as denúncias assumiram um caráter diversificado com algumas sendo mais detalhadas ao descreverem minuciosamente os traços físicos da escravizada fugitiva. Isso incluía informações como idade, marcas no corpo, origem étnica, tempo de permanência na colônia ou plantação de onde fugiu, e, em alguns casos, se o indivíduo representava algum perigo. Além disso, mencionava o local onde foi vista pela última vez e se estava acompanhada ou não. Em contrapartida, quando questionada, a escravizada encontrada recusou-se em várias ocasiões a informar a plantação de que era originária e o nome de seu proprietário. No pior cenário, tentava remover o nome ou a sequência de letras tatuada em seu corpo, normalmente nos seios e na testa.

Nas rotas de fuga, havia escravizadas de todas as idades incluindo mães que amamentavam, outras que carregavam seus bebês no colo, mulheres grávidas e crianças de todas as idades. Não só por amor maternal, mas também para facilitar a fuga, as mães costumavam levar seus filhos com elas. Isso representava uma perda econômica e comercial para o senhor. Uma estratégia que causava preocupação em alguns proprietários, levando-os a oferecer recompensas para estimular as buscas. Isso implica que, ao sustentarmos o argumento de Gabriel Debien acerca das diversas fases do movimento em questão, poderíamos inferir que o período de 1780 marcou o início do que o autor chama de grande marronnage caracterizado pelas fugas em grupos ou bandos, sendo o mais notório, espetacular e preocupante. Considerando a complexidade do movimento e suas variadas formas e práticas, o argumento certamente apresentou alguns elementos explicativos. Contudo, o historiador haitiano Jean Fouchard, em *Les Marrons de la Liberté* (1988), ofereceu tanto uma visão abrangente das diversas formas de marronnage quanto uma classificação dos tipos de fugas, levando em consideração a origem e o momento de chegada. O autor contesta a teoria da divisão de Marronnage apresentada por Gabriel Debien, destacando que as fugas espontâneas e de curta duração tiveram um papel importante na formação do movimento. Portanto, não se pode considerar que ocorreram sem motivos ou classificá-las como absenteísmo. Jean Fouchard nos próximos parágrafos:

> (...) O verdadeiro marronage, por mais diversificado que seja, não pode ser dividido em grande ou pequeno. O próprio Código negro não fazia tal distinção. Seria inútil brincar com as palavras, sem poder mostrar que o escravizado fugido, denunciado pelos seus senhores, pode ou não ter tido a ideia de prosseguir a sua deserção para ajudar, e que se teria abstido de o fazer, se se tratasse, à luz da sua própria experiência, de um fugitivo já a caminho de casa. [...] Os escravizados quilombolas, grandes ou pequenos, são uma coisa só. Eles são as raízes da "árvore indivisível da Liberdade (..) [38] (Fouchard, 1988, P. 300). (Tradução nossa).

O historiador Jean-Pierre Le Glaunec, em um estudo publicado em 2017, também contestou a interpretação de Gabriel Debien. Segundo Le Glaunec, a análise de Debien é marcada por uma perspectiva paternalista, pois reduz os escravizados a impulsos instintivos, desconsiderando sua capacidade de ação política e de organização. Nessa mesma perspectiva, Fouchard destaca que as mulheres africanas estiveram ativamente envolvidas no maior movimento de resistência do século XVIII, desempenhando um papel fundamental na construção do ideal revolucionário nas Américas. Segundo Fouchard, entre 15% e 20% das mulheres participaram desse movimento e estiveram em todos os níveis da sociedade colonial. Além disso, o autor afirma que o papel da mulher no movimento do marronage foi tão importante quanto na vida colonial em geral, assim como foi durante as lutas por igualdade e liberdade, e nas batalhas pela Independência" (Fouchard, 1988, p. 226-27).E por fim, no estudo *Slavery Remembered* (1978), Paul Scott revela que, na sociedade colonial americana, as mulheres estavam mais frequentemente envolvidas em confrontos físicos do que os homens. Embora o estudo de Scott seja de excelente qualidade, as críticas dirigidas a ele minimizam a resistência dessa categoria. Em contrapartida, essas mesmas críticas exaltam o trabalho de Thibault de Chanvallon, que descreve casos de mulheres que conspiravam com seus senhores contra os escravizados. Chanvallon sustenta que as mulheres negras acreditavam que poderiam encontrar mais felicidade ao se submeterem aos senhores do que ao lutarem ao lado dos homens negros. Chanvallon (1750, p. 62) *apud* Gauthier (2010, p. 9)

A história registra o nome de Henriette Saint Marc, uma mulher de cor acusada de envenenar soldados franceses na cidade de Arcahaie. Ela foi presa e condenada à pena de morte. Dias depois, às dez horas da manhã, foi retirada da prisão e levada até a igreja central da cidade, onde foi pendurada. Lá, onde uma multidão iria presenciar sua execução, sob as ordens do general francês Rochambeau. Madiou (1989) [1847] argumenta que a execução de Henriette,

---

[38] Le véritable marronnage, aussi diversifié soit-il, ne peut être divisé en grand ou en petit. Le Code noir lui- même ne faisait pas une telle distinction. Il serait inutile de jouer avec les mots, sans pouvoir montrer que l'esclave évadé, dénoncé par ses maîtres, a peut-être eu ou non l'idée de poursuivre sa désertion pour venir en aide, et qu'il se serait abstenu de le faire. , si cela avait été le cas, à la lumière de sa propre expérience, d'un fugitif déjà sur le chemin du retour. [...] Les quilombolas asservis, grands ou petits, sont une chose. Ce sont les racines de « l'arbre indivisible de la Liberté [...]

como mulher em 1802, foi a primeira desde a chegada dos franceses na metade do século XVII, gerando grande indignação, inclusive entre as mulheres de ambos os lados. O autor afirma que a execução de mulheres sempre gerou uma forte indignação. Durante a época de Toussaint Louverture, mesmo em meio à guerra civil, apenas três ou quatro mulheres foram legalmente sentenciadas à morte, não por motivos políticos, mas por homicídio. Sob a liderança de Dessalines, Pétion ou Boyer, nenhuma mulher havia sido condenada à morte por qualquer delito. As que agiram em desacordo com a lei receberam penas equivalentes às dos homens, tanto pena capital quanto parcial. No entanto, a moral sempre se opõe à execução das mulheres. (...) (Madiou, 1989, [1847], vol. II, p. 394). Na região de Corail, perto da cidade de Jérémie, após o capitão francês Leclerc declarar que havia desarmado os habitantes do sul, Jean-Baptiste Toussaint, conhecido como Lapaquerie, foi acusado juntamente com sua esposa de conspirar uma revolta contra os franceses conforme mencionado por Fick (2017, p. 406-07). Conhecida como "Mulher de Toussaint", a esposa de Jean-Baptiste foi apontada como a principal responsável pelo plano que visava assassinar os brancos. Juntamente com seu companheiro, foi fuzilada na cidade des Cayes.

As atrocidades cometidas por Rochambeau e por todo o sistema escravocrata ultrapassam a compreensão humana; é inconcebível entender ou justificar tamanha brutalidade. Para agradar à metrópole, o emissário de Napoleão utilizou todos os métodos cruéis possíveis, como afogamento, uso de cães selvagens e enforcamento. Em fevereiro de 1803, diversas pessoas foram enforcadas sob a ordem de Rochambeau. No entanto, um caso específico chamou a atenção: o indicado Chevalier e sua esposa aguardavam na fila para serem executados. Chevalier ficou aterrorizado e entrou em crise. Sua esposa aproximou-se e o confortou, dizendo: "seja feliz em morrer por causa da liberdade". Em seguida, pegou a corda e a colocou em seu próprio pescoço. O gesto heroico também sensibilizou outras pessoas que estavam esperando nas filas. Outra mulher, acompanhada de suas filhas, notou que elas estavam chorando. Ao olhá-las, afirmou: "A morte nos libertará, e assim não teremos que carregar crianças escravizadas em nossos ventres". (Ardouin, 1854, t.v, p. 394). Essas declarações não foram feitas por soldados capturados ou desertores, muito menos por aqueles que possuíam entendimento do cenário político. Derivavam dos indivíduos comuns que integravam a população civil, porém almejavam a liberdade e confiavam nas batalhas que seus líderes travavam. Uma mãe que estava prestes a ser enforcada, ainda diz às filhas: "não tenham medo de morrer se isso significar libertar esse espaço dos invasores". A escolha da morte como salvadora reflete as profundas cicatrizes que a mãe carrega da sociedade escravista, não apenas como indivíduo, mas

principalmente como mãe. Dessa forma, ela aceita a morte como o único caminho capaz de impedir que suas filhas passem pelo que ela mesma passou.

Fick (2017, p.144-145) Fick notou uma rede de mulheres nas montanhas isoladas da região norte, preparadas para enfrentar os ataques dos adversários. Ademais, elas se esforçavam para identificar todos os grupos que não aderiam ao plano do líder Mackandal. Segundo a autora, as mulheres tiveram um papel fundamental no plano de envenenamento e eliminação dos senhores. O plano de envenenamento liderado por François Mackandal era majoritariamente executado por mulheres, devido à grande quantidade que trabalhava como domésticas e enfermeiras nas casas dos senhores. Que possibilitava envenenar um maior número de brancos, ao contrário de diversos autores que associam essa prática à feitiçaria, o que resulta em chamar as mulheres de bruxas. Em 1757, a jovem Assam foi acusada de envenenar três crianças brancas e alguns escravizados de seu dono. No dia de seu julgamento, ela confessou os atos e, temendo ser queimada viva, afirmou ter agido em conjunto com outras mulheres. É essencial compreender que as práticas de envenenamento, embora vistas como uma forma de resistência às atrocidades da metrópole, eram utilizadas pelos escravizados contra si mesmos em certas ocasiões de maneira voluntária, inclusive por mulheres como uma estratégia de resistência. Esta categoria praticava a forma mais diversificada das lutas.

No Haiti colonial, suas ações eram diversas. Mensageiras, costureiras, profissionais da "medicina" e, principalmente, guerreiras. Aquelas que não podiam se envolver em combates físicos ofereciam seus corpos em troca de munições para os soldados franceses. Pamphile de Lacroix, ator e escritor da época, ao explicar os motivos da deserção de Charles Belair, narra um episódio de execução que aconteceu em março de 1802. Nesse episódio, as esposas dos soldados da sétima brigada do exército *indigène* foram brutalmente assassinadas. Em meio a esse cenário de violência e repressão, o autor John R. Beard em *The Lire of Toussaint-Louverture, the negro patriot of Hayti: Cumprising na account of the struggle for liberty in the Isaland and a sketch of it history to the presente period* (1853, p.257) retrata o instante em que uma mãe e sua filha esperavam juntas pela execução. Quando chegou o momento de levar a jovem ao suplício, sua mãe cujo nome não foi revelado teria lhe dito: "Aproveite, minha filha; você não será mãe de escravizados." A frase resume o sofrimento das mulheres escravizadas cuja maternidade era severamente afetada pela brutalidade do sistema escravista. Além de demonstrar o desespero frente à morte iminente, as palavras da mãe evidenciam a percepção de que a morte poderia significar o término de um ciclo de opressão, evitando que sua filha gerasse novos filhos condenados ao cativeiro.

James (2000) e Fick (2017) defendem o êxito da revolução de 1791, ressaltando a importância da população rural e das massas. As mulheres, frequentemente à frente de grupos organizados ocuparam as montanhas, cuidaram do exército *indigène* e lutaram incansavelmente contra a força opressora. Fick (2017, p. 220-221) ressalta que os trabalhadores das roças e plantações costumavam deixar seus postos de trabalho para participar das lutas. A autora aponta que essa prática teve início no período pré-revolucionário, porém se tornou mais frequente durante o decorrer da revolução. Rochambeau, enviado por Napoleão para restabelecer a ordem escravista, empregou práticas cruéis durante o período mais crítico da revolução. Cães eram usados para devorar os negros, e o público aplaudia como se assistisse a uma peça teatral. Rochambeau era alguém que fazia de tudo para agradar a metrópole; ele multiplicou o ódio e o medo. No entanto, como afirmou Cyril Lionel Robert James, sua ação não se limitou à crueldade; havia uma estratégia política por trás disso. E ninguém escapou. Para restaurar a colônia e reestabelecer a ordem escravista, a metrópole tinha regras claras e definidas; faltou a Napoleão cumprir sua parte:

> [...] Se a França deseja reconquistar São Domingos, precisa enviar para cá 25 mil homens de uma vez, declarar escravos todos os negros e destruir pelo menos 30 mil negros e negras, pois estas últimas são ainda mais cruéis do que os homens. Essas medidas são terríveis, mas necessárias. Temos de colocá-las em prática ou renunciar à colônia. [...] (James, 2000, P. 326; Leglaunec, 2014, P. 90-91).

O historiador Roger Dorsainvil ao narrar as cenas da violenta guerra de Crête à Pierrot de 1802, elogia as qualidades de Marie-Jeanne e enfatiza o terror que essa guerreira provocava nos adversários. Thomas Madiou também destaca a eficiência da Marie-Jeanne em combate. De acordo com o autor, ao cercar o chamado forte de Crête a Pierrot, os franceses teriam ouvido uma voz feminina ordenando que os soldados negros continuassem lutando, a fim de impedir que eles penetrassem o espaço. Ou seja, a tentativa de ocultar ou minimizar o papel das mulheres como protagonistas nas lutas contra a desumanização dos negros nas colônias pode ser atribuída, de fato, à menor porcentagem de mulheres em comparação com a quantidade de homens trazidos para a colônia, bem como aos tipos de trabalho reservados a esse grupo. No entanto, esses fatores não impediram seu envolvimento com causas sociais, como enfatizado por Ângela Davis ao longo do texto. Antes do fim da escravização, houve um fluxo significativo de fazendeiros que saíram do Haiti independente e buscaram refúgio em Cuba. Nesse período, havia um alto risco de que os escravizados daquela região fossem influenciados pelos eventos que ocorreram no Haiti revolucionário, e o medo gerado por esses acontecimentos era generalizado. Em uma carta de 1817, Scott e Hébrard relataram que o governador de Santiago comunicou a seu superior em Havana ter identificado um grave risco à segurança da região.

Isso se devia a um grupo de “negras francesas” que havia formado uma sociedade com o propósito de se reunir para dançar, além de lutar pela liberdade e contra as práticas violentas dos senhores. Segundo os autores, o governador comunicou a Real Audiência em Madrid, expressando sua preocupação e a necessidade de controlar as mulheres escravizadas para impedir que suas ações inspirassem rebeliões entre os escravizados na cidade. (Scott E Hébrard, 2014, P. 89). Paralelamente, entre 1789 e 1791 o movimento da população mestiça, comandado por Julien Raymond, ganhou força na colônia ao exigir direitos civis e igualdade racial, apesar do caráter reformista, o movimento preservava a estrutura patriarcal vigente, permitindo aos homens a participação na esfera política e na vida pública, enquanto as figuras femininas eram excluídas desses espaços. No entanto, essa exclusão possibilitou que elas se organizassem e se integrassem tanto aos futuros movimentos políticos quanto às lutas.

O congresso[39] de 1791 idealizado e organizado por Cécile Fatima e Dutty Boukman, permanece e continua sendo visto como o principal ato fundador do processo revolucionário. Segundo a historiadora Bayyinah Bello, a organização e o planejamento deste congresso levaram aproximadamente quatro anos. Naquele período, o Código Negro de 1685 e as normas internas já impediam qualquer forma de reunião ou assembleia entre os escravizados. A proibição abrangia todas as categorias, tendo homens e mulheres mais jovens como principais alvos, uma vez que eram vistos como a força de produção mais relevante e rentável, em razão de sua força física e faixa etária. Isso explica a notável participação de mulheres, principalmente as mais idosas, na organização do congresso e em todo o processo revolucionário. (Bello, 2019). A participação de Cécile Fatima como líder do congresso de Bois Caïman em agosto de 1791 foi fundamental para a emancipação das mulheres, pois marcou a inclusão desse grupo nas decisões significativas e ajudou a transformar a percepção delas na sociedade. A emancipação ocorreu ao mesmo tempo. Na metrópole, o período de 1789 a 1791 foi caracterizado pela luta por direitos políticos, sendo especialmente marcado pelas reivindicações e pela publicação, em 1791, da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã por Olympe de Gouges. Essa declaração foi uma resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que havia sido promulgada dois anos antes. Paradoxalmente, a Revolução Francesa de 1789 não impulsionou a emancipação das mulheres, pois o ideal iluminista não atingiu a maioria da sociedade feminina. Os princípios e leis que negaram os direitos e a participação das mulheres em

[39] Vários autores apontam datas e as vezes lugares diferentes relativo à organização do Congresso do *Bois Caîman de 1791*, (de Thomas Madiou, Beaubrun Ardouin, James Lionel Robert, Jean Casimir, Caroline Fick, ou ainda a Pierre Buteau) o que gera muita confusão e dúvidas entre os leitores. De acordo com a historiadora Bayyinah Bello, o ato político que foi o congresso foi planejado e ocorrido em várias regiões da toda Ilha do Hayti, incluindo assim o território denominado hoje de República Dominicana.

movimentos sociais, cargos públicos e na milícia do período anterior a 1789 permaneceram inalterados, se não fortalecidos. (Mazeau, 2021). Durante a primavera de 1793, em meio ao tumulto da Revolução Francesa, as mulheres foram impedidas de ocupar várias posições, especialmente no exército, resultando em sua exclusão da vida pública. Em 1795, durante as grandes mobilizações, as mulheres brancas levantaram suas vozes e ergueram cartas nas ruas de Paris, o que possibilitou que uma minoria tomasse decisões políticas significativas. Foram às ruas e apresentaram petições, e começaram a desempenhar um papel crucial nos apelos à inscrição contra as máquinas no famoso movimento conhecido como ludismo, que se espalhou pela Europa. "As mulheres foram horríveis, e temos muitos exemplos de revoltas realizadas por elas", escreveu um administrador que observava os movimentos. (Perrot, 2018, p.210).

Jean-Baptiste Du Tertre fez uma observação semelhante em Guadalupe, nas possessões francesas, onde a fuga de mulheres parecia ser mais eficaz, já que as mulheres representaram aproximadamente um terço do movimento total. Em novembro de 1639, aproximadamente seiscentos negros, em razão do tratamento que recebiam decidiram fugir com suas famílias. Mulheres e filhos se refugiaram nas montanhas, aguardando momentos propícios, e desciam para cometer roubos e atos violentos contra os habitantes que por ali transitavam. (Du Terre, 1667, t 1. p. 153). Em meio ao contexto revolucionário causado pelo anúncio do retorno à escravidão, os habitantes de Guadalupe deram início a uma série de revoltas, incluindo uma no dia 12 de maio de 1802, na qual as mulheres participaram em grande número. Além das lutas armadas, elas estiveram envolvidas em todas as esferas e realizaram diversas atividades, apesar da divisão de tarefas que garantia aos homens o acesso a materiais e armas de fogo, enquanto as pessoas de sexo frágil, como era denominado, ficavam responsáveis pelo cuidado das crianças, das plantações, da casa e dos soldados feridos. Encontremos mais tarde, entre 1804 e 1812, grupos de mulheres que protestaram, recusando o trabalho pesado que foi lhes dado na construção da fortificação, conhecida como o Palácio de *Sans-Souci*, localizada na região norte, sob as orientações de general Henry Christophe. Durante semanas, as mulheres haviam abandonado o espaço, exigiram melhores condições de trabalho, dentro das quais, jornada mais curta e trabalhos mais leves. Visto que Henry Christophe não estabelecia regras relativas às jornadas de trabalhos, e de acordo com alguns historiadores (James, 2000); (Madiou, (1848) 1989) o excesso de trabalho havia causado mortes de centenas de pessoas ao longo do processo da construção, fato que relembra os momentos sombrios do período anterior

O lugar ocupado por essa categoria na sociedade colonial tem suas raízes principalmente no Código Negro de 1685. Parece contraditório? Estamos cientes de que este documento não faz distinção entre homem e mulher, uma vez que ambos eram tratados como

objetos/mercadorias e sofreram as mesmas punições de forma passiva. Na teoria, o documento em questão sugere que objetos e mercadorias foram essenciais para o progresso e operação do sistema colonial. Reproduzir era a principal função atribuída às mulheres. A única distinção feita pelo Código nesse aspecto está no artigo 12º do documento, que se refere às crianças nascidas de mães escravizadas, as quais também seriam consideradas escravas. Em outras palavras, na sociedade colonial francesa, as mulheres foram consideradas *un produit à multiple sens* [um produto com vários sentidos], pois desempenharam papéis fundamentais no trabalho, nos meios de produção e na reprodução. Essas práticas existiam antes da promulgação do Código de 1685, mas eram fundamentais para as políticas coloniais da metrópole francesa. Um exemplo disso é o Colbertismo, que tinha como objetivo, entre outras coisas, aumentar significativamente a riqueza do Estado, com base na ideia de que a riqueza e o poder de um país dependiam da quantidade de metais preciosos que conseguia acumular. Jean Baptiste Colbert implementou uma série de ações conhecidas como *Politique du peuplement*, termo utilizado pelo sociólogo e demógrafo Yves Charbit, que visa o crescimento da população servil nas colônias. Refere-se a decisões que incentivavam a união e o casamento de pessoas mais jovens, entre 14 e 18 anos, com o propósito de elevar significativamente a taxa de fecundidade nesta categoria de idade, a fim de assegurar o crescimento da porcentagem populacional.

Para o sociólogo, esse modelo de política adotado pela metrópole francesa era considerado o principal alicerce para assegurar a prosperidade do estado francês. (Charbit, 2009, p. 3). Além do Código Negro, o discurso da época ajuda a entender o papel da mulher tanto na sociedade escravizada quanto na metrópole. Ao longo da colonização, a implementação do artigo 11º deste documento jurídico seguia os preceitos eclesiásticos e os casamentos ocorriam sem a aprovação das mulheres. Observamos que Jean François, o líder que teve participação ativa na insurreição de 1791, no contexto das lutas por direitos políticos e raciais, enviou uma carta ao general Etienne Laveaux em 1794. Nela, ele solicitava que este autorizasse o casamento das mulheres brancas da colônia com os negros, como demonstração de igualdade entre essas duas categorias. Esse motivo levou Napoleão Bonaparte a instruir Leclerc a repatriar todas as mulheres brancas para a metrópole. (Roussier, 1937, P. 272 *apud* Gauthier, 2010, P. 39-40). O abolicionista Victor Schoelcher declarou que líderes como Toussaint Louverture e o mestiço André Rigaud, que se confrontaram na famosa e violenta guerra do Sul em 1799, subestimavam a presença e a habilidade das mulheres nos combates. De acordo com o abolicionista, Toussaint acreditava que essa categoria não deveria participar do conflito, mas sim ser resguardada.

O líder negro reproduziu o que os revolucionários franceses haviam defendido em 1793.; “Mulheres, querem ser republicanas? Amam-se, sigam e ensinam as leis que recordam aos vossos maridos e filhos pelos seus direitos. Orgulhem-se das ações brilhantes com as quais podem contar. Nunca sigam as assembleias populares com o desejo de falar lá.

AS MINIMIZADAS DA REVOLUÇÃO

O aspecto de minimizar o papel das mulheres na esfera da sociedade não era limitado ao Haiti colonial ou às colônias francesas. Tratava-se de uma realidade comum em muitas colônias da época, embora apresentasse algumas diferenças. Maria Ligia Prado notou a mesma observação na região da América Latina, nas antigas possessões espanholas como a Venezuela e o Mexico e como também no Brasil, antiga colônia portuguesa. A autora afirmou quando se tratava da constituição de heróis nacionais nessas regiões ao longo do século XIX, as figuras que surgem sempre foram masculinas, deixando de lado as figuras femininas dado que a imagem que prevalecia na época sobre mulheres era a personagem submissa, incapaz de tomar decisões críticas e racionais. (Prado, 1992, p.78).

Ainda a autora afirma;

> (...) Quando se fala em exército, nesse período, vemos sempre homens marchando a pé ou a cavalo, lutando. Esquecemo-nos de que as mulheres, muitas vezes com filhos, acompanhavam seus maridos/ soldados; além disso, como não havia abastecimento regular das tropas, muitas trabalhavam, cozinhando, lavando ou costurando, em troca de algum dinheiro. Encontramo-las nos exércitos camponeses de Hidalgo e Morelos, da mesma forma que ¢ possível vê-las, um século depois, nas fotografias dos exércitos zapatistas da Revolução Mexicana de 1910. Expostas a dureza das campanhas e aos perigos das batalhas, enfrentavam corajosamente os azares das guerras. (Prado, 1992, p. 79)

As mulheres eram excluídas nas funções julgadas essenciais na sociedade colonial. De acordo com Maria Ligia Prado, essa visão contribuiu para a criação de uma memória histórica que vinculou os processos revolucionários emancipatórios exclusivamente aos homens. Contudo, estudos mais recentes têm demonstrado que as mulheres participaram ativamente em vários movimentos, ocupando diferentes espaços. Muitas delas estiveram envolvidas na circulação de informações, a exemplo da Marguerite Pageot, outras ajudaram na organização de redes de apoio as outras mulheres vítimas de abusos como era o caso de Toya. Enquanto outras estiveram diretamente nos confrontos, desempenhando papel que antes era considerada proibido para esta categoria. Ou seja, ao argumentar que a recuperação das experiências femininas permite ampliar a compreensão dos movimentos de independência latino-americano, Prado demostra que a construção de narrativas que viabilizam figuras femininas como sujeitos

históricos ajudam a perceber que as lutas emancipatórias envolviam uma pluralidade de personagens cujas contribuições foram fundamentais nas batalhas pelo fim da sociedade escravista, pela independência e pela criação de novos Estados.

Quem foram as personagens minimizadas da Revolução Haitiana de 1791-1804?

O sentido de minimizar como foi discutido implica estreitamente que as figuras femininas participaram do processo revolucionário e que suas presenças foram pouco documentadas, valorizadas ou inclusas nas narrativas históricas. Responder a essa pergunta exige deslocar o olhar dos grandes acontecimentos e das lideranças consagradas para compreender a Revolução haitiana como uma experiencia coletiva construída por uma multiplicidade de sujeitos. Essa perspectiva também permite evidenciar que não há uma única forma de minimizar indivíduos ou um grupo em um processo histórico, portanto pode haver níveis diferentes de minimização, embora todos tenham o mesmo objetivo: representar o minimizado de maneira desdenhosa e imprestável; o tratado como cruel e sanguinário. O que explica o motivo de incluir Jean-Jacques Dessalines nesta lista das personagens que a literatura histórica escolhe por colocar nas margens.

O recorte desta pesquisa exigiu uma seleção dentre da pluralidade de mulheres que participaram da Revolução Haitiana, de um conjunto de personagens representativas. Essa escolha buscou contemplar a diversidade de perfis e de formas de atuação feminina no processo revolucionário, evidenciando os diferentes papéis desempenhados por essas mulheres nos campos político, militar e social. Assim, serão apresentadas personagens cujas trajetórias ilustram diferentes níveis de participação, permitindo compreender a multiplicidade das experiências femininas durante o processo revolucionário haitiano e a relevância de suas contribuições para o movimento revolucionário. Dentro delas, serão apresentadas; Suzanne ou Sanite Bélair (1781 Verettes-1802 Cabo haitiano); Victoria Adbaraya Montou, “Grann Toya” (1739 Reino do Daomé-1805 Haiti); Marie Sainte Dédée Bazile- “Défilée La Folle” (1736 Cabo haitiano-1816 Porto-Príncipe), Marie-Jeanne Lamartinière (? Porto-Príncipe-1802 Cabo haitiano); Solitude la Mulatresse (1772 Guadalupe-1802 Guadalupe); Marguerite Pageot (datas desconhecidas) (Marie-Claire Heureuse Félicité Bonheur 1758-Léogane-1858 Gonaives) (Jean-Jacques Dessalines 1758 Grande Rivière du Nord- 1806 Porto-Principe)

Suzanne ou Sanite Belair

No exército indígena, era habitual que mulheres combatessem ao lado de seus companheiros. O caso de Sanite Belair e Charles Belair exemplifica como isso se tornou comum na colônia. Isso significa que Sanite sempre acompanhou seu marido, Charles Belair, tanto nas plantações quanto nos campos de batalha ou nas importantes reuniões. Segundo Madiou (1848) e James (2000), é comum que as mulheres lutem ao lado de seus companheiros. Esses autores rejeitam a noção de que os homens ofereciam proteção às mulheres nos campos de batalha, pois elas lutavam de maneira bastante independente.

Sanite, nascida livre na Colônia durante os tempos conturbados de 1781, casou-se com Charles, soldado e sobrinho do general Toussaint Louverture, em 1797, quando tinha apenas dezesseis anos. Essa aliança possibilitou seu crescimento entre as figuras mais influentes da sociedade colonial. Nesse período, a escravidão já havia sido abolida nessa região da ilha, porém a ex-colônia ainda corria o risco de reviver os momentos sombrios. Isso porque a intenção da antiga metrópole de reimplantar a escravidão era bastante evidente. O cenário conturbado e a instabilidade política do período pós-revolução de 1789 na metrópole francesa pareciam beneficiar as colônias em termos de organização e estrutura do sistema colonial. O golpe de 18 Brumário ocorrido em 9 de novembro de 1799 pavimentou o caminho para a ascensão de Napoleão e seu consulado. Isso teve um impacto, redirecionou e fortaleceu as aspirações da França em relação às colônias. Não havia distinção entre ex-escravizados, libertos, pessoas de cor, e a condição de mulher livre da Sanite não impediu que ela se tornasse escravizada caso a colônia fosse retomada pela metrópole francesa. Ciente disso, ela se aproximou de Toussaint Louverture e se tornou a companheira de armas mais leal de Charles Belair nas batalhas. Sanite, ainda jovem, ingressou no exército revolucionário, sendo reconhecida por sua coragem. Isso confirmou sua resolução de defender seu território contra os inimigos. A jovem guerreira precisava demonstrar sua destreza com as armas e, ao mesmo tempo, sua habilidade em resistir ao desejo da Metrópole.

Arcahaie cidade situada no departamento oeste foi o cenário de uma série de batalhas sangrentas que duraram aproximadamente dois meses em 1802, após o tratado de 30 floreal do consulado, que confirmou o retorno da escravidão. As lutas ocorreram entre as forças do exército *indigène* e as comandadas por Leclerc. O oitavo regimento do exército negro era comandado por Charles Belair, com Sanite se destacando por suas táticas de combate. Thomas Madiou descreve os eventos desse contexto, destacando as particularidades da jovem guerreira nos campos de batalha. De acordo com o autor, Sanite teria resgatado seu companheiro Charles

Belair de uma armadilha ao eliminar um grupo de quatro soldados inimigos. No entanto, durante esse mesmo período, o casal foi preso e entregue aos franceses sob as ordens de Dessalines. (Madiou, 1989, [1847] t.II, p. 356-57); (James, 2000, p. 314).

Charles Belair e Dessalines eram dois estrategistas disciplinados e próximos de Toussaint Louverture; o primeiro era seu sobrinho e o segundo, seu amigo de longa data. Comandante da região Artibonite, mais competente e direto em suas ações. Eles não eram adversários e compartilhavam os mesmos objetivos e ideais. Ambos se opuseram ao decreto de Napoleão de 20 de maio de 1802 e lutaram pela independência. Apesar de cada um possa ambicionado ser o principal líder do exército indígena. O cenário e os desafios políticos eram intrincados. Vale ressaltar que Charles confiava no potencial e na habilidade de Dessalines como novo líder, mas tinha preocupações em relação às suas decisões e atitudes. Eles haviam se confrontado quando Dessalines ainda defendia as causas coloniais. Charles acusava seu oponente de entregar Toussaint aos franceses, sem perceber que, após a prisão de seu tio, a situação na colônia havia mudado e todas as ações e estratégias de Dessalines visavam convencer e conquistar a confiança do capitão Leclerc. Todos os demais soldados participantes dos combates contra a metrópole estavam cientes da intenção do futuro imperador de capturar seu companheiro, Charles Bélair, porém não havia consenso, uma vez que ninguém podia impedi-lo. O general Henry Christophe, que posteriormente assassinaria o combatente Sanssouci, também estava envolvido e apoiava a prisão do casal Bélair. Como demonstrou Thomas Madiou, vários guerreiros próximos a Dessalines tentaram persuadi-lo.

> [...] Um homem de cor de Petite-Rivière, chamado Sagest, veio pedir a Dessalines para que ele desistisse da ideia de enviar para cidade do Cabo Charles Bélair, para lhe dar, pelo contrário, meios de fuga. Dessalines responde ironicamente: "Tenho a certeza de que estou certo de que o capitão-general (se referindo a Leclerc), que é tão misericordioso, receberá com alacridade uma segunda vez a submissão de Charles Bélair". [...][40](tradução nossa). (Madiou,1848, [1847] t.II, p.367)

Charles Belair foi recebido e hospedado na cidade sob as ordens de Dessalines. Apesar dos dissensos e das petições, o casal foi escoltado e conduzido ao capitão francês. Em correspondência[41] enviada por Jean-Jacques Dessalines ao capitão-general francês, o líder negro lamentou os atos ocorridos envolvendo o casal Charles e Sanite Belair. Produzida em 8 fructidor an X do calendário republicano, correspondendo-se a vigésimo sexto dia (26) do mês de agosto de 1802 do calendário gregoriano. A carta de duas páginas foi escrita e assinada por

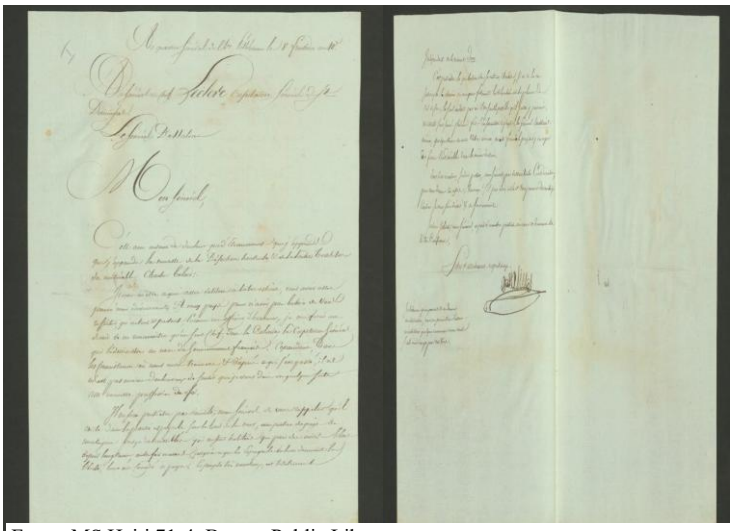
[40] Un homme de couleur de la Petite-Rivière, nommé Sagest, vint supplier Dessalines de ne pas envoyer au Cap Charles Bélair, de lui procurer, au contraire, des moyens d'évasion. Dessalines lui répondit avec ironie: "Je suis certain que le capitaine-général, qui est si clément, recevra avec empressement une seconde fois la soumission de Charles Bélair

[41] Letter from Dessalines to Leclerc in Boston Public Library, Box 71, folder 4

nome identificado pela historiografia como Jean-Jacques Dessalines, portanto, isso não impede todo questionamento relativo à sua originalidade como também de sua veracidade.

A data da produção do documento está relacionada ao contexto agitado após a prisão do general Toussaint. Veremos mais adiante que a captura e a deportação do general negro não mobilizaram resistência por parte de seus aliados, dado que a rebelião liderada por Charles e Sanite Belair que eram próximos[42] ao general devem ser inseridos na série de revoltas que surgiram em várias regiões em desacordo com o anúncio de desarmamento dos cultivadores feito por Leclerc. Voltaremos a essa questão oportunamente. Após o aviso do Leclerc na cidade de Latortue, foram incendiadas certas habitações e, ao mesmo tempo, em que ocorreu massacre das pessoas brancas que representavam uma ameaça para a liberdade política e humana da população negra. O mesmo cenário ocorreu na região sul e na cidade de Verettes, no departamento de Artibonite, onde Charles Belair comandava e manifestava a intenção de vingar seu tio após a captura, como também de substituí-lo no comando do exército *indigène*. A carta encaminha ao capitão francês tinha objetivo de denunciar a deserção do casal Belair, que o autor, Dessalines qualificava como traição contra a pátria francesa. Nas linhas, o guerreiro lamentava o ocorrido e expressou um sentimento de pertencimento, de confiança e se disponibiliza para atravancar tudo ou todos com má intenção contra a metrópole.

Figura 4-Carta do general J.J Dessalines ao general francês, Leclerc, 8 Fructidor, an 10. [26 de agosto de 1802]



Fonte: MS Haiti 71-4, Boston Public Library

Em setembro de 1802, o novo líder Dessalines, enviou outra carta a Leclerc acusando o casal Belair de ter liderado uma rebelião contra a metrópole, e defendendo a prisão dos envolvidos. (Madiou, t. II, 1989, [1847], p. 368). Charles foi acusado de ter liderado uma insurreição contra o governo francês, inclusive de ter assassinado o seu secretário, mas o aspecto mais importante se refere à acusação feita contra Sanite, cujo próprio Dessalines a tratava de mulher feroz e ela foi suspeitada de ter participado no assassinato. As acusações contra a tenente foram imensas e o próprio historiador Thomas Madiou em suas análises a criticou de forma severa, afirmando que a Sanite representava um empecilho à revolução e era muito inflexível.

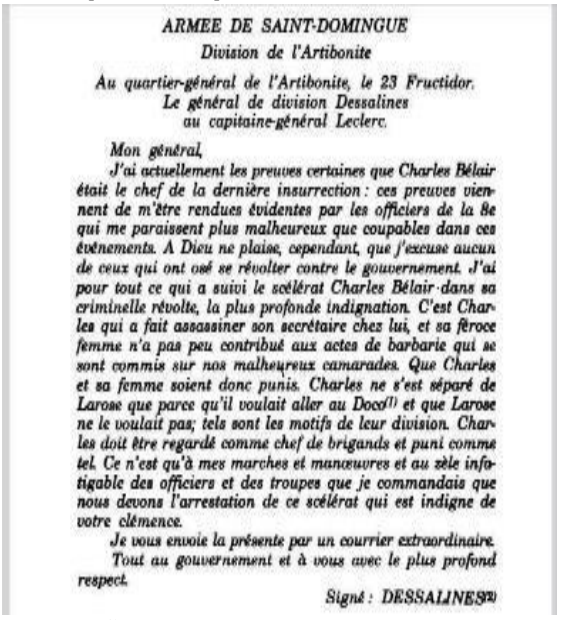
[42] Segundo a literatura histórica Charles Belair era sobrinho do general Toussaint Louverture e sua companheira Sanite cresceu e tinha desenvolvida uma relação paternal com o general, quem a iniciou na carreira militar.

Para o historiador Beaubrun Ardouin, a execução seguiu as regras da lei, ainda salienta que Sanite havia manipulado seu marido, induzi-lo a revoltar-se contra a metrópole, realçando que ela tinha cometido um crime imperdoável. O autor prossegue:

> [...] No entanto, ao compadecer-nos do triste destino de Charles Belair e da sua mulher, não podemos deixar de reconhecer que foi baseado na lei, e que Sanite, com o seu caráter altivo influenciou, dominou a mente fraca do seu marido: ela também tinha cometido um crime indesculpável de um francês, que era secretário de Carlos, o Grande. o jovem francês que foi secretário de Charles Belair.[43] [...]. (Beaubrun, 1854, T. V. p. 280). (Tradução nossa).

Apesar da execução de Charles e Sanite Bélair, o general francês, Leclerc se mostrou preocupado, pensando que outros soldados podiam estar planejando revoltas contra a França. Além das instruções que passava a Dessalines que representava seu homem de confiança, ele publica no dia seguinte da morte do casal Charles uma proclamação na qual relata o estado crítico da colônia onde a febre amarela já fazia inúmeras vítimas, mas, o objetivo de seu pronunciamento de fato era um aviso aos possíveis e futuros infratores da lei, da soberana francesa, aos rebeldes que, em caso de tentativas de revoltas, eles tiverem a mesma punição que recebia Charles.

Figura 5 Carta do general Dessalines ao general Leclerc, em 23 Fructidor [9 de setembro]



ARMEE DE SAINT-DOMINGUE

Division de l'Artibonite

Au quartier-général de l'Artibonite, le 23 Fructidor.
Le général de division Dessalines
au capitaine-général Leclerc.

Mon général,

J'ai actuellement les preuves certaines que Charles Bélair était le chef de la dernière insurrection : ces preuves viennent de m'être rendues évidentes par les officiers de la 8e qui me paraissent plus malheureux que coupables dans ces événements. A Dieu ne plaise, cependant, que j'excuse aucun de ceux qui ont osé se révolter contre le gouvernement. J'ai pour tout ce qui a suivi le scélérat Charles Bélair dans sa criminelle révolte, la plus profonde indignation. C'est Charles qui a fait assassiner son secrétaire chez lui, et sa féroce femme n'a pas peu contribué aux actes de barbarie qui se sont commis sur nos malheureux camarades. Que Charles et sa femme soient donc punis. Charles ne s'est séparé de Larose que parce qu'il voulait aller au Dondon et que Larose ne le voulait pas; tels sont les motifs de leur division. Charles doit être regardé comme chef de brigands et puni comme tel. Ce n'est qu'à mes marches et manœuvres et au zèle infatigable des officiers et des troupes que je commandais que nous devons l'arrestation de ce scélérat qui est indigne de votre clémence.

Je vous envoie la présente par un courrier extraordinaire.

Tout au gouvernement et à vous avec le plus profond respect.

Signé : DESSALINES.

Fonte: Madiou, t. II, 1989, [1847], p.368

A entrega do casal ao general francês Leclerc por Dessalines foi julgada como ato de traição. Fato que gerou muitos controversos na época entres próprios soldados e amigos da revolução, e continua gerando diversas indagações entre pesquisadores e historiadores do presente que analisam a questão. Cyril Lionel Robert James não nega que foi um crime de traição, porém, o autor afirma que não se tratava de um crime contra a revolução em si, pois, ao entregar Charles e Sanite Belair aos inimigos, Dessalines esperava chegar a um acordo com o mulato Pétion, com quem ia se juntar nas últimas batalhas, após a deportação de Toussaint contra o inimigo comum. (James, 2000, p. 314). Thomas Madiou recusa a falar em deslealdade, mas destaca que as relações e as influências do casal Belair com outros guerreiros e a população incomodavam e poderiam atrapalhar os planos de Dessalines. O autor mostra que acreditava nos projetos deste último como único que podia enfrentar as tropas napoleônicas, ao mesmo

[43]Cependant, en plaignant le malheu reux sort de Charles Bélair et de sa femme, on ne peut que reconnaitre qu'il était basé sur la loi, et que Sannite, d 'un caractère hautain, influençait, dominait l'esprit faible de son mari: elle avait eu le tort aussi de commettre un crime inexcusable, en faisant sacrifier le jeune Français qui était secrétaire de Charles Bélair

tempo, fala da incapacidade do general Charles em compreender as estratégias e os planos daquele que ia derrotar Napoleão na Ilha (Madiou, 1989, T. II, p. 361-365). Os conflitos entre os próprios chefes negros e os massacres que ocorreram, sobretudo, contra a população, principal agente natural do movimento revolucionário pode ser inserido na estratégia do governo consular que visava desestabilizar o movimento em curso, além de promover vários casos de assassinatos que foram registrados nos conflitos internos, como a guerra do Sul de 1799 entre homens de Toussaint e os do mestiço Rigaud. Retomando o percurso exemplar da sargenta e tenente Sanite no exército *indigène*.

Ela era a única mulher a ocupar este cargo na hierarquia militar como também a primeira a ingressar nas tropas lideradas por Toussaint. Após a captura, o exílio forçado e a prisão do general, Sanite permaneceu no pelotão liderado por Charles, seu marido, (que recusava a obedecer às ordens de Dessalines, como todos os outros soldados já faziam). A integração de Sanite, única mulher num exército masculinizado e o seu cargo como tenente se revela um aspecto peculiar à revolução de 1791. Dado que a questão militar nesta época era algo estreitamente ligada aos homens, até nos países ditos civilizados. Capturado e entregue aos inimigos, o casal Belair respondeu por diversas acusações e foram condenados à morte. O historiador Thomas Madiou explica que uma das acusações feitas a Sanite, dizia respeito à execução de um homem branco capturado pelas tropas de Bélair, suspeito de espionagem. Conforme o autor, Sanite tinha sido solicitada para cuidar do soldado ferido, aliás como mulher, na época, o trabalho de "cuidar" era estritamente reservado à esta categoria, contudo, a tenente com voz alta, avisou o seu superior, e recusou o papel que lhe foi confiado, portanto, foi acusada de matar o dito soldado de suas próprias mãos. Conforme destaca Madiou:

> (...) Dirigem-se para as colinas de Arcahaie. Ainda não tinham percorrido uma centena de toresas quando a cidadã Sannitte, a esposa de Charles Bélair que partilhava todo o ódio do seu marido contra os brancos, após ser solicitada para cuidar de um soldado branco, declarou em voz alta, que não queria dar os cuidados. Foi morto com sabres pelos soldados da oitava regimento. O seu cadáver foi deixado no meio da estrada principal. (..) Faustin Répussard, um homem de cor, que comandava esta paróquia para os franceses, fizeram-no recuar e mataram muita gente. Encontrou-se perto de Des jardins, quando perseguiu os fugitivos, o cadáver do secretário de Charles Bélair. Este corpo foi exposto na Praça das Vertentes. Para incitar a fúria dos habitantes dos habitantes contra os insurgentes, as autoridades publicaram que Sannite, a bandida, mulher de Charles Bélair, tinha matado o jovem branco com as suas próprias mãos. (...).[44]. ([Madiou, 1848], 1989, t. II, p. 362). (Tradução nossa).

[44]Ils s'acheminèrent l'un et l'autre vers les mornes de l'Arcahaie. Ils n'avaient pas parcouru un espace de cent toises que la citoyenne Sannitte, dame Charles Bélair, qui partageait contre les Blancs toute la haine de son mari, déclara hautement qu'elle ne voulait pas donner des soins, plus longtemps à un jeune Blanc que le général Leclerc avait placé dans un cabrouet, dangereu sement malade, au milieu des insurgés. Il fut tué à coups de sabre par les soldats de la 8e. Son cadavre fut abandonné au milieu de la grande route. [..] Faustin Répussard, homme de couleur, qui commandait cette paroisse pour les Français, le repoussa et lui tua beaucoup de monde. Il rencontra près de Desjardins, en poursuivant les fuyards, le cadavre du secrétaire de Charles Bélair. Ce corps fut exposé sur la place

Sanite manteve suas palavras e confirmou sua posição, afirmando que não quis cuidar de um homem branco[45], um invasor, seu principal inimigo. No dia do julgamento, considerando a patente militar do Charles, a comissão francesa por assuntos militares nas colônias decidiu que o casal teria de ser executado de forma diferenciada baseada na diferença de gênero. Na perspectiva da comissão militar, embora Sanite estivesse no mesmo pelotão que seu marido e ocupasse um cargo hierarquicamente relevante, por ser mulher ela merecia uma punição condizente com seu gênero. Decidiu-se que seu marido seria fuzilado de acordo com as normas e regras; assim, a tenente deveria ser decapitada, com os olhos vendados. Ao descobrir que seria decapitada em vez de fuzilada como os demais soldados, Sanite resistiu. Ela se negou a morrer como uma mulher, como os militares franceses queriam, optando por um destino igual ao dos outros combatentes que lutavam pela mesma causa. Madiou recorda os eventos:

> Quando ele (Charles Bélair) foi colocado à frente do destacamento que o iria alvejar, ouviu calmamente a voz da sua mulher, exortando-o a morrer corajosamente. Quando colocou a mão no seu coração, ele caiu, atingido por vários tiros na cabeça. No dia da execução, 5 de outubro de 1802, Sanite exigiu e obteve, não sem dificuldade, dos seus algozes para ser fuzilado. Ela recusou- se a ser vendada. O carrasco, apesar dos seus esforços, não conseguiu fazê-la dobrar-se sobre o bloco. O oficial encarregado do destacamento foi obrigado a que ela fosse alvejada[46] (Madiou, 1989, p. 404)

Sanite era disciplinada, corajosa e tinha consciência de que lutava por uma causa justa. Ela sustentou sua posição até o momento de sua morte. As suas batalhas vão além do que conseguimos transmitir aos leitores nestas linhas. As mulheres que estiveram envolvidas nas lutas contra a escravidão e a colonização francesa, como Sanite, lutaram não apenas pela liberdade de seu país, mas também se opuseram a um sistema e uma sociedade que sustentavam o patriarcalismo. Elas resistiram aos abusos e violências perpetrados tanto pelos senhores brancos quanto por seus próprios companheiros, livres ou escravizados. Quem não podia participar da luta armada assumia funções como costureira e enfermeira, enquanto outras se sacrificavam se prostituindo em "troca-busca" de munição ou atuando como espiãs, recorda o coronel Malenfant.

---

des Verrettes. Pour exciter la fureur des habitants contre les insurgés, les autorités publièrent que Sannite, la brigande, femme de Charles Bélair, avait de ses propres mains, sabré ce jeune blanc. [...].

[45] A declaração da tenente Sanite, relacionando o soldado branco a um invasor, a um inimigo está diretamente enraizada na experiência de François Mackandal. Quando este último, na década de 1700 adotou-se esta imagem) que mais tarde ia ser confirmado e materializado na Constituição de 1805 de Jean Jacques Dessalines. (CARPENTIER, 2010; (FICK 2017).

[46] Quand on le plaça devant le détachement qui devait le fusiller, il entendit, avec calme, la voix de son épouse qui l'exhorta à mourir en brave. Au moment qu'il portait la main sur son cœur, il tomba atteint de plusieurs balles à la tête. Sannitte refuse de se laisser bander les yeux. Le bourreau, malgré ses efforts, ne put la courber contre le billot. L'officier qui commandait le détachement fut obligé de la faire fusiller.

Victoria Adbaraya Montou, Toya

Cyril Lionel Robert James afirma que, no Haiti colonial, as mulheres eram protegidas por seus companheiros nos campos de batalha, pois lutavam juntas. Entretanto, Victoria Montou (Grann Toya) não se enquadra nessa categoria, uma vez que a historiografia ainda não encontrou indícios que permitam ao historiador vinculá-la a alguém em um contexto matrimonial ou como companheira de luta. No entanto, documentos publicados tardiamente ao longo do século XX permitem afirmar que havia construído laços familiares com Dessalines, como relação de segunda mãe, tia e sobrinho.

Mirambeau, médico[47] da família imperial na época, relata que em 1805, quando Toya se encontrava em estado crítico de saúde devido às atrocidades sofridas durante o período de escravidão, o médico foi chamado pelo próprio imperador, que aflito, pediu que ele cuidasse de sua tia Toya. Não há consenso na literatura histórica sobre a data de nascimento de Victoria, mas há indícios de que ela nasceu por volta de 1730 no Reino de Daomé. Várias fontes citam 12 de junho de 1805 como a data de sua morte já no Haiti independente. (Mirambeau, 1940; Claude-Narcisse, 1997). Na Colônia, no chamado *habitation*[48] de Cahos, plantação de café situada na região central da ilha, Victoria luta e sobrevive entre sonhos e realidades. Conhecida pelo seu caráter intransigente, ela fazia parte dos grupos que realizavam trabalhos mais pesados e mais humilhantes. *Esclave de champs* [escravos de campo]. Ao seu lado, seu melhor amigo de trabalho, um homem chamado Jean-Jacques, cujo caráter tão rude inspirava medo, tanto aos outros escravizados, quanto ao seu próprio senhor. De acordo com Bayyinah Bello, a relação entre Toya e Dessalines se iniciou na metade do século XVIII, antes mesmo do nascimento do pequeno Jean-Jacques Dessalines[49]. Durante o tráfico negreiro, centenas de mulheres foram capturadas e vendidas para várias colônias da América. Entremeio desses ocorridos, Toya e outras foram vendidas ao Haiti colonial. Após várias tentativas de fuga nas montanhas, a sargenta encontrou uma mulher, largada e sozinha que estava prestes a dar à luz a uma criança

[47]Segundo aponta Thomas Madiou, Mirambeau era o médico cirurgião que cuidava de vários fazendeiros franceses e trabalhava no Hospital militar de Porto Príncipe, durante o período escravista. Após a derrota das tropas expedicionárias em 1803, enquanto aplicava o decreto do governador general, que recomendava a expulsão dos franceses do território, exceto, mulheres, crianças e os profissionais da saúde, o general Bazelais apresentou-se o referido médico a Dessalines, quem lhe autorizou de permanecer no país e lhe nomeou no cargo de cirurgião principal da força armada da nova nação e médico da família imperial, e lhe dando a cidadania haitiana.

[48] No início do século XVII, uma habitation era uma casa onde mora o senhor ou um líder, portanto, ao longo do século XVIII, habitation irá ser vista no sentido mais amplo. Ou seja, ela envolve além de uma simples casa, todo espaço onde se desenrola atividades relativas ao trabalho escravo.

[49]O nome dado a quem se tornou Jean Jacques Dessalines é a combinação de nomes dos dois últimos senhores onde o pequeno foi vendido desde os 5 anos de idade. Segundo o que avança a historiadora Bayyinah Bello, a mãe biológica do pequeno Dessalines havia escolhido o nome de ISA, de origem yoruba.

que necessitava de ajuda. Ela detinha muitas habilidades que adquiriu durante sua formação como militar no seu país de origem, era curandeira e parteira. Graças a essas habilidades, socorreu a mãe de Dessalines, permitindo que o parto ocorresse em seguro. Baseado nos apontamentos de Bello (2019), a mãe[50] teria confiado a Toya a missão de cuidar do recém-nascido, antes de ter falecido pouco tempo após o parto. Não se sabe se Victoria Montou tinha filhos antes de sua captura na África, mas ela não recusou a missão que lhe foi confiada.

Segundo os costumes e as tradições tanto lá, quanto na colônia onde se encontrava Toya, as mulheres de idades avançadas geralmente eram e são chamadas de tia ou de avó, foi assim que o pequeno Dessalines num primeiro momento começou a chamá-la de avó, e depois, de tia, (como era chamada por outras pessoas nos campos de trabalhos). Como havia recomendado no artigo 12º do Código negro de 1685, as crianças nascidas de escravizados se tornaram escravizadas, isso influenciou a juventude de Dessalines e sua relação com a sua mãe adoptiva. Aos 5 anos, apenas antes de ser vendido para outra plantação, Toya já o ensinava práticas de lutas, aos 14 anos, o ensinou a cultura e saberes africanos. No entanto, em razão da realidade da colônia, a relação entre ambos se caracterizou por uma série de encontros e desencontros; nem sempre conseguiram ser do mesmo senhor e, consequentemente, da mesma plantação. Porém, mesmo diante de circunstâncias desfavoráveis, o amor materno sempre persistiu. Toya e Dessalines mantiveram o contato durante todo período escravista e revolucionário. Voltaremos neste assunto com mais profundidade no próximo capítulo, quando formos abordar a vida e a atuação daquele que se tornou o verdadeiro libertador da América.

Nas plantações, apesar de ter uma vida sofrida e vivida nas condições inumanas, Toya se mostrava disciplinada e andava de cabeça erguida. Se bem que havia diferenças linguísticas, ela costumava reunir com as mulheres e as ensinavam noções de culturas africanas, combates físicos e como manusear os sabres para enfrentar os inimigos coloniais, sobretudo, para se defenderem das tentativas de estupros que eram muito comuns. Dois aspectos fundamentais no caráter de Toya, uma educadora que acreditava nos princípios humanistas, no sentido que priorizava o ser humano e reconhece sua importância, seu valor e sua essência na construção de um objetivo comum, opondo-se ao que estipulava o Código negro de 1685. Mas ao mesmo, o caráter educador de Toya mesclava o humanismo com uma dimensão de sobrenatural, na medida em que promove nos ensinamentos uma relação do homem com os seres divinos, os ancestrais, algo que tem ligação direta com o Congresso *du Bois Caïman* de 1791. Seu lado

[50]Trata-se da mãe de Dessalines cujo nome não foi revelado e a conversa era limitada, visto que as duas mulheres não falavam o mesmo idioma, uma vez que eram de tribos diferentes.

militar também impressionava, guerreira desde seu país de origem, ela liderava inúmeras tentativas de revoltas nos períodos anteriores a agosto de 1791, e suas ações preocupavam senhores, outros escravizados até mesmo o próprio Jean Baptiste Mirambeau. Médico do senhor Henri Duclos, plantação onde se encontrava Toya, relatou que seu paciente lhe contava histórias que transmitiam muito medo de bravura de sua escravizada, até que um dia este último decidiu ir conhecê-la. O médico descreve a sua visita:

> (...) Em frente de cerca de cinquenta escravizados, estava Toya (Victoria) com uma faísca na mão, uma enxada no ombro e uma faca pendurada nas costas (...) sob o comando de Toya, uma parte é enviada para o desmatamento, outra para arar a terra e outras para colher (...) ela tem uma fala potente que expressava sua autoridade e sua rigidez, seus comandos são idênticos àqueles de um general.[51]. (Mirabeau, 1940, p. 109). (Tradução nossa).

O senhor desconfiava de diálogos ocasionais entre Toya e Dessalines e receava uma possível revolta; portanto, mandou que os separassem. No entanto, a decisão não enfraqueceu sua visão política contra o sistema escravista, mas a fortaleceu. O sistema escravista impedia a reunião de dois ou mais escravizados a qualquer custo, aplicando uma fórmula que os dividia várias vezes por semana. Apesar da divisão constante, Toya no novo campo do trabalho foi visto chefiando uma rebelião que Mirambeau explica nestes termos:

> (...) Vi um pequeno grupo de rebeldes, afirma Mirambeau, aquele estava sob o comando de Toya, logo foi cercado e levado para prisão pelo regimento. durante a luta, Toya fugiu, sendo perseguida por dois soldados; um combate ocorreu entre eles e Toya; um deles foi gravemente ferido por ela e o outro, junto com outros soldados que haviam chegado a tempo, e ela foi presa[52](...) (Mirambeau, 1940, p. 107).

No decorrer das lutas, Victoria tinha sido presa, contudo, em seguida a esta prisão, ela afirmou em seu interrogatório os motivos pelos quais tinha participado ativamente nas rebeliões. Além das condições desumanas que tinha vivido nos campos de trabalhos durante toda sua vida, havia uma notícia que circulava na colônia neste período segundo a qual, a França cogitava restaurar a escravatura. Nem Victoria nem qualquer outra pessoa, exceto a burguesia francesa e Napoleão queriam a implementação do decreto que pretendia restaurar a escravidão. Nesse contexto, a notícia de que os tempos antigos estavam prestes a retornar incentivou as mulheres a confrontarem o sistema napoleônico com maior resolutividade, e, de fato, abriu-se o caminho para a Independência. Não há informações sobre a liberação de Toya, que estava

---

[51] [...] à la tête d'environ cinquante esclaves, se trouvait Toya, ayant à la main une faulx, sur une épaule une houe et un couteau à indigotier suspendu à la ceinture de son caraco(...). Sur le commandement de Toya, une partie est envoyée au déboisement, une autre au labourage, d'autres à récolter et à mettre dans de grands paniers des céréales. (...) Elle a la voix timbrée, ses commandements sont identiques à ceux d'un général. [...]

[52] [...] a été vite cerné et fait prisonnier par le régiment. Durant la lutte, Toya se sauve poursuivie par deux militaires; un corps a corps eut lieu entre eux et Toya; l'un d'eux a été grièvement blessé par Toya et l'autre, aidé de quelques autres militaires arrivés à temps, Toya est prisonnière.

detida, porém, de acordo com Bayyinah Bello, ela esteve presente em 1803 nos confrontos cruciais contra as forças coloniais que buscavam restaurar a escravidão. No interrogatório imposto à Victoria após sua captura, ela confessou ter agido sobre a influência de Jean-Jacques Dessalines, a quem ela mesmo havia ensinado as estratégias de lutas. Após a vitória final em novembro de 1803, Toya fazia parte da segurança pessoal do então governador general que ela mesmo participou da sua formação e protegia na infância. Em 1805, o estado de saúde de Toya já estava precária devido às sequelas das más condições de trabalho as quais vivenciou nos campos durante a maior parte da sua vida. Antes de ter sido falecida, ela havia sido consagrada duquesa pelo governo imperial, e autorizada pelo próprio imperador que ela tivesse um funeral oficial.

Marie Sainte Dédée Bazile- "Défilée La Folle

Cognominada de "louca", as narrativas apresentam a figura de Marie Sainte Dédée Bazile como uma das mulheres que contribuíram na luta pela independência, embora haja controvérsias entre alguns autores relativas à sua participação ativa das lutas. (Mirambeau, 1940; Madiou, 1989). O lugar que ocupa na galeria das heroínas haitianas a coloca ao lado da tenente Sanite Belair, de Victoria Montou, Cécile Fatima e da Marie-Jeanne Lamartinière.

Nascida em condição escrava como foi imposta pelo Código de 1685, de pais escravizados na região norte. Ainda jovem, ela foi separada de seus pais e foi vendida. Aos 18 anos, enquanto passava por momentos críticos e violentos nas plantações de seu senhor, acabou engravidando, criando nas condições desumanas seus dois filhos, e vivia ao lado de seus três irmãos. A sua função na colônia igual as outras mulheres era múltipla e era considerada vivandeira. Recusava a cumprir este papel para os seus senhores. No exército *indigène*, ela acompanhou as tropas e esteve presente nos lugares onde achavam que fossem impossíveis. Fato que ia contribuir para atribuí-lhe o apelido *la folle*- [a louca]", ocorrido no decorrer do movimento revolucionário. Outras narrativas que tratam da figura da Marie Sainte-Défilée, foram de Jean Fouchard em *La meringue* (1989); Louis Joseph Janvier *La République d'Haiti et ses visiteurs* (1886) associam o dito apelido "louca" ao assassinato em sua presença de seus dois filhos e seus irmãos pelas tropas comandadas por Rochambeau, enviado do escravista Napoleão Bonaparte. A tradição oral da época ainda vigente, compreende o comportamento da Dédée Bazile como táticas de sobrevivências e de lutas. Após a perda de sua família, ela costumava levar alimentos e outros utensílios aos militares inimigos, ao mesmo tempo, pegava

escondido tudo que achava de munição e trazer aos soldados do exército *indigène*, além de os indicava local onde se encontrava cada militar napoleônico.

Jean Baptiste Mirambeau, que experimentou grande parte do período colonial, atuou inicialmente como médico para senhores e fazendeiros franceses. Posteriormente, atendeu Toussaint Louverture antes de 1803 e a família imperial durante o governo de Dessalines, além de servir ao exército e a Pétion na primeira República, em 1807. Ele retrata Marie Sainte como uma guerreira. Ao mesmo tempo, Bayyinah Bello valida o discurso transmitido pela tradição oral, rejeitando o apelido atribuído a Marie Sainte Dédée Bazile e o julgamento relacionado ao comportamento da vivandeira que promove o referido apelido. Após a morte de Dessalines[53], seu corpo foi deixado na praça do governo, poucos metros de uma localidade chamada *Pont-Rouge* (Madiou, [1848] 1989, p. 325), a população pro Dessalines temia e não se aproximava do espaço. Foi neste momento que Dédée Bazile, ao descobrir que se tratava do corpo de seu imperador com quem estabeleceu estreitas relações devido não somente à sua função de vivandeira no exército, mas sobretudo, ela havia construída uma relação com Dessalines em quem parecia ter uma veneração sem limites. Ela acreditava nele como o único que podia vingar sua família assassinada e liberar seu país feito de refém por tropas francesas. Recusava-se a temer os assassinos embora que tinham soldados vigiando os restos do corpo, impedindo que alguém fosse os recuperar. Dédée Bazile não quis deixar o corpo de seu herói na rua, para isso, ela foi heroica e usava suas habilidades cujo motivo consistia em recuperá-lo e oferecer um funeral digno ao imperador. Thomas madiou narra o cenário:

> Enquanto muitas crianças, entre altos gritos de alegria, atiravam pedras aos infelizes restos mortais de Dessalines, na Praça do Governo, apareceu uma velha louca chamada Défilée. Aproximou-se da multidão de crianças (...) disseram-lhe que era Dessalines. Os seus olhos desnorteados acalmam-se de repente, uma réstia de razão brilha nas suas feições. Correu a buscar um saco, voltou à praça, colocou nele os restos mortais ensanguentados e levou-os para o cemitério da cidade.[54] (Madiou, [1848], 1989, p. 326). (Tradução nossa).

O corpo foi recuperado e transportado para o cemitério local. E havia pessoas ridicularizando a morte daquele que conduziu o país à independência. Por quais razões? E a campanha do Leste de 1805? A promulgação da constituição imperial ou a persistência das

[53] Há controversos relativos à morte de Dessalines. Thomas Madiou, Beaubrun Ardouin ou ainda Cyril R. James acreditam que o imperador havia sido sofrido um assassinato na chamada Pont Rouge localizada em Porto Principe. Outros autores, Bayyinah Bello, por exemplo, afirma que o imperador tinha sido envenenado na casa de Alexandre Pétion, quando participava de uma reunião. E seu corpo foi levado no Pont Rouge onde foi encontrado.

[54] Pendant que de nombreux enfants, aumilieu de grands cris de joie, criblaient de coups de pierre les restes infortunés de Dessalines, sur la place du Gouvernement, une vieille femme folle nommée Défilée vint à passer. Elle s'approcha de l'attroupement que formaient les enfants (...). On lui dit que c'était Dessalines. Ses yeux égarés devinrent calmes tout à coup; une lueur de raison brilla sur ses traits. Elle alla à la course chercher un sac, revint sur la place, y mit ses restes ensanglantés et les transporta au cimetière intérieur de la ville.

disputas internas entre os líderes? As interpretações são variadas e, por isso, complexas[55]. Politicamente, a decisão de Dédée Bazile simboliza uma ruptura contra a banalização do mal, refletindo a forma como a vida e o corpo dos escravizados eram tratados na sociedade colonial. Esse ato comunicava e fortalecia a noção já proposta por Dessalines, de que a união entre diversas categorias (nouveaux-anciens libres) ainda era viável. Durante guerras, os soldados fazem um juramento de não abandonar os corpos de seus companheiros, não apenas por medo de que os inimigos os recuperem, mas também por uma questão de respeito, honra e pertencimento. Isso significa que, vivos ou mortos, os corpos carregam histórias e representam poder.

Por que os países em conflito se esforçam para recuperar os corpos de seus soldados mortos?

No ano de 1802, o sargento Lamartinière, um oficial de origem mestiça, lutou ao lado do Exército Indígena para defender a independência. Por outro lado, Jean-Louis Larose, seu antigo companheiro de armas nas campanhas anteriores passou a fazer parte das tropas francesas após a prisão de Toussaint Louverture. Embora estejam em lados opostos, os vínculos formados durante a batalha não foram totalmente quebrados. Depois que Lamartinière foi abatido pelas tropas francesas, Larose recuperou o corpo de seu antigo companheiro e organizou seu sepultamento. O episódio mostra que, apesar de um cenário de guerra e reconfiguração das lealdades políticas, laços de amizade e respeito podiam persistir frente às divisões militares. Ocorreram situações parecidas durante as campanhas das Guerras Revolucionárias e Napoleônicas na Itália entre o final do século XVIII e início do XIX, quando em certas condições soldados de exércitos opostos prestavam tributos aos mortos ou asseguravam-lhes um sepultamento digno. Esses episódios mostram que, apesar da guerra impor a lógica de destruir o inimigo, ela não extingue totalmente os códigos de honra e humanidade que os combatentes compartilham. Esses ocorridos se relacionam com as ideias de Michel Foucault em Vigiar e Punir. De acordo com o filósofo, o corpo não é apenas uma entidade biológica, mas também um objeto político constantemente envolvido em relações de poder. Sobre ele atuam mecanismos de dominação, disciplina e controle que visam moldar comportamentos e consolidar a autoridade dos diversos sistemas de poder. Durante a Revolução Haitiana, o corpo do escravizado, do negro vai além de sua existência física, torna-se um ícone de resistência, identidade política e memória. Desse modo, o ato de resgatar e sepultar um antigo companheiro ganha um sentido que transcende a solidariedade pessoal, simbolizando também a devolução

[55]Mantemos a promessa de retomá-los no próximo capítulo dedicado ao percurso do imperador.

da dignidade a um corpo que o poder colonial tentou reduzir a um mero objeto de violência e eliminação. Dédée Bazile, *défilée la folle* ao recusar o abandono do corpo do imperador sob controle dos inimigos, desempenha este papel político, oferecendo ao velho amigo o poder de permanecer vivo, o inserindo na história, permitindo que ele se torne uma entidade importante no ritual da religião do Vodu. Um gesto que o poeta Massillon Coicou denominou de verdadeira personificação da consciência nacional haitiana. Sabine Lamour menciona a respeito:

> Ao coletar os restos mortais do Imperador Jacques Ie, Defilée realizou um gesto que se destaca como o ato de fundação da nova sociedade, que propõe um modo de institucionalizar o vínculo social fora da ordem necropolítica [...] estabelecida desde o período colonial e que se estende até os dias de outubro de 1806. (Lamour, 2021, p.109). (Tradução nossa)[56]

O ato também carrega caracteres simbólicos, culturais e religiosos. No Haiti colonial, especificamente a partir da primeira metade do século XVIII, os escravizados de origem africanos, de etnias diferentes, inclusive na categoria das mulheres chamadas de amazonas de Daomé, costumavam após morte de seus líderes, além de resgataram os corpos, os organizaram o sepultamento. Uma prática oriunda de suas tradições permitia que se mantivesse a relação mesmo após a morte e os tornaram ancestrais, capazes de orientar e transmitir energias positivas. Essa proximidade com a morte permitia que os indivíduos prescrevessem as datas de comemoração e pensassem o vínculo social em momentos de dúvida sob o olhar dos antepassados. (Sabine, 2021, p. 110).

Figura 6-Mapa de Crête à Pierrot e de seus arredores

Fonte: Bibliothèque Digitale de France-Gallica

Estas condutas cada vez mais presentes preocupavam os senhores e inspiraram o medo, estes optaram por queimar qualquer líder suspeito ou apreendido de sublevar.

François Mackandal, líder religioso encarregado de dar início ao denominado movimento de envenenamento, é visto, nesse momento, como a primeira vítima. Apesar de ter sido queimado vivo, ele seguiu os rituais descritos anteriormente, pois não houve resgate do

[56] En ramassant les restes de l'empereur Jacques Ier, Défilée a accompli un geste qui s'impose comme l'acte de fondation de la nouvelle société, qui propose un mode d'institutionnalisation du lien social en dehors de l'ordre nécropolitique [...] instauré depuis l'époque coloniale et reconduit en 1806.

corpo, muito menos um enterro. Mesmo assim, ele era visto pelos escravizados como uma entidade sobrenatural e misteriosa, capaz de intervir e determinar o futuro, como retratado por Alejo Carpentier em "O reino deste mundo". O líder Dutty Boukman encarregado junto com Cecile Fatima por organizar o congresso de agosto de 1791, embora tenha sido morto em conflito armado, seu corpo foi queimado pelos franceses em novembro de 1791, impossibilitando o acesso aos escravizados. Outros pontos que podem ser destacados referem-se às análises de Joan Bayan (1998) mencionadas por Evans Braziel (2005), segundo as quais, o papel desempenhado no ato heroico de Dédée Bazile deve levar em consideração aspectos religiosos ligado ao Vodu, enraizado na tradição oral África-haitiana. Na visão deste autor, não se trata apenas do resgate do corpo sem vida do imperador, mas refere-se aum ato sagrado de prevenção da ressurreição, que garante que o corpo não seja feito refém de espírito do mau, proibindo a intervenção de forças malévolas, que na "cultura" haitiana e de certos países africanos têm poder suficientes para reanimado o corpo dito morto e o transforme em corpos vivos, geralmente desprovidos de bom senso, denominaram de "zumbi". Que sejam argumentos empíricos ou não, o nome da Marie Sainte Dédée Bazile se torna uma imagem sagrada na sociedade haitiana, representando uma figura de resistência, quando no momento de crise nacional e de movimento de reivindicação por direitos políticos e sociais das mulheres, mas da população de forma geral.

Entre 1915 e 1934, somente um século após a Independência, o país sofreu a primeira invasão estadunidense, na época o legado da Dédée Bazile foi abraçado e reivindicado como símbolo de resistência. Mais tarde, em 1994, instabilidades políticas devido a golpe de Estado comandado pelos militares, favoreceu-se outra invasão militar norte-americana que perdurou até as eleições presidenciais de 1999. Nestes períodos, as reivindicações estampavam a figura da vivandeira como expressão de luta anti-imperialismo estadunidense. Joan, 2005, *apud* Braziel, 2012, p. 60).

Marie-Jeanne Lamartinière

"Franceses, já por muito tempo suas coragens se esgotaram sob essas muralhas fracas. Que vergonha para nós se a Europa que nos contempla dissesse em seu espanto: alguns rebeldes que tantas vezes fugiram ao ver o chicote, destruíram um exército francês! *Grenadiers*, olhem para este reduto; é lá que devemos acampar esta noite ou morrer. Viva a República[57]".

[57] Declaração do general francês, Rochambeau aos soldados na fortaleza de Crête à Pierrot

À primeira vista, parece um forte de pouca importância, sua estrutura exterior, pouco chama atenção. O viajante que chega às suas proximidades mal consegue vê-lo, em meio às densas árvores que o cercam, e fica surpreso com o fato de um exército poder ter ficado parado por tanto tempo em frente a essa colina. Ao norte da fortificação fica a cidade de *Petite-Rivière*, e o rio Artibonite deslizam suas águas entre os juncos altos a 400 metros a oeste[58]. Aqueles que nunca viram Crête à Pierrot, acreditam que ela fica na encosta de uma montanha com vista para imensas planícies, mas somente quando se chega aos redutos que se percebe a altura do terreno. A fortificação é retangular e tem 37 ou 38 metros de comprimento. Um fosso largo e profundo a circunda e elevações de terra apoiadas em estacas entrelaçadas com cipós fecham o recinto. Ela foi construída[59] pelos ingleses apoiados pelos franceses monarquistas que haviam tomado a parte ocidental da ilha em 1793. Ainda quando o governo britânico tentava restabelecer a escravidão onde quer que a revolução francesa a tivesse abolida, e foi somente com essa condição que os colonos, preocupados com a liberdade geral proclamada pelos comissários, suscitada pelos ocorridos de agosto de 1791, decidiram de entregar os pontos estratégicos mais importantes da colônia, incluindo o forte em questão[60].A Fortaleza de Crête à Pierrot destacou-se durante as sangrentas guerras como um lugar inesquecível na memória daqueles que se enfrentaram entre fevereiro e março de 1802, se tornando mais tarde, um ponto estratégico como parte de uma política de fortificação que visava proteger o país do possível retorno dos franceses após a independência. Com sua vista para o vale do rio Artibonite, dando acesso ao desfiladeiro de Cahos a leste e a região fronteiriça da cidade de Mirebalais, um importante ponto de controle. O Forte, uma fortificação retangular, simboliza a resistência indígena à expedição de Leclerc e de Rochambeau enviados do Bonaparte.

As lutas que constituem o processo revolucionário haitiano que ocorreram desde Mackandal, na década de 1750 (maioria dos historiadores consideram agosto de 1791 a janeiro de 1804 como período revolucionário) a novembro de 1803, registraram duas batalhas decisivas que caracterizaram o heroísmo e o sentimento patriótico dos envolvidos. Descobrir as atuações e o papel desempenhados por Marie-Jeanne é o nosso objetivo nesta seção. Seu percurso é entrelaçado com a fortificação de Crête à Pierrot, seu principal lugar de destaque. Um espaço que foi cenário de uma das mais simbólicas e mais trágicas guerras coloniais, e que se tornou uma referência para os soldados franceses. Como símbolo de respeito, superou as campanhas

[58] Cyril Robert James afirma que o forte não tem proteção natural, dado que ele se situa em um terreno com elevação de apenas cem metros. (James, 2000, p. 285)

[59] O forte havia sido remanejado e fortificado por Dessalines nos momentos anteriores às lutas. (Dupont, 2006, p. 139)

[60] Apresentação e descrição do forte de Crête-à-Pierrot feita por T.F.M, publicada no jornal L'Union, em 13 de dezembro de 1838 (grifo nosso).

no Egipto de 1798, ou as coalizões na Itália de 1793 a 1798. Mesmo com a derrota[61], as semanas de lutas em Crête à Pierrot como destacam o general Pamphile de la Croix, Jules Rosemond ou ainda Thomas Madiou foram inesquecíveis, foram momentos de honra. Em 1802, o soldado francês que falava com seus companheiros, relembrava de seus traços, seu valor, e dizia com orgulho que lutava na cidade de Pierrot. Para os emancipados, cercados no forte entre 4 e 24 de março, sem água, alimentos e militarmente limitados, a vontade e a coragem eram movidas pelo sentimento da união e do patriotismo, dispostos a morrer do que voltar a viver sob o jugo do opressor. Dessalines, sobretudo Lamartinière[62], Magny[63] e Marie- Jeanne conseguiram criar e desenvolver estratégias adequadas para se manterem, respondendo aos ataques das tropas expedicionárias. Pamphile de la Croix, general francês que combateu o exército indígena na colônia, publicou em 1819 a obra *Mémoires pour servir à l'histoire de la Révolution de Saint-Domingue*. Nela, o escravista, movido pelo ressentimento de um mau perdedor, ao descrever as táticas empregadas pelas tropas indígenas, as chamava de bárbaras. (De la Croix, 1819, p. 270). Em 1792, Louis Daure Lamartinière alistou-se como soldado das tropas francesas comandadas por André Rigaud. De 1793 a 1798, lutou ao lado de Rigaud contra a invasão da ilha pelos britânicos. Após a derrota das forças militares britânicas, Lamartinière ganhou novo cargo no exército, e em 1802, ele comandou o Forte de Crête à Pierrot e teve o apoio total de sua esposa, Marie-Jeanne Lamartinière. Ele ainda se rendeu ao general Lamartinière que o desafio na Crête à Pierrot, nestes termos;

> A retirada que o comandante do Crête-à-Pierrot usou para conceber e executar é um feito notável. Cercamos seu posto com mais de doze mil homens; ele se salvou, não perdeu nem metade de sua guarnição e nos deixou apenas mortos e feridos. Esse homem era um quarteron[64] a quem a natureza havia dado uma alma do mais forte

[61]As tropas comandadas por Leclerc saíram vitoriosas em Crête à Pierrot, visto que elas tiveram acesso ao forte após ordem de evacuação, e os principais soldados de l'armée indigène haviam se rendido aos franceses. Porém foram derrotadas em diversas batalhas ocorridas ao longo das lutas no mês de março de 1802.

[62]Louis Daure Lamartinière era mulato. Ele era filho ilegítimo de um fazendeiro branco e de um Métis. O pai de Louis Daure era dono de uma plantação de açúcar e de uma refinaria perto de Léogane. Ele havia reconhecido o filho mulato, mas deixou seus bens como herança ao filho branco legítimo. Em 1792, Louis Daure Lamartinière alistou-se como soldado das tropas francesas comandadas por André Rigaud. De 1793 a 1798 lutou ao lado de Rigaud contra a invasão da ilha pelos britânicos. Após a derrota das forças militares britânicas, Lamartinière ganhou novo cargo no exército, e em 1802, ele comandou o Forte de Crête à Pierrot e teve o apoio total de sua esposa, Marie-Jeanne Lamartinière.

[63]Étienne Magny, alguns afirmam que ele teria nascido livre na Louisiana por volta de 1771, enquanto outros afirmaram que tinha nascido em 1765 na região norte da Ilha. Ele ingressou no exército e, em 1796, o encontramos ao lado do general Jean-Louis Villatte, comandante de Ca, de quem era ajudante de campo. Um pouco mais tarde, foi coronel comandante da 14ª semi brigada do exército de Toussaint Louverture. No momento da chegada do exército expedicionário de Leclerc, Magny estava em Porto Príncipe com seu melhor colega e amigo, Lamartinière. Em fevereiro de 1802 participou da famosa batalha de ravine-à-Couleuvres. No mês seguinte, fazia parte do grupo de oficiais colocados sob as ordens de Jean-Jacques Dessalines que deveriam garantir a defesa do forte de Crête-à-Pierrot. (Dupuy, 2020).

[64]Segundo Moreau de Saint Méry, o termo carrega diferentes níveis de definições. Aqui trata-se de um grau de descendência atribuído aos descendentes de uma união entre negros e brancos. Nas Antilhas Francesas, na

> temperamento; era o chefe de brigada Lamartinière, o mesmo que havia se colocado à frente da resistência em Porto Príncipe contra a divisão de Boudet e que, no meio de uma reunião, havia cortado a cabeça do comandante de artilharia Lacombe[65]. (De la Croix, 1819, p. 270).

Figura 7 Representação de Marie-Jeanne et Louis Daure Lamartinière em nota de cinquenta (50) centavos. A nota da moeda do Haiti foi emitida em comemoração dos cintos e cinquenta anos de Independência do País (1804-1954)

Fonte : Bibliothèque Numérique des Caraïbes-dLOC

Ponto positivo! O caráter heroico da força armada haitiana superou os sentimentos negrófobos do escravista. Este caráter também suscitou e continua levantando diversas reações patrióticas entre historiadores e intelectuais haitianos durante muito tempo. Foram Thomas Madiou (1814-1848), Beaubrun Ardouin (1796-1865), Justin C. Dorsainvil (1880-1942), Jean Fouchard (1912-1990), Jules Rosemond (1913, p. 50-51) e Anténor Firmin (1885, p. 327-328) que imortalizaram os envolvidos nas batalhas contra os enviados do consulado napoleônico em Crête à Pierrot. Não há uma narrativa que viabilize qualquer discussão relativa ao papel desempenhado pelas mulheres na Revolução Haitiana de 1791, que não justifique seus esforços e seus sucessos a uma figura masculina. Apenas Victoria Montou "Toya" que não seguiu essa regra, ela criou, educou e ensinou a Jean-Jacques Dessalines os princípios fundamentais das regras de sobrevivências na colônia, como o próprio imperador havia declarado ao seu médico. Colegas e superiores hierárquicos do Charles Belair insinuavam que ele orientava e influenciava sua companheira, Sanite, nas decisões que ela tomava. As reações se intensificaram e as punições se formalizaram quando testemunharam sua confissão em que ela afirmou ter agido por motivos próprios, e não precisava de dicas ou orientações masculinas para legitimar seus atos. No caso de Marie-Jeanne, ela ergueu a voz, impressionando tanto os soldados e os generais franceses quantos os seus próprios colegas de

Espanha, em Portugal, no Brasil e nos estados do sul dos Estados Unidos, a importância da origem racial não parou na primeira geração. O termo quarteron significa que o indivíduo tem um avô negro (de quatro) e octavon significa que ele tem um bisavô negro (de oito) (essas designações foram, por exemplo, usadas para descrever Alexandre Dumas père e fils).

[65] La retraite qu'osa concevoir et exécuter le commandant de la Crête-à-Pierrot est un fait d'armes remarquable. Nous entourons son poste au nombre de plus de douze mille hommes; il se sauva, ne perdit pas la moitié de sa garnison, et ne laissa que ses morts et ses blessés. Cet homme était un quarteron à qui la nature avait donné une âme de la plus forte trempe; c'était le chef de brigade Lamartinière, le même qui s'était mis à la tête de la résistance du Port- au-Prince contre la division Boudet, et qui, en plein conseil, avait cassé la tête au commandant de l'artillerie Lacombe.

lutas em posição dentro da fortificação de Crête à Pierrot. Thomas Madiou narra a atuação da Marie-Jeanne:

> [...] Marie-Jeanne, uma mulher de cor, natural de Port-Républicain, de beleza deslumbrante, abandonando as ocupações de seu sexo, veio, a cada ataque dos franceses, para enfrentar a morte nas muralhas, nos campos de batalha. Um cinturão de aço, do qual estava suspenso um sabre, envolvia suas mãos armadas com uma carabina, corajosamente lançavam o chumbo mortal nas fileiras francesas. Ela havia amarrado seu destino ao de Lamartinière e estava sempre lutando ao lado dele. (Madiou, 1989, P. 273b)[66] (Tradução nossa).

Palavras e declarações que remetem ao sentimento do nacionalismo à República Francesa. Canções tocam nos corações, bandeiras erguidas carregam memórias de pertencimento entre soldados e generais dos dois campos. Mas, até aquele momento dentro do forte, gestos e reações não eram suficientes para derrubar a barreira racial estampada na cabeça do general francês, Jean-Baptiste Donatien Rochambeau e os interesses econômicos pareciam ter superado qualquer outra manifestação. Ele ordenou que parassem os tambores e terminasse todo movimento que não fosse os bombardeiros em direção aos negros. Se faz necessário saber como Thomas Madiou descreveu a cena:

Figura 8 -Direção Geral do trabalho Público. 27 de março 1933/ Vista do Forte da Crête à Pierrot, Petite-Rivière de l'Artibonite.

Fonte: Arquivo Nacional do Haiti.

> Enquanto Leclerc investia o forte, os acordes bélicos da marselhesa subiam majestosamente de nossos redutos, e os gritos de liberdade de nossas fileiras se estendiam até as profundezas da floresta. Os soldados franceses, embora indignados com as atrocidades dos nativos, ao verem a bandeira tricolor hasteada sobre as muralhas do forte, foram às lágrimas. Essa música os fez lembrar dos dias gloriosos de seu país, quando lutaram às margens do Rhin, de l'Adige pela liberdade do mundo. Eles pareciam dizer a si mesmos: "Será que somos os vis instrumentos da tirania? Não seríamos mais os da Bastilha, os fundadores das Repúblicas Italianas?". Palavras de fraternidade circulavam entre suas fileiras. Mas Rochambeau, cujo coração estava fechado a todos os sentimentos nobres, ordenou o rufar geral dos tambores para iniciar o fogo. Eles bombardearam o forte com canhões sem descanso, durante toda a manhã.

[66][...] Marie-Jeanne, femme de couleur, indigène du Port-Républicain, d'une éblouissante beauté, abandonnant les occupations de son sexe, venait, à chaque assaut que donnaient les Français, affronter la mort sur les remparts. Une ceinture d'acier, à laquelle était suspendu un sabre, entourait sa taille, et ses mains armées d'une carabine envoyaient hardiment le plomb meurtrier dans les rangs français. Elle avait lié sa destinée à celle de La Martinière, et combattait toujours à ses côtés.

> Os projéteis, estourando entre os nativos, deram-lhes uma morte inglória. Tradução livre[67] (Madiou, 1848, T.II, p. 273a)

Lamartinère e Magny foram os principais destaques neste mês de combates frente aos franceses, mas, como assinala James (2000, p. 286) Marie-Jeanne, esposa de Lamartinière, tomou parte da defesa. Madiou (1989, p. 273) aponta que ela tinha abandonado os atributos de seu sexo e veio, a cada ataque dos franceses para enfrentar a morte nas muralhas, nos campos de batalhas. Marie-Jeanne era parte integrante dos acontecimentos na fortaleza entre fevereiro e março de 1802. Margaret Mitchell Armand, no livro *Revolutionary Freedoms: A History of Survival, Strength and Imagination* in Haiti (2006) revela que Marie-Jeanne cresceu em uma plantação e suspeita-se que tenha sido fruto do estupro de uma mulher africana por um senhor, um colono francês branco. De acordo com a autora, existe a possibilidade de que Marie-Jeanne tenha sangue Taino, aqueles que pertencem a esse grupo são culturalmente descritos como um grupo de pessoas que têm uma religião e um sistema de crenças baseadas na adoração de espíritos. Teve uma educação formal e foi muitas vezes descrita como enfermeira no exército ou de guerreira. Tinha conhecimento avançado na cultura africana, ensinava aos seus colegas de batalhas sobre a religião vodu e suas relações com os ancestrais. No intervalo destes acontecimentos, Marie-Jeanne iniciou uma relação amorosa com Louis Daure Lamartinière, general do exército *indigène* com quem se casou, se tornando companheiros de lutas. Disciplinada e ágil, Marie-Jeanne demonstra muitas habilidades que permitem alguns autores relacionaram sua sabedoria com sua capacidade para atuar no campo de batalha como jovem

Figura 9 Direção Geral do trabalho Público. 27 de março 1933/ Entrada do Forte da Creta-Pierrot, Petite-Rivière de l'Artibonite.

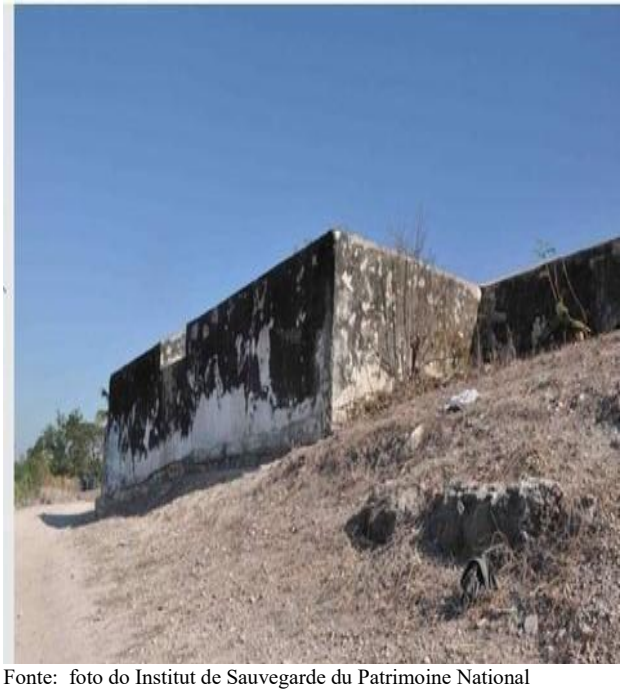
Fonte: Arquivo Nacional do Haiti.

[67] Pendant que Leclerc faisait l'investissement du fort, les accords guerriers de la Marseillaise s'élevaient majestueusement de nos redoutes, et les cris de liberté sortant de nos rangs se prolongeaient dans les profondeurs des bois. Les soldats français, quoique indignés des atrocités des indigènes, voyant le drapeau tricolore flotter sur les remparts du fort, furent émus jusqu'aux larmes. Cette musique leur rappelait les beaux jours de gloire de leur patrie, lorsqu'ils combattaient sur les bords du Rhin, de l'Adige, pour la liberté du monde. Ils semblaient se dire: "Serions-nous les vils instruments de la tyrannie? Ne serions-nous plus les vainqueurs de la Bastille, les fondateurs des Républiques Italiennes? Les mots de fraternité circulaient dans leurs rangs. Mais Rochambeau, dont le cœur était fermé à tous les nobles sentiments, commanda de faire un roulement général de tambours et de commencer le feu. Ils canonnèrent et bombardèrent le fort, sans relâche, pendant toute la matinée. Les obus, éclatant parmi les indigènes, leur donnaient une mort sans gloire.

soldado. Na fortificação, ela ocupava a primeira fileira, recusando-se a ser protegida ou ficando atrás de qualquer homem que seja, incluindo seu marido. Sua disposição impressionava no Crête-à-Pierrot cercado por um exército francês equipado e acompanhado de mais de 12000 homens. Vestida de um traje no estilo mameluco, Marie-Jeanne Lamartinière carregava um rifle pendurado no ombro e uma espada de bordo presa a um cinto de aço. Uma espécie de touca prendia seus cabelos opulentos, cujas mechas rebeldes transbordavam o penteado. Sob uma chuva de projéteis, Marie-Jeanne ia de uma ponta a outra das muralhas, ora distribuindo cartuchos, ora ajudando a carregar os canhões. E quando a ação se tornava mais animada, ela corria corajosamente para a frente dos soldados e tocava o rifle com um espírito frenético. (Bellegarde, 1997 p. 223 *apud* (Narcisse, 1997, P. 19-20).

Marie-Jeanne respondia a cada ataque dos soldados franceses, assumiu a liderança de seu grupo e orientou-os tanto nas lutas físicas quanto do ponto de vista psicológico. Seu comportamento e sua posição como mulher na liderança de pelotão de homens incomodaram certos soldados do grupo, mas como lembrava Thomas Madiou, cada soldado se comportava como herói, em um momento em que a morte representava o caminho digno pela salvação da pátria. Entre fevereiro e março de 1802, a jovem guerreira enfrentou nas batalhas na fortificação de Crête à Pierrot, as principais figuras responsáveis por aplicar o decreto de maio de 1802. Leclerc e Donatien Rochambeau ficaram intimidados ao ouvir uma voz feminina mantendo resistência ao mais poderoso exército da Europa, como havia lamentado este último general. Após a proclamação da Independência em 1804, Marie-Jeanne se encontrou na frente das tropas responsáveis pela segurança do governo imperial, e do imperador Jacques 1º especificamente. Conforme evidencia Bayyinah Bello (2019) após a coroação em 8 de outubro de 1804, havia muitas tentativas que visavam assassinar o imperador que foram desviadas por Marie-Jeanne. Igual a Sanite ou Toya, Marie-Jeanne incorpora a estreita lista das figuras femininas da história nacional haitiana, simbolizando a imagem do patriotismo e da bravura. No apelo feito a nação haitiana e a comunidade feminina de forma particular, Jules Rosemond (1913, p. 41) convida a população do presente e do futuro a manter viva o legado deixado por Marie-Jeanne que o autor compara a Jeanne d'Arc, figura emblemática na história da França.

Figura 10-Vista do bastião sudoeste do Forte de Crête á Pierrot



Fonte: foto do Institut de Sauvegarde du Patrimoine National ISPAN Haiti, 2010.

Solitude, La Mulâtresse

Do mesmo modo que a ilha do Haiti tinha sido batizada, o país denominado de Guadalupe também sofreu a mesma violência infligida pela Europa, visto que o espaço, cujo nome era Karubéra[68] na língua dos nativos havia mudado em homenagem à divindade católica, na Espanha. Após a exterminação da população nativa, marcada pela chegada dos europeus; Espanha em novembro de 1493, Inglaterra em 1606; França em 1635 disputaram a ilha até 1816, até quando ela passou a ser dominada pela metrópole francesa de forma definitiva. Conforme salienta Banchelin (1924), as repercussões da Revolução Francesa incitaram na Guadalupe uma guerra civil, opondo os partidários do Antigo regime, os Autocratas e os Patriotas. Conflito que favoreceu, de certo modo, os ingleses que aproveitaram da situação, graças à traição dos senhores, para assumir o controle da ilha. Em 1794, a votação da Abolição da escravidão pela Convenção enviou uma expedição a Guadalupe, incluindo os comissários, Chrétien e Victor Hugues. Após sete meses de luta, Victor Hugues e suas tropas compostas de negros recém-libertados que se alistaram em massa, expulsaram os ingleses do território, e este re-organizou a colônia e teve de reprimir revoltas internas, exercendo um poder ditatorial e foi destituído pelo Diretório.

Na Martinica, outra colônia francesa da época com características semelhantes, ambas conectadas com a metrópole, as revoltas culminaram em julgamentos justos. Em outubro de 1822, a revolta de Carbet terminou tragicamente com o suicídio de seu líder, Pierre. Metade dos 62 insurgentes capturados foi executada. Durante o julgamento, o governador referiu-se a supostas relações com os líderes da República do Haiti. Outra grande insurreição ocorreu, em Saint-Pierre, em fevereiro de 1831. Durante o julgamento dos chamados rebeldes, o promotor referiu-se a uma "vasta conspiração que poderia causar a ruína da colônia". O tribunal ordenou a execução de 22 suspeitos. Outro exemplo foi a insurreição em *Grand-Anse*, Lorrain, no Natal de 1833, como relembra Jean-Marc Party.

No meio destas duas colônias francesas em revoltas contra a colonização, sobreviveu uma guerreira, uma mulher que se sacrificou pela liberdade de sua terra. Estamos se referindo à La Mulatresse Solitude. Heroína nacional, que encarna a imagem de resistência na Guadalupe e é lembrada por ter lutado contra o decreto de 1802 de Napoleão. Os romancistas Schwarz-

[68]Segundo Sainte-Luce-Banchelin, representante para Guadalupe na Exposição de Algodão de Marselha (1932), Cristóvão Colombo havia escolhido o nome em homenagem a Nossa Senhora de Guadalupe ou Virgem de Guadalupe, na Espanha.

Bart e sua esposa Simone dedicaram à obra intitulada *La Mulatresse Solitude*, publicada em 1972, que retrata a vida e a atuação da guadalupense. O romance conta a história de Bayangumay, uma jovem africana teimosa e sorridente, até ser capturada e deportada para Guadalupe. Ela dá à luz uma menina mestiça, Rosalie, depois de ser estuprada no barco que a levava para as Índias Ocidentais. A obra narra a história da jovem na colônia até sua execução, um dia após o parto de seu filho. Além dos romancistas, a única obra que faz referência a La Mulâtresse Solitude é de autoria do historiador, Auguste Lacour (1805-1869) *Histoire de la Guadeloupe*. O texto em questão baseia-se em pesquisas em arquivos administrativos e crônicas do período e relatos de testemunhas da insurreição de 1802 contra o restabelecimento da escravidão.

O nascimento de Solitude foi marcado por agressão sexual cometido por um senhor branco, enquanto sua mãe estava em um navio negreiro atravessando o Atlântico. Nascida, possivelmente em 1780, ela foi separada de sua mãe e vendida na Guadalupe como escrava doméstica e sua mãe foi alocada em outra plantação. Alguns historiadores, associam traços raciais; cor de pele clara, olhos claros da Solitude como fatores que pareciam ter orientado a decisão de seu proprietário em fazer dela uma escrava doméstica. Quando iniciaram os movimentos marronnage que impactaram a economia da colônia que dependia do trabalho escravo na produção de café, açúcar e algodão, Solitude e sua mãe, no meio de centenas de outros, fugiram para as montanhas, e residiam nas regiões remotas da ilha. Em 1791, quando iniciou a rebelião haitiana, Solitude tinha apenas 11 anos e não se sabe se ela tinha conhecimento dos ocorridos. Três anos mais tarde, em junho de 1794, ela com 14 anos, tomou conhecimento da notícia da Abolição geral da escravidão, proclamada pelo governo revolucionário. As notícias dos relatos fizeram com que os escravizados deixassem as plantações em massa. Fato este preocupou os proprietários e desacelerou o ritmo das produções. Com a ascensão do Napoleão, marcado pelo golpe de Estado do 18 de Brumário e o início do governo consular, foi decidido pelo primeiro cônsul reconquistar as antigas colônias. Tal reconquista que só podia passar pelo retorno da escravidão. Os motivos que iremos explicar de forma mais cuidadosa nos próximos capítulos se revelam assuntos controversos.

Sabemos que desde março de 1802, a ideia de restabelecer a escravidão já circulava na metrópole e, em maio do mesmo ano, o cônsul Napoleão publicou a lei que confirmava o retorno dos negros ao mundo bárbaro dos europeus. Alguns autores afirmam que a decisão do restabelecimento do trabalho escravo foi dada aos pedidos feitos pelos senhores que haviam perdido suas plantações com a publicação do decreto de fevereiro de 1794. Outros buscam

explicá-la por meio da publicação, em 1801, da Constituição de Toussaint Louverture que o garantia como governador geral da Ilha.

A certeza é que a força expedicionária francesa chegou à Guadalupe e apesar da superioridade do exercício francês, os negros com a ajuda da população e dos cultivadores sobretudo, resistiram e revoltaram. Nesta categoria, as mulheres em maioria, lideradas por La mulatresse Solitude, foram decisivas. Ela tornou-se ativa na resistência e lutou em várias batalhas na primavera, mas principalmente, na de 12 de maio de 1802 contra o exército francês, mesmo estando grávida. A resistência atacou fortemente em Saint Charles, mas foi forçada a recuar. Solitude foi ferida e capturada pelos franceses em 23 de maio de 1802. Ela foi aprisionada e levada a julgamento e condenada à morte, mas a sentença foi adiada até o nascimento de seu filho. Em 28 de novembro de 1802, Solitude deu à luz. No dia seguinte, 29 de novembro, ela foi enforcada. Em 14 de maio de 1803, a escravidão foi restabelecida em Guadalupe.

Invisível aos Olhos

a) Marguerite Pageot

Não se pode resumir os desempenhos das mulheres ao campo de batalha, além dos mecanismos de resistência, elas estiveram presentes em vários espaços e tiveram atuações decisivas na concretização das lutas pela independência. Quem não podia estar em Crête à Pierrot, em Vertières, esteva em diversos pontos do território, vigiando e agindo contra o inimigo. Nem sempre seus atos foram visíveis aos olhos, portanto, seus dinamismos foram decisivos na busca do bem-estar social da população negra. Em outubro de 1802, Jean-Jacques Dessalines já planejava abandonar o campo francês para liderar o movimento revolucionário a caminho da independência. Ele fazia um jogo duplo entre os dois campos opostos e foi suspeito por vários dirigentes do exército colonial de conspiração secreta. Por isso, havia um complô contra o general negro que visava prendê-lo e deportá-lo para metrópole como era desejado por Bonaparte. Conforme Ardouin (1854, t. V, p. 311-312), Madiou (1848, t.II, p. 444), Elie (1940, p. 127), o chamado Andrieux, comandante no exército francês e responsável pela região de Petite Rivière tinha ordem de prisão ao encontro do líder negro, Dessalines. O plano era repetir o mesmo cenário da captura de Toussaint ocorrida meses antes. Para que isso pudesse acontecer, foi preciso a implicação do abade Videau que convidou Dessalines para almoçar na paróquia que dirigia[69]. Não há explicações sobre os motivos de o general ter aceitado o convite. A certeza

[69]A igreja e o presbitério estão localizados no extremo oeste, na proximidade do forte de Crête -à- Pierrot, na região de Petite Rivière do departamento de Artibonite. (Ardouin, 1854, t.V, p.312)

é que o comandante francês, Andrieux, estava no momento na paróquia aguardando a chegada do general. O abade era cúmplice? O único fato é que Jean-Jacques Dessalines tinha um anjo da guarda que o protegia. Madame Pageot, assim chamada, era uma mulher de cor, doméstica na casa do abade e sabia do complô, pois ouvira as conversas entre o comandante francês e o padre que tinha soldados escondidos no espaço. Quando Dessalines se apresentou à mesa, Madame Pageot trouxe água para que o general pudesse lavar suas mãos e foi neste momento que, por um gesto, avisou o general que tinha um plano para prendê-lo.

O líder negro compreendeu o alerta e reagiu rápidamente, olhou nas janelas e disse "Vejo uma fumaça vindo das montanhas, os bandidos vão nos atacar, vou impedi-los[70]" e deixou o espaço acompanhado de seu cavalo, disparou dois tiros para cima[71]. Boisrond Tonnerre, secretário de Dessalines e o redator do ato da Independência descreve a reação do general como *Fin Renard, toujours éveillé comme la Pintade*, (Ardouin, 1854, t.V, p. 312). Isto é, o general negro sempre age rápido e inesperado. O ato de Madame Pageot foi ousado e corajoso na medida em que se tinha sido descoberta, ela seria decapitada como era comum na época, porém, apesar de ela ser pouco conhecida na historiografia haitiana, Louis E. Elie caracteriza sua intervenção como miraculosa, sem a qual, o país não teria saído do jugo colonial. "Madame Pageot é o dedo de Deus na realização de um excelente trabalho; foi o sinal misterioso e fatal que indica a vinda de uma salvadora e o abalo definitivo de uma má organização política". (Elie, 1940, P. 126).

A essa altura, Madame Pageot foi vista como um enviado divino que salva, mas também que trouxe uma mensagem que simbolizava o fim de um ciclo de terror. Tendo salvado o líder negro, evitando-o a prisão e a deportação, Pageot reforça a ideia segundo a qual a batalha contra o sistema colonial era uma luta comum apoiada por todas as categorias oprimidas da sociedade escravista. Cada um fazia um papel diferente de acordo com sua habilidade, do contexto e a fase do movimento. A exemplo da Marie-Claire Heureuse que geralmente é descrita como bom samaritano, cuidando e salvando vidas, independente se for inimigo ou não.

"Salve-nos senhora, salve-nos, nossas vidas estão ameaçadas" foi o pedido de socorro de dois homens brancos franceses que se apresentaram na porta da casa de Marie-Claire

---

[70]LOUIS, E. Elie. L*a Femme dans la Guerre de l'Indépendence d'Haiti. Le Document. Organes de la Librairie d'Histoire et des Oeuvres de la Pensée Haïtienne*. Port-au-Prince, Février 1940. No 2, V.1; (Madiou (1848,,t. II, p. 444)

[71]Beaubrun Ardouin não menciona a declaração de Dessalines, segundo qual ele teria dito [...] que tinha visto fumaça vindo das montanhas ao deixar a paróquia [...] como alegam outros autores como Madiou (1848, t. II, p. 44), Louis E. Elie (1940, p. 127). Segundo Ardouin, Dessalines teria fingido que precisava dar uma ordem a um de seus oficiais e saiu correndo do presbitério. (Ardouin, 1854, t. V, p. 312)

Heureuse Félicité Bonheur (maio de 1758 e agosto de 1858), descrita pela historiografia haitiana como uma mulher que tenha um coração generoso. Trata-se, da esposa de Jean-Jacques Dessalines.

Contextualizando: alguns dias precedentes a batalha de Crête à Pierrot, muitas cenas de violências, execuções e massacres ocorreram no departamento de Artibonite, mas, na localidade de Petite-Rivière onde se concentraram os pelotões de Dessalines, as cenas foram mais expressivas. Motivos do desespero dos homens brancos que se refugiaram no domicílio da Marie-Claire e do próprio líder negro. Há um ditado haitiano que estipula *ou ap kouri pou lapli ou tonbe nan basen* literalmente seria alguém que está correndo, evitando a chuva, mas acaba caindo em um rio/ uma bacia. O uso desta metáfora nos permite compreender a razão pela qual os dois homens escolheram a casa da esposa de Dessalines como refúgio, enquanto queriam se esconder dele. Não há dissenso entre os autores relativa à maneira de descrever o caráter humanista da Marie-Claire Heureuse, esposa de Dessalines. (Arduouin, 1854, t. V, p. 104); Madiou,1848, t. II, p. 257-58). Ela era reconhecida por ser uma enfermeira de guerra[72] e sempre esteve presente para ajudar a população, até mesmo os inimigos franceses. Antes de sua união com Dessalines, M-Claire Heureuse teria feito um pedido ao seu futuro marido como condição *sine qua non* ao casamento, nestes termos;

> (...) Eu quero estar lá para você, eu quero ser sua irmã, sua esposa, pertencer a você enquanto Deus quiser, mas coloco uma condição ao casamento. Deixe-me ajudar os habitantes da cidade de Jacmel sitiados, deixe-me dar um pouco de comida para as crianças, as pessoas velhas, as mulheres e todos aqueles que ali morrem de fome (...) (Elie, 1940, P. 88). (Tradução nossa[73]).

A resposta afirmativa de Dessalines deu mais confiança e autorizou Marie-Claire Heureuse continuar a intervir e expandir seu trabalho de caridade, atendendo as pessoas mais necessitadas; pessoas de todas as idades e cores aguardavam em cada região a distribuição de alimentos e cuidados médicos oferecidos pela esposa do líder negro. Quem eram os homens franceses que pediram ajuda a Marie-Claire Heureuse, que ousaram utilizar a casa de Dessalines como refúgio? Louis E. Elie; Thomas Madiou; Beaubrun Ardouin enfatizam que se tratava de M. Seguinard e do conhecido naturalista, Michel E. Descourtilz, autor do texto em três volumes, cujo título *Voyage d'un naturaliste et ses observations* (1809). Se para os autores acima mencionados Descourtilz teria ido desesperado, acompanhado de seu amigo na casa da esposa

[72]E. Elie afirma ter de considerar Marie-Claire Heureuse a primeira enfermeira de guerra devido ao papel que ela ocupava nas guerras, cuidando da população que foram feridas usando curativos que ela mesmo preparava.

[73] (...) Je veux êtlàt à vous, je veux être votre sœur, votre femme, vous appartenir aussi longtemps que Dieu le voudra, mais je mets une condition au mariage. Laissez-moi secourir les Jacméliens assiégés, laissez-moi donner un peu de nourriture aux enfants, aux vieillards, aux femmes et à tous ceux qui meurent de faim làbas (...)

de Dessalines na busca de proteção, a narrativa do próprio Descourtilz em seu livro parece apresentar um cenário diferente.

Thomas Madiou afirma que “enquanto os gritos dolorosos de pessoas desesperadas que estavam sendo imoladas encheram a cidade, dois jovens franceses brancos invadiram o quarto da Claire-Heureuse, temendo pelo terror da morte, e disse-lhe: "Senhora, em graça, salve-nos[74]” (1989, [1847], t. II, P. 257). O conterrâneo de Madiou, Beaubrun Ardouin escreve: “foi enquanto este ato de crueldade estava acontecendo, que o naturalista Descourtilz conseguiu salvar sua vida, correndo para a casa do general Dessalines para implorar a intervenção de sua esposa”[75] (Ardouin, 1854, t. V, p. 104). Mais de um século mais tarde, Elie (1940, p. 90), reproduz em parte, as versões de Madiou e de Ardouin, observando:

> (...) Enquanto os gritos de pessoas desesperadas que estavam sendo executadas encheram a cidade de tumulto e medo, vimos dois jovens francês, perdidos por erro, correrem para os pés de Marie-Claire Heureuse que certamente eles sabiam por reputação: implorou a ela declarando seus nomes e exclamando: “Salve-nos, senhora, salve-nos, nossas vidas estão ameaçadas (...)[76] (Tradução nossa).

O cenário narrado por estes três autores demonstra que o naturalista Descourtilz estava fugindo dos massacres e se apresentou na casa da Marie-Claire Heureuse, que os esconderam debaixo de sua cama. No entanto, a explicação sustentada pelo próprio Descourtilz nos permite entender que ele tinha sido preso, acusado de ter recebido cartas da metrópole, relativo à vinda das tropas expedicionárias que chegaram na ilha em 1802. Sob a ordem de Toussaint, Descourtilz e outros grupos de homens brancos foram transferidos para a região de Petite-Rivière, localidade em que Dessalines comandava. Testemunho ocular dos ocorridos, o autor relata as acusações que o levou a prisão:

> (...) Ter grades para estabelecer à beira-mar, enquanto riram do nosso desamparo por tanto trabalho, as pessoas especularam cruelmente sobre o nosso trabalho, e fomos condenados, por motivos bárbaro, levantar esses diques de um tufo que ainda precisava ser recuperado e arrancado das entranhas ardentes de uma terra árida e rachada. Finalmente quiseram retirar-nos alguns serviços, antes de nos entregarem à morte[77] [...] (Descourtilz, 1809, p. 286-7). (Tradução nossa)

---

[74] Pendant que les cris déchirants des infortunés qu'on immolait remplissaient le bourg, deux jeunes blancs français se précipitèrent dans sa chambre, égarés par la terreur de la mort, et lui dirent: "Madame, en grâce, sauvez-nous.

[75] C'est pendant qu'on opérait cet acte de cruauté, que le naturaliste Descourtilz réussit à sauver sa vie, en se précipitant chez ce général même, afin d'implorer l'intervention de Madame Dessalines.

[76] Alors que les cris des infortunés que l'on exécutait remplissaient le bourg de tumulte et d'effroi, on vit deux jennes français, égarés par la lerreurse précipiter aux pieds de Claire Heureuse que certainement ils connaissaient de réputation: ils la supplièrent en déclinant leurs noms, en s'écriant:« Sauvez-nous, Madame, sauvez-nous, notre vie est menacée.

[77] [...] Ayant des bastingages à établir au bord de la mer, tout en se riant de notre impuissance pour un travail aussi rude, on spécula cruellement sur nos travaux, et nous fûmes condamnés, par un raffinement de barbarie, à élever ces digues d'un tuf qu'il fallut encore aller réclamer et arraché des entrailles brûlantes d'une terre aride et gercée. Enfin on voulut retirer de nous quelques services, avant de nous livrer à la mort. [...]

Ainda o autor descreve a estrutura física da prisão, o caminho que percorreu e os tipos de pessoas que foram alvos junto com ele na acusação injusta, dizendo:

> Todos os brancos que eram conhecidos foram imediatamente presos [...]. Um homem chamado Noël Rainal, duro e atroz, inimigo dos brancos, foi responsável por nos dirigir pela floresta até Petite-Rivière. (...) Vendo ao nosso redor companheiro de infortúnio em liberdade, esperávamos a mesma sentença; mas logo fomos levados para uma prisão imunda. Tendo apenas um quarto muito pequeno para nos confinar, ainda ficamos privados de ar assim que o sol se pôs. Esta tortura foi horrível e avassaladora[78] (*idem*, p. 287)

Das pessoas que foram presas, Descourtilz menciona que havia duas que eram seus parentes, acusadas de ter recebido cartas da França, anunciando a expedição de Leclerc, tais cartas haviam sido interceptadas. Em linhas seguintes, o naturalista descreve o momento em que conseguiu sair da prisão; (Descourtilz, 1809, p. 302-03):

> (...) Finalmente de repente aparece meu salvador, o Sr. Say cirurgião-chefe, chegando de Saint-Marc, ele conhecia meus trabalhos sobre a medicina. Se aproximou e disse "Onde está o Sr. Descourtilz, deixa ele vir imediatamente, é uma ordem do general Dessalines" eu estava agitado entre medo e esperança, eu não sabia se eu devia responder; finalmente eles abrem espaço para mim; ele corre em minha direção, me pega pelo braço e me tira da prisão, e me dizia que o massacre ia começar em meia hora[79] (...). (Tradução nossa).

O cirurgião-chefe, Sr Say usou sua boa relação com os soldados e disse que tinha ordem de Dessalines para ajudar seu colega Descourtilz a sair da prisão, porém, após a saída, passou por interrogatório, o naturalista havia sido avisado por Dessalines de sua condenação. Conforme a narração de Descourtilz (1809, p. 304), foi neste momento que Marie-Claire Heureuse havia pedido ao marido para salvá-la e seu amigo. "Eu estava caminhando para torturar quando sua esposa trêmula e alarmada beija seus pés para pedir-lhe minha graça". Percebe-se que os ocorridos descritos até aqui pelos autores ocorreram em espaços distintos, na medida em que a explicação dada por Descourtilz não descreve nenhum cenário em que ele e seu colega estavam buscando ajuda ou tinham pedido ajuda à Marie-Claire, como relatam os outros autores acima mencionados. No entanto, Descourtilz afirma que teve a ajuda da esposa de Dessalines quando este último tinha decidido em matá-lo e Marie-Claire Heureuse se opôs, se jogando mais uma vez aos pés do líder negro, o pedindo de salvar os franceses.

---

[78] Tous les blancs de marque furent dès ce moment arrêtés et consignés. Un nommé Noël Rainal, homme dur et atroce, ennemi des blancs, fut chargé de nous conduire par les bois à la Petite-Rivière [...] Voyant autour de nous des compagnons d'infortuné en liberté, nous espérions la même sentence; mais bientôt on nous fit prendre la route d'une prison infecte. N'ayant pour nous enfermer qu'un très-petit local, on nous ôtait encore l'air dès le coucher du soleil. Ce supplice de fournaise était affreux et accablant.

[79] [...] Enfin paraît tout àcoup mon libérateur, M. Say, chirurgien en chef, arrivant de Saint-Marc où il a connu mes ouvrages sur la médecine. « Où est, "M. Descourtilz, s'écrie-t-il qu'il vienne à l'instant le général Dessalines le demande" Tour à tour agité de crainte et d'espoir, je ne sais si je dois répondre: enfin on me fait place; il s'élance vers moi, me prend par le bras, et me tire hors de la prison, en me disant d'une voix entrecoupée que le massacre va commencer dans une demi-heure [..]

Descourtilz explica nestes termos:

> (..) “Não", disse Madame Dessalines, chorando, beijando mais uma vez os pés do marido furioso que sempre a respondia; não... ele (Descourtilz) não vai” [..] Um movimento divino que ele desconhece acaba por embotar momentaneamente os traços do seu ressentimento. Ele se torna, pela primeira vez em sua vida, uma pessoa sensível e disse “Soldats quitté blanc-là Puis à moi. Sorti devant d'yeux à moué[80]”, sua esposa, surpresa com esse momento de gentileza, acena para mim, abrindo uma porta dos fundos para eu me esconder debaixo da cama (...) (Descourtilz, 1809, p. 304-05). ([81]Tradução nossa).

Ainda o autor continua (idem, p. 305-06)

> (...) Eles não achavam que eu estava tão perto deles, quando Dessalines se levantou, viu uma das minhas pernas e disse “o que você está fazendo aqui branquinho?” Eu congelei de medo, não conseguia me mover; ele me puxou pelos pés, e depois de reclamar da minha indiscrição me mandou de volta para sua esposa[82]. (...).

A narração feita por Descourtilz não se opõe a explicação dada anteriormente por Madiou, Ardouin e Louis E, Elie, na medida em que o naturalista demonstra que esteve de fato na casa da esposa de Dessalines que o ajudou, lhe-orientando em se esconder debaixo de sua cama na tentativa de protegê-lo. Essas explicações nos ajudam a sustentar a hipótese segundo o qual, a prisão em que estava o naturalista, seu colega, seus parentes e as pessoas cuja nomes não foram mencionados por ele, era a casa do próprio Dessalines. Apesar de Descourtilz não mencionar o nome da Marie-Claire Heureuse como sua salvadora, do mesmo modo que fez por Sr. Say, o cirurgião-chefe que o tirou da prisão. Marie-Claire permanece a principal pessoa que contribuiu para que o naturalista não tivesse a mesma sentença do que outros homens franceses que foram presos e fuzilados, devido às acusações segundo as quais eles tiveram contato com a metrópole a respeito da expedição de Leclerc. O fato de Jean-Jacques Dessalines ter ouvido os conselhos de sua esposa para proteger alguns franceses foi associado por alguns autores como Louis E. Elie (1940), Descourtilz (1809) a uma manifestação de um sentimento de amor contra qual o líder negro era incapaz de resistir. Segundo estes autores, tinha sido a primeira vez que

---

[80] Ordens de Dessalines aos seus subalternos em Crioulo haitiano “Soldados, deixem o branco aqui para mim, e depois saem daqui”

[81] Non, s’écrie Mme Dessalines , en embrassant de nou veau son époux furieux qui la repoussoit toujours; non... il n'ira pas ! Elle pleure... Le tigre est en suspens ! Un mouvement divin qu'il ne connoît pas achève d'émousser pour l'instant les traits de son ressenti ment. Il devient, pour la première fois de sa vie, pitoyable , et s’écrie: « Soldats , quitté blanc-là » ! Puis àmoi. « Sorti devant g'yeux à moué »! Son épouse étonnée de ce moment de douceur, me fait signe en ouvrant une porte dérobée de me cacher sous le lit.

[82] Ils ne me croyoient pas si près d'eux, lorsque Dessalines se levant aperçoit une de mes jambes , et me dit : « Ça vous faire là p'tit blanc ? Glacé de frayeur, je ne pouvois remuer; il me tira par le pied, et après s'êtreplaint de mon indiscrétion , il me renvoya àsa femme.

o coração do líder negro havia conseguido obedecer a alguém, que chegasse a ouvir uma voz contrária à sua decisão. O próprio naturalista Descourtilz afirmou "(...) pela primeira vez em sua vida ele agiu com piedade (...)".

Além da grandeza do sentimento amoroso que compartilhava Dessalines por Marie-Claire, juntos, que sem dúvidas influenciou as decisões em circunstâncias descritas acima, é necessário destacar também que havia uma vontade do lado do líder negro em proteger algumas pessoas dos massacres como mulheres, crianças e profissionais ou todos aqueles que ele tinha certeza de que tinha conhecimento em alguma coisa. Em sua conversa com seus oficiais, Dessalines justificou os motivos pelos quais que deveria salvar o naturalista e todos os outras pessoas que tiveram características semelhantes. Ele explicava;

> "[...] os brancos são inteligentes, eles conhecem todos algumas coisas, Descourtilz conhece músicas passadas, ele sabe tratar pessoas doentes, ele conhece todos os animais que nadam no mar e que andam na terra, quando ele desenhar os animais, eles parecem todos vivos, ele é um bom homem [...] não vale a pena matá-lo[83] (1809, p.305). () (Tradução nossa).

Isso demonstra que Dessalines tinha plano de reconstruir o país após os conflitos com a participação de todos na medida em que não representavam uma ameaça ao projeto coletivo de levar primeiramente o país à independência.

b) Marie-Claire Heureuse Félicité Bonheur

Ela não se destacou nos campos de batalha, mas sim por uma força moral excepcional, baseada na caridade, na dedicação e no sacrifício. Através de uma vida marcada por incertezas biográficas, mas rica em ações humanitárias, ela se impõe como uma figura essencial da história e da memória coletiva haitiana. As origens de Claire Heureuse permanecem envoltas em mistério. Segundo algumas fontes, ela teria nascido por volta de 1758 na cidade de Léogâne, embora essa informação não se baseie em nenhuma prova irrefutável. A ausência de documentos confiáveis dificulta o estabelecimento preciso de sua data de nascimento e dos detalhes de sua infância. Alguns autores sugerem que ela seria filha de Guillaume Bonheur e de Marie-Sainte Lobbelot, e que teria recebido sua educação de uma parente ligada à paróquia local. Ainda muito jovem, ela teria se casado com Pierre Lunic, um mestre carpinteiro, com quem levou uma vida tranquila até a morte deste em 1795. A união deles não teve descendentes.

---

[83]. Conversa de Dessalines em crioulo, com seus oficiais relatada e transcrita por Descourtilz (1809, p.305). A transcrição foi corrigida e atualizada de acordo com as regras vigentes do Crioulo haitiano. "Blan fransè sa yo, entèlijan wi! Tout konnen yon ti bagay. Misye Descourtilz li konnen misik ki pase yo, li konn trete moun ki malad, li konn tout bèt k ap kouri nan dlo ak sou la tè! Lè li fin pentire yo, yo tout samble ak bèt ki vivan, lise yon bon gason, men li ase, nou pap tiye li".

Assim, os primeiros anos de sua vida escapam em grande parte à história, dando lugar a relatos por vezes incertos.

No contexto conturbado da revolução, sobretudo, na guerra que ocorreu em 1799 entre tropas de Toussaint e Rigaud, Claire Heureuse conheceu Jean-Jacques Dessalines durante o cerco de Jacmel. Naquela época, Dessalines já era uma figura temida, personificando o poder militar e a determinação revolucionária. No entanto, por trás dessa figura guerreira, esconde-se um homem capaz de sentir emoções, um homem que sentia dores e que chorava. Ele se apaixonou profundamente por Claire Heureuse, cuja pureza moral e piedade contrastam com o caráter da guerra. Após muitas reflexões, ela aceitou se casar com ele, mas impõe uma condição: Marie-Claire Heureuse queria poder socorrer os habitantes famintos feridos da guerra na cidade de Jacmel. Essa escolha revela uma hierarquia de valores em que a caridade prevalece sobre qualquer outra consideração, inclusive os pessoais. O episódio do cerco de Jacmel constitui o momento mais marcante da vida de Claire-Heureuse. Diante de uma população reduzida à fome extrema, ela organizou um comboio com alimentos, medicamentos e material de primeiros socorros. Acompanhada por mulheres de Léogâne, ela atravessou as linhas inimigas com a autorização de Alexandre Pétion. Uma vez no local, ela distribuiu os alimentos, cuidou dos feridos e participou pessoalmente na preparação das refeições. Ela se destaca particularmente por seu papel no atendimento aos feridos, desembalando medicamentos e aplicando curativos. Thomas Madiou afirmou a esse respeito: "a história não deve esquecer a mulher de Dessalines que enfrentou a fúria do general Toussaint Louverture para salvar um grande número de pessoas desesperadas com fome e feridas, dando-lhe abrigo, muitas vezes até mesmo sob seu próprio teto". (Madiou,1989, p. 83, t. II). Nesse sentido, ela pode ser considerada uma precursora da enfermaria de guerra, muito antes de Florence Nightingale[84]

Apesar do horror dos combates, ela demonstra uma coragem notável, escondendo sua dor para confortar os outros e cumprindo seu dever com dignidade e serenidade. Acompanhada por mulheres de Léogâne, Claire Heureuse também se destacou por sua capacidade de

[84] Florence Nightingale, apelidada de "a dama da lâmpada", é considerada como a fundadora da enfermagem moderna. Ela revolucionou a profissão ao introduzir práticas baseadas na higiene, na organização e na formação das enfermeiras. Aqui estão suas principais contribuições: i) Melhoria das condições sanitárias: durante a Guerra da Crimeia (1853-1856), ela transformou os hospitais militares ao estabelecer normas rigorosas de higiene, reduzindo assim drasticamente as taxas de mortalidade. ii) Criação da primeira escola de enfermagem: em 1860, ela fundou a Nightingale Training School for Nurses no Hospital St Thomas, em Londres, estabelecendo bases sólidas para a formação profissional das enfermeiras. iii) Utilização de estatísticas: ela utilizou dados estatísticos para demonstrar o impacto das condições sanitárias na saúde, o que influenciou as políticas de saúde pública. iv) Escrita de manuais: ela publicou obras, incluindo *Notes on Nursing*, que serviram de guia para a enfermagem e ainda são utilizadas hoje. v) Promoção de cuidados centrados no paciente: ela enfatizou a importância do ambiente, da nutrição e do conforto para a recuperação dos pacientes. Graças aos seus esforços, Florence Nightingale elevou a enfermagem ao status de profissão respeitada e lançou as bases das práticas modernas de saúde pública.

demonstrar compaixão, mesmo para com seus inimigos. Ela desempenhou um papel de moderador em um contexto marcado por tensões políticas, o episódio do resgate do naturalista Michel Étienne Descourtilz já analisado anteriormente, é um exemplo marcante disso. Enquanto o naturalista corria o risco de ser executado, ela intercedeu com insistência junto a Dessalines, chegando a se prostrar a seus pés para obter o perdão. Graças à sua perseverança, ela conseguiu salvar a vida do naturalista. Além disso, em outro momento, ela interveio para obter perdão do coronel Bedouet e agiu em favor de muitos condenados. Esses atos demonstraram uma concepção profundamente humanista da justiça, baseada na misericórdia e não na vingança. Reiteramos com Madiou (1989, p. 257), "a mulher de Dessalines encontrava-se na cidade de Petite-Rivière no departamento de Artibonite, ela estava cheia de bondade e nunca deixou passar a oportunidade de praticar um ato de bem". Após o assassinato de Dessalines, Marie-Claire Heureuse adotou uma atitude notável, na medida que recusou vingar a morte do imperador, não cedeu ao ódio, optou por perdoar e, sobretudo, continuou a ajudar as famílias dos responsáveis pelo crime. Apesar de seu status de imperatriz, Claire Heureuse dedicou seus recursos aos mais necessitados e à educação de meninas, não se limitando a ações individuais, buscando promover uma cultura de caridade, formando mulheres engajadas na assistência social. Assim, sua ação antecipa os princípios de solidariedade defendidos por instituições como a Cruz Vermelha, por exemplo, dado que ela encarnou um modelo de cidadania baseado no amor ao próximo, no sacrifício e no engajamento social. Porém com os fins dos recursos, ela se viu na pobreza, embora lhe tenha sido concedida uma pensão, ela recusou certos benefícios materiais para permanecer fiel aos seus princípios. Em suma, Claire Heureuse Félicité Bonheur surge como uma figura marcante da história haitiana. Por meio de seu compromisso humanitário, sua influência moral e sua dedicação constante aos mais vulneráveis, ela encarna uma forma de heroísmo baseada na compaixão. Mais do que uma imperatriz ela foi uma mulher excepcional que soube fazer triunfar os valores da caridade, do perdão e da solidariedade em um contexto marcado pela instabilidade política. Seu legado permanece até hoje uma fonte de inspiração para as gerações atuais e futuras.

Em um contexto revolucionário marcado pela violência, pelas lutas para o poder e pelos confrontos militares, sua trajetória levanta uma questão central: como uma figura feminina, inserida em um ambiente de guerra e brutalidade conseguiu impor uma ética da compaixão e contribuir para moldar uma memória humanitária na história do Haiti? Para abordar essa questão, convém examinar sucessivamente as incertezas que cercam sua biografia, seu papel humanitário, sua influência moral e, por fim, o alcance simbólico de seu legado. Primeiramente, Marie-Claire Heureuse não escapou da linha das mulheres minimizadas pela historiografia, fato

que se justifica não somente pela falta de dados confiáveis nos arquivos coloniais e as dificuldades da reconstrução histórica, como afirma Trouillot (1995) mas também ela perdeu seu próprio nome. Observe-se "o mistério do nascimento de Claire Heureuse talvez nunca venha a ser desvendado; ou, para não sermos tão categóricos, digamos antes que o ano e a data de seu nascimento talvez nunca venham a ser determinados com base em dados concretos. O mesmo se aplica aos seus anos de adolescência" (Elie, 1940, p. 86-7). Ou seja, em muitos relatos históricos, Claire Heureuse Félicité Bonheur é referida não pelo seu próprio nome, mas pelo nome do marido, sob a designação de *Madame Dessalines*. Essa escolha não foi neutra, ela reflete uma prática historiográfica antiga, profundamente marcada por estruturas patriarcais. De fato, como explica Trouillot, a história é um processo de seleção no qual certas vozes são destacadas, enquanto outras são marginalizadas. O fato de Claire Heureuse ser frequentemente referida pelo nome de Jean-Jacques Dessalines ilustra essa tendência de definir as mulheres em função de sua relação com os homens, em vez de como sujeitos históricos autônomos. Essa prática contribui para uma forma de minimização histórica, ela reduz a identidade de Claire Heureuse ao seu status de esposa, embora suas ações especialmente durante o cerco de Jacmel demonstrem iniciativa pessoal e um compromisso independente. Como sugere a abordagem crítica da historiografia moderna, é essencial devolver às figuras femininas seus nomes próprios para reconhecer plenamente seu papel na história. Assim, preferir o uso de "Claire Heureuse Félicité Bonheur" em vez de *Madame Dessalines* constitui um ato ao mesmo tempo científico e simbólico, trata-se de restabelecer uma identidade apagada e corrigir os preconceitos de uma tradição histórica androcêntrica.

Por fim, a trajetória da Marie-Claire Heure destaca uma forma de heroísmo não violento, baseada na compaixão, no cuidado e na dedicação que contrasta com os modelos clássicos do heroísmo guerreiro. Nesse sentido, parece pertinente comparar sua trajetória à de outras figuras femininas da história mundial, como Florence Nightingale, a fim de compreender melhor o surgimento e a evolução das práticas humanitárias. Tal comparação permitiria destacar a precocidade do engajamento de Claire Heureuse no campo dos cuidados e da solidariedade, ao mesmo tempo em que ressalta as convergências entre diferentes tradições culturais. De maneira mais ampla, essa perspectiva contribui para reavaliar o lugar das formas de heroísmo baseadas na assistência e na humanidade na construção das sociedades modernas.

JEAN-JACQUES DESSALINES, VIDA E PERCURSO

Jean-Jacques Dessalines, conhecido como pai da pátria, é visto como a figura mais proeminente da Revolução de 1791, juntamente com outras personalidades como Toussaint Louverture, Henry Christophe e Alexandre Pétion. Há um vínculo que mantém a população unida[85] com sua imagem heroica, ultrapassando todos os demais líderes da revolução haitiana. Essa expressão de pertencimento ao líder negro remete ao período colonial e é marcada por um sentimento que une as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Dessalines era percebido como um representante dos grupos considerados inferiores na sociedade: as massas, os recém-libertos e as mulheres. Quem não estava nessa categoria reconhecia o respeito que ele tinha. Ele era respeitado pelos líderes franceses, admirado por seus irmãos escravizados e pelos livres de cor, porém também era detestado por muitos outros. O registro de nascimento de Jean-Jacques Dessalines ocorreu em setembro de 1758, ano em que o líder haitiano François Mackandal foi queimado vivo pelos franceses, após os movimentos de envenenamento que ele liderou. O ano de 1758 foi caracterizado por esses dois eventos significativos, entre o nascimento, a existência e a morte. A tocha da liberdade, que representava a continuidade das lutas, foi concedida a Jean-Jacques Dessalines. Mackandal era apenas o tronco da árvore; suas raízes eram numerosas e profundas, já se espalhando por todas as plantações.

Uma elevada incidência de suicídios femininos em nome da liberdade foi registrada pelos jornais Affiches Américaines (1780) e Gazette de Saint Domingue (1802). Nos primeiros períodos da colônia, elas utilizaram o suicídio como forma de resistência. Algumas foram forçadas a abortar ao descobrirem a gravidez para proteger seus filhos da sociedade escravista, enquanto outras optaram por fugir. A mulher que será conhecida como mãe de Dessalines, cujos documentos não confirmam seu nome, foi capturada e vendida enquanto estava grávida. Ela é referida como Peule ou Toucouleur[86] por alguns, resistia entre riscos e incertezas, salvando sua vida, porém principalmente, batalhando para impedir que seu filho viesse ao mundo nessas circunstâncias. No dia 19 de setembro de 1758, Victoria Montou, também conhecida como Grann Toya, estava na rota de fuga da plantação quando encontrou uma mulher escondida nas montanhas. A mulher, prestes a dar à luz e sofrendo intensamente, estava escondida entre os

[85]O jornalista Wiener Kerns menciona no prefácio do livro *Jean-Jacques Dessalines; Itinéraire d'un Révolutionnaire* do historiador Berthony Dupont que Dessalines ainda é considerado um desconhecido tanto para os estrangeiros quanto para os próprios haitianos. Entendemos que no segundo caso, o autor se refere ao comportamento de alguns autores que continuam reproduzindo certas narrativas coloniais que fazem da imagem de Dessalines um líder sanguinário, no modo como o autor francês Louis Dubroca.

tufos de grama, temendo ser descoberta e capturada pelos senhores escravagistas. O encontro e o auxílio de Toya foram essenciais para o sucesso do parto, salvando a vida do recém-nascido que se tornou mais tarde Jean-Jacques Dessalines. Foi nesse cenário conturbado que nasceu o pai da nação haitiana.

O futuro imperador nasceu no encontro de duas mulheres e toda sua carreira foi influenciada por pessoas de sexo feminino, dado que foi criado, educado e treinado pela sua mãe adotiva, Victoria Montou, foi alfabetizado por Marie-Claire Heureuse Félicité Bonheur, sua esposa, e foi o primeiro que integrou mulheres no seu exército. Coroado Jacques 1º em 8 de outubro de 1804, ele instalou um sistema de segurança pessoal dirigido e coordenado apenas por mulheres, encabeçada por Victoria Montou conhecida como Grann Toya (Bello, 2020, p. 12). Em relação a essas informações, há a hipótese de que Dessalines tivesse sido concebido na África, de mãe africana e pai africano, mas ele teria nascido em 20 de setembro de 1758, no território que ele mesmo veio a libertar posteriormente da escravização. Isto é, para compreender o caráter do líder da revolução de 1791 é preciso levar em consideração os laços com a sua origem étnica e o território em que nasceu, como seu lugar de pertencimento que contribuíram para forjar a sua personalidade, tanto como cidadão civil quanto como militar.

Divergências relativas à data e o lugar em que Dessalines teria nascido ainda persistem entre autores nacionais e estrangeiros. O autor francês, Louis Dubroca, funcionário do governo consular de Napoleão, na sua obra tendenciosa publicada em 1804, aponta que o líder negro teria pertencido à região da Guiné e tinha sido transportado para o Haiti colonial. François Dalencourt, citado por Bertony Dupont, associa 25 de julho de 1758 como a data de nascimento de Dessalines, tomando como justificativa o fato de que o revolucionário negro teria organizado uma festa para comemorar o dia do São João (Saint Jean). A hipótese defendida por este autor, tem seus fundamentos nas tradições e nos costumes nacionais, segundo as quais, os pais costumam apelidar seus filhos de acordo ao dia em que ocorre o nascimento e o dia comemorativo de um santo. Por exemplo, quem nasceu em 19 de março, data comemorativa do São José, provavelmente teria o nome Joseph (José) em homenagem ao dito santo. Mas, esta lógica se difere no caso de Jean-Jacques Dessalines, dado que seu nome se originou em nomes de seu penúltimo senhor (Jacques Duclos e do último, Jean Baptiste Des Salines, como mencionado por Dupont (2006, p.7 4) e Bayyinah (2020, p. 14). Claude Bonaparte Auguste e Michel Oriol apontam respectivamente 17 e 2 de fevereiro de 1758 como datas prováveis do nascimento de Dessalines. Nas pesquisas mais recentes, Bayyinah Bello, com muito mais detalhes, trouxe mais precisão e confirmou a data de 20 de setembro de 1758, sendo admitida e celebrada como dia oficial do nascimento de Dessalines (Bello, 2020).

As narrativas predominantes que circulavam e que ganharam destaque sobre Jean-Jacques Dessalines foram produzidas por pessoas ligadas ao regime colonial francês. Louis Dubroca, propagandista do governo consular napoleônico afirmou desdenhosamente que Jean-Jacques Dessalines é

> (...) completamente estranho aos costumes europeus, à influência dos seus hábitos e de suas civilizações e de sua linguagem, ele manteve toda a ferocidade, toda a ignorância do clima que o viu nascer; o único sentimento de que sua alma estava imbuída era a vingança (...) a ferocidade deste bárbaro desenvolveu-se com uma energia da qual a história oferece poucos exemplos (...) (Dubroca,1804, p. 16-17).

O autor segue afirmando que Dessalines era o único que não internalizou os costumes e a linguagem europeus ao chegar na América. Além disso, Dubroca salienta que a incapacidade de Dessalines de assimilar a civilização fazia com que ele mantivesse toda a ferocidade e ignorância do clima africano (Dubroca,1804, p.16). Essa descrição continuava em outros autores pró-sistema colonial-escravista, como o geógrafo francês Antoine Metral, que descreve Dessalines como um ser extremamente bárbaro, alguém de alta periculosidade que matava e queimava tudo, de uma forma bárbara que ninguém iguala (Metral, 1825, p. 71-93). Essa representação construída sobre o líder da Revolução Haitiana se difundiu na literatura historiográfica euro-americana e influenciou até grandes figuras abolicionistas. É o caso do francês Victor Schoelcher que apresentou Dessalines como alguém corajoso, rebelde, invulnerável, que recusava tudo que dizia respeito à civilização.

Como um abolicionista como Victor Schoelcher, embora ressalte a coragem de Dessalines e conheça a violência do sistema colonial-escravista, não se distanciou das representações depreciativas feitas sobre o Revolucionário negro? Isso resultou do eurocentrismo predominante nas escritas dos autores euro-americanos daquele período. Embora datadas, essas representações persistem na historiografia até no século XXI. A título de exemplo, a historiadora Catherine Eve Roupet em *Histoire d'Haïti; la première république noire du nouveau monde* (2011), ao analisar as estratégias do General Toussaint Louverture e os principais tenentes que ele tinha a sua disposição durante a segunda fase das lutas em Crête à Pierrot, enumera três dos mais influentes, sendo eles; Jean-Jacques Dessalines, Henri Christophe e Maurepas. A descrição que fez sobre Dessalines coloca na ordem do dia as representações feitas por um autor como Dubroca no início do século XIX. Roupet escreve o seguinte: "Ele [Dessalines] é de longe o homem mais feio da ilha; seu rosto é cheio de cicatrizes. Outrora, um escravo particularmente cruel, seu corpo é marcado por chicotes [..] ele não tem moral e nem medo" (Roupet, 2011, p.156).

Dessalines foi um dos raros, senão o único dos líderes da revolução haitiana que vivenciou e acompanhou todo o processo revolucionário, entre agosto de 1791 e janeiro de

1804. Desde as plantações, Jean-Jacques Dessalines impressionava todo mundo pelo seu caráter, sua habilidade, e sua capacidade de se expressar em vários idiomas, além do crioulo e do francês. Isso facilitou que ele pudesse interagir com os diferentes grupos étnicos, permitindo que conhecesse melhor o sistema no qual estava inserido. Porém, apesar de sua capacidade múltipla e, devido a sua cor de pele escura, ele como outros escravizados trazidos para colônia, foram discriminados com discursos estereotipados baseados no tipo de cabelos, forma de nariz, até no sotaque quando se comunicava em francês.

James (2000) salienta que haviam escravizados que se achavam superiores aos outros grupos, sobretudo, aqueles que nasceram na colônia, (geralmente possuem cor de pele mais clara) e tiveram um certo domínio da língua francesa, portanto, Dessalines, embora ter nascido na colônia, sua pele era mais escura, ele recusava-se a demonstrar que ele teria se apropriado do idioma em que seus senhores o abordavam. “Ele fingia que não compreendia francês, aos senhores, ele respondia apenas em crioulo, era chamado de selvagem por ter rejeitado tudo que pertencia à França, incluindo tudo que havia sido imposto: língua, religião, pontuou, (Victor Schoelcher, *apud* Dupont, 2006, p.78). Mas, Dessalines não se incomodava ao ser chamado de selvagem, ele se sentiu orgulhoso e dizia ser um selvagem africano. Na sua concepção, significa dizer, ser natural, ser alguém em contato com a natureza, que conhece e respeita as regras do espaço em que nasceu, em que vive, realça Bayyinah Bello (2019).

Carreira Militar

J-J. Dessalines vivenciou as lutas, sofreu as atrocidades do sistema e continuou acompanhando passo a passo os ocorridos na colônia. É difícil apontar uma data precisa da emergência oficial de Dessalines no movimento revolucionário. Alguns autores mencionam setembro de 1791 como período em que integrou as tropas dirigidas por Jean François[87] e Georges Biassou[88]. Enquanto Louis Dubroca registrou seu início nos movimentos revolucionários que antecedem a revolução de 1791, ou seja, segundo este autor, Dessalines marcou sua presença no processo revolucionário bem antes do general Toussaint Louverture (Dubroca, 1804, p. 20). Outros pesquisadores apontam seu início em 1792, senão, na metade de

[87]Jean-François Papillon, chamado de Jean-François, foi um dos atores da Revolução Haitiana. Há hipótese de que ele tenha nascido no continente africano e foi visto na plantação do senhor Papillon no decorrer do século XVIII, na região norte do Haiti Colônia. Após ter fugido da plantação, tornou-se um dos principais líderes da insurreição de agosto de 1791.

[88] Ao lado de Jean-François, Georges Biassou participou do Congresso du Bois Caîman organizado por Duty Boukman e Cecile Fatima, tornando-se um dos atores da Revolução de 1791.

1793, ao lado de Toussaint, (o que teria sido o primeiro encontro dos dois) em um cenário complexo, opondo-se em um primeiro momento a um jogo colonial duplo, espanhóis e franceses, antes dos ingleses.

Após ter liderado uma série de lutas sangrentas, Dessalines ganhou a confiança dos generais, e se tornou capitão do exército espanhol. No final de 1794, ainda no contexto tumultuoso, com a França e a Espanha, que se ergueram como principais donos legítimos do território, proporcionaram um conflito direto na colônia entre seus principais representantes. Toussaint Louverture e Jean-François, dois líderes negros oriundos da mesma categoria social, considerado como dois dos mais sagazes espíritos de toda a ilha, se hostilizaram, defendendo os interesses coloniais. De um lado, Jean-François foi preservar os interesses da monarquia espanhola, de outro, estrategicamente, Toussaint voltou a se juntar aos republicanos franceses.

Trata-se de estratégia de Toussaint em busca da liberdade geral prometida pelos comissários? Quais foram os fatores determinantes na escolha de Jean-François de permanecer no campo espanhol?

Republicanos e monarquistas ofereceram cargos e graus militares entre outros tipos de privilégios para convencer os líderes de se aliarem às suas respectivas missões coloniais. Segundo Thomas Madiou, o motivo das hostilidades entre os dois representantes (Toussaint e Jean-François) na colônia era causado pelo tráfico de mulheres e de crianças que Jean-François e Biassou teriam comercializado com a parte espanhola da ilha. Mas, ao mesmo tempo, o autor ainda afirma que Toussaint Louverture não acreditava na liberdade geral prometida pelos comissários, Sonthonax e Polverel. (Madiou, 1847, p. 139). A mesma observação ia ser mantida por Ardouin (1853, p. 199- 200). O historiador Garrigus (2011) sustenta que a medida aplicada pelos comissários via o decreto de 4 de fevereiro de 1794 que prevê abolição geral, imediata e incondicional da escravidão, ainda não tinha sido a disposição da ilha. Ou seja, Toussaint não age nas intenções do decreto da convenção.

Entre as potências coloniais que se enfrentaram, foi a França que tirou proveito com o resultado dos conflitos. No entanto, para Berthony Dupont, o contexto vigente da época permitiu que os interesses coloniais fossem confundidos com os dos escravizados. (Dupont, 2006, p. 81). Isto significa que, em certas circunstâncias, o retrato do colonizador pode ser aparentemente idêntico ao do colonizado?

Talvez, o inverso. No sentido de o colonizado tenha o que é chamado por Frantz Fanon *de Rêve de possessions*. Um sentimento caracterizado inicialmente, pela inveja, por desejo de almejar a todos custos as “conquistas”, por desejar o lugar do opressor. Essa vontade se transforma em sonho dado que *l’envie* [o desejo] projetado pelo colonizado se caracteriza apenas na reprodução do sistema. Não há um colonizado que não sonhe, pelo menos uma vez

por dia, em tomar o lugar do colonizador, salienta Frantz Fanon (1991). Outro exemplo que descarta a possibilidade de os interesses do explorado sejam confundidos com os do explorador refere-se à visão do Albert Memmi, na qual o autor estabelece duas condições pelas quais o colonizado pode cultivar um sentimento movido por amor pelo colonizador e ódio de si, embora a mistura pareça inapropriado na visão do próprio autor, mas destaca que se trata de um mecanismo de defesa do sujeito que nesta altura não deseja ocupar o espaço do adversário como sonho, senão, em substituí-lo e não o reproduzir. Trata-se de um sentimento de revolta, que recusa de forma sistemática a condição do sujeito. Significa dizer que é uma ilusão do próprio dominado que faz uma tal confusão, já que os interesses de ambos (colonizador e colonizado) sempre serão antagônicos. No entanto, a situação de dominação configura um cenário em que o dominado projeta sua emancipação no desejo de se tornar opressor. Muitas vezes, a consciência da impossibilidade de tomar o lugar do opressor pode se tornar a condição de possibilidade para uma luta maior rumo a destruição do próprio sistema opressiva

Retomando a trajetória de Dessalines, afirmo que nenhum dos projetos de Toussaint teria sido bem-sucedido sem o apoio incondicional dos homens que lutavam ao seu lado, especialmente de Jean-Jacques Dessalines, que o obedecia e seguia seus passos com fidelidade. Dessalines, jovem capitão, ainda sob o comando de Toussaint, soube aproveitar as oportunidades para se familiarizar com os territórios e conhecer cada soldado individualmente, criando vínculos que lhe permitiram identificar em quem podia confiar e quem compartilhava os mesmos objetivos. Ele depositava nos africanos uma confiança inabalável, acreditando que eles eram mais comprometidos em sustentar as lutas, pois já eram livres em seus países de origem, ao contrário daqueles que nasceram na colônia em condição de escravos e não tinham noção de sua liberdade. Seus pelotões e cada unidade militar eram comandados por soldados africanos selecionados hierarquicamente, entre mulheres e homens de confiança, com habilidades para entender o contexto, junto aos crioulos, capacitados e encarregados de orientar sobre o espaço geográfico.

Dessalines sempre viu o espaço, seja como lugar de nascimento, morada, vivência ou frequentação, como um cordão umbilical que liga o indivíduo às suas raízes e cria laços e vínculos de afeto e respeito, especialmente com a natureza. Essa divisão técnica e estratégica do trabalho ajudou a preservar a harmonia na instituição armada, desafiando o discurso de rivalidade que antes predominava. Além disso, promoveu a união e o fortalecimento das relações de confiança entre os membros do exército e lançou os primeiros alicerces da força revolucionária dessalinienne.

“Toussaint queria decapitar todos os mulatos e retomar a escravização dos negros”. Ele ordena e Dessalines cumpre. Este último era o elemento central na realização do plano de seu

superior. Ele observava as decisões com paciência e atenção. Trabalhava sob a liderança dos mais poderosos do grupo (Jean-François, Biassou) e participava das discussões (conversas, correspondências e reuniões) entre Sonthonax, Laveaux, Rigaud, Villatte, Hédouville e Toussaint Louverture, seu chefe mais próximo. A partir de 1800, encontramos um novo Dessalines, visionário e mais capacitado, porém continua sendo conformado aos desejos de seu general Toussaint. Na guerra do Sul que se opôs dois líderes provenientes da mesma categoria racial; mestiços x negros (antigos e novos livres) dividida em duas, na esfera social, ele teve destaque na derrota do adversário Rigaud, que chefiava o grupo da primeira categoria. Precedente a esta guerra, o caso de Thomany que suscitou uma onda de violência entre brancos e mestiços, representou um álibi que comprovou o interesse dos colonos contrarrevolucionários que se aliaram com as causas da metrópole. A lei de 4 abril[89]motivo das hostilidades? Em Jeremie, cidade da província sul da colônia, local que concentrava a maior parte da população branca e mestiça, o chamado Thomany, mestiço, em uma altercação teria sido acusado de ferir um homem branco e ter sido preso pelos pares deste último. Uma disputa de classe, por sua natureza, dado que o empecilho era ligado a aplicação da lei de 4 de abril de 1792, que obrigava igualdade de direitos políticos e sociais entre os dois grupos em jogo. Mas, se tornou um conflito racial, na medida em que a recusa do respeito a esta lei se justificou na diferença de cor de pele e desigualdade de raça. Há neste confronto um fato peculiar. Enquanto a população reivindicava a liberação do mestiço, os brancos haviam confiscado bens e propriedades destes últimos, como *mesure de sûreté*, uma medida restritiva de liberdade, de direitos, que visava essencialmente prevenir a prática de novo delito. Sua função era preventiva e não punitiva. Não obstante, os acusados foram perseguidos pelos colonos, apoiados por seus escravizados. (Ardouin, 1853, t. III p. 56). Nessa rivalidade entre os dois grupos bem mais assentados na hierarquia social (brancos e mestiços diante da lei vigente tinham relativamente os mesmos direitos) e no confronto, a vida do escravizado era mais uma vez exposta à carnagem.

Os comissários foram encarregados de restabelecer a ordem como desejava a metrópole, ao mesmo tempo, esta última alimentava a questão de cor entre os três principais atores na colônia (brancos, mestiços e negros escravizados). A rivalidade entre brancos e mestiços já existia quando os mestiços eram liderados por Julien Raymond, seu porta-voz, por volta de 1789- 1793. Nesta altura, Rigaud era o principal agente responsável por veicular e defender o discurso colonial. O objetivo era o de conseguir ter o domínio da colônia e, consequentemente, ter o poder de decidir, orientando as decisões a serem tomadas, fato este, permitiria manter a colônia à França. A denúncia do comissário Hédouville contra Toussaint Louverture comprova

[89] Lei que reconhecia igualdade de direitos para as pessoas livres de cor.

esta intenção. Segundo o comissário, os acordos políticos feitos pelo general com os ingleses e americanos foram suficientes para levar a colônia à Independência, fato que tiraria o território da dominação francesa. O comissário, representante do Diretório mostrou como era importante o discurso da desigualdade racial, principal mecanismo para atingir os objetivos da metrópole, quando questionava a (in)capacidade de Toussaint, levando em conta sua cor de pele. Hedouville ordenou a Rigaud de retomar e de manter sob sua jurisdição a região sul e que não deve deixá-la sob as ordens de um negro. (Ardouin, 1853, t. III, p. 540-541). A luta política se tornou um conflito de cor e o discurso internalizado se reproduzia em toda esfera da sociedade. Em declaração frente a população mestiça que visava conquistar a confiança dos habitantes, o líder (Rigaud) garantia ao seu público que não iria abandoná-lo e que a luta iria até a vitória final. Na ocasião, afirmou que "não pude obter carvão de um saco de farinha". (Laurent-Ropa, 1625-1802, p. 238, *apud* Dupont, 2006, p. 92). Esta declaração mostra o estado avançado da crise e significa que a guerra era inevitável.

Entre lutas ideológicas e confrontos armados, a história testemunhou, outra vez, o derrame do sangue negro. Esta prática não é uma novidade, uma vez que o sistema foi construído sobre a violência como base da escravidão. Talvez seja neste nível que possamos compreender e entender a importância de Jean-Jacques Dessalines nas lutas em que liderou ou das quais participou. Ele foi um dos raros dos escravizados que se recusava a obedecer às regras e aos princípios dos senhores e desprezava os ditos valores e costumes europeus, que, de fato, eram retóricas sem fundamento, mas que tinham influências suficientes para agir na consciência do negro, como salienta Barão de Vastey. E Dessalines foi capaz de incorporar e fazer uso de tudo que lhe foi ensinado no espaço colonial, inclusive a violência que legou de seus colonos. Como subordinado, as vezes sob as ordens de Leclerc, de François e Biassou ou de Toussaint, ele (Dessalines) fez uso desta violência, apesar de si, contra seus irmãos negros e mestiços. O inaceitável foi quando decidiu experimentar essa mesma herança contra seus próprios opressores, como meio de subsistência e de resistência. Na *Crête à Pierrot*, a guerra terá uma nova fase.

Crête À Pierrot

Fim do diretório e ascensão do governo consular. *Crête à Pierrot*, lugar mítico, foi o palco dessa batalha trágica que opôs Toussaint Louverture e as tropas de Napoleão. O golpe de 18 Brumário permitiu a instauração do consulado napoleônico e a emergência da personagem de Bonaparte ao poder. Um novo cenário político se desenhou, porém, as ambições coloniais permaneceram, senão se fortaleceram. Após a derrota de Rigaud nas guerras internas, o sonho

de retomar a colônia a França se tornou mais distante, a saída do comissário Hedouville, substituído por Roume não oferece muitas opções, isso permitiu a Toussaint de ganhar mais espaço e se posicionando cada vez mais como principal voz dos oprimidos. Fato este que favoreceu a sua nomeação como governador geral da ilha. Em 1801, mudanças inesperadas aconteceram. Autoproclamado governador vitalício, o general promulgou sua Carta Magna, defendendo a autonomia da colônia. Apesar de se tratar de uma constituição colonial, o documento delimitou o poder da metrópole, mas manteve o território como parte integrante do império francês. (art. 1). Determinou o fim da escravidão em todo espaço colonial (art.3) como também da diferença de cor entre branco negro e mulatos (art. 4), sustentando igualdade de direitos diante da lei (art. 5).

O governador almejava um modelo de sociedade baseada na exploração agrícola, por assim dizer, ele instaurou o que é denominado pela historiografia de *règlements de culture* em outubro de 1800, para os quais a constituição de 1801 trouxe elementos jurídicos adequados. Por ser essencialmente agrícola, Toussaint fazia do comércio a principal fonte de renda de seu governo, proibindo toda forma de interrupção no cultivo das terras e punia todo vício que possa ser prejudicial à colônia, cedendo ao governador o direito de emitir regulamentos policiais de acordo com as circunstâncias. Apoiado pelo incansável Dessalines e Henry Christophe, na liderança dos quarenta mil homens, Toussaint Louverture alcançou a unificação das partes espanholas e francesas, pondo ambas sob sua dominação. O avanço bem-sucedido e as decisões suscitaram reações conflituais severas. Inicialmente, a população local rejeitou a proposta e questionou o modo de funcionamento das plantações, que era visto como um regresso à escravatura, dado ao trabalho forçado. Uma vez que o artigo dois (art. 2) dos regulamentos reservava ao Estado o direito de preservação das propriedades dos cidadãos, ainda os agricultores foram obrigados a voltar aos trabalhos nas moradias nas quais dependiam, em um limite não ultrapassa vinte quatros horas após a publicação do decreto. (art. 3). O item seis (6) fazia do trabalho uma necessidade e uma virtude que permanece propriedade do Estado, detentor do direito de punir e sancionar todo homem[90] ocioso e errante[91]. As reivindicações vinham dos cultivadores, principais forças de trabalho, mas também de guerreiros que foram escolhidos por Toussaint como inspetores, responsáveis por orientar, motivar os trabalhadores, vigiar e punir os rebeldes.

[90]Règlement de culture promulgado pelo General Toussaint Louverture, dirigido aos habitantes da Comuna de Verrettes, 22 de março de 1795, citado em Cabon 1937, 3, p. 256.

[91] Este artigo foi mencionado por Marcel Dorigny sob o título "Quelle liberté du travail après l'abolition de l'esclavage. Les règlements de culture de Saint-Domingue et Haïti de 1793 aux années 1840, ou l'impossible transfert des schémas agraires coloniaux dans le contexte de la ìLiberté générale"

O caso do general Moyse, sobrinho do governador, liderando uma revolta em outubro de 1801 na região norte foi considerado o movimento interno mais expressivo contra o sistema louverturiano daquele ano. Sua reivindicação na época era considerada injusta, ilegal, pelo fato de que se recusava a seguir o modelo de grande plantação adoptada por Louverture, que tem suas raízes em uma economia de exploração e de exportação, voltada para o mercado, a serviço dos interesses do antigo sistema. Moyse defendia inicialmente, um modo de produção de *petite propriété*, que pretendia ser uma economia de subsistência voltada à população local, recém-saída da escravidão no objetivo de reconstruir a sociedade e permitir a emergência de uma nova classe proprietária onde os novos e os *anciens* livres poderiam ser protagonistas. Ele acreditava que o modelo econômico sustentado pelo governador favorecia o antigo regime e reintegrava a população negra e mestiça ao trabalho escravo. (Castor,1998, p. 46).

No entanto, Thomas Madiou enfatiza que o general Moyse:

> Ignorava as verdadeiras intenções de Toussaint que nunca tinha pensado em restabelecer a escravidão, e que estava constantemente preocupado com o destino de sua população após sua morte. [...] as causas de seu sistema de cultura; acumular riqueza para se tornar forte e independente. Toussaint queria se tornar independente pela união do Negro com o homem branco, enquanto Moyse lutava pela união do Negro com o Amarelo[92] (Madiou, [1848], 1989, t. II, p. 144-45). (Tradução nossa).

Moyse desobedeceu ao decreto e recusou-se a aplicar a responsabilidade que lhe foi confiada. Mas, engalfinha-se também contra a aristocracia branca que achava manteve os espaços que antes ocupava. Sua mobilização conscientizar os cidadãos da toda a região norte e a rebelião causou morte de inúmeras pessoas[93] entre mestiços, negros e brancos.

---

[92] Néanmoins, le général Moyse se trompait sur les véritables intentions de Toussaint Louverture qui ne rêva jamais au rétablissement de l'esclavage, et qui s'inquiétait sans cesse du sort des siens après sa mort. [...] les causes de son système de culture: amasser des riches pour se rendre fort et indépendant. Toussaint voulait devenir indépendant par l'union du Noir avec le colon blanc, tandis que Moyse s'efforçat de le devenir par l'union du Noir avec le Jaune.

[93] Apenas as mortes de pessoas brancas foram destacadas nesta rebelião encabeçada por Moyse. Madiou, (p. 145-46), por exemplo, salienta que duzentos e cinquenta brancos foram massacrados nas planícies e nas colinas. Moyse iniciou uma guerra cujo objetivo era o extermínio dos brancos, a união dos negros e amarelos pela independência do seu país". Significa-se que segundo este autor, a luta era contra os proprietários brancos, talvez, isso seja o motivo pelo qual a quantidade das outras vítimas foi ignorada. No entanto, uma leitura sinóptica nos permite analisar e comparar os fatos por uma interpretação digna do contexto. O próprio Madiou menciona o desastre causado por Dessalines na região norte [...] o general, à frente do primeiro batalhão do 4º comandado por Gabart, chegava ao Norte sendo seguida por todos os guardas nacionais que encontrou no caminho. Em poucos dias os bairros insurgentes foram inundados com batalhões formados por cidadãos de Vallière, St-Raphael e Gros Morne. Ao chegar a Plaisance, aterrorizou os agricultores que foram massacrados em grande número; nós não ouvimos nem um único disparo de mosquete; essas pessoas infelizes foram mortas com sabres e baionetas. Os soldados do quarto regimento matou 1/4 da população [...] todos os prisioneiros que foram trazidos foram esfaqueados na frente de Dessalines. Depois de restaurar a ordem na comuna de Plaisance, por um terrível extermínio, o general Dessalines partiu em busca de Moyse que estava incitando os cultivadores a revolta. Moyse já havia sido abandonado por um grande número de seus apoiadores desanimados. Ele não poderia lutar contra a inteligência de Toussaint e a audácia de Dessalines". (Madiou, 1989, t. II, p. 147). Thomas Madiou apresentou um esboço das reivindicações de Moyse, pelas quais lutava que eram contrárias ao projeto do governador, tal esboço foi questionado por autores como Cyril Robert James, por exemplo. O autor dos *Jacobinos negros* destaca que Moyse

Toussaint insatisfeito, repudiou e criticou o comportamento de seu sobrinho, declarando fora da lei suas declarações e sua proposta econômica nestes termos:

> Apesar das disposições oficiais para arrancar "esta árvore retorcida, que era urgente derrubar", [...] a *petite propriété* "fora da lei" ganhava constantemente terreno, sobretudo nas zonas montanhosas e "lugares para viver" foram desenvolvidos nas plantações. Vários agricultores defenderam os seus fundos com o objetivo de comprar terras e adquirir direitos de propriedade. [...] "foram introduzidos abusos na parte francesa que é urgente parar. Um, dois ou três agricultores juntam-se, compram algumas telhas de terra e abandonam as habitações que já são valiosas, instalem-se em novas terras não cultivadas. É prudente evitar desordem semelhante. Este fenômeno atingiu tais dimensões que foi necessário recorrer a meios legais para contê-lo[94] [...] (Castor, 1998, p. 46). (Tradução nossa).

Ao declarar fora da lei a proposta de Moyse, ele foi acusado de traidor, culpado de rebelar contra a metrópole e foi fuzilado em novembro de 1801 (Madiou, 1989, t. II, p. 144). Sua morte traumatizou a população que já estava cansada das brigas internas, porém, restabeleceu a ordem e a confiança que procurava o governador. O historiador Beaubrun Ardouin citado por Dupont (2006. p. 110) afirma que as reivindicações pelas quais Moyse tinha

---

tinha muitos inimigos para escapar das implicações, e até mesmo os antigos donos de escravos o odiavam e pressionavam Toussaint para se livrar dele. (James, 2000, p. 254). Por que os escravistas queriam que Moyse fosse expulso? O governador era cercado pela aristocracia colonial e monitorado pela igreja católica. Madiou (1989, t. II, p. 129-30) escreve: "Enquanto esperava pelo impacto de sua constituição na França, Toussaint continuou sempre com o mesmo ardor no seu sistema administrativo. Mais do que nunca, ele sentiu a necessidade de seu governo ser considerado pelos habitantes da ilha e ser o único homem [...] quanto aos sacerdotes, concedeu-lhes todo tipo de vantagens. Também nas igrejas seu nome foi abençoado. Os pregadores no púlpito apenas o chamavam de "Papa Toussaint", o benfeitor da colônia. [...] os sacerdotes o representarão perante o povo como alguém escolhido por Deus. Em todas as cidades da colônia formaram-se congregações de mulheres [...]; e as palavras dos eclesiásticos e as freiras apenas tendiam a fazer entender que Deus permitiu tudo ao governador. [...] Ele tinha todo tipo de respeito pelas mulheres brancas cujos rostos adornavam seus magníficos salões: ele havia restabelecido, nas reuniões do palácio nacional, o rótulo colonial. Os oficiais negros que o cercavam viram com dor o quanto ele se colocava sob a influência dos colonos que antes eram seus senhores e secretamente seus inimigos mais cruéis». O método utilizado por Moyse podia não ser o melhor caminho, mas sua reivindicação se justificava. Beaubrun Ardouin apresentou o relatório elaborado na França, em 1840, relativo à abolição da escravidão nas "colônias francesas". Nele, foi valorizada a administração de Toussaint, afirmando que as propriedades foram protegidas e os colonos viviam pacificamente. E que a colônia florescia, os homens estavam felizes e tranquilo com suas respectivas propriedades e os negros trabalharam para o benefício dos brancos e dos chefes militares. (Ardouin, 1853, t. IV, p. 404-05). Não havia uma guerra contra os brancos, ainda menos um massacre, eles eram protegidos por Toussaint. Pude dizer que o início deste massacre se deu quando os "inspetores" foram obrigados a aplicar a "lei" contra os cultivadores que recusaram a proposta do governador. Moyse antes de ter sido condenado e executado, havia declarado "independente do que fizer meu velho tio, me recuso a ser executor dos homens da minha cor. As repreensões que ele se dirija a mim sempre visando salvaguardar os interesses da metrópole; mas, esses interesses são dos brancos" (Madiou, 1989, t. II, p. 144)) A execução de Moyse por Toussaint foi por proteger os homens brancos europeus. Isso foi mais de um erro, foi um crime, como salienta James, (2000, p. 259).

[94]. Malgré les dispositions officielles pour déraciner cet arbre tordu, qu'il était urgent d'abattre, [...] la petite propriété "hors la loi", gagnait sans cesse du terrain, particulièrement dans les zones montagneuses et se développent les "places à vivre" sur les plantations. Plusieurs cultivateurs réunissent leurs fonds dans le but d'acheter un terrain et d'acquérir le droit de propriété. [...] "il s'est introduit dans la partie française des abus qu'il est urgent d'arrêter. Un, deux ou trois cultivateurs s'associent, achètent quelques carreaux de terre, et abandonnent des habitations déjà en valeur, pour aller se fixer sur de nouveaux terrains incultes. De cette manière, les anciens établissements seraient bientôt ruinés, sans utilité pour les entrepreneurs des nouveaux défrichements et sans compensation pour la chose publique... Il est de la prudence d'empêcher une semblable désorganisation. Ce phénomène atteignit de telles dimensions qu'on dut recourir aux moyens légaux pour le freiner [...]

sido executado eram as de vários outros generais, que preferiam manter o silêncio, a exemplo do principal executor deste plano, o general Jean-Jacques Dessalines.

Toussaint tinha saído vitorioso das lutas internas e ganhou a confiança da aristocracia, o contexto era favorável aos seus projetos e favorecia aos proprietários e até mesmo à metrópole. Contudo, era tarde demais quando o instinto ditatorial do primeiro cônsul enxerga este fato. Ignorou e recusou as ideias de personagens que eram contra a sua intervenção, como Sonthonax, quem vivenciou na colônia, de seus próprios ministros como Forfait, de Bernadotte que haviam recusado a missão de liderar a expedição bem antes a escolha do Leclerc. Bonaparte manifestou-se o desejo não somente de limitar o poder de Toussaint na Ilha, mas de retomar o território[95]. A recuperação da Louisiana, o tratado de paz da Amiens em 1801 com a Inglaterra e a campanha do Egito aumentaram a confiança do governo consular. Reconquistar a antiga colônia, o maior interesse econômico na América, se revela um velho sonho a ser concretizado. O trabalho foi confiado ao seu cunhado[96], o general-capitão Charles V. E. Leclerc, integrante da principal força armada. Escoltado por vinte e dois mil homens e 54 navios. Os melhores soldados da França, entre eles, aqueles que haviam defendido sua independência contra o Exército da coalizão da Europa, e mais de vinte mil outros foram enviados sucessivamente em algum momento depois. Quarenta navios, vinte e sete fragatas e dezessete outras corvetas ou edifícios de transporte foram acionados por Leclerc, aponta Ardouin (1854, t. v, p. 4). Leclerc havia lutado nas campanhas da Alpes e Rhin e esteve ao lado do Napoleão nos eventos do 18 Brumário, onde salvou a sua vida. Inicialmente, o general tinha a missão de restabelecer a "ordem", assegurando o regime da abolição vigente desde 1794 na parte ocidental e devia manter a escravidão no lado oriental da ilha.

Toussaint havia endereçado várias correspondências ao primeiro cônsul e recebia até mesmo de outros membros do governo consular. O ministro Forfait, por exemplo, em carta[97]de 04 de novembro de 1800 repreendeu-se as decisões tomadas pelo general negro *vis à vis* à parte oriental da ilha ocupada pela Espanha. Forfait quis impedir a intervenção de Toussaint no lado leste do território onde a escravidão ainda estava em voga, e disse ter recebido denúncias do

[95]Embora o historiador Thierry Lentz (2003, p. 47) tenha afirmado que o problema da escravidão e sua abolição não era a prioridade do Bonaparte, e que a persistência da escravidão nas possessões do Oceano Índiano não o incomodava mais do que a sua abolição nas Índias Ocidentais. De acordo com o autor, Napoleão estava interessado apenas na influência do status dos negros na colônia. Além disso, na guerra contra a Inglaterra, as colônias foram um ponto estratégico numa época em que as frotas se perseguiam através dos oceanos e onde os navios franceses tinham que beneficiar das vantagens dos portos que eram seguros.

[96] Apesar dos sucessos e da relação do Leclerc com o primeiro cônsul, a historiadora Catherine Eve Roupert salienta que a escolha de enviar o Leclerc para colônia foi considerada um exílio, dado que Bonaparte não havia aprovado a união do general com sua irmã, Pauline. (RUPPERT 2011, p. 144).

[97]Correspondência de 4 de novembro de 1800 [13 Brumário ano IX], Carta, n° 5160, do arquivo da marinha francesa. Citado por Thierry Lentz.

governo espanhol. Para interrompê-lo, a metrópole francesa devia enviar para colônia uma expedição capaz de reforçar e proteger os interesses da Espanha. Contudo, apesar das ordens emanadas do alto escalão da magistratura, Toussaint anexou[98] e unificou as duas partes da ilha. (James, 2000, Lentz, 2003). Em 12 de fevereiro de 1801, Toussaint Louverture enviou uma correspondência[99] ao Napoleão, na qual apresentou sua nova administração, relatou as mudanças e nomeações que tinha feito, sobretudo o novo cargo de Jean-Jacques Dessalines como *general de division*, além de comentar a situação do comissário Roume que havia sido preso. A resposta recebida do governo consular deixa entender que Bonaparte ignorava as últimas notícias que ocorreram na colônia, e confirmou nesta carta o cargo de capitão general do Toussaint.

> (...) fui informado das diferentes cartas que você me escreveu e das diferentes proclamações que fez. Ordeno ao ministro da marina de lhe transmitir o certificado de capitão-geral da parte francesa de São Domingos. O governo não poderia dar-lhe maior margem de confiança. [...]" extrato da carta de Napoleão a Toussaint em 4 de março de 1801[100]. (Tradução nossa).

No parágrafo de outra correspondência[101] datada de 18 de novembro de 1801 [27 de brumário do ano X], o primeiro cônsul notificou Toussaint Louverture da expedição que deveria chegar para restaurar a soberania francesa, liderada pelo seu cunhado Leclerc, informou-lhe também sobre a paz assinada com a Inglaterra e descreveu a situação na Europa.

> (...) Enviamos para lá o cidadão Leclerc, nosso cunhado, como capitão-general, como primeiro magistrado da colônia. Ele é acompanhado por forças *adequadas pour faire respecter* a soberania do povo francês. É nestas circunstâncias que desejamos que nos provê, e a toda a França, a sinceridade dos sentimentos que sempre expressou nas diversas cartas que nos escreveu. Temos estima por você e temos prazer em reconhecer e proclamar os grandes serviços que prestou ao povo francês. Se sua bandeira voa sobre São Domingos, é a você e aos valentes negros que ele a deve. Chamado pelos seus talentos e pela força das circunstâncias ao primeiro comando, você destruiu a guerra civil, pôs fim à perseguição de alguns homens ferozes, restaurou a honra à religião e ao culto ao Deus de quem tudo emana. A Constituição que você fez, embora contenha muitas coisas boas, contém algumas que são contrárias

---

[98] Alguns autores como Thierry Lentz (2003, p. 51), por exemplo, usa a palavra "invasão" se referindo a entrada de Toussaint na parte leste da ilha, diz ele, que o líder havia quebrado as regras impostas. Porém, segundo aponta Louis Joseph Janvier (1886 p. 1) a decisão de general foi baseada no acordo do tratado do Bâle assinado em 1795 entre a França e Espanha, no qual a monarquia espanhola cedia a parte oriental à França.

[99] Carta de Toussaint a Napoleão Bonaparte, de 12 de fevereiro de 1801, Arquivo Nacional do Haiti. Disponível na coleção Digital Library of the Caribbean (DLOC) do arquivo da Universidade da Flórida, na cidade de Gainesville. Documento em anexo, figura 4.

[100] Correspondência de Napoleão Io publicada sob as ordens do imperador Napoleão III, n° 5439 citado por Thierry Lentz. Transcrição do documento original pode ser consultado em: http://www.napoleonica.org/ sob número CG3-6102 e título Au general toussaint-louverture, capitaine général de la partie française de saint-domingue.

[101] Carta expedida / fotografia [catalogue de vente], Christie 's, Valuable manuscripts, autograph letters, music and printed books, Londres, 27 de novembro 1996, p. 141, n° 135.

> à dignidade e à soberania do povo francês, do qual São Domingos constitui apenas uma parte[102]. (...). (Tradução nossa).

Percebe-se, além do anúncio, Bonaparte questionou-se a Constituição promulgada em julho de 1801 por Toussaint Louverture, segundo ele [Bonaparte], o documento era contrário à dignidade e à soberania francesa. Embora que o mesmo documento criticado, no seu primeiro artigo reconhece o território como parte integrante do império francês. Apesar de boa vontade do líder negro, o fato de ter promulgado uma Constituição não agradou o primeiro cônsul. Outro trecho da correspondência que suscitou e motivou uma resposta por parte do velho Toussaint, estipula-se;

> (...) O que você pode querer? Liberdade para os negros? Você sabe que, em todos os países onde estivermos, devemos isso a pessoas que não o tinham. Consideração, honras, fortuna? Não é depois dos serviços que prestaste, que podes prestar nesta circunstância, com os sentimentos particulares que temos por ti, que deverás ter dúvidas sobre a tua consideração, a tua fortuna e as honras que te aguardam. Que o povo de São Domingos saiba que a preocupação que a França sempre demonstrou pela sua felicidade foi muitas vezes impotente pelas circunstâncias imperiosas da guerra; que os homens que vieram do continente para agitá-lo e alimentar as facções eram o produto das facções que estavam elas próprias destruindo a pátria; que doravante a paz e a força do governo garantam a sua prosperidade e a sua liberdade. Diga-lhes que, se a liberdade é o primeiro bem para eles, só poderão gozar dela com o título de cidadãos franceses, e que qualquer ato contrário aos interesses da pátria, à obediência que devem ao governo e ao capitão-general quem é o seu delegado, seria um crime contra a soberania nacional, que eclipsaram os seus serviços e faria de São Domingos o cenário de uma guerra infeliz, onde pais e filhos se degolavam uns aos outros. E você, general, lembre-se que é o primeiro de sua cor a ter alcançado tão grande poder, e que se destacou pela sua bravura e pelos seus talentos militares, você é também, diante de Deus e de nós, o principal responsável por sua conduta[103]. (...). (Tradução nossa).

---

[102] Transcrição da correspondência no título Au Général Toussaint Louverture, Capitaine Général de la Partie Française de Saint Domingue, identificada nos arquivos da Fondation de Napoléon sob: CG3-6647 [..] Nous y envoyons le citoyen Leclerc, notre beau-frère, en qualité de capitaine général, comme premier magistrat de la colonie. Il est accompagné de forces convenables pour faire respecter la souveraineté du peuple français. C'est dans ces circonstances que nous nous plaisons à espérer que vous allez nous prouver, et à la France entière, la sincérité des sentiments que vous avez constamment exprimés dans les différentes lettres que vous nous avez écrites. Nous avons conçu pour vous de l'estime, et nous nous plaisons à reconnaître et à proclamer les grands services que vous avez rendus au peuple français. Si son pavillon flotte sur Saint-Domingue, c'est à vous et aux braves noirs qu'il le doit. Appelé par vos talents et la force des circonstances au premier commandement, vous avez détruit la guerre civile, mis un frein à la persécution de quelques hommes féroces, remis en honneur la religion et le culte du Dieu de qui tout émane. La Constitution que vous avez faite, en renferment beaucoup de bonnes choses, en contient qui sont contraires à la dignité et à la souveraineté du peuple français, dont Saint-Domingue ne forme qu'une portion. [...]. Disponível em: http://www.napoleonica.org/.

[103] [...] Que pouvez-vous désirer? La liberté des noirs? Vous savez que, dans tous les pays où nous avons été, nous l'avons donnée aux peuples qui ne l'avaient pas. De la considération, des honneurs, de la fortune? Ce n'est pas après les services que vous avez rendus, que vous pouvez rendre dans cette circonstance, avec les sentiments particuliers que nous avons pour vous, que vous devez être incertain sur votre considération, votre fortune et les honneurs qui vous attendent. Faites connaître aux peuples de Saint- Domingue que la sollicitude que la France a toujours portée à leur bonheur a été souvent impuissante par les circonstances impérieuses de la guerre; que les hommes venus du continent pour l'agiter et alimenter les factions étaient le produit des factions qui, elles-mêmes, déchiraient la patrie; que désormais la paix et la force du gouvernement assurent leur prospérité et leur liberté. Dites-leur que, si la liberté est pour eux le premier des biens, ils ne peuvent en jouir qu'avec le titre de citoyens français, et que tout acte contraire aux intérêts de la patrie, à l'obéissance qu'ils doivent au gouvernement et au capitaine général qui en est le délégué, serait un crime contre la souveraineté nationale, qui éclipsera leurs services et rendrait Saint- Domingue le théâtre d'une guerre malheureuse où des pères et des enfants s'entre égorgeraient entre eux. Et vous, général, songez que, si vous êtes le premier de votre couleur qui soit arrivé à une si grande

Antes de Toussaint ter reunido o comitê que elaborou a Carta Magna de 1801, ele tinha conhecimento da Constituição de 13 de dezembro de 1799 que instaurou o consulado, na Primeira República francesa e, que consequentemente confirmou a ascensão do Napoleão ao poder. O texto em questão, no artigo noventa e um (91) previa leis especiais pelas colônias, ou seja, os territórios que estavam sob a dominação francesa não podiam ter leis independentes que não provinham da metrópole. A decisão influenciou o discurso[104] de Toussaint, no qual ele evocou o passado colonial para exprimir e explicar a necessidade de um corpus de leis que refletiam a realidade da ex-colônia e o passado vivido da população que nela habitava. O primeiro cônsul se mostrou preocupado com a determinação do líder negro, e o governo consular suspeitou que ele estava planejando um projeto de independência. A luta que tinha sido construída nos interesses econômicos mudou-se em conflito racial, como afirmava Cyril Robert James. Ou ainda não é possível afirmar que a problemática racial sempre esteve intimamente relacionada à questão econômica se não fosse a principal? Não sabemos. No entanto, pude perceber que esta declaração presente na correspondência do primeiro cônsul constituiu o que é denominado por Jean-Pierre Le Glaunec de racismo colonial, no sentido que a cor é que determina seu estatuto social na sociedade escravista.

É impensável, e ninguém ousaria dizer que as lutas sob o comando direto de Toussaint Louverture estavam sem rumo. Como diplomata, *fin stratège*, guerreiro e carismático, Toussaint soube orientar, administrar e defender seu território e seus interesses diante dos mais habilidosos da colônia e mesmo diante das principais potências coloniais europeias. Dizer também que a massa e os soldados que o acompanhava nas lutas sabia pelo que lutavam, sabiam identificar e distinguir o sentimento que os animavam em campos das batalhas[105] e pensavam alcançar o objetivo um dia, reforçando o debate no qual historiadores e pesquisadores se contrapõem, a saber se o general negro havia a intenção de construir um projeto de independência. Apesar de múltiplas falhas, Toussaint permanece a maior figura da revolução haitiana de (1791-1804), talvez seu maior pecado seja não ter tido um plano de cortar os laços com a metrópole, e nem

puissance, et qui se soit distingué par sa bravoure et ses talents militaires, vous êtes aussi, devant Dieu et nous, le principal responsable de leur conduite. [...]

[104] De acordo com Louis Joseph Janvier, é imprescindível que não seja separado o discurso aqui referido, dado que é considerado como preâmbulo da Constituição. (Janvier, 1886). Ele veicula tudo que Toussaint não podia colocar no dito documento.

[105] Conforme aponta Horace Pauléus Sannon, 1933, t. III, p. 122), o espaço conquistado por Dessalines na liderança dos movimentos permitiu que a guerra tivesse uma direção única e vigorosa, levando o país a Independência.

sequer pronunciar a palavra de independência.[106] Trata-se, de uma das principais preocupações dos interessados da área, mesmo duzentos e vinte e um anos de sua morte.

Tinha sido a primeira vez, que os soldados *indigènes* ouviram a voz de um líder, o objetivo de suas presenças nas batalhas e especialmente na fortificação de *Vertières. Endepandans* [independência] palavra simples que reenergizou, guiou, inspirou, consolidou e integrou todo o grupo. É como estipula a passagem bíblica "[...] nova criatura é; as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo [...]" (2 coríntios 5 ;17). Ao ouvir a palavra *Endependans,* os guerreiros tiveram uma nova vida, renascendo de novo e, ao pronunciá-la, Dessalines anunciava a queda do exército napoleônico, ao mesmo tempo simbolizava a sua ascensão à frente do movimento revolucionário.

> Tenha coragem, eu lhe digo: coragem, os franceses não poderão ficar muito tempo em São Domingos. Eles conseguem no início, mas logo ficarão doentes e morrerão como moscas, me escute! Se Dessalines for até eles cem vezes, ele os enganará cem vezes. Repito-vos: tenham coragem, e verão que quando os franceses estiverem em pequeno número, iremos incomodá-los, iremos vencê-los, queimaremos as colheitas e então iremos para as montanhas. Eles não poderão permanecer no país e serão forçados a deixá-lo. Então eu vos tornarei independente. Não haverá mais brancos entre nós. . (Sannon, 1933, t. III, p. 121)[107](Tradução nossa).

Inicialmente, Dessalines havia planejado sua atuação nas lutas contra os inimigos, a exemplo de Mackandal (grifo nosso), porém, ele foi bem mais organizado e disciplinado, utilizando as montanhas como recursos em vez das cidades, que deixava o acesso mais difícil para o exército escravista, uma vez que os franceses já se instalaram ao redor da fortificação. (Dupont, 2006, p. 137). Mas, teoricamente, Toussaint era quem comandava, achava que o forte era mais estratégico e decidiu que os indigènes fossem ocupados no espaço, e confiou a defesa a Dessalines. O general não queria deixar nenhum desentendimento relacionado a sua decisão, pelo fato de ter negado a proposta de Dessalines. Nestes termos, ele se direciona ao grupo "Vocês são todos meus filhos, de Lamartinière que é branco, mas, que sabe que tem o sangue do negro nas suas veias, do Montpoint cuja sua pele é igual à minha. Confio neste trabalho à Jean-Jacques" (Madiou 1989, t. II, p.195, *apud* Dupont, 2006, p.138). Havia um sexto sentido que comunicava ao general e lhe dizia que seu subalterno era o homem do momento e das circunstâncias.

---

[106] Mais detalhes relativos a esse debate encontram-se em Dupont (*ibidem*, p. 3), Thomas Prosper Gragnon-Lacoste, (1877), Pierre Lafitte (1882), Moise Claude (2001)

[107] Prenez courage, je vous dis courage, les Français ne seront pas capables de demeurer longtemps à Saint-Domingue. ils réussissent au début mais bientôt ils vont tomber malades et mourir comme des mouches, écoutez-moi! si Dessalines se rend à eux une centaine fois, il les trempera cent fois. Je vous le répète, prenez courage, et vous verrez que lorsque les Français seront en petit nombre, nous les inquièterons, nous les battrons, nous brûleront les récoltes puis nous gagnerons nos mornes. Ils ne pourront pas garder le pays et seront forcés de le quitter. Alors je vous rendrai indépendants. Il n'y aura plus de blancs parmi nous.

Um Líder De Facto No Comando

Dessalines desenvolveu uma relação com seus subalternos, baseada no diálogo e princípios, ele confiava em seus soldados, contava os planos que pretendia e estes se sentiram incluídos, que faziam partes do projeto. Nem sempre essas ações podem trazer resultados positivos, dado que as traições são comuns no campo militar. Mas ninguém ousaria traí-lo[108] Na França, o cenário de traição do soldado e fuzileiro François Achille Bazaine em 1870, que causou a derrota da força armada francesa frente ao exército prussiano constitui um exemplo fidedigno. Ou seja, em tempos de guerras, a traição é considerada a maior infâmia, visto que ela põe em causa todos os valores que o militar deveria encarnar e defender, por isso, elas são sancionadas das maneiras mais rígidas, destaca Jerôme Jellistrandi[109]. Espionagem e traição eram práticas costumeiras e eram bastante utilizadas pelos atores. Thomas Madiou narra o episódio de um casal, encarregado por Dessalines para entregar a ordem de evacuação do forte, fingia ser surdo, o casal infiltrou as tropas de Leclerc para cumprir a missão dada.

Apoiado por Lamartinière e Magny, Jean-Jacques Dessalines montou os preparativos em torno do forte e orientou seus colegas sobre as estratégias da defesa. No 4 de março de 1802, quando os inimigos iniciaram os ataques, ele estava a caminho da região sul, tentando restabelecer contato com outras lideranças. O grupo liderado por Lamartinière e Magny conseguiu impedir que o forte fosse invadido pelos homens do Leclerc, ao menos, enquanto os indigènes estavam dentro. Acompanhados de duzentos homens, eles souberam resistir aos bombardeiros de Hardy e Lacroix. A estratégia até então era inovadora, impactando o adversário. Homens e mulheres encheram suas roupas de lama, desafiando não só as tropas do inimigo, mas, eles enfrentaram o maior medo, a morte, se expondo e se jogando diante dos fogos, que às vezes apagavam, impossibilitando qualquer manobra do outro. A morte estava visível no rosto de cada um, mas, naqueles dias cada soldado

Figura 11-Ilustração representando o General Jean-Jacques Dessalines no meio de suas tropas no momento da batalha contra as tropas francesas do General Leclerc, em março de 1802, no sítio da Crête-à-Pierrot, na região de Artibonite (Haiti)

Fonte: Imagem disponível na Internet

[108] Em fevereiro de 1802, Delpêche que comandava a região de Petit-Goave, se rendeu aos adversários, ao saber disso, Dessalines sugeriu que ele fosse julgado e punido como traidor. (Madiou, 1989. t. II, p. 197)

[109] Pellistrandi, Jérôme. Trahir. Inflexions, França, 2, N° 41, (p. 133-138). 2019

havia se tornado um herói, argumenta Thomas Madiou.

De retorno à fortificação, Dessalines foi informado dos acontecimentos relativos aos ataques, ele parabenizou Lamartinière pela resistência. Enquanto conversava e finalizava os preparativos, soube que Leclerc estava a caminho, trazendo reforços a Debelle, derrotado nas lutas anteriores. Chamou-se seus soldados, na voz de um revoltado, avisando sobre o que estava por vir:

> "Seremos atacados esta manhã. Eu só quero manter os corajosos comigo. Aqueles que querem se tornar escravos dos franceses novamente, deixem o espaço. Aqueles, pelo contrário, que querem morrer como homens livres, se alinhem à minha volta." (James, 2000)

Fonte: Manuel d'Histoire Haiti, 1982, p 75

Juntos, os oprimidos sedentos por justiça, responderam "morremos pela liberdade." Existe uma morte mais digna? O líder prometeu explodir a fortificação, caso se deixassem os franceses penetraram o espaço. Cientes dos motivos pelos quais lutavam, os soldados eram motivados, estavam prontos para defender uma causa justa. O objetivo estava bem definido e o sinal era visível. Mas, Leclerc demorou demais para captá-lo, precisava-se sacrificar seu mensageiro. Ninguém saberá o que estava escrito na mensagem enviado a Dessalines por Boudet[110] General francês afetado nas tropas expedicionárias chefiadas por Leclerc, ou se constituía de outras manobras de espionagem. A resposta dada por Dessalines foi ordenar o fuzilamento do soldado mensageiro, ato que também abriu a segunda parte das lutas. Estamo-nos em 11 de março de 1802. Tratava-se da parte mais longa e mais sangrenta das hostilidades.

Ao redor do forte, os generais franceses; Boudet, liderando os ataques, apoiado por Lacroix que embora tenha mobilizado todo recurso militar ao seu alcance, não conseguiu responder adequadamente, deu a ordem de retirada, dado que a quantidade de vítimas era considerável. Apesar da chegada das tropas liderada por Dunga e capitão general Leclerc (este último é a principal figura do exército napoleônico), que trouxeram para o forte todo o arsenal, acompanhados de dezoito mil (18.000) homens, dentro dos quais, dois mil (2.000) negros e mestiços. Em decorrência dos generais franceses que foram feridos, o exército foi derrotado outra vez. Nesta primeira fase, Bertony Dupont (2000, p. 141) nota perda de setecentos soldados no campo do adversário, enquanto C.L.R James menciona oitocentos. (James, 2000, p. 287). Os indigènes estavam prestes a morrer pela causa que defendiam e os escravistas estavam determinados para cumprir a missão confiada. A vinda do Rochambeau[111] alguns dias depois,

[110] General francês afetado nas tropas expedicionária chefiada por Leclerc

[111] Rochambeau, Donatien Marie Joseph de Vimeur de (1750-1813) foi governador no Haiti colonial em 1792, da Martinica em 1793, lutou contra as insurreições monarquistas e a marinha britânica. Enviado por Bonaparte, ao lado do General Leclerc, para reprimir a revolta de nesta colônia em 1801, porém, não conseguiu impedir a criação do Estado do Haiti.

com novos recursos; munições, soldados e cachorros[112] favoreciam a posição dos franceses que cercaram o espaço.

A ideia de Leclerc (geralmente mais paciente do que outros comandantes do exército) era manter suas tropas o máximo de tempo possível ao redor do forte, pressionando os negros ali dentro a se renderem. A estratégia funcionaria se aplicasse, posto que os negros estavam há dias sem alimentos, água e com armamentos limitados, mas, Rochambeau não tinha tempo para esperar. Embora ele fosse um general experiente, teve conhecimento das duas derrotas consecutivas de suas tropas, ele minimizava a capacidade dos negros com discursos baseados na cor de pele, apesar que tinha negros e mestiços em seus grupos que liderava. Destarte, ele decidiu esquivar o plano pensado inicialmente por seu colega Leclerc, abriu fogos sobre o forte. Resultado? Os cachorros que tinham sido trazidos para combater os soldados negros, naqueles dias não souberam distinguir o sangue do negro do branco, devoraram corpos mortos que estavam espalhados no chão. Era a terceira derrota consecutiva da poderosa força armada francesa, frente aos indigènes comandados por Jean-Jacques Dessalines. Mas no Haiti, tradicionalmente, em lutas de dois ou mais homens, a vitória pertence a aquele que consegue derrubar (pro chão) o outro em primeiro, mesmo se o adversário tivesse ido para o hospital e sucumbe depois. O mesmo cenário acontece nas lutas profissionais de artes marciais misturadas/mistas (MMA), a única diferença, o combate é regulado por um sistema de pontos, controlado por um juiz que tem autoridade de decidir o vencedor. Foi exatamente o que aconteceu em Crête à Pierrot. As tropas lideradas pelo trio Dessalines, Lamartinière e Magny desafiaram os franceses que saíram com menos da metade de seus homens, dentro dos quais, muitos oficiais feridos (James, 2000, p. 292) mas, o apito final que comprovasse a vitória era a conquista do forte. Tendo como exemplo, o relatório enviado por Leclerc ao primeiro cônsul, no qual omitiu as derrotas[113] e deu ênfase a um certo ponto estratégico tomado (se referindo a Crête à Pierrot), ao mesmo tempo em que solicitou ajuda financeira e mais homens, dizia ele, para consolidar a vitória. (Ruppert, 2011, p.155).

[112]Há diversas versões relativas à compra e chegada dos cachorros de combate nas lutas revolucionárias haitianas. Uma boa parte da historiografia haitiana, baseada nas obras de Thomas Madiou ou ainda de Beaubrun Ardouin, ambos autores do século XIX, associa os cachorros a Rochambeau, afirmando que este último tinha comprado os animais em Cuba. Em 2012, o historiador francês Philippe R. Girard em trabalho intitulado *L'utilisation de chiens de combat pendant la guerre d'indépendance haitienne* explica que os cachorros tinham sido comprados por Leclerc, principal representante do consulado napoleônico na colônia.

[113] Não há consenso relativo ao vencedor do combate ocorrido em Crête à Pierrot durante o mês de março de 1802, entre os indigènes e as tropas napoleônicas. Para alguns pesquisadores, os negros haviam saído vencidos, para outros como o autor francês, Antoine Métral (1825, p. 88) o exército colonial tinha saído com uma derrota.

Satisfeito com o resultado, Napoleão respondeu em uma carta em 16 de março (25 Ventôse[114] an X): "As vossas cartas de Pluviose 20 chegaram-nos em Ventôse 23, e toda a França viu com grande prazer o início dos sucessos que pressagiam o regresso de São Domingos à metrópole (...)[115]"

Dessalines agiu, a ordem foi dada e os negros foram obrigados, devido ao contexto (sem alimentos e munições) deixar o espaço, no dia 24 de março de 1802. A tomada do forte por Leclerc modificou o cenário. Fortaleceu-se moralmente os invasores e sinalizou o fim do regime Louverturiano cujo líder não tinha mais energia e inspiração para o novo contexto. Toussaint lutava contra o cansaço físico e psicológico, mas, seu caráter não lhe permitia abandonar ou ceder partidas enquanto estava de pé, respirando, ele tinha ainda a confiança da população e de seus homens. Afinal, ele passou a aplicar nova tática de lutas, denominada pela historiadora Catherine Eve Roupet de guerrilha[116], explorando as montanhas, como havia sugerido Jean-Jacques Dessalines. As novas estratégias traziam resultados, talvez não suficientes, mas, as últimas tentativas permitiram delimitar o acesso às tropas do adversário às outras cidades da região Sul. Em consequência, a comunicação de Leclerc com a região sudoeste, responsável por alimentar suas tropas havia sido cortada, destaca Catherine E. Roupert. Toussaint aproveitou para reestruturar o exército indigène e ordenar a Dessalines de manter os ataques. No campo francês, Leclerc mostrou que tinha ainda total confiança do escravocrata do outro lado do oceano, recebeu em abril de 1802 do Napoleão Bonaparte, mais de vinte mil soldados, garantindo a superioridade técnica.

Frente ao clima tenso, vários homens dentro dos quais, figuras importantes, que antes afetavam ao exército negro, se renderam aos franceses. Em 25 de abril, Henry Christophe, um dos mais próximos de Toussaint se rendeu, ele agora defenderá as causas da metrópole, levou consigo não mais de oitocentos homens e livrando as cidades nas quais comandava. Esse

---

[114] O mês de Ventôse é o sexto mês do calendário republicano francês correspondendo dentro de alguns dias (dependendo do ano) ao período de 19 de fevereiro a 20 de março do calendário gregoriano. Segue o mês das chuvas e precede o germinativo. O ano X do calendário republicano corresponde aos anos de 1801 e 1802 do calendário gregoriano. Este ano começou em 23 de setembro de 1801 e terminou em 22 de setembro de 1802.

[115] Arquivos nacionais [França], AF IV 863, ventôse an X, n° 19. Transcrição em francês disponível no site da Fondation de Napoléon, identificado e intitulado; CG3 - 6813 - au capitaine general leclerc, *commandant en chef l'armee de saint-domingue*. https://www.napoleonica.org/fr/ 09/04/2024.

[116] Estou ciente de que o uso desta palavra guerrilha não representa e não desqualifica as estratégias desenvolvidas pelos líderes negros frente ao exército napoleônico. Uma vez que várias definições que originaram o conceito em questão, se fundamentam no termo em espanhol-castelhano "guerilla" associando-se as guerras de pequeno porte, que não respeitam certas regras. A prática desta guerra data da metade do século XVIII com François Mackandal, no Haiti colonial, parte integrando do conhecido movimento Marronnage que se espalhou na região. As mesmas táticas foram presentes na resistência espanhola frente a invasão napoleônica em 1807, mais tarde, em 1897, Euclides da Cunha notou em seu livro os Sertões, na guerra de Canudos estratégias semelhantes com as utilizados pelos quilombolas.

abandono tratado como traição ou complô[117] por alguns autores, abalou completamente Toussaint Louverture e estorvou a sua vontade de reconstruir o exército após a perda de Crête à Pierrot. A respeito das rendições, a historiadora Catherine Eve Roupert (211, p. 157) afirma que Jean-Jacques Dessalines havia sido o primeiro homem de confiança de Toussaint[118] a traí-lo[119]. Enquanto, de Lacroix, (1819, p. 192-93) Madiou (1989 [1847], t. II, p. 306), Dupont (2006, p. 151) ressaltam a rendição de Dessalines havia ocorrido depois a do general Toussaint e foi considerada a mais difícil, pelo fato de os soldados do Leclerc eram opostos a integração deste no exército francês. Acusado de ter agido contra a metrópole e por ter cometido o massacre da população branca no decorrer dos movimentos.

Mas, essas respostas não eram inevitáveis? Eles não tinham que se defender vigorosamente com todos os meios humanamente possíveis? Ainda quando se considera que os negros lutavam contra o retorno da escravidão? Perguntou Thomas Madiou. O autor narra a resistência e o desacordo de Dessalines quando o próprio general Toussaint o avisou que ele tinha intenção em se render a Leclerc. Isso não era considerado um ato de deserção, era uma traição contra um projeto comum. Ao saber da intenção de seu general, Dessalines respondeu:

> "Os negros, um dia se levantarão em massa contra os franceses; se você fizer une guerra partidária, você apressará o momento desta insurreição geral da qual você se tornou o líder". Em 6 de maio de 1802, o general Toussaint Louverture decidiu se render à Leclerc. (Madiou1848, t. II, p. 305).

Era um conflito armado travado por uma guerra psicológica. O objetivo era bem definido, isto é, pressionar (influenciar) os chefes negros, recentes integrados ao exército colonial, seja para conseguir informação ou para forçá-los a obedecer às diretivas e normas pactuadas. Os ataques constantes de grupos de "rebeldes" na região de Plaisance, por exemplo,

---

[117]Há divergências relativa à rendição de Christophe. Conforme enfatiza C.L.R James (2000, p. 296) Toussaint havia autorizado Christophe a marcar uma entrevista com Leclerc, que acabou com a rendição deste último ao campo francês. Porém, Thomas Madiou salienta que o encontro tinha sido marcado sem a autorização do general negro, Christophe apenas informou que havia tido uma entrevista. Segundo Madiou (1989, t. II, p. 302), Toussaint o repreendeu severamente por ter tido uma entrevista com Leclerc sem sua autorização, e ordenou-lhe para retornar ao Cordon do norte. O caso de Robillard, ajudante de campo de Christophe, permanece um álibi irrevogável deste ocorrido. O jovem ajudante foi notificar Toussaint das decisões de seu general, assim que pronunciou o nome "Christophe" Louverture o respondeu "Nunca mais quero ouvir esse nome." Madiou (1989, t. II, p. 306). Toussaint teve o mesmo comportamento quando descobriu a traição (assim chamado por ele) de seu irmão, Paul Louverture, o recusando de lhe abraçar, declarando "Não posso", disse ele, "receber saudações de uma amizade vulgar". Os sentimentos nobres nunca mexeram com seu coração, nunca conheceu o heroísmo, você me traiu. Eu depositei toda a minha confiança em você, e eu tinha o direito de contar com sua lealdade porque você é meu irmão. [...] Não me surpreende que meus outros tenentes tenham me abandonado, mas você, a quem eu dei muitos benefícios e honra. Eu não deveria ter tomado conhecimento de sua rendição por Leclerc, você deveria ter seguido minhas ordens" [...].

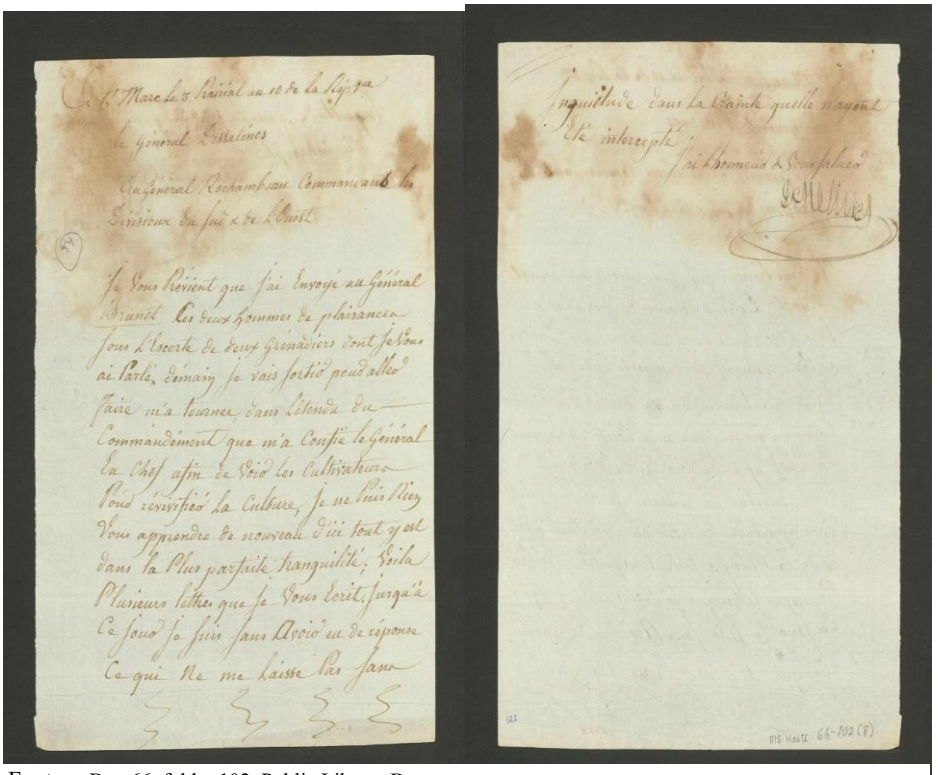
[118]Segundo o historiador Antoine Métral (1825, p. 96) a rendição de Dessalines parece ter ocorrido depois da morte de Christophe. Embora o autor não mencione data precisa, sua hipótese descarta a da historiadora Catherine Eve Roupert.

[119]Segundo aponta (Dupont, 2006, p. 151-152) Toussaint teria se rendido no dia 6 de maio de 1802, enquanto Dessalines no dia 23 do mesmo mês, portanto, depois de seu general.

sob a liderança de Sylla, preocupou Leclerc e se viu na obrigação de pedir a intervenção de Toussaint para acalmá-los. Chamada de que o homem que governava toda a ilha recusou, alegando que não tinha mais autoridade e nem influência para impedir as ofensivas. Isso posto que Jean-Jacques Dessalines foi convidado como uma solução ao problema. Em Carta[120] datada em 3 Prairial em an X [23 de maio de 1802] Dessalines escreveu ao general Rochambeau relativo ao trabalho que lhe foi confiado, garantindo-o que a paz estava restabelecida na cidade de Plaisance. "[amanhã vou sair para ir fazer um passeio no distrito que o comandante em chefe (se referindo ao capitão-general Leclerc) me confiou, a fim de ver os cultivadores e verificar a cultura]" podia-se ler nas linhas.

Dois homens, [provavelmente dos grupos liderados por Sylla] foram apreendidos por Dessalines, escoltados por dois grenadiers e enviados a Brunet, vanguarda do exército francês. A cultura, na colônia, era designada a plantação, o processo de produção, ela representava o aspecto mais importante para a metrópole, era o motivo da presença colonial no território. Isso não era segredo tanto para o capitão francês que acreditava que só a escravização dos negros podia garantir a continuidade das colheitas, quanto para o líder negro, cujo objetivo era a destruição desta presença. Para alcançar o nobre objetivo, Dessalines precisava-se fazer uso da máscara branca para que o opressor pudesse lhe olhar como parte integrante. O resultado foi satisfatório, recebeu convite dos senhores.

Figura 12-Carta do general Jean-Jacques Dessalines ao general francês, Rochambeau.



Fonte: - Box 66, folder 102, Public Library Boston

A decisão de convidar Dessalines no Palácio Nacional, sede do governo colonial, em presença de dois dos mais influentes generais franceses (Pamphile de Lacroix e capitão general Charles Leclerc) se revela uma estratégia que tinha como objetivo inicial, descobrir o comportamento do convidado em relação à possível

[120]Letter from Dessalines to Rochambeau In. Box 66, folder 102, Public Library Boston

(futura) prisão de Toussaint, e saber se o general negro tivesse planejado certa rebelião contra a França. Ao comparecer no local, Dessalines foi recebido por de Lacroix, que não esperava ser cumprimentado igual por igual, ficou impressionado quando o líder negro se recusava, dê-lhes olhar. O gesto simbolizava resistência, e de Lacroix estava ciente disso, ficou indignado, sobretudo, quando foi saudado nestas palavras "Sou o general Dessalines, em circunstâncias indesejáveis, muitas vezes ouvi falar de você[121]". O francês não esperava encontrar esse perfil, não era essa imagem que tinha do líder negro. O próprio Pamphile de Lacroix explica os ocorridos:

> (...) Era o general Dessalines, ele veio pela primeira vez cumprimentar o Capitão-general Leclerc. A população de todos os sexos e cores seguiu seus passos. Ela se prosternou quando ele se aproximou. Fiquei mais entristecido do que indignado. Ideias sombrias e dolorosas me seguiram até o general-chefe; encontrei o general Dessalines na sala de espera; o horror que ele me inspirava me afastava dele; ele perguntou quem eu era, veio até mim, e, sem olhar para mim, disse-me com voz rouca que: "Sou o general Dessalines, em circunstâncias indesejáveis, muitas vezes ouvi falar de você » Seu porte e maneiras eram selvagens; fiquei surpreso com as suas palavras, que anunciavam mais segurança do que de remorso. Este bárbaro teve que se sentir forte para ousar ter essa atitude. Tive dificuldade em ser educado, porque o quadro dos massacres de Verrettes e Petite-Rivière se representou na minha imaginação vendo quem ordenou essas cenas de carnificina[122] (De Lacroix, 1819, p. 192). (Tradução nossa).

A linguagem do colonizador é sempre codificada, porém, pode ser que seja visível, basta que haja interesses. Enquanto Pamphile de Lacroix se entristeceu ao saber que ele teria de trabalhar junto, ao lado do homem que foi acusado de ter massacrado certas pessoas brancas, Charles Leclerc recebeu Dessalines com muito respeito, mas, planejava tirar vantagem do encontro, tentando orientar o líder negro a reprimir a população negra. "Conto com sua energia para o extermínio dos rebeldes e para restabelecer a ordem", realça o capitão francês. "O trovão irá pulverizá-los" respondeu Dessalines. A resposta foi na forma como esperava o capitão general francês, dramática e heroica. Era o primeiro encontro face a face do capitão com o líder negro, porém, ele sabia do que este homem era capaz, confiou nas palavras que ouviu, e pediu

---

[121]Declaração de apresentação de Dessalines ao general francês, Pamphile de Lacroix que o recebeu no Palácio Nacional em presença de Charles Leclerc. Os generais franceses haviam convidado o líder negro como a pessoa que podia atacar os chamados rebeles nas montanhas, no objetivo de restabelecer a ordem. (Madiou, 1989, t. II, p. 321). Essa declaração de apresentação de Dessalines foi mencionada pelo próprio Pamphile Delacroix em sua obra *Mémoire pour sevir à l`Histoire de la Révolution de Saint-Domingue*, 1819, t. II, p. 192

[122] C'était le général Dessalines, il venait pour la première fois saluer le capitaine général Leclerc. La population de tout sexe et de toute couleur se précipitait sur ses pas. Elle se prosternait à son approche. J'en fus plus attristé que indigné. Des idées sombres et pénibles me suivirent chez le général en chef; je trouvai dans son antichambre le général Dessalines; l'horreur qu'il m'inspirait me tenait loin de lui; il demanda qui j'étais, vint à moi, et, sans me regarder, me dit d'une voix rauque: « Je suis le général Dessalines; dans » des tems malheureux, général, j'ai beaucoup » entendu parler de vous. » Son maintien et ses manières étaient sauvages; je fus surpris de ses paroles, qui annonçaient plus d'assurance que de remords. Il fallait que ce barbare se sentit fort pour oser avoir cette attitude. J'eus de la peine à être poli, parce que le tableau des massacres des Verrettes et de la Petite Rivière se représentaient à mon imagination en voyant celui qui avait ordonné ces scènes de carnage.

informações relativas a Toussaint. Satisfeito do encontro, o capitão disponibilizou munições e ajuda financeira, faltava a Dessalines cumprir a sua parte.

Com a integração total dos mais influentes soldados *indigènes* no conjunto das forças militares do campo adverso, não houve empecilho para Leclerc cumprir a promessa feita a Toussaint. Incorporar os homens do general negro no exército colonial francês, mantendo-se, seus respectivos cargos que antes ocupavam. O próximo passo era satisfazer a vontade do Bonaparte; desarmar a população, deportar para metrópole todos os generais negros, sobretudo, Louverture e o retorno à escravidão. Na correspondência remetida ao capitão-general [Leclerc], Napoleão Bonaparte orienta seu cunhado nas decisões que deveria tomar; [...] siga exatamente suas instruções e, assim que você se livrar de Toussaint, Christophe, Dessalines e dos principais rebeldes, e as massas negras estiverem desarmadas, mande de volta ao continente todos os negros e homens de cor que teriam participado na agitação (...)[123].

Baseado no tratado publicado em 2 de junho de 1802, Leclerc incorporou os soldados negros na tropa francesa e unificou-se as duas forças a serviço da metrópole. No dia 10[124] de junho, aconteceu o inesperado. O capitão francês mostrou muita habilidade e perspicaz, ele ordenou a captura de Toussaint Louverture, após um convite na sede do governo. Paradoxalmente, a captura teve efeitos duplos, no sentido de não ter mobilizado nenhum tipo de resistência[125]. Para C.L.R James, a notícia da prisão de Toussaint deixou a população em estado de choque, e foi som de tambores nas montanhas da região de Ennery soavam e conclamavam o povo a revolta, enquanto as regiões de Plaissance e Dondon iniciaram uma insurreição contra Leclerc, porém, a população de forma geral não manifestou interesse. (James, 2000, p. 304). E por se tratar de Toussaint, isso criou um clima duvidoso entre os generais franceses, e mesmo entre os historiadores que debruçam sobre o assunto. O caso do autor de *Os Jacobinos Negros*, James (2000) acreditou na cumplicidade de Christophe e de Dessalines no ocorrido, na medida em que estes dois teriam orquestrado a captura e impedisse qualquer movimento insurrecional da massa populacional. O autor afirma que Dessalines projetava a ideia de tomar a liderança do movimento revolucionário e do exército que lhes permitiria se vingar dos brancos. Além de C.L.R James, Antoine Métral (1825) reconhece também a cumplicidade de Dessalines na prisão do general Toussaint. Outro aspecto contraditório relaciona-se às lutas permanentes mantidas por grupos organizados oriundos da população, sob

[123]Arquivos nacionais [França], AF IV 863, ventôse an X, n° 19.

[124]Alguns autores como C.L.R James (2000, p. 303) menciona a noite de 7 de junho pela captura do general Toussaint Louverture.

[125]Salvo a tentativa de resistência de Charles e Sanite Belair, impedida por Dessalines, ela em si tem catéter de vingança, dado que ocorreu após o ato. Senão, não havia resistência concreta no momento da prisão e da deportação de Toussaint Louverture para a metrópole.

liderança dos chamados rebeldes. Apesar da rendição e da captura dos principais chefes, estes grupos que hierarquicamente deveriam obedecer e seguir a ordem, mantiveram os ataques[126] contra o exército unificado.

A prisão de Toussaint fazia parte dos planos de Lerlerc para satisfazer a vontade do Napoleão Bonaparte, mas nada comprove se ele havia planejado o golpe para o dia em que ocorreu. Foi com muita inteligência dado que Leclerc estava ausente da cidade no momento da chegada do Toussaint ao palácio. O francês teve de regressar ao palácio do governo, quando soube que o general negro tinha se apresentado. Este ato constitui a maior vitória desde o início das hostilidades, com isso, Leclerc conseguiu a mais importante medalha de sua carreira militar. A deportação no dia seguinte de Toussaint sobre a fragata *le créole* atravessando o oceano, se separando de sua terra para nunca mais voltar, parecia ser para muitos, inclusive para os militares franceses a luta final. Nas regiões centrais, o clima parecia ter ficado calmo, mas as pessoas guerreiras como Sylla, Lamour Dérance, Sanssouci[127], Cagnet, Jacques Tellier, juntos aos cultivadores por exemplo, que em nenhum momento cansaram de lutar, permaneceram ativas, sempre dispostos a guerra.

Em cartas de Rochambeau endereçadas ao capitão Leclerc, datadas[128] em an X, 2 vendemiário an XI [23-23 e 24 de setembro de 1802], o general iniciou suas escritas, apresentando a evolução da cidade de Léogâne, situada na região sul da Ilha; “Meu General, cheguei aqui ao meio-dia, achei a cidade tranquila, mas muito crítico, porque ontem foi investida, e além domais, tinha sido atacada por um grupo considerável de brigands[129]” (...). (Tradução nossa)

---

[126] Veremos mais adiante a forma de lutas empregavam por estes grupos chamados de rebeldes. Significar dizer que estes ataques em questão não foram contra a captura ou a prisão de Toussaint Louverture, dado que os grupos lutam de forma independentes e isolados, contra um inimigo comum, a metrópole.

[127] Foi reconhecido pelas suas capacidades de lutas, típicas da África. Esteve presente em várias batalhas defendendo as causas da Independência. Em meio dos conflitos interno, a historiografia registra seu assassinato comandado por Henry Christophe, outro que lutava pelas mesmas causas. Um dos generais do exército francês, Pamphile de Lacroix, embora sua fala tenha postura racista, fala de Sanssouci nestes termos: Sanssouci, até então pouco conhecido, mostrou, nesta insurreição, uma conduta e de comportamento racional que não podia imaginar que fosse encontrado em homens tão obscuros. Aparecia por todo o lado para assediar os nossos postos e mantinha-os numa ansiedade tão cansativa que pouco contribuía para aumentar os estragos da doença. (Madiou, 1989, p. 398)

[128] Trata-se de uma carta de três páginas portanto, apenas a primeira folha está aqui mencionada dado que ela contém o parágrafo que interessa nosso trabalho. O documento completo, em forma eletrônico pode ser acessado no site dos arquivos departamentais de Gironde, da França. Em https://archives.gironde.fr/ark:/25651/vta1b885889df29e9b3/daogrp/0/layout:table/idsearch:RECH_bda67406d88c5491eb6334fd96ff3f80#id:553955958?gallery=true&brightness=100.00&contrast=100.00&center=1275.500,-1619.000&zoom=3&rotation=0.000 consultado em 26/05/2024

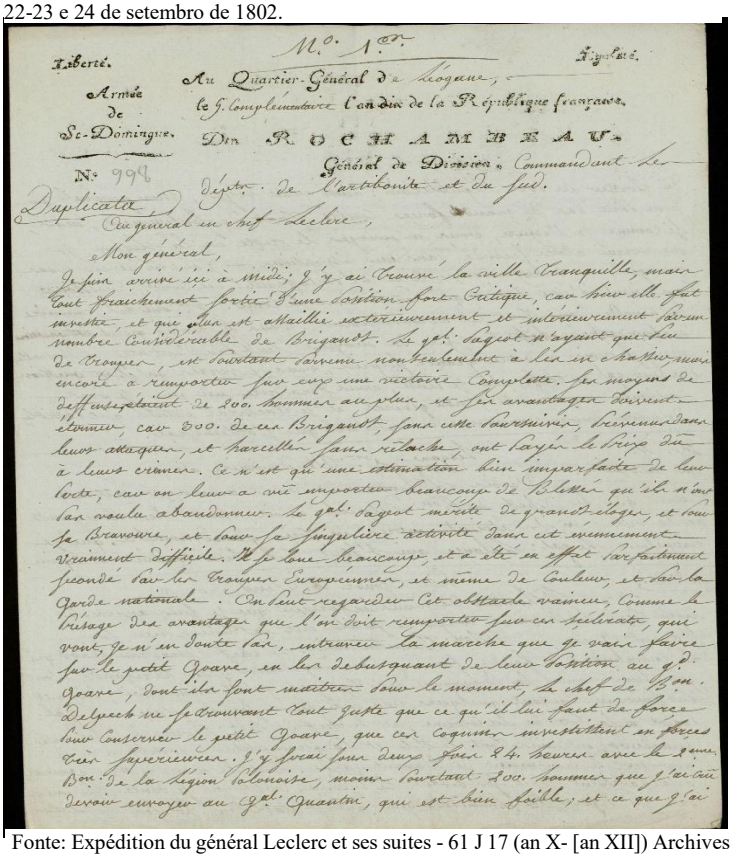
[129] “Mon general, je suis arrivé ici à midi, j’y ai trouvé la ville tranquille, mais tout franchement sortie d’ume position fort critique, car hier elle a été investie, et qui en plus est assaillie extérieurement et intérieurement par um nombre considérable de brigands [...]

Quem eram essas pessoas tratadas de bandidos[130] no documento e reproduzida pela historiografia de forma geral? Como explicar a posição deste grupo de sujeitos? Primeiramente, esta categoria fazia parte integrante da população, representava a essência da revolução, eram grupos fraccionados, no sentido de representatividade e unidos no ponto de vista político. Suas lutas sempre foram de forma independente e isolada, na medida em que não integram oficialmente o exército indigène, embora que reconheça (nem sempre obedecem) a autoridade de Toussaint. Apesar dos desentendimentos[131], com Dessalines, estes grupos o viam como única pessoa que reivindicava e compreendia as causas que eles defendiam, eles se identificaram e criaram a imagem de um vingador da raça negra. Politicamente, eram todos juntos contra o inimigo comum. Sendo assim, quando Leclerc decidir desarmar a população como era desejado por Napoleão, a tentativa desvendou o plano do primeiro cônsul que idealizava restabelecer a escravidão.

O primeiro armamento da população tinha ocorrido em 1796 por Sonthonax ainda quando este fazia parte da terceira comissão civil, ao lado de Giraud, Roume, Julien Raymond e Leblanc. Segundo Thomas Madiou (1849, t. 1, p. 243-44), Sonthonax havia distribuído cerca de vinte mil (20.000) fúseis aos novos livres, declarando a cada um "aqui está a tua liberdade que estou te dando, quem quer tirar esta arma de você, te fará voltar a ser escravo. Trabalhe, mas lembre-se; ninguém tem o direito de te forçar a usar seu tempo contra sua vontade".

A campanha do desarmamento era duvidosa, mas a lembrança das ideias de Santhonax mobilizou a população, portanto, foi a notícia segundo a qual o general

Figura 13Carta no 1 do general francês, Rochambeau ao capitão Leclerc, em data de 22-23 e 24 de setembre de 1802.



Fonte: Expédition du général Leclerc et ses suites - 61 J 17 (an X- [an XII]) Archives departementales, Gironde-France

[130] Jean-Pierre Le Glaunec reconhece o papel desempenhado por estes grupos no processo revolucionário e afirma que eles lutavam por causa humana e justa, pela liberdade.

[131] Alguns destes grupos que inicialmente não tinham entendido ainda o projeto de Jean-Jacques Dessalines, acreditavam que ele defendia a metrópole, dado as diversas práticas de repressões ocorridas na população. O caso de Larose por exemplo, que recusava se submeter e reconhecer a autoridade de Dessalines, o acusava de traidor, e disse que não entregaria seus soldados a um assassino, que faria com que fossem massacrados pelos franceses; que ele não poderia ter confiança naquele que entregou o governador Toussaint, aos franceses. (Madiou, 1989, t. II, p. 365)

Richepense havia restabelecido a escravidão na Guadalupe confirmou não somente as dúvidas da população, mas sobretudo, do plano do Napoleão Bonaparte para as antigas colônias. Estes dois fatores são determinantes na compreensão da mobilização dos cultivadores contra Leclerc. No entanto, o homem que havia prometido libertar o território da cacica Anacaona do jugo colonial europeu estava naquele momento a serviço da própria metrópole. Isto significa que após a rendição dos líderes negros e a prisão do Toussaint, a população estava desorientada, no sentido de não havia mais alguém capaz de re-unir os diversos grupos que se questionavam sobre seus futuros. Dessalines mostrou-se dedicado à metrópole, mas enquanto aplicava certas ordens do Leclerc, seu novo chefe, ele continuava planejando uma rebelião que visava reverter o jogo. Tinha dúvidas a respeito de seu papel no exército francês, seu comportamento havia sido mudado, por isso corria risco de ser preso. Mas, ele era imprevisível, sua audácia e sua capacidade de compreender e de lidar com as diferentes fases do movimento ultrapassam as de qualquer outro líder da colônia. Em carta ao primeiro cônsul, assinada por Charles Leclerc em data de 26 de setembro de 1802, ele [Leclerc] escreveu;

> Dessalines que antes não tinha plano de se rebelar, hoje está pensando sobre, mas eu tenho seu segredo, ele não me escape, hoje ele não maltrata mais os negros[132] como fazia antes. É um malandro, eu o conheço, eu não posso prendê-lo hoje, isso colocaria em dúvidas todos os outros negros que estão comigo. (Dupont, 2006, p. 188).

O capitão-general francês gloria-se em vão[133]. Se soubesse da ideia de rebelião que Dessalines matutava, ele tinha dúvida a respeito de seu projeto de independência. O líder negro sabia que toda revolução se preparava e toda sua luta girava em torno disso, ele forjava seu espírito revolucionário dia após dia. Em outubro de 1802, a promessa que ele havia feito aos soldados em Crête à Pierrot tinha sido ativada. Dessalines abandonou as tropas francesas, voltou com mais de três mil cultivadores que aguardavam essa reviravolta e lançou a pedra final das lutas pela independência.

Carolyn Fick toma posição a respeito das diversas rendições ocorridas nesta última fase, contra os historiadores que consideram a reviravolta dos líderes negros e mestiços que afetavam no campo francês como marco decisivo do movimento revolucionário. A autora não ignora a

---

[132]O constato do Leclerc relativo à decisão de Dessalines de não reprimir mais a população negra incluindo os soldados negros se tornou um sentimento que influenciou vários outros homens que ainda estavam no campo francês. Antes que Dessalines ter recusado de afrontar os chamados rebeldes nas montanhas, Leclerc havia ordenado ao chamado Claussel, homem negro que tinha se rendido aos franceses, que dirigia duas tropas, de atacar o "rebelde" Sylla na região de Plaissance. Este teria recusado o ataque, afirmando que não lutaria mais contra seus irmãos [...] (Madiou, 1848, t. II, p. 319).

[133] A reviravolta de Dessalines abalou completamente o capitão francês que minimizou a capacidade do líder negro. Quando soube da notícia, lamentou "como eu poderia ter sido tão enganado por um bárbaro!

importância dos ocorridos no cenário, na medida em que o ato em si enfraqueceu e desacelerou o ritmo do exército colonial, dado a perda de figuras importantes como Pétion, Christophe e sobretudo de Dessalines. Mas, ela acredita que de ponto de vista militar, a submissão dos generais não poderá trazer resultados significativos sem o suporte incondicional das massas, dos chamados rebeldes que multiplicaram incansavelmente os ataques em todas as regiões da Ilha. Para a historiadora, a população iniciou e manteve um movimento insurrecional constante que estava em fase de "non retour" e que anunciava já o colapso das forças coloniais francesas, e o reviravolta em questão deverá ser inserida neste contexto, visto que a resistência coletiva permitiu a reintegração dos líderes. (Fick, 2011, p. 426-27). A hipótese da autora é importante para se compreender a participação e a grande influência da população e cultivadores e dos diferentes grupos espalhados em diferentes partes da ilha no movimento revolucionário, único ponto que a hipótese não levou em consideração é relacionado ao modo organizacional do movimento em curso. Não podemos afirmar que as lutas das massas não tinham um objetivo comum, dado que os envolvidos identificaram desde cedo o inimigo, a metrópole, o sistema colonial. Porém, do ponto de vista militar e organizacional, podemos destacar a falta de liderança e de coordenação no dito movimento, uma vez que os ataques dirigidos por estes grupos, que geralmente eram fraccionados, não poderiam alcançar o objetivo fixado. Significaria dizer também que o retorno de Jean-Jacques Dessalines e outros líderes permitia que os movimentos tivessem orientação e disciplina em campo de batalha e um objetivo comum[134], de ponto de vista política, a reunificação do exército indigène, entre negros e mestiços, fortaleceu o movimento.

Um Líder Legítimo

Sob as ruínas do forte Crête à Pierrot retomadas pelos negros, Dessalines se tornou oficialmente o líder do exército agora unificado e instalou seu governo a Petite-Rivière[135]. Declarou que tinha rompido os "laços" com os franceses, mas manteve a bandeira tricolor, apenas rasgou o símbolo da França. Ele reestruturou o exército na sua integralidade, ordenando que fosse recrutado novos homens. Conforme destacado por Thomas Madiou, em poucos dias, Dessalines recrutou mais de quatro mil homens entre negos e mestiços, que o permitiu reorganizar as brigadas e criou um grupo de guerreiros denominados por ele, de "brigada

[134]Em pronunciamento de Dessalines em frente aos soldados na cidade de Saint Marc, após ter abandonado os franceses, ele afirmou "[...] eu que não ser um líder de homens francos, é preciso ter disciplina e tática, é necessário vencer ou morrer [...] idem, p. 449

[135] Tanto a sede do seu governo era em Marchand, tanto em Petite-Rivière, duas cidades localizadas no departamento de l'Artibonite, com uma distância cerca de 20 quilômetros.

polonês[136]". Trata-se de soldados poloneses que eram afetados no exército napoleônico até 1802, mas que renunciaram aos franceses, e decidiram se aliar[137] aos negros. Embora a unificação do exército tivesse, inicialmente, figuras importantes daqueles que sempre lutaram de forma isolada que recusaram obedecer a autoridade de Dessalines, a exemplo de Sanssouci, Lamour Dérance, entre outros. No entanto, a união permite a integração do mestiço Alexandre Pétion, que defendia as causas coloniais até as batalhas da Crête Pierrot, tinha decidido em se juntar aos indigènes, quando soube por Dessalines[138], os planos que Leclerc tinha para exterminar a população mestiça. Além de Pétion, outro mestiço que integrou o grupo era Geffrard, ele afetava nas forças militares do Sul e era coronel, sob a liderança de Rigaud. Ele era experiente e tinha uma visão detalhada da região, contribuiu para que outros homens pudessem se alistarem sob a autoridade de Dessalines.

Estamos há cinco (5) meses da prisão de Toussaint Louverture e a febre amarela espalhada na ilha batia à porta do capitão-general Leclerc. Ele estava cansado fisicamente e psicologicamente, mas tinha que satisfazer a vontade do primeiro cônsul. Cumpriu, talvez não suficientemente, as ordens que recebia da metrópole, portanto, ele não verá a derrota final de seus homens, no dia dois (2) de novembro de 1802 veio a falecer. Trata-se do fim de uma era. Não há mais os dois principais generais da colônia, Toussaint e Leclerc, mas cada um deles à sua maneira anunciou seu respectivo substituto. Toussaint Louverture teve de recorrer ao seu passado vivido, à memória, à poesia e à profecia para anunciar seu substituto, declarando "Ele era apenas o tronco da árvore da liberdade que Napoleão tinha cortado, e que ela [a árvore da liberdade] brotará novamente pelas suas raízes, pois eram numerosas e profundas". Por sua vez, Leclerc apenas seguiu as regras administrativas; em maio de 1802, em uma carta endereçada a Napoleão, ele solicitou sua substituição e sugeriu seu colega de batalha, Rochambeau. Na carta, Leclerc escreveu a respeito do futuro comandante "[...] ele é um homem honesta, bom militar; e ele não gosta de Negro" [...] (Fick, 2011, p. 428). Mais um argumento para comprovar o

[136]Não se sabe o que exatamente levou os Polenes ao Haiti revolucionário. Alguns autores afirmam que eles foram capturados na Europa e forçados a lutar pela metropole francesa, outros alegam um acordo que tinha feito entre Napoleão Bonaparte e o governo polenês na tentativa de fazer um pacto comum contra o emperio russo.

[137]Os motivos da reviravolta dos poloneses ainda são desconhecidos, portanto, há possibilidade de que a desestabilização do exército francês em um momento crítico da guerra, seguido da morte do capitão-general Leclerc sejam algumas das razões do abandono.

[138]Segundo afirma Thomas Madiou (1848, t. II. p. 414) após encontro com Leclerc, Dessalines recebeu ordem escrita pelo capitão, na qual ele [Leclerc] tinha mostrado a intenção de exterminar a população mestiça, categoria à qual pertence Pétion. Por sua vez, Dessalines ao chegar na cidade de Petite-Anse, encontrou com Pétion, afirmou que não irá lutar ao lado dos franceses e para convencer o mestiço, ele mostrou a ordem que havia recebido do Leclerc, dizendo "Tente evitar as armadilhas que estão preparadas para você", disse ele a Pétion, ao sair, ele disse "estou partindo para Artibonite e em breve você ouvirá falar de mim, cumprirei meu dever; faça o seu". Segundo o autor, esse encontro foi na base da reviravolta de Pétion ao campo dos negros nas lutas pela independência.

racismo colonial no projeto napoleônico? Parece que a morte do Leclerc, a tristeza de sua esposa que deixou o território nas piores condições psicológicas não afetou, nem um pouco o primeiro cônsul. Ele manteve sua ambição colonial de recuperar a ilha, não negou a sugestão de substituir seu cunhado.

Duas novas figuras haviam entrado em cena; Rochambeau sucedeu a Leclerc e Dessalines a Toussaint, as mudanças irão começar. Os objetivos de Rochambeau eram simples e definidos quanto os de Dessalines. O primeiro quis restaurar a escravidão como era desejada pela burguesia francesa, e o segundo renovou-se o sonho de libertar os oprimidos dos opressores. Ao contrário do Leclerc, Rochambeau era mais cruel, portanto, obediente às vontades de Bonaparte, as estratégias e os objetivos de Dessalines eram diferentes dos planos de Toussaint. Não havia mais tempo para negociações como era na época anterior, e nem havia com quem negociar. O "novo" líder negro e seus aliados irão utilizar novas dinâmicas de lutas contra a força expedicionária cujo objetivo era levar o país à independência

PARTE II

A BATALHA DE VERTIÈRES: A ÚLTIMA LUTA

O clima e a paisagem refletiam o cansaço do espaço físico do território, da população local, dos soldados e guerreiros; principais envolvidos da guerra, principais vítimas das doenças que vinham aumentando de forma significativa. Entremeio destas peripécias, os novos líderes, impõem novas regras e estratégias, reforçando seus respectivos objetivos e iniciaram os preparativos, que visavam conduzir e orientar a última fase dos conflitos. Reconquistar foi a ordem recebida por Rochambeau da metrópole que caracterizou a essência das políticas imperialistas defendidas pela força expedicionária desde após a rebelião de 1791.

A vontade de recuperar a antiga colônia exprime o desejo do governo consular de querer voltar a ter controle, não somente do território, em termos geográfico, mas como foi apontado por Jean-Pierre Le Glaunec (2020, p. 102) de poder voltar a controlar o corpo do negro, de poder chicoteá-lo, mutilá-lo, estupra e humilhá-lo, o fazer esquecer o direito que o pertence de ser livre. Do outro lado, liberdade ou morte, era o sentimento que unia o exército *indigène*. Visivelmente, o lema parece ser movido por uma vontade de vingança, mas ainda a comitiva consular tinha o monopólio da violência que impossibilitaria toda tentativa contrária. Não há dúvidas que havia dentro dos novos livres, grupos que desejavam inverter o cenário e ocupar o lugar antes ocupado pelo senhor. Porém, o lema "liberdade ou morte", era algo consagrado, era um símbolo de juramento e era muito mais do que uma vingança, simbolizava uma marca de ruptura, de recusa sistemática com as políticas e o discurso do sistema colonial.

Renovação e preparação da artilharia, aprovisionamento de alimentos, quando houver, incorporação de novos soldados, construção de novos campos de batalhas entre fortificação e muralha marcaram, dos dois lados, o início do último grande conflito, conhecido pela historiografia como *Bataille de Vertières*, que marcou o fim do governo consular. Devido à ausência de qualquer definição nos dicionários de nomes próprios de língua francesa relativa a Vertières, como assinala por Lyonel Trouillot, nos obrigar a compartilhar com os leitores uma apresentação, inicialmente, das diferentes descrições feitas e discutidas relativas às origens e à construção da denominada Batalha de Vertières na literatura histórica, e em seguida, interpretar e questioná-las na busca de um melhor entendimento da dita batalha como também de sua origem. No entanto, todo debate que diz respeito às causas da "ausência/ocultação" da menção de Vertières nos dicionários conforme sinalizada por Trouillot serão discutidas nas próximas seções.

A referência a batalha de Vertières foi um dos assuntos mais discutidos pelos historiadores haitianos do século XIX, inicialmente com Thomas Madiou (1814-1884) que utiliza vários atributos para descrever o espaço, às vezes como blockhaus "[...] o capitão Placide Louis se colocou em uma emboscada perto do blockhaus, atrás de uma longa e espessa fileira de árvores [...]" (1848, t. III, p. 27). Em outro momento, o autor caracteriza o espaço como uma fortificação "[...] Rochambeau, vendo Capois prestes a forçar a passagem que defendia o Forte Vertières, não acreditou ter visto um ataque a Colina Charrier [...]" (1848, t. III, p. 87). Beaubrun Ardouin (1796-1865) seguiu a mesma linha, classificando o espaço como uma posição fortificada, mas, a descreve também como uma casa elevada, construída em material; blocos de concreto, tijolos, cerâmicos cimentados: "[...] em Vertières, era uma casa de alvenaria [..] posição elevada e ocupada por 300 homens" [...]. (Ardouin, 1854, t. v, p. 455-56). As descrições que foram feitas após este período por pesquisadores nacionais e estrangeiros seguiram as definições dadas antes por estes dois autores acima mencionados. A título de exemplo, o Sténio Vincent, que se tornou presidente do Haiti (1930-1941), em seu manual didático, intitulado *Petites histoires d'Haïti: à l'usage des commençants*, publicado em 1895, destinado ao ensino primário e fundamental, descreve o espaço de Veritères como uma fortificação "Vertières é um forte localizado não muito longe da cidade do cabo" (Vincent, 1895, p. 50). Ou ainda como Victor Schoelcher e Philippe Girard que utilizaram, respectivamente, fortificação e pequeno forte para descrever o lugar conhecido como Vertières, de forma como mencionada por Le Glaunec ([2014] 2020, p. 56).

Dos atributos utilizados para descrever o espaço, o lugar mítico que se tornou Vertières, a descrição feita por Beaubrun Ardouin foi a mais adequada, se nos referimo-nos a hipótese sustentada por Jean-Pierre Le Glaunec, segundo a qual, Vertières não era uma habitação fortificada, ou ainda um blockhaus, trata-se de casa de alvenaria. Para sustentar seu argumento, o autor se refere ao *Journal de la Campagne du Nord*, na qual Jean-Jacques Dessalines tinha feito uma descrição do local, estabelecendo uma diferença entre blockhouse[139] e Vertières, nestes termos: "Ordenei a cavalaria que segue a vanguarda para impedir que a cavalaria da inimiga deixasse a cidade. A vanguarda [...] que a seguia marcharam na maior ordem, em meio a uma saraiva de balas e metralhadoras, e só começaram a atirar quando chegaram a Vertières. "Este posto, vantajosamente localizado numa eminência, tem em vez de um blockhaus, apenas uma casa com frestas; a sua guarnição era composta por trezentos soldados [...]"

[139] Esta palavra se escreve de várias maneiras no mesmo texto, e seguimos a ortografia e sem nenhuma mudança.

Fortificação, habitação elevada e fortificada, *block-house*, foram e ainda permanecem os descritivos, quando se referir a Vertières, porém, conforme Le Glaunec ([2014]; 2020, p. 57-8), a descrição feita por Dessalines como uma casa de alvenaria, combina com outras descrições presentes em correspondências militares francesas da época, a exemplo de cartas e correspondências históricas do serviço de defesa da França, de 1802-1803. Apesar das diferenciações existentes nas palavras utilizadas para descrever o espaço, Vertières representava um ponto estratégico importante, desejado pelos atores em conflitos. Por isso, inicialmente, o espaço em questão fazia parte dos planos de intervenção dos generais francês e haitianos.

Preparativos para o Vertières

O contexto necessitava e obrigava os atores a buscarem novas estratégias. Em um momento em que o general francês, Rochambeau tentou fortalecer seu exército, ele planejava expandir seu domínio, ocupando mais espaços estratégicos na região norte, a exemplo do Forte Breda e Champlain. O general se estabeleceu em seu palácio na capital da colônia, acompanhado por mais de cinco mil homens veteranos e jovens soldados preparados, aguardando ordens para cumprir o desejo da metrópole. Desafiar e obrigar Rochambeau a deixar a região norte se revela uma tarefa difícil, ele lutava corpo e alma e quis conservar essa parte do território da metrópole. Os dispositivos de segurança instalados ao redor da cidade, somados à confiança que depositava em seus subalternos, fizeram-no subestimar a capacidade dos homens de Dessalines, que tinham o objetivo de forçar os franceses a abandonar o território. Já que o exército indígena se preparava e concentrava suas operações nas regiões oeste, norte e sul, incluindo cidades como Porto Príncipe. Os soldados foram informados do plano de atacar a região da cidade do Cabo, enquanto a parte oeste ficaria sob o comando de Pétion. Porém, a notícia de que a guerra entre a França e a Inglaterra havia sido reativada, veio influenciar o cenário e consequentemente, surpreendeu Rochambeau que aguardava novos soldados e munições da metrópole. A guerra europeia impossibilitou Napoleão de enviar esforços e suprimentos suficientes para suas tropas na colônia, dado que alguns portos estavam bloqueados, a exemplo do porto *républicain* e o da cidade de Cayes, e outros eram utilizados como posições estratégicas pelas batalhas. A notícia tinha sido confirmada, não teve mais dúvida relativa à reativação da guerra, o próprio Rochambeau presenciou-se a chegada de navios ingleses no literal norte da cidade, por isso ele teve de agir, tomou decisões de isentar alguns produtos de consumação como farina e arroz, permitindo que os alimentos fossem mais acessíveis e mostrou também sua preocupação relativo à complexidade do cenário. Em 20

messidor, ano onze (9 de julho de 1803) o general publicou decreto no qual tratou da situação, reforçou o objetivo da metrópole, e tomou decisão jurídica, declarando "état de siège", estado de sítio. Segue extrato da publicação:

> A existência da guerra entre a França e a Inglaterra é real, não há mais dúvida; a marinha inglesa comprometeu-se e compromete-se diariamente nas nossas costas; ela atacou e lutou contra os navios da República e os seus esquadrões bloquearam os nossos porres. Esta circunstância cujo resultado será sem dúvida glorioso para a França parece lançar São Domingos num estado de crise; mas o exército do qual a coragem e a resignação souberam suportar tantas provações, não trovejou diante deste novo obstáculo; ele será apenas um meio para ela a mais para acrescentar à sua glória, e ela teve que sucumbir inteiramente na dupla luta que se abre aos seus esforços, ela saberá se é necessário sacrificar-se, aos grandes interesses da pátria mãe. O governo promete-nos ajuda de todos os tipos, e quando a sua intenção nos é conhecido, por maiores que sejam as dificuldades, não duvide de seus efeitos. O general em chefe já tomou medidas necessárias para a defesa externa do país e para garantir a subsistência do exército e dos habitantes. Para proporcionar uma unidade de ação que é indispensável em tempos difíceis, a colônia foi declarada sitiada [...] Madiou 1848, t. III, p. 43)[140]. (Tradução nossa).

Quais foram os impactos da presença dos navios ingleses na região litorânea da colônia nesta fase decisiva das lutas? A presença das frotas inglesas representava um certo de bloqueio, na medida em que ocuparam o espaço marítimo e impediram aos franceses de receber recursos vindo da metrópole, mas este fato parece não representava um empecilho para Rochambeau, ele anunciou que já tinha tomado medidas necessárias, sobretudo, para garantir e responder às necessidades de seu exército e da população. Porém para Dessalines, o cenário tinha duplo sentido: ele julgava necessário aproveitar o momento para ganhar mais espaços enquanto a França tentava resolver seus pendentes com os ingleses na reativação da guerra, mas, ao mesmo tempo, o líder negro considerava a presença dos ingleses como uma ameaça para o seu projeto de levar o país a independência. Ele dizia que todos os europeus pareciam, não eram confiáveis. Por isso, com os ingleses, ele tratou de assuntos comerciais, em termos de trocas de munições, seja pelo café e pelas outras coisas tais verduras e legumes, em nenhum momento solicitou ajuda militar dos europeus, relembra Thomas Madiou.

[140] L 'existence de la guerre entre la France et 'Angleterre ne peut plus être douteuse; la marine anglaise a commis et commet journel lement des hostilités sur nos côtes ; elle a attaqué et combattu les vaisseaux de la République, et ses escadres bloquent nos poris. Cette circonstance dont le résultat sera sans doute glorieux pourla France semble jeter St. Domingue dans un état de crise ; mais l'armée dont le courage et la résignation ont su résister à tant d'épreuves nes'é. tonnera pas de ce nouvel obstacle ; il ne sera pour elle qu'unmoyer de plus d ajouter à sa gloire, et dut elle succomber tout entièredans la double lutte qui s'ouvre à ses efforts, elle saura s'il est néces saire, 'immoler aux grands intérêts de la inère patrie Le gouver nement nous promet des secours de tousgenres, et quand son intention nous est connue, quelque grandes que soient les difficultés , ne dou tons pas de ses effels. Le général en chef a déjà pris les mesures nécessaires pour la défense extérieure du pays , et pour assurer les subsistances de 'armée et des habitans. Pour procurer l'unité d 'ac. tion indispensable dans les momens difficiles , la colonie a été dé clarée en état de siège (...)

Determinado a alcançar seu objetivo, Dessalines não esperou ser atacado. Conforme mencionam Madiou (1848, t. III, p. 85) e Ardouin (1854, t. V, p. 453-54), no final de outubro de 1803, ele, à frente de vários regimentos, seguiu em direção a cidade de Gonaïves, a cerca de cem quilômetros da cidade do Cabo. Ali, inspecionou os regimentos e decidiu aproximar-se ainda mais perto de seu destino, tomando o caminho da cidade de Limbé, localizada a menos de trinta quilômetros da capital, onde estavam concentradas as tropas francesas. Em Limbé, o líder negro reuniu-se com seus comandantes para planejar os próximos passos da ofensiva. A decisão de Dessalines de levar seus homens até a base dos inimigos e atacá-los primeiramente se revela um ato digno de um líder comprometido com o juramento de viver livre ou de morrer. Ele tinha a possibilidade de forçar a divisão geográfica do espaço, isso o permitiria de controlar a maior parte do espaço físico da colônia, sendo os franceses permaneceram com duas cidades na região norte, e ele seguiria controlando algumas regiões importantes como o Oeste que o general francês Lavalette comandava tinha sido forçado a abandonar no início de outubro de 1803 e a cidade de Cayes que tomou um pouco mais tarde, mas, Dessalines optou pela expulsão completa dos europeus do território.

Com o aumento das ofensivas, cada ataque dos indigènes foi direcionado aos espaços conhecidos como blokhaus ocupados pela força expedicionária, Dessalines ordenou que fossem fuzilados todos soldados franceses (brancos), a exceção dos negros que lutaram juntos aos franceses. Dessalines dizia para não os sacrifique, a ordem fosse que eles seriam feitos apenas prisioneiros, ele dizia que estes soldados negros e mestiços que lutavam aos lados dos inimigos eram seus irmãos e que eles foram enganados. O líder negro deu garantia que eles reconhecerão seus erros e voltariam cedo ou tarde às suas origens. Esta decisão tomada por Jean-Jacques Dessalines, aumentou a confiança que os soldados tinham nele e permitiu a aproximação de outros líderes que sempre lutaram em bando próprio, isolado do resto, como Lamour Derance, Sans-souci e aliados. No dia 14 Brumário (6 de novembro) as tropas comandadas por Dessalines chegaram no centro da cidade de *Limbé*, no dia 15 do mesmo mês, apesar das condições adversas do clima, o líder seguiu seu caminho e chegou na localidade de *morne rouge* e decidiu estabelecer uma base de seu exército na habitação *lenormand de Mezy*. Ali se considera um ponto decisivo para levar os ataques até os franceses, todos os generais do exército negro; Christophe, Garbat, Clerveaux, Capois, entre outros, acompanhados por mais de vinte mil homens posicionados, aguardando ordem.

A quantidade de soldados contendo no seu pelotão pode não fazer muita diferença se não há equipamentos adequados, ainda quando sabemos que o adversário foi superior. Thomas Madiou descreve o estado crítico dos homens do exército *desalinien;* descalços, a maioria nua,

senão, alguns estavam vestidos de calças e sem camisas e mal alimentados. Apesar de os generais estavam todos vestidos perfeitamente, as condições tanto físicas quanto psicológicas dos envolvidos da força armada indigène, visivelmente eram inferiores aos dos inimigos, portanto, como salienta Madiou (1848, t. III, p. 84), os soldados negros estavam conectados por um sentimento de liberdade, o sonho de sair do jugo da metrópole era superior a qualquer outro sacrifício. No entanto, nas análises feitas por Jean-Marie Théodat e Claude Bruffaerts a respeito à capacidade dos exércitos envolvidos, os autores minimizam essa diferença técnica entre as tropas invasoras napoleônicas e os *indigènes*, apesar de terem mencionados que os franceses sabiam de sua superioridade no campo militar, dado que o assunto era comum nas correspondências entre os oficiais franceses, eles valorizaram seus equipamentos e suas técnicas de combates, destacam os autores. Para justificar o argumento da suposta igualdade no nível militar das duas tropas, os autores se basearam nas experiências conquistadas, primeiro, dos oficiais negros que haviam lutado entre 1793-94 ao lado dos espanhóis e ingleses e de outros soldados que haviam participado na batalha pela independência americana, especificamente na chamada guerra de Savannah. Significa dizer, conforme estes autores, os soldados negros não tinham de provar suas habilidades porque eles tinham as mesmas capacidades e receberam mesmas técnicas do que os invasores. Ainda conforme estes autores, o exército indigène tinha uma vantagem táctica dado que eles conheceram melhor o espaço físico da região e os soldados negros eram imunizados contra a malária e a febre amarela. (Théodat; Bruffaerts, 2023, p. 63). A explicação dos autores traz elementos importantes quando expor a experiência que os soldados negros haviam adquiridos nas batalhas anteriores ou em algumas participações em lutas em outros territórios, apesar de esta condição não era general aos negros.

No entanto, a afirmação apresenta imprecisões ao mencionar que os negros eram “mais imunizados contra malária e a febre amarela”. Por que eles possuíam mais imunidade? Quais são as características desta imunização? A afirmação pode refletir uma visão racista e simplista. De ponto de vista biológico, a imunidade a essas doenças não é determinada pela cor de pele, embora que alguns fatores ambientais podem influenciar certas circunstâncias, por exemplo, algumas populações podem ter maior resistência ou tolerância a certas formas de doenças, muitas vezes devido à exposição repetida que pode se transformar em uma forma de tolerância. Ou seja, tal afirmação é uma simplificação equivocada que desconsidera a complexidade biológica das doenças e reforça estereótipos raciais prejudiciais.

Na véspera do 18 de novembro de 1803, recomeçaram os ataques. Rochambeau, instalado na região norte, domina duas cidades, *Le Cap e o Môle Saint-Nicolas,* dois espaços estratégicos e que relembram o período colonial. Localizados aproximadamente entre 150 e 170

quilômetros uma da outra, cada uma das localidades carrega e simboliza um passado histórico colonial sombrio, datado da chegada dos europeus. Em dezembro de 1492, com a chegada dos espanhóis, *Le Môle Saint-Nicolas* foi batizado por Cristóvão Colombo em homenagem ao Santo Nicolas, e ao chegar na ilha, uma cruz foi plantada para marcar simbolicamente a tomada do espaço. *Le Cap-haitien* por sua vez, além de ter sido a capital da colônia, foi também batizado pelos franceses por *Cap-Français*, em algumas correspondências, a cidade foi referida como a Paris das Antilhas. Isto é, as duas cidades ocupadas por Rochambeau simbolizavam, como assinalaram por Théodat e Claude Bruffaerts (2023), o ato fundador da presença européia na América e ao mesmo tempo representavam o fim da apropriação europeia na Ilha do Haiti, iniciada em 1492 com a Espanha e finalizada em 18 de novembro de 1803 com a derrota dos franceses. Isso sem dúvida, explica os motivos pelos quais Dessalines tinha estes dois lugares no seu plano, sendo a cidade de Cabo haitiano como seu alvo prioritário. Sabia também que o espaço em questão concentrava a maior parte das tropas francesas, o último refúgio.

Na noite de 17 e 18 Brumário (17 e 18 de novembro) Jean-Jacques Dessalines reorganizou as lideranças dos regimentos e confiou a vanguarda ao chamado François Capoix[141] denominado *Capoix la-mort* um nome que ficou na memória dos soldados franceses que decidimos apresentar antes de continuar nossa análise.

Nascido na região norte em 1766, Capoix sofreu desde seu nascimento as mesmas brutalidades sofridas por todas as crianças nascidas na colônia: uma violência que foi imposta e legalizada pelo Código Negro de 1685, um mecanismo indispensável para o sistema colonial. Conhecido como "Capoix a morte" devido às suas estratégias de guerra e pela sua bravura, ele decidiu ainda jovem participar do movimento revolucionário contra o domínio colonial francês. Com 27 anos, ingressou no exército, nos pelotões comandados por Maurepas em 1793, apenas dois anos após o início das revoltas. Após resistir a diversos ataques e invasões na região norte, Capoix rapidamente conquistou a confiança no exército, passando de tenente a capitão da terceira brigada. Ele destacou-se por seu caráter e coragem notável, especialmente durante a batalha de Vertières, onde deixou um legado histórico significativo. Madiou descreveu uma situação em que Capoix saiu triunfante contra as tropas de Rochambeau, apesar da intensa resistência dos franceses. Isso levou o general francês a interromper a batalha e enviar um de seus soldados para parabenizar o capitão negro pela coragem demonstrada. No relato apresentado por Madiou, amplamente utilizado por diversas gerações de historiadores e outros

[141] Capois ou Capoix, o nome aparece em vários textos com letras diferentes no final, alguns autores o escrevem com S e outros com X. As duas versões estão sendo utilizadas neste texto de acordo com o autor que as utilize.

intelectuais, tanto nacionais quanto estrangeiros, descreve-se que o cavalo do general Capoix tinha sido atingido por balas de canhão, e mesmo após a perda de seu animal de transporte e de alguns de seus homens, o general caiu, levantou-se e gritou “en avant” avançando frente aos inimigos. Na segunda tentativa do exército francês de derrubar Capoix la-mort, uma bala atingiu seu chapéu, mas ele, firmemente, continuou respondendo aos ataques. Além de Madiou (1848, t. III, p. 86), Ardouin (1854, t. V, p. 458), em uma narrativa menos detalhada, retrata o mesmo cenário:

> Quando o cavalo de Capois foi morto, ele próprio foi derrubado; mas, levantando-se imediatamente, com o sabre em punho, gritou: "Avante! Avante!" Grandes aplausos ecoaram da direção da propriedade de Vertières; gritos de "Bravo! Bravo!" foram ouvidos vindos da guarda de honra de Rochambeau, espectadores da batalha. Ouviu-se um estrondo; o fogo francês cessou, e um cavaleiro que apareceu em frente à ponte disse aos nativos: O Capitão-General Rochambeau expressou sua admiração pelo oficial general negro que acaba de se cobrir de tanta glória[142]. (Tradução nossa).

A batalha de Vertières é vista como um momento histórico glorioso na consciência nacional do povo haitiano. Ao longo dos anos, diferentes autores têm representado e celebrado esse evento de maneiras singulares, utilizando imagens das personagens que participaram da batalha. No romance autobiográfico L*’odeur du café*, publicado em 1991, o jornalista e escritor haitiano-canadense, Dany Laferrière retrata mais uma vez o triunfo e o sucesso das lutas em Vertières. Ele representa a figura e o contexto em que Capoix resistiu aos franceses, apesar das difíceis condições enfrentadas por suas tropas. O episódio contado por Dany La ferrière e citado por Le Glaunec (2014, p. 129) vai além de apenas um simples gesto de reproduzir um extrato dos ocorridos; o autor [La Ferrière] narra um cenário que representa uma realidade muito comum na sociedade haitiana, a escolha visava os jovens. No cenário, a personagem que representou Capoix, recitava sua lição de história para sua avó para provar que decorou bem o conteúdo. É fundamental que toda criança recite a sua lição para alguém mais velho, é uma prova que dominou aquela lição, antes disso, é proibido de ir brincar, por exemplo. Trata-se de uma das primeiras tarefas de um jovem após uma jornada escolar. A personagem quem interpretou o Capoix, usou-se uma vassoura entre as suas pernas, como se fosse um cavalo, e usa um chapéu na cabeça, repetindo em voz alta: 'en avant, en avant’. Ao repetir avante, avante, a mesma pessoa responde sozinha *boulèt se pousyè* (balas são poeiras) do mesmo modo que repetiam os homens que acompanhavam o general Capoix em Vertières. Essa representação

[142]Lorsque le cheval de Capois fut tué, il fut lui-même renversé ; mais se relevant aussitôt, le sabre au poing, il s'écria « En avant! En avant! De grandes acclamations retentissent du côté de 'habitation Vertières;
On distingue les cris de bravo! Bravo! Sortant de la garde d'honneur de Rochambeau, spectatrice du combat. Un roulement se fait entendre ; le feu des Français cesse, et un cavalier se présente devant le pont. a dit aux indigènes: Le capitaine-général Rochambeau a envoyé son admiration à l'officier général qui vient de se couvrir de tant de gloire.

reflete para os jovens um sentimento de heroísmo, significa um momento de coragem e de perseverança, são caraterísticas visíveis tanto no tom de voz quanto no olhar. A expressão “avante, avante as balas são poeira” é frequentemente associada aos contextos de luta social, de bravura e de resistência em movimento de protesto e de lutas. Significa dizer que não se deve ter medo de balas, medo de morrer quando se está lutando por uma causa justa, e isso evoca coragem e sacrifício diante do perigo. As palavras avante, avante balas são poeiras deixou uma marca gloriosa na geração dos jovens que reproduziam o cenário tanto na escola quanto nas várias brincadeiras, é um chamado à unidade, a ação coletiva, é o modo da criança que recita a lição de dizer que não temos medo e vamos decorrer esta lição.

A menção ao papel de Capoix la-mort continua a ter impacto na literatura histórica. Em 2023, Jean-Marie Théodat e Jean Claude Bruffaerts, ao abordarem o contexto em questão, confirmam a ocorrência do episódio. Apesar de os autores descreverem uma narrativa semelhante a Thomas Madiou, eles alegam falta de provas que os impediram de aprofundar o assunto. No entanto, eles destacam que o general negro François Capois tinha habilidades notáveis para combater as forças francesas, mesmo que estas fossem superiores. E foi por isso que Dessalines confiou as tropas à Capois, na noite da véspera do dia de 18 de novembro. As primeiras batalhas na noite da véspera do dia 18 foram sem sucesso com Capois, chefiando as tropas, e até a madrugada do dia 18 de novembro, as perdas se multiplicaram do lado dos negros.

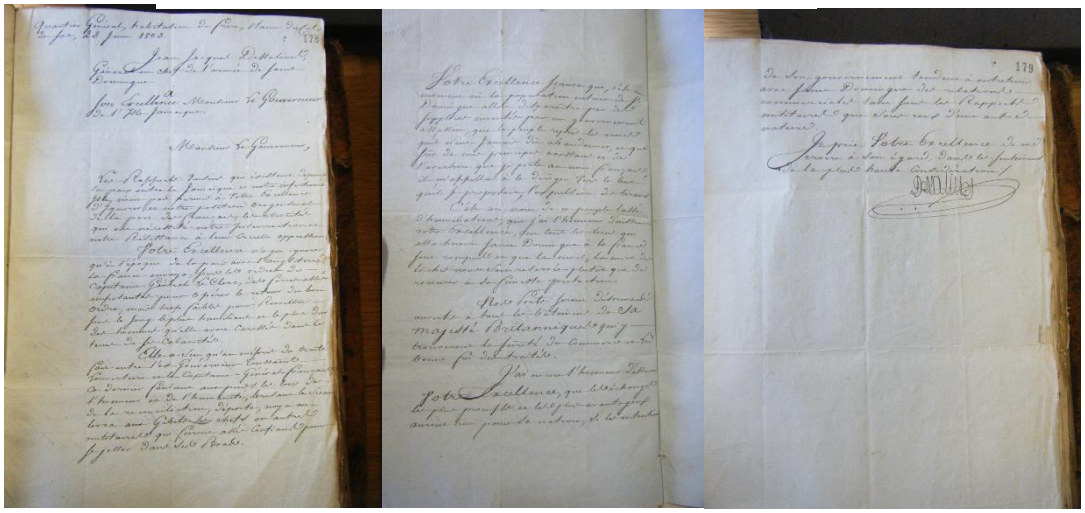
Neste ponto da guerra, qualquer recuo implica um abandono e deve ser entregue aos adversários. Isso não fazia parte dos planos de Dessalines e não é compatível com seu caráter e por sinal, Capoix-la-mort demonstrou que queria ir até a morte. A batalha em curso precisa ser vencida por um dos dois lados e é determinante para o futuro do território. Como e quem determina o vencedor? Para os enviados do Napoleão, a regra era simples: o retorno dos negros ao trabalho escravo e a retomada da dominação da Ilha era inevitável. Por outro lado, Dessalines acreditava que o território não pertencia mais à França. Houve dois momentos em que ele mostrou à metrópole o caminho que pretendia seguir. Em 18 de maio de 1803, tomou uma decisão simbólica, mas sobretudo estratégica ao adotar uma bandeira ao território. Era uma mensagem que significava o fim da dominação europeia na ilha. O ato também representava uma busca por legitimidade diante de outros atores da época. Foi neste contexto que Dessalines havia endereçado uma carta ao governador da Jamaica da época, Sir George Nugent, em 23 de junho do mesmo ano.

Na introdução da carta, o líder negro evoca a situação do território após o tratado de paz entre a França e Jamaica (Jamaica era na época colônia inglesa) e chamou os britânicos para não ignorar as atrocidades cometidas pelos franceses contra a população haitiana, nem a

opressão que provocou a insurreição, destacando que apesar da decisão da metrópole de enviar o general Hédouville para restaurar a ordem, este último foi incapaz de controlar um povo revoltado e determinado, e foi forçado a fugir da ilha. Dessalines denunciou também ao governador, o tratado entre Toussaint Louverture e o general francês, afirmando que estes traíram sua promessa de reconciliação, derramaram sangue e executaram soldados que acreditaram neles. Nas páginas seguidas, Dessalines continua explicando e justificando os motivos pelos quais sua população se rebelou contra a metrópole, segundo ele, foi numa época em que o povo do Haiti corria o risco de ser exterminado pelo abandono de um governo distante e indiferente (se referindo à metrópole francesa) que a população pegou as armas para se defender. E Dessalines se apresentou como o líder legítimo que emergiu dessa resistência, guiado pela fé e pela vontade divina, declarando todos os laços entre Haiti e a França tinham sido rompidos, solicitando a proteção da Grã-Bretanha. E por fim, ele promete que essa aliança garantirá um comércio sincero e justo entre as duas nações, em benefício mútuo da Grã-Bretanha e do novo povo haitiano.

A seguir, a carta de três páginas[143].

Figura 14Jean-Jacques Dessalines à George Nugent, 23 juin 1803



Fonte: CO 137/110, Archives nationales du Royaume-Uni

A carta endereçada em 23 de junho de 1803 por Jean-Jacques Dessalines, general em chefe do exército *indigène* ao governador britânico da Jamaica constituiu um documento crucial na história da Revolução Haitiana de 1791-1804. Escrita quando a guerra de independência estava ocorrida, a carta demonstra o desejo de Dessalines de obter reconhecimento internacional e estabelecer relações diplomáticas com potências estrangeiras, em particular a Inglaterra, ao mesmo tempo em que expressa uma ruptura definitiva com a França, e afirmando a soberania

[143] O documento escrito em francês e endereçado ao governador da Jamaica da época, George Nugent, e está também disponível na biblioteca nacional do pais, e pode ser localizado no site da Julia Gaffield em https://haitidoi.com/2015/10/26/dessalines-reader-23-june-1803/

da população negra. A carta em questão representa além de uma certa de denúncia contra as formas de fazer política da França, ela é um ato de declaração antecipada, o que significa para Dessalines o país já era independente, faltava apenas forçar os franceses a abandonarem o território, e esta posição do líder negro visava legitimá-lo e colocar a jovem nação haitiana no cenário internacional. Dessalines expõe a situação trágica da ilha nas primeiras linhas de sua carta *notre infortunée île* foi vítima das atrocidades francesas. A linguagem é altamente carregada de emoção e enfatiza a crueldade, a traição e a tortura infligidas a população negra. Ali, a traição denunciada por Dessalines é relacionada entre outras, a prisão de Toussaint Louverture, que lutou e foi mal recompensado, por isso Dessalines classifica a política francesa de hipocrisia. Essas imagens impactantes transmitem a violência da repressão e a amargura de uma população oprimida. O apelo Dessalines quer convencer o governador britânico de que a ruptura com a França não é um ato de ambição pessoal, mas uma necessidade imposta pela vontade própria de um povo determinado, cansado das barbáries colonial francesa.

Dessalines se apresenta como o legítimo depositário da autoridade do território, excluindo a existência de qualquer outra autoridade paralela, ele fala em seu nome e reivindica a legitimidade popular, dizendo que é um servidor escolhido por um destino coletivo e guiado pelo Deus dos exércitos. Em linhas seguintes da carta, Dessalines escreve *le peuple reprit le fer* para se defender e fez dele o princípio constitutivo da autoridade. Isso é, quando afirmar que o povo pegou o ferro para se defender, significa dizer os ex-escravizados, ao se revoltarem, reapropriaram-se dos mesmos instrumentos de dominação e de violência que antes eram usados contra eles pelos colonizadores. Assim, a violência passou a ser não apenas um meio de defesa, mas também um mecanismo de poder e de afirmação política, tal como foi no período colonial.

A parte final da carta demonstra uma notável habilidade diplomática de Dessalines pouca mencionada pela historiografia. Ele rompeu oficialmente os laços que existiam entre o Haiti e a França, e solicitou a proteção da majestade britânica que ocupava um papel preponderante no contexto colonial. No entanto, a solicitação feita por Dessalines não se trata de um pedido de proteção, ele propõe a construção de uma relação, uma aliança entre igual para igual, baseada no comércio e a vontade de manter o fim do tráfico. Ao se dirigir à Inglaterra, principal inimiga da França napoleônica, ele explora as rivalidades imperiais para garantir a sobrevivência econômica e política do novo Estado em construção. Por assim dizer, o apelo à proteção também não foi uma submissão, trata-se de uma abertura diplomática com o objetivo de obter o reconhecimento do Haiti como uma nação livre e soberana. A carta de 23 de junho de 1803 à Jamaica não foi apenas uma correspondência diplomática, foi um texto fundador que colocou o Haiti no cenário internacional. Nela, o líder negro combina a linguagem da

diplomacia com a retórica da liberação universal que sempre pregava. E entre denúncia e afirmação de legitimidade, ele preparava as bases ideológicas e políticas para o futuro da jovem nação.

Ainda na ideia de obter conhecimento e relançar as relações comerciais entre as nações, Dessalines endereçou no mesmo mês de junho de 1803 uma carta ao então presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson. Nela, o líder negro relatou um incidente que havia ocorrido com a escuna americana *The Federal* comandada na época pelo capitão Nehmiah Barr que tinha sido forçada a atracar no porto da cidade de *Petit-Goâve*, no Haiti. Além disso, Dessalines descreveu a situação do país desde após a chegada dos franceses e a violenta repressão que se seguiu, afirmando que a população tinha se levantado contra a tirania colonial, seguindo o exemplo de outras nações livres, e ainda demonstrou que o país que ele estava dirigindo estava estável. Uma forma de minimizar os ocorridos e a presença dos franceses em solo? Dessalines justificou a estabilidade, afirmando que das cidades que estavam até o momento sob a dominação francesa, as mais importantes foram liberadas e aquelas outras que ainda permaneceram sobre a ordem da metrópole europeia, tinham pouco interesse para ele, ao mesmo tempo em que reafirmou a promessa de liberar em breve as cidades em questão. A carta também buscava estabelecer ou fortalecer laços comerciais com os Estados Unidos ao mencionar que a população haitiana tinha colheita abundante e que estava prestes a negociar e fazer comércio. Segue extrato[144]:

> (...) O comércio com os Estados Unidos, Senhor Presidente, proporciona um mercado para as grandes colheitas que temos em estoque e muitas outras ainda mais abundantes que estão sendo produzidas atualmente. Os armadores do seu país exigem isso. O relacionamento de longa data da sua nação com Haiti é uma prova da lealdade e da boa-fé que aguardam seus navios em nossos portos. O retorno da escuna Federal demonstrará ao seu país nossa atual disposição. Tenha certeza, Senhor Presidente, do empenho com que exercerei toda a minha autoridade em prol da segurança dos navios dos Estados Unidos e dos benefícios que eles obterão do comércio conosco (...)[145].

Observa que a carta endereçada ao presidente Thomas Jefferson, dos Estados Unidos em junho de 1803 nos meios dos movimentos revolucionários carrega uma mensagem dupla: política e estratégia. Primeiro, Dessalines tenta justificar a revolução (que na sua visão estava

---

[144] A versão utilizida intitulada « Jean-Jacques Dessalines au président des États-Unis [Thomas Jefferson], 23 juin 1803, Série 1 : Correspondance générale. 1651-1827, Bobine de microfilm : 028, The Thomas Jefferson Papers, Bibliothèque du Congrès, Division des manuscrits », está disponivél no site da Julia Gaffield em : https://haitidoi.com/2015/12/02/dessalines-reader-23-june-1803-2/

[145] Também uma outra versão do mesmo documento está disponível no site do arquivo do Congresso dos Estados Unidos sobre o título *JJ Dessalines à Thomas Jefferson, en Français* -06-23, 1803.Manuscrit/Matériel mixte, em https://www.loc.gov/item/mtjbib012521/.

preste a encerrar, apesar de que tinham franceses ainda no território), defendendo a ruptura com a França como um ato legítimo de autodefesa contra a tirania e a crueldade colonial, ao declarar [...] *une mère patrie qui égorge ses enfants* [...]. É sempre um comportamento a ser investigado quando uma mãe decide maltratar seu próprio filho. Dessalines recusava-se a ser maltratado, seja filho ou não, e cortou os laços. Na carta a Jefferson, o líder negro fez de uma forma implícita uma comparação entre a Revolução Haitiana que ele mesmo estava chefiando com a ideologia da revolução americana, ao afirmar (...) a população do Haiti (São Domingos) segue o exemplo das nações mais sábias [...] a se livrar do jugo da tirania e jurou expulsar todos os torturadores (...).

A referência implícita aos Estados Unidos abre caminho para o aspecto econômico que Dessalines queria tratar com o presidente Jefferson, por isso enfatizou as possibilidades comerciais entre as duas nações, destacando que as cidades estavam estáveis e seguras, ao mesmo tempo em que prometeu proteger os navios americanos que chegarem nos portos haitianos. Esta decisão do líder negro se encaixa numa estratégia internacional na busca de saídas de reconhecimento e econômicas sobretudo, em um momento em que a França tentava isolar a jovem nação do cenário internacional.

Qual é o significado desta decisão de Dessalines de tratar com Thomas Jefferson, presidente dos Estados Unidos em 1803? Tratava-se de uma tentativa de dar continuidade às relações comerciais iniciadas anteriormente por Toussaint Louverture? Dessalines estava ciente das posições ambivalentes de Thomas Jefferson em relação à abolição da escravidão e à revolução em curso diante das políticas francesas?

A posição de Thomas Jefferson sobre a abolição da escravidão parecia clara e definida para muitos, mas ao mesmo tempo, apresentava uma ambiguidade em relação ao contexto econômico e a sua relação com a França de Napoleão. Em uma carta[146] a Georges Tucker datada de agosto de 1797, Thomas Jefferson então vice-presidente dos Estados Unidos mostrou sua preocupação relativa aos eventos da Revolução Haitiana que estavam em curso. A carta se encaixa em um contexto de revoltas no atlântico e de um cenário político internacional; impactos da Revolução Francesa ainda em voga e a Revolução Haitiana em curso, juntos aos debates americanos sobre o futuro da escravidão dos quais Jefferson teve uma influência considerável. A ambiguidade se traduz claramente na carta em questão devido a ambivalência

[146] Thomas Jefferson à St. George Tucker, 28 août 1797 , *Founders Online,* Archives nationales, Disponível em: https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-29-02-0405. [Source originale: *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 29, *1er mars 1796 – 31 décembre 1797*, éd. Barbara B. Oberg. Princeton: Princeton University Press, 2002, p. 519-520.]

da posição de Jefferson entre os interesses da sociedade escravista e o fim da escravidão. Na introdução do texto, ele afirmou:

> (...) Vocês conhecem minha adesão às suas doutrinas e, quanto ao modo de emancipação, estou convencido de que se trata de um compromisso entre as paixões, os preconceitos e as dificuldades reais que pesarão sobre esta operação. Talvez o primeiro capítulo desta história, iniciado em São Domingos, e os seguintes, que contarão como todos os brancos foram expulsos de todas as outras ilhas, nos preparem para um compromisso pacífico entre justiça, política e necessidade, e forneçam uma resposta à difícil pergunta: para onde irão os emigrantes de cor? (...). (*idem*)[147] (Tradução minha).

Jefferson afirma estar convencido do princípio da justiça e da emancipação, mas o submete às exigências da política e da necessidade. A liberdade em seu pensamento não foi vista como um direito absoluto, mas um processo a ser planejado para evitar o pior. Afirmou-se que os ocorridos que estavam em curso no Haiti revolucionário eram considerados como o primeiro capítulo de uma história que reflete o medo que a liberdade dos negros inspirou às elites brancas. Por assim dizer, as revoltas em voga foram vistas por Jefferson como um aviso, não um modelo. Não é o nascimento de uma nação livre que ele percebe ali, mas uma ameaça susceptível de derrubar a ordem social americana. Ele deixou explícito seu ponto de vista ao questionar em sua carta a George Tucker: [...] para onde irão as pessoas de cor? Tal pergunta comprovou outros aspectos da ambivalência na posição política de Jefferson. Não há opção de integrar os ex-ecravizados na sua sociedade, pois para ele, a liberdade dos negros só é concebível se for em outro lugar fora de seu território. Jefferson continuou afirmando [...] quanto mais cedo colocarmos um plano em prática, maior será a esperança de que ele possa ser executado pacificamente até sua conclusão. Mas se nada for feito, e se não o fizermos rapidamente, seremos os assassinos de nossos próprios filhos [...] ali, a afirmação de Jefferson serviu como aviso para as elites americanas sobre a necessidade de tomar uma decisão antes que seja tarde, mas, através dessa retórica também há um discurso velado, isto é, Jefferson não defende uma abolição imediata, ele optou por uma abolição programada podendo manter a hierarquia social, por isso que chamou as elites a agir e com prudência.

Em resposta à uma carta do político Aaron Burr, datada de fevereiro de 1799, Thomas Jefferson voltou a comentar sobre os eventos que estavam acontecendo no Haiti revolucionário:

---

[147] Versão francesa da carta disponível em: https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-29-02-0405- Vous connaissez mon adhésion à ses doctrines, et quant au mode d'émancipation, je suis convaincu qu'il s'agit d'un compromis entre les passions, les préjugés et les difficultés réelles qui pèseront chacune sur cette opération. Peut-être le premier chapitre de cette histoire, commencé à Saint-Domingue, et les suivants, qui raconteront comment tous les Blancs furent chassés de toutes les autres îles, nous prépareront-ils à un compromis pacifique entre justice, politique et nécessité, et apporteront ils une réponse à la difficile question : où iront les émigrants de couleur ?

> (...) Os Estados do Sul, contudo, não encontram o mesmo cuidado no projeto de lei que autoriza o Presidente a admitir os súditos de Toussaint ao livre comércio com eles, e à livre entrada e intercâmbio com seus irmãos negros nesses Estados. Contudo, se estiverem protegidos contra os canibais do terrível república, não deveriam se opor a serem devorados por um inimigo mais civilizado. (...)[148].

A Revolução de 1791 tomou-se uma dimensão atlântica e influência apesar de tudo, toda decisão política entre França, Estados Unidos e Inglaterra, além de ter sido também um elemento importante na política interna de vários países. Isso incluiu a carta ao Aaron Burr onde Jefferson criticou os federalistas com John Adams no poder junto aos estados do sul que recusaram os pedidos de Toussaint Louverture que buscava comercializar sua relação com o país norte americano. Jefferson que era o líder da oposição criticou o então governo e se fez passar por um defensor dos direitos da igualdade entre população branca e negra. O Haiti estava no centro dos debates políticos nacionais e internacionais e cada um utilizava-lo ao seu interesse, como foi o caso de Jefferson em 1803, dois anos depois que se tornou presidente dos Estados Unidos. Naquele ano e enquanto as tropas francesas e haitianas se enfrentavam, o general francês Rochambeau buscava ajuda militar e econômica para sustentar seu exército, e endereçou uma carta ao presidente Jefferson via o diplomata francês Pichon, em Washington.

Na sua carta, Rochambeau teria pedido ajuda financeira avaliada a um milhão de francos por mês para compras de armas e munições para evitar a derrota de seu exército e o fim da expedição de Leclerc na antiga colônia. Os motivos da recusa de Jefferson ao pedido do general francês, portanto, não podem ser compreendidos como uma saída para o Haiti, uma vez que a decisão tomada pelo governo americano se encaixou em uma tentativa de preservar os seus próprios interesses. Isto é, Jefferson buscou por esta decisão enfraquecer a França, mas mesmo tempo, continuou manter de longe de seu território toda ideia oriunda das lutas dos negros, sendo assim, reafirmou sua posição ambivalente mostrando que defende a liberdade, mas não quer renunciar ao sistema escravagista. Por essas razões, Jefferson teria afirmado em março de 1804 aos ingleses: "Que tudo deveria ser feito para evitar que o Haiti tivesse seus próprios meios de navegação, muito menos uma frota mercante"[149]. Durante seus mandatos,

---

[148] Versão francesa do texto disponível em: https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-31-02-0015-
Les États du Sud ne découvrent cependant pas le même soin dans le projet de loi autorisant le Président à admettre les sujets de Toussaint au libre commerce avec eux, et à la libre entrée et aux relations avec leurs frères noirs dans ces États. Cependant, s'ils sont protégés contre les cannibales de la terrible république, ils ne devraient pas s'opposer à être dévorés par un ennemi plus civilisé. (A tradução francesa acessível no site mencionado anteriormente apresenta diversos erros de digitação, como a data em que a carta foi redigida. Em vez de 1799, consta 1999, o que sugere que o conteúdo da tradução pode conter equívocos. É relevante destacar que tive acesso à tradução divulgada pela edição Barbara B, da Princeton University).

[149] Mattheson, Tim. Jefferson et la non-reconnaissance d'Haiti, p.28-29, *apud*, Péan, Lesli. Haïti-Histoire: De Vertières à ce jour en passant par le Pont Rouge (4 de 4). *Alter presse*, Port-Au Prince. 16 novembre 2023

respectivamente de vice-presidente entre 1797 e 1801 e de presidente dos Estados Unidos entre 1801 e 1809, Jefferson acompanhou todo o período revolucionário haitiano, mas, sobretudo, teve a oportunidade de tratar com as duas maiores figuras desta revolução. Em 1792, apenas um ano depois das revoltas que iniciaram na região norte do Haiti, Jefferson tinha endereçada uma carta ao Marquês *de la Fayatte*, personagem importante tanto pela Guerra de independência dos Estados Unidos quanto pela Revolução Francesa de 1789. Na carta[150] escrita em 1792, Jefferson que na época era secretário de Estado, mostrou suas preocupações a respeito dos acontecimentos nas revoltas no Haiti, tendo aconselhado a de la Fayatte de estabelecer um acordo com os negros, dado à impossibilidade de controlar os movimentos. Jefferson sugeriu seguir o modelo de acordo que os ingleses haviam feito com os líderes da revolta na Jamaica nos períodos precedentes. Observa-se, apesar da visão limitada de Jefferson a respeito da abolição da escravidão e especificamente das lutas empregadas pelos negros do Haiti, isso não impede que Dessalines continuasse e mantivesse as relações comerciais com Estados Unidos já iniciadas por Toussaint Louverture desde no final do século XVIII. Conforme aponta por Rose-mie Leonard o líder negro [Dessalines] reintegrou o conhecido Brunel, um homem de confiança que ocupava a função de representante comercial na era de Toussaint Louverture.

Vertières

Qual é a importância histórica da célebre Batalha de Vertières, travada em 18 de novembro de 1803 no processo revolucionário? Qual era o plano de Dessalines? Podemos afirmar que seu objetivo era claro e definido, não cronologicamente, senão a expulsão dos franceses era inevitável. Estamo-nos em (26 de Brumário) 18 de novembro, uma quarta-feira diferente das outras, o céu amanheceu cinza e as ruas em chamas, os ataques continuaram e os franceses permaneceram no forte. Após as tentativas infrutuosas do general Clerveaux que custou vidas de inúmeras de homens do lado indigène e perda de munições, os generais Rochambeau, Christophe Gabat, Romain, Vernet, Cangé e outros, sobre a ordem de Dessalines decidiram de mudar as tácticas, a ideia era para não atacar mais de frente e em um ponto único, escolheram por atacar por vários pontos ao mesmo tempo, no objetivo de desestabilizar a ferrosa tropa francesa que até então dominava o forte e ao seu redor. Capois-la-mort, um homem

[150] *Lettre* de Thomas Jefferson à Lafayette, 16 juin 1792 », *Founders Online,* Archives nationales. Disponível em: https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-24-02-0079. [Source originale : *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 24, *1er juin–31 décembre 1792*, éd. John Catanzariti. Princeton: Princeton University Press, 1990, p. 85–86.]

incansável e determinado, prometeu aos homens de recuperar o forte, usou toda sua capacidade e suas estratégias contra os franceses, mas foram sem sucesso, perdeu mais da metade de seus homens. Ele não era alguém de abandonar, recuou e tentou outra vez, foi nessa nova tentativa que ganhou o respeito de seu adversário, Rochambeau, como já foi descrito no decorrer do texto.

Na manhã de quarta-feira 18 de novembro a vitória ainda estava longe, os esforços do exército indigène visavam derrubar os espaços estratégicos como ao redor de Vertières. Dessalines constatou a perda de muitos homens de seu exército, mas percebeu também que apesar das derrotas acumuladas, a determinação de seus generais e de seus respectivos soldados era a mesma, força os inimigos a deixar o território. Por assim dizer, ele ordenou que a bandeira indigène fosse hasteada dentro de meia hora no ápice do Charrier, um espaço protegido como relembra Madiou. Apesar das condições adversas, essa ordem de Dessalines motivou o exército que multiplicou os ataques e por consequente obrigou os franceses a deixar o forte em meio a uma chuva de tiros e de sangues. Ao contrário dos ocorridos das batalhas *du Crête à Pierrot* travada no mês de março de 1802, a tomada de Vertières, apesar de ser um ponto estratégico fundamental, não significava vitória, dado que o contexto era diferente. Mesmo após de as tropas de Rochambeau terem deixado o espaço de Vertières, Dessalines manteve os ataques e ordenou que os franceses fossem seguidos: “é imprescindível que em poucos minutos não reste nenhum branco fora do forte, ao menos que cheguem notícias de sua morte” lançou o líder a um de seus generais. Declaração e/ou ordem de Dessalines muitas vezes tiveram peso importante, influenciaram e ajudaram os soldados a carregarem mais energias, mas às vezes também animaram os soldados de um sentimento desafiador que encara até a morte. Foi este mesmo sentimento que custou a vida de Paul Prompt e de Dominique Granier, duas grandes figuras que lutaram em Vertières. Os dois homens queriam continuar defendendo as causas da liberdade e quisessem provar ao mesmo tempo ao seu general suas capacidades de manter o juramento que fizeram de expulsar os inimigos. Paradoxalmente a morte trágica destes dois homens mobilizou muitos outros soldados para os combates e especificamente, Dessalines que se considerou responsável pelas mortes. Thomas Madiou declarou que a perda de Paul Prompt e Dominique Granier impactou profundamente o Dessalines e suas tropas, que conseguiram transformar a dor em uma energia coletiva capaz de superar até a fadiga e o medo. Por isso, ao recuperar os corpos, os ataques não apenas continuaram, mas se intensificaram de maneira significativa, levando os franceses a deixar o espaço. O general francês Rochambeau com medo de ser atacado no meio da noite, decidiu de enviar o seu representante para negociar com o líder negro no objetivo de encerrar as hostilidades. Conforme Beaubrun Ardouin, era meia-noite do

dia 19 de novembro, quando um oficial francês apareceu no quartel-general dos indigènes, ele foi levado a Dessalines, a quem anunciou a intenção de Rochambeau de solicitar um armistício. Em resposta ao pedido, o general Dessalines em posição de autoridade, podendo decidir, afirmou que aceitaria apenas a capitulação dos franceses, senão, os ataques continuaram até deixaram totalmente o território. Enquanto isso, Rochambeau negociava com os ingleses que bloqueavam os portos, foi delegado dois oficiais: o general Boyé e o capitão Barré, responsáveis por negociar com os ingleses. Entremeio das negociações, o oficial Boyé endereçou uma correspondência a Dessalines lhe pedindo sob a solicitação de Rochambeau de suspender os ataques até que eles conseguiram um acordo com os ingleses. O General Dessalines autorizou um cessar fogo por um dia. Esta decisão tomada por ele permite questionar as críticas geralmente feitas por autores e historiadores que costumam acusar Dessalines de 'sanguinário' como vimos no decorrer desta tese. Ao decidir suspender temporariamente as hostilidades, o líder negro exprime sua preocupação com a humanidade, buscando evitar outros confrontos que derramaram mais sangues dos dois lados, apesar de que a decisão também representava um grande risco para o seu projeto de independência.

De fato, o que estava por trás da trégua pedida por Rochambeau? Na visão de Beaubrun Ardouin, o cessar-fogo concedido por Dessalines representava um erro grave na medida em que a decisão poderia permitir aos franceses de ganhar tempo e de reorganizar suas tropas. Thomas Madiou vai no mesmo sentido, afirmando que os franceses queriam ganhar tempo para embarcar as munições. Fato é, as duas hipóteses corroboram dado que se tratava de uma decisão sensível em situação de guerra, um risco para o exército do general Dessalines. Pedir e oferecer trégua se revela um mecanismo precioso muito comum em conflitos e geralmente é utilizado por alguns como uma estratégia para reorganizar, reforçar suas posições ou forjar alianças, aliás Rochambeau manifestava esta intenção com os ingleses. Portanto, aceitar e/ou pedir trégua pode representar um risco para os dois lados, na medida em que aceitar suspender os ataques pode demonstrar uma certa de fragilidade no sentido de admitir que a vitória pela qual lutava não estava mais garantida. De qualquer modo, o cessar fogo foi estreitamente limitado por um dia, muito tempo para Jean-Jacques Dessalines que sempre duvidou dos europeus em geral, e suspeitava que poderia se tratar de uma armadilha, enquanto para Rochambeau um dia não foi suficiente para convencer os ingleses.

Em uma carta ao comandante das forças navais inglesas, Loring, Rochambeau declarou que havia enviado dois oficiais para entregar sua correspondência e negociar em seu lugar. No entanto, na resposta enviada a Rochambeau em 19 de novembro, os ingleses estabeleceram termos para um possível acordo, que foi recusado pelos franceses. Contudo, diante da falta de

alternativas e sem possibilidade de negociação, Rochambeau se dirigiu ao seu oponente, Jean-Jacques Dessalines, e designou outro oficial, o conhecido Duveyrier para lidar com a rendição-capitulação das tropas francesas[151]. Antes do término do prazo da trégua, em 19 de novembro de 1803, o representante de Rochambeau, Duveyrier, e o comandante do exército indígena, Jean-Jacques Dessalines, assinaram o acordo que marcou o fim da expedição francesa ao Haiti e, consequentemente, a primeira derrota do exército napoleônico. Tivemos acesso a pelo menos três versões do alegado documento, referente ao ato de capitulação-rendição assinado entre o general-chefe Jean-Jacques Dessalines e Duveyrier, representante de Rochambeau. Para facilitar o acompanhamento da sequência de ideias, a seguir fornecemos a imagem das três versões e suas respectivas traduções em notas. Da esquerda para a direita, a imagem mostra[152] a transcrição do documento fornecido pelos arquivos militares de Vincennes, na França[153], a imagem a direita (página única) é a transcrição disponibilizada por Thomas Madiou.[154],

---

[151] Os autores da obra *Après Vertières; Haiti, épopée d'une nation* publicada em 2023 fizeram uma observação importante (p. 25) a respeito do uso de dois conceitos utilizados por Thomas Madiou (1848, t. III, p. 93), e ´por Beaubrun Ardouin (1854, t. V, p. 461). Respectivamente o primeiro utiliza "rendição" para explicar o ato de desocupação da cidade de Cabo pelos franceses enquanto o segundo usou "capitulação" para narrar o mesmo ocorrido. As perguntas permaneçam e podem ser variadas. Qual foi o peso de cada conceito utilizado pelos autores? por que Ardouin leitor de Madiou não utilizou a mesma palavra que seu conterrâneo?

[152] Trata-se da transcrição disponível no libro intitulado *Après Vertières; Haiti, épopée d'une nation* publicada em 2023, p. 29

[153] Força armada francesa e indigène- Entre o ajudante comandante Duveytrier autorizado pelo general chefe Rochambeau, comandante da força armada francesa em São Domingos e Jean-Jacques Dessalines, general chefe do exército Indigène, foi decidido o seguinte: art. A cidade e seus fortes serão evacuados pelas tropas francesas e entregues ao exército indigène em data 7 frimaire (correspondente a 29 de novembro de 1803. art 2- O general Rochambeau poderá se servir pela sua evacuação de todos os materiais de guerras ou de comercio que se encontram no porto. Art.3-. As munições de guerra que se encontram nos arsenais, as armas e a artilharia deverão ser deixadas no seu estado atual. Art.4- Os doentes e feridos que não puderem ser transportados serão tratados em hospitais até sua recuperação. São especialmente recomendados à humanidade do General Dessalines. art.5- Nenhum habitante da cidade de Cabo independente de sua cor não poderá ser forçado de acompanhar as tropas francesas.

[154] Artigo.1- A cidade de Cap-Haïtien e seus fortes dependentes serão entregues, dentro de dez dias, a partir do dia 28 deste mês, ao general-em-chefe Dessalines.

Artigo 2. As munições de guerra que se encontram nos arsenais, as armas e a artilharia deverão ser deixadas no seu estado atual.

Artigo 3. Todos os navios de guerra e outras embarcações consideradas necessárias pelo General Rochambeau para o transporte de tropas e habitantes, bem como para a evacuação, estarão livres para partir no dia designado.

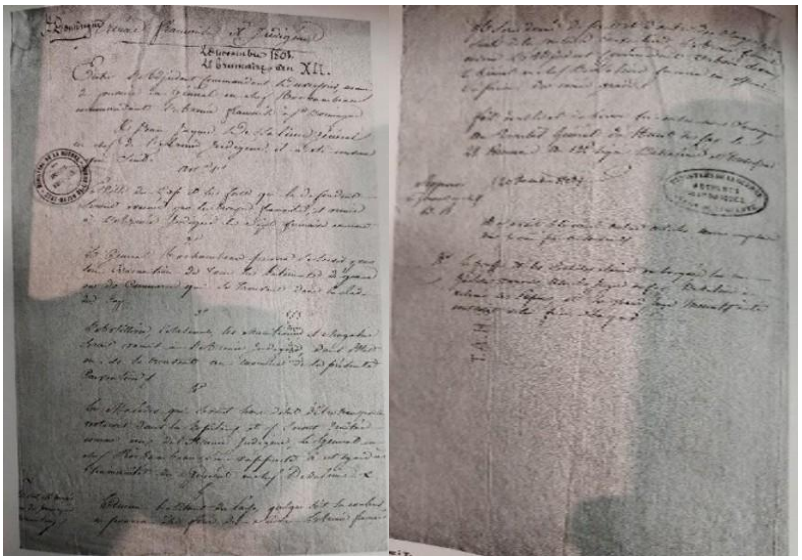
Artigo 4. Os oficiais militares e civis, e as tropas que compõem a guarnição de Cap-Haïtien, partirão com as honras de guerra, portanto, suas armas e o equipamento pertencente às suas meias-brigadas.

Artigo 5. Os doentes e feridos que não puderem ser transportados serão tratados em hospitais até sua recuperação. São especialmente recomendados à humanidade do general-chefe Jean-Jacques Dessalines.

Artigo 6. O general Dessalines, ao assegurar aos habitantes que permanecerem na cidade de Dessalines sua proteção, exige do General Rochambeau a libertação dos homens locais, independentemente de sua cor, que não poderão, sob nenhum pretexto, ser forçados a embarcar com os franceses.

Artigo 7. As tropas de ambos os exércitos permanecerão em suas respectivas posições até o décimo dia designado para a evacuação de Cap-Haïtien. Artigo. 8- O General Rochambeau enviará, como garantia destes acordos, o Ajudante-Comandante Urbin Deveau, em troca do qual o General Dessalines fornecerá um oficial da mesma patente. Feito em duplicado e de boa-fé, no quartel-general em Haut-du-Cap, no dia, mês e ano acima mencionados.

Figura 17Transcrição da carta da capitulação-rendição das tropas francesas assinada em 19 de novembro de 1803



Fonte: Foto tirada do livro intitulado Après Vertières- Haiti, épopée d'une nation, p.35-6, 2022.

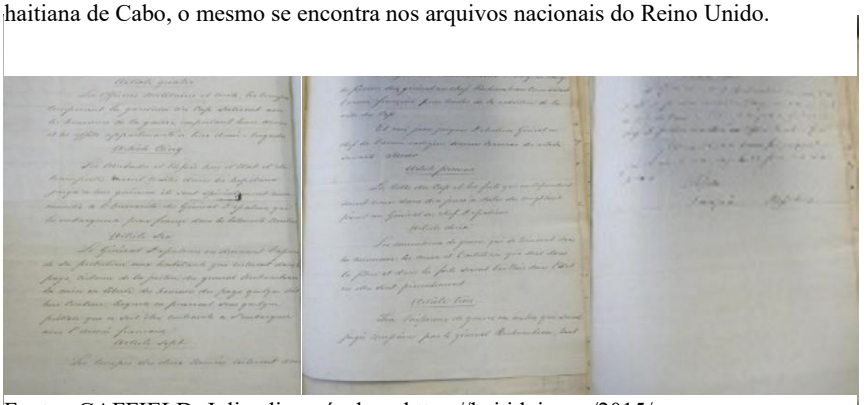
Figura 16-Iimagem da transcrição da carta aprovada por Rochambeau relativa à capitulação-rendição das tropas francesas da cidade haitiana de Cabo, em 19 de novembro de 1803.

Fonte: MADIOU, Thomas (1848, t. III, p. 93

reproduzida e utilizada por vários autores, e por fim, a última imagem com três páginas[155] é a propriedade do Arquivo Nacional de Reino Unido[156]. Observa-se a diferença entre as versões dos documentos.

As versões foram disponibilizadas por Thomas Madiou (1848, t. III, p. 93) e

Figura 15- Trata-se do documento da capitulação-rendição das tropas francesas na cidade haitiana de Cabo, o mesmo se encontra nos arquivos nacionais do Reino Unido.



Fonte: GAFFIELD, Julia. disponível em https://haitidoi.com/2015/

[155] CO 137/111, Archives nationales du Royaume-Uni, disponível no site da Julia Gaffield em: https://haitidoi.com/2015/10/28/dessalines-reader-19-november-1803-2/.

[156] Artigo.1- A cidade de Cap-Haïtien e seus fortes dependentes serão entregues, dentro de dez dias, a partir do dia 28 deste mês, ao general-em-chefe Dessalines.
Artigo. 2- As munições de guerra que se encontram nos arsenais, as armas e a artilharia deverão ser deixadas no seu estado atual.
Artigo. 3- Todos os navios de guerra e outras embarcações consideradas necessárias pelo General Rochambeau para o transporte de tropas e habitantes, bem como para a evacuação, estarão livres para partir no dia designado.
Artigo.4- Os oficiais militares e civis, e as tropas que compõem a guarnição de Cap-Haïtien, partirão com as honras de guerra, portanto, suas armas e o equipamento pertencente às suas meias-brigadas.
Artigo.5-. Os doentes e feridos que não puderem ser transportados serão tratados em hospitais até sua recuperação. São especialmente recomendados à humanidade do general-chefe Jean-Jacques Dessalines.
Artigo.6- O general Dessalines, ao assegurar aos habitantes que permanecerem na cidade de Dessalines sua proteção, exige do General Rochambeau a libertação dos homens locais, independentemente de sua cor, que não poderão, sob nenhum pretexto, ser forçados a embarcar com os franceses.
Artigo.7- As tropas de ambos os exércitos permanecerão em suas respectivas posições até o décimo dia designado para a evacuação de Cap-Haïtien. Artigo. 8 - O General Rochambeau enviará, como garantia destes acordos, o Ajudante-Comandante Urbin Deveau, em troca do qual o General Dessalines fornecerá um oficial da mesma patente. Feito em duplicado e de boa-fé, no quartel-general em Haut-du-Cap, no dia, mês e ano acima mencionados

por Beaubrun Ardoin (1854, t.v, p. 461-62), as mais utilizadas por inúmeros de autores não apresentam nenhuma diferença tanto na forma quanto no conteúdo. O documento datado de 27 Brumário (19 de novembro de 1803), começa com a identificação dos participantes, mencionando seus nomes e cargos, bem como o propósito do texto. Duveyrier, encarregado de poder do general-chefe [...] comandante do exército francês para tratar da rendição da cidade de cabo] e [eu, Jean-Jacques Dessalines...]. O texto em questão compõe-se por oitos (8) artigos, sendo os dois primeiros tratam da organização da rendição: "A cidade de Cabo e seus fortes serão entregues em dez dias; as armas e munições permanecem no local". Os artigos três e quarto demonstram uma fina habilidade de Dessalines na resolução do conflito ao autorizar a saída dos navios de guerras francesas pela evacuação tanto suas tropas restantes quanto dos habitantes. É sempre aconselhado deixar uma porta de saída para o inimigo nas resoluções dos conflitos, dizia o filosofo chinês, Sun Tsu e foi exatamente o que fez o líder negro. Além disso, ele aceitou e respeitou o direito de honrar militar aos soldados franceses, permitindo que estes pudessem levar consigo seus materiais militares pessoais. No quinto artigo, Dessalines voltou a mostrar seu lado humanitário, ele exigiu que todas as pessoas doentes e feridas fossem tratadas em hospitais até se recuperarem. E no artigo seis foi recomendado a liberação de todos os habitantes independente de sua cor de pele e proibiu que fossem embarcados à força. Esta recomendação simbolizou a ruptura com o sistema colonial escravista e significava que a liberdade da população negra não era negociável. E por fim, os artigos sete e oito selavam as garantias de segurança de ambas as partes. Enquanto a versão disponível nos arquivos militares da cidade de Vincennes na França foi o documento que havia sido aprovado por Rochambeau após ter saído da prisão na Inglaterra em 1811, conforme foram constatados por Jean-Marie Théodat e Jean Claude Bruffaerts.

O documento apresenta muita diferença comparado aos dois outros citados no decorrer do texto. Além de ser o único documento a conter cinco artigos (os dois outros contêm oito), o seu conteúdo é diferente no que diz respeito à ordem dos artigos, e não apresenta nenhuma informação relativa à data que foi transcrito nem sobre a pessoa que a redigiu. Outro aspecto importante é que foi cortada a marca da presença de Dessalines. Isto é, ao redigir o documento original em 19 de novembro de 1803, Jean-Jacques Dessalines deixou sua marca não somente pela assinatura como geralmente acontecer, o líder negro utilizou o pronome pessoal [eu, Jean-Jacques Dessalines...] para demonstrar que ele era o sujeito da ação. E esta parte foi cortada do documento aprovado por Rochambeau em 1811.

O documento aprovado em questão também apresenta uma diferença, aliás, em todas as versões. Se Madiou havia utilizado o conceito rendição e Ardouin usou capitulação, na versão

da transcrição dos arquivos de Vincennes, nem rendição, nem capitulação, a escolha foi feita por evacuação. Há grande diferença entre estes três conceitos? O que motivou a mudança de uso de uma palavra para outra? Os conceitos em questão têm significados diferentes do ponto de vista militar?

No final do século XVIII e início do século XIX e especificamente na linguagem militar, os termos capitulação, evacuação e rendição não eram sinônimos portanto, referiam-se a realidades diferentes e hierarquicamente ordenadas pela cultura de honra que estruturava o pensamento militar da época. Assim, a capitulação designava um acordo formal firmado entre um comandante e o inimigo, no qual ambas as partes estabeleciam condições precisas na forma de acordos ou artigos. Tais acordos e ou artigos preveem o destino das tropas, a proteção dos civis e o prazo para deixar tal área ou depor as armas. Mesmo significando derrota, a capitulação permanecia um ato digno porque preservava a honra do comandante que não se rendia à descrição do adversário, mas obtinha garantias com base em um troca de vontades. Porém, no que se refere à evacuação, se trata da retirada ordenada de uma posição, seja porto ou forte, no objetivo de evitar ataques ou remover pessoas civis ou doentes. Neste caso, o termo não implica negociação nem derrota imediata porque se trata de um movimento estratégico, o que significa que este ato não põe fim ao conflito, a escolha tende a relocalizar os combates em outro local. Isto é, nas correspondências militares da época, o termo evacuar geralmente carrega um senso neutro capaz de mobilizar tropas.

E por fim, o termo rendição ocupa o degrau mais baixo nessa escala simbólica. Render-se é reconhecer que toda resistência é impossível e entregar as armas ao inimigo sem poder negociar nenhuma cláusula, porque a rendição é imposta e não envolve procedimentos de acordos e/ou atos, artigos. Talvez seja por isso que os oficiais franceses raramente usavam para si mesmos, preferindo utilizar capitulação, apesar de que este não foi a escolha do autor que redigiu o documento dos arquivos miliares da Vincennes aprovado por Rochambeau, entre capitulação e evacuação, optaram pelo segundo, foi uma escolha estratégica por não assumir a derrota. Assim, da perspectiva militar da época, essas três palavras definem não apenas situações diferentes, mas sobretudo, graus de perda de controle e dignidade: a evacuação preserva a capacidade de ação, a capitulação salva a honra na derrota, enquanto a rendição representa o abandono total ao inimigo.

Durante o período colonial e até a Revolução, os escravistas e soldados franceses usavam o termo "brigand" para se referir aos negros “rebeldes”, negando-se a atender às demandas dessa população. Quando Dessalines optou por formar um exército e o denominou

de força armada dos Incas e posteriormente alterou a designação para força armada indigène[157] foi um ato de representatividade e de pertencimento. Conforme salienta Laurent Dubois:

> Os escravizados que faziam parte do exército e a maior parte da população da nova nação não eram nativos da ilha, assim como os colonos cuja declaração de independência exigia a expulsão. Segundo o autor, o ato de Dessalines ao escolher nomes originados da população indígena demonstrou seu desejo de reivindicar um direito legítimo sobre essa terra, na qual uma parte dos habitantes era composta por exilados deportados da África contra sua vontade. Uma demanda que também se fundamentou na habilidade de resistir à brutalidade do colonialismo, algo que os antigos escravizados compartilhavam com os que foram aniquilados pelos espanhóis séculos antes da chegada. A escolha do nome Haiti e a Declaração de independência têm um significado histórico muito mais abrangente. O país passou a representar a rejeição não apenas do colonialismo francês, mas também de toda a história do imperialismo europeu nas Américas. (...) Dubois, 2005, p. 392-93)

Os motivos da ausência de Rochambeau durante a assinatura do ato de capitulação em novembro de 1803, ocasião em que se destacou por sua ausência, permanecem desconhecidos. No entanto, há várias teorias que sugerem que ele temia ser aprisionado por Dessalines. Assim, a introdução do documento oficial trazia, pela primeira vez, o reconhecimento não apenas do exército indigène, mas principalmente de Jean-Jacques Dessalines como general-chefe das forças armadas. Foi a razão pela qual Rochambeau não compareceu? O ego do general lhe impediu de ir negociar pessoalmente e assinar o documento de sua libertação que representava também o ato de sua derrota, com quem ele sempre tratou de *brigand*? Preferiu encarregar seu ajudante, mas, ele teve de aprovar o documento, embora que isso não quis dizer que concordou com o conteúdo. As mudanças e diferenças não foram constatadas somente na versão da transcrição dos arquivos de Vincennes, o documento apresentado por Madiou e Ardouin se diferenciam em alguns aspectos em comparação ao documento [original] dos Arquivos Nacionais do Reino Unido. Por exemplo, o título e a posição de Dessalines no exército são mencionados no preâmbulo deste documento [...Jean-Jacques Dessalines, comandante do exército indígena...] assim, nas versões dos historiadores mencionados acima, o título "comandante" foi omitido. Conforme apontam por Théodat e Bruffaerts (2023, p. 39), a ocultação da menção comandante relativo ao cargo de Dessalines no exército, na transcrição dos documentos dos autores pode relacionado ao fato de estes autores [Madiou e Ardouin] oriundo da classe burguesia e letrada consideravam inútil o título do cargo de Dessalines que

[157] A escolha de Jean-Jacques Dessalines de nomear o exército de força armada indigène comprovou outra vez as ideias que ele sempre defende: ruptura com o sistema colonial e inclusive com o exército napoleônico. Sua escolha visava também homenagear os primeiros habitantes da ilha ao mesmo tempo uniu as populações presentes no território, Negros, libertos, pessoas de cor livres, escravos insurgentes.

na época o nome do líder negro era considerado banido na memória oficial do Estado, portanto a maior discrição possível era aconselhada.

A massa populacional de Haiti revolucionário fez Vertières. Capois-la-mort, Paul Prompt, Dominique Granier e o general Dessalines tirou do jugo das políticas coloniais de Napoleão Bonaparte um povo oprimido que estava com sede da liberdade. E, ao fazê-lo, reivindica-se o lugar do Negro como agente de sua própria história, como ser humano digno da liberdade conquista nas lutas. Isto é, as batalhas travadas mostraram que não eram apenas disputas por territórios, tratava-se da vontade de um povo para redefinir o que era ser negro em um mundo que insistia em negar humanidade a esta categoria. As constituições dos generais haitianos, sendo a de Toussaint Louverture publicada em 1801, embora fosse uma constituição colonial, em seus artigos três e quatro, clamou por uma humanidade justa e, além de promover a igualdade entre todos os homens, reafirmou o fim da escravidão, o que significa que o negro não pode ser mais considerado uma mercadoria, pois nascemos, vivemos e morremos livres, independentemente da cor. Na sua constituição imperial, Jean-Jacques Dessalines, nos artigos dois e quatorze, reconheceu que a coisificação do negro passa pelo sistema escravista-colonial e decidiu cortar todos os laços, reafirmando o fim do rentável comercio europeu e quebrando todas as barreiras de cores que antes existiam na antiga colônia. Essas conquistas não enfraqueciam apenas o domínio francês e o sistema colonial-escravista, elas quebraram a narrativa colonial que pretendia manter de forma permanente a colonização. Assim não podemos falar de Vertières apenas como uma vitória militar, Vertières foi o aviso de que a história poderia ser escrita a partir de baixo, pelos daqueles que sempre foram minimizados e que era necessário que os espaços ocupados por negros fossem decolonializados.

E após Vertières?

"Eu salvei meu país e eu vinguei a América"

A assinatura do ato de rendição em 19 de novembro de 1803 marcou oficialmente a derrota das forças napoleónicas comandadas por Rochambeau, resultando no término da colonização europeia na ilha. Ela também simbolizou uma nova era em que homens e mulheres outrora escravizados se tornaram líderes, assumindo cargos e posições que lhes eram negados. A proclamação da Independência, em janeiro de 1804, confirmou o general Jean-Jacques Dessalines como o primeiro chefe de Estado da primeira nação negra independente. Dentro das primeiras decisões que o líder negro deveria tomar, ele decidiu estabelecer mecanismos para proteger o território, erigindo novas fortificações e reorganizando seus efetivos contra toda nova tentativa de um possível retorno dos franceses. Na sua visão, a escravidão é considerada a maior

crime contra a humanidade e por isso ele a descreve como um ato que atinge o homem em três dimensões distintas: físico, moral e racial. Em 28 de abril de 1804, Jean-Jacques Dessalines se dirigiu à população que havia desempenhado um papel primigênio no período revolucionário. No discurso[158], inclusive que foi traduzido em inglês[159] em junho do mesmo ano, ele iniciou com as palavras "Liberdade ou morte" que era o lema do movimento. O uso deste lema significou que a luta ainda não estava acabada e relembrou ao mesmo tempo das atrocidades sofridas. Mas declarou [...] "Retribuímos a esses verdadeiros canibais guerra por guerra, crime por crime de ultraje por ultraje. [...] Não me importa o que as raças futuras e contemporâneas pensam de mim. Cumpri meu dever e, com isso, preservei minha autoestima, o que é importante". Ainda afirmou "[...] a hora da vingança chegou e os implacáveis inimigos dos direitos humanos sofreram o castigo devido aos seus crimes". Isso significa que a vingança, nesse contexto, desempenha um papel de justiça, portanto, é legítimo. O ponto mais marcante do discurso do general Jean-Jacques Dessalines foi quando declarou " (...) "Eu salvei meu país e eu vinguei a América." (...) o líder negro não se preocupava apenas com seu país, pois, em sua visão, a presença europeia na região representava uma ameaça ao seu projeto de libertação de toda a região do sistema colonial escravista. Além disso, sua declaração evidenciou a universalização de suas ideias, que não se restringiram à defesa do território haitiano. Isso comprovou que a luta travada por ele ia além dos confrontos diretos com a antiga metrópole francesa. Aliás, não foi sem motivos que ele havia lamentado por não ter conseguido evitar o massacre perpetrado pelos franceses em Martinique e Guadalupe. Apesar de que o discurso era voltado à população haitiana, o líder Jean-Jacques Dessalines expressou sua tristeza, mas também aproveitou do momento para elogiar a coragem e a resistência de Louis Dèlgrès diante das forças coloniais comandadas por Richepanse, enviado por Napoleão para restabelecer a escravidão em 1802.

Ainda no discurso proferido em 18 de abril de 1804, cujo objetivo era promover a unidade entre os cidadãos. Dessalines convocou as categorias negros e mestiços a se unirem, pois considerava a união fundamental para o futuro da jovem nação. Segue um extrato do discurso em questão:

> Eu observei dois grupos de homens destinados a amar, ajudar, misturar e conviver uns com os outros, [...], mas que acabaram brigando. Negros e mestiços, vocês possuem uma convivência delicada que os europeus sempre tentaram destruir. Hoje, vocês são uma única família, e sua reconciliação precisava ser feita com o sangue de seus

[158] Jean-Jacques Dessalines aux habitants d'Haïti, 28 avril 1804, CO 137/111, Archives nationales du Royaume-Uni.

[159] Liberté ou mort, proclamation », *New-York Commercial Advertiser* , 4 juin 1804, pages 2-3.

> opressores. [..] vocês sofreram as mesmas atrocidades, mas continuam unidos e inseparáveis, e isso vos torna invencíveis.[160]. (Tradução nossa).

A estratégia empregada para unir mestiços e negros, que a metrópole francesa havia separado, baseou-se em um passado vivido. Dessalines fez referência a todas as vivências que formaram a existência do povo, apesar das contradições existentes. Ele buscou elementos do passado de cada categoria social que possam ser recordados e que possam relembrar a trajetória de cada um como povo. Por isso, ele mencionou as atrocidades da escravidão e os preconceitos raciais como momentos de dor e fraqueza. Em seguida, ele citou as fases de vingança e de vitórias.

Outro momento marcante do período pós-Vertières e que chamou também a atenção do público tanto nacional quanto internacional corresponde a carta endereçada a Napoleão Bonaparte, em 9 de outubro de 1804 por general Jean-Jacques Dessalines, coroado Jacques primeiro. Após a proclamação da Independência em janeiro de 1804, muitos generais do exército indigène e membros do governo e pessoas próximas de Dessalines se questionaram relativo ao título de governador general dado a ele como chefe do Estado. Para muitos, a exemplo de Boisrond Tonnerre, secretário de Jean-Jacques Dessalines e redator do ato da Independência e Chanlatte, oficial do governo que declararam que o título não se adequava à personagem, não só pelo papel desempenhado no processo revolucionário, mas também porque a grade de governador geral havia sido concebida com base em Toussaint Louverture durante o período colonial. Assim, não era apropriada para o país independente. (Madiou, P. 168). Outros generais, como Pétion e Géfrad, que anteriormente integravam o partido do mestiço Rigaud, escolheram um sistema presidencialista. O objetivo era trocar o título de governador pelo presidente e propunham que uma constituição democrática fosse votada. Embora para parte da população pouco importaria se fosse presidente, rei ou imperador, esse grupo apenas queria conceder um título a Jean-Jacques Dessalines em reconhecimento por ter libertado o país do domínio colonial.

Além dessas perguntas e propostas, os principais generais ao redor do governador e outra parte da população que havia participado das batalhas desejavam um líder cujo título fosse equivalente ao do dirigente da França. Ou seja, a hipótese defendida por esse grupo estava incluída nos planos de defesa do território após a expulsão dos franceses: que o líder da nova

---

[160] J'ai observé deux groupes d'hommes destinés à s'aimer, s'entraider, se mêler et vivre ensemble, (...) mais qui ont fini par se battre. Noirs et métis, vous possédez une coexistence fragile que les Européens ont toujours cherché à détruire. Aujourd'hui, vous formez une seule famille, et votre réconciliation a dû se faire dans le sang de vos oppresseurs. (...) Vous avez subi les mêmes atrocités, mais vous restez unis et inséparables, et c'est ce qui vous rend invincibles.

nação tivesse o mesmo título da figura que comandava a antiga metrópole. Os motivos eram de proteção e segurança, uma vez que se acreditava que o Haiti poderia responder a qualquer ataque de outros países, especialmente da França, se os líderes do Estado tivessem o mesmo título que lhes conferiria o mesmo poder para garantir a mesma capacidade de intervenção.

Os líderes da nova nação haitiana desejavam replicar a França e o governo de Napoleão? Ou Jean-Jacques Dessalines desejou agir como um Napoleão Bonaparte negro, sendo o líder único de um Estado, de um país?

Existem teorias que sugerem que os generais haitianos permaneceram atualizados sobre as notícias vindas da França, com a intenção de reproduzi-las ou copiá-las durante a governança de Jean-Jacques Dessalines. Entretanto, as publicações de Chanlatte, oficial do exército que trabalhou em conjunto com Boisrond Tonnerre, podem ajudar nas interpretações para entender os motivos com mais clareza. Juste Chanlatte que retornou ao país após seus estudos na França e que se tornou mais tarde secretário de Henry Christophe, nas publicações regulares que costumava fazer no objetivo de cultivar um sentimento de pertencimento entre a população e para explicar ao público as causas da independência e os motivos das dores incessantes mesmo após a expulsão dos franceses apontou o preconceito de cor como sendo o motivo das desigualdades raciais.

Era possível ler nas publicações de Chanlatte;

> (...) Qual é o nosso crime? O que fizemos para merecer uma proscrição tão generalizada? O quê?! O nome de um africano, de sangue africano, será para nós uma dor eterna? A cor de nossas testas será sempre o selo de nossa reprovação. Será que esse tom preto ou amarelo, no entanto, nos prejudica, ao nosso progresso, às nossas virtudes, aos nossos esforços, à nossa coragem? Será que nos impediu, acima de tudo, de humilhar aqueles homens que se consideravam superiores a nós, simplesmente por serem branco[161]? (...) (Madiou, 1848, t. III, p. 167). (Tradução nossa).

Mesmo após a expulsão dos franceses da ex-colônia, os preconceitos de cor ainda persistiam? De que maneira as disparidades raciais influenciaram as escolhas políticas da nova nação no período pós-independência? Chanlatte procurou entender as razões por trás de tantas atrocidades e humilhações contra a população e indicou a desigualdade racial que sempre esteve

[161] (...) Quel est donc notre crime? qu'avons-nous donc fait qui puisse attirer sur nous une proscription aussi générale ? quoi ! ce nom d'africain d'issu de sang africain, sera pour nous un opprobre éternel? La couleur de nos fronis sera toujours le sceau de notre réprobation. Celle teinte noire ou jaune nuit elle cependant en nous, aux progrès des arts , des vertus, aux efforts du courage? Nous a t- elle empêchés surtout d'abaisser ces hommes qui se croyaient supérieurs à nous, par cela seul qu'ils étaient blancs? (...)

presente durante o período colonial como um possível fator dessas dores. Além disso, ele escreveu:

> (...) Não, não, não vamos mais tolerar esse privilégio indigno. Quando Deus espalhou as diversas raças pela terra, ele não dizia que uma espécie em particular destruísse a outra. Os franceses pensam que podem nos insultar, acreditam ter permissão para nos tratar de negros. Muito bem! Que seja em vão, vamos lhes-mostrar que aqueles que eles desprezam os superam em coragem, em magnanimidade e força interior, acima de tudo, em lealdade; que seu país, hoje escravizado sob um senhor injusto e ambicioso, aprenda com um povo selvagem o segredo da liberdade[162].(Madiou, 1848, t. III, p. 167-68). (Tradução nossa).

Nesse contexto, Chanlatte convidou os franceses a aprender o segredo da liberdade com o povo que eles próprios consideravam selvagens. Ele continuou a denunciar as desigualdades raciais e, assim, defendeu a igualdade entre as raças, fundamentando-se no argumento divino.

"Quando Deus criou as diversas" [...] e, por fim, Chanlatte finalizou sua publicação destacando:

> Os franceses nos consideram como indignos de sermos seus iguais, que esse preconceito recaias sobre seus atos criminosos; que nós, por nossa vez, prescrevemos esse inimigo pérfido; que o atinjamos com anátema. Os franceses não nos consideram aptos, na melhor das hipóteses, apenas para viver na floresta: filhos do deserto, [...] o que estamos esperando[163]? (Madiou, 1848, t. III, p. 167-68 (Tradução nossa).

Sou inferior porque somos iguais? Nota-se que a questão da cor da pele assumiu uma nova dimensão durante o período colonial. O preconceito de cor era um artefato criado pela metrópole com o objetivo de dividir os negros e os mestiços. Contudo, no período pós-revolucionário, os negros buscaram eliminar as barreiras que antes existiam. Com base nesse trecho da publicação de Chanlatte, isso se tornou uma preocupação para a antiga metrópole. Quais foram os mecanismos empregados pela nova nação para negociar em pé de igualdade com o governo da antiga metrópole? Após as notícias de que Napoleão Bonaparte fora declarado cônsul geral vitalício em 1802 e ascendido ao título de imperador no final de 1804, os generais haitianos decidiram alterar o título de governador geral para Jean-Jacques Dessalines, permitindo-lhe obter a mesma designação que seu rival europeu.

---

[162] Non, non, ne souffrons plus de cet indigne privilège. Quand 'L'éternel a répandu les diverses races sur la terre, il n'a point prétendu qu'une espèce particulière en détruisit une autre. Les Français pensent nous insulter, se croient tout permis en nous traitant de nègres. Il va bien ! faisons en vanité, montrons-leur que ceux qu'ils méprisent les surpassent en courage, en grandeur d'âme, et surtout en loyauté; que leur patrie, esclave aujourd'hui sous un maître injuste et ambitieux, apprenne d'un peuple sauvage le secret de la liberté.

[163] Les français nous considèrent comme indignes d'etre leurs égaux ; hé bien ! que ce préjugé re. tombe sur leurs téles criminelles ; proscrivons à notre tour cet en nemi perfide ; frappons le d'anathème: les français ne nous croient propres , toutau plus qu à vivre dans les bois : lié bien ! lils du désert, enfans du malheur, que tardons-nous?

No mês de agosto de 1804, o governador geral, Jean-Jacques Dessalines enviou uma carta ao general Pétion, informando-o sobre a coroação de Napoleão e solicitando que acelerasse a construção das fortificações e buscasse munições. Curiosamente, a carta não mencionou nenhuma informação a respeito do projeto de ser coroado imperador, isso mostra que a principal preocupação de Dessalines era a proteção do território.

Segue extrato da carta:

> (...) De acordo com diversos jornais[164] que acabei de receber, os quais estou prestes a enviar à gráfica para que todos tenham pleno conhecimento deles, fiquei sabendo que Bonaparte se autoproclamou Imperador dos Franceses. Como é mais do que provável que, nessa condição, ele incite as outras potências a se unirem contra este país, é necessário acelerar os trabalhos nas fortificações para recebermos adequadamente nossos inimigos. Para atingir esse objetivo, os trabalhadores serão dispensados no sábado para que o trabalho possa ser realizado no domingo, como nos outros dias. Peço-lhe que agilize a construção dos reparos de canhão destinados ao acampamento Marchand, e se houver algum atraso no recebimento deles e ocorrer algum incidente infeliz, a culpa será exclusivamente sua. (...) (Madiou, 1848, t. III, p. 169). (Tradução nossa).

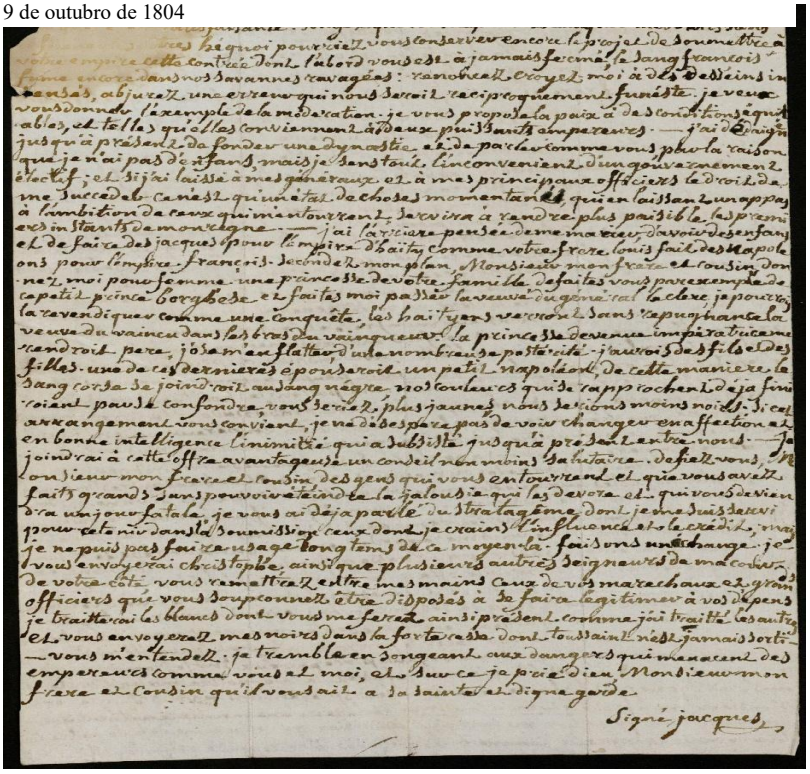
Enquanto ele cobrava Pétion para acelerar a implementação das fortalezas e providenciar os materiais militares, seu secretário Boisrond Tonnerre e Chanlatte se ocupavam da cerimônia oficial da coroação e decidiram elaborar uma petição para coletar assinaturas dos demais generais de cada região. O documento foi primeiramente enviado ao general Pétion, responsável pelas regiões oeste e sul, e posteriormente aos demais encarregados das outras localidades. A decisão sobre o novo título foi ratificada depois de ter coletada todas as assinaturas. De acordo com Madiou, alguns membros do exército achavam que o secretário Boisrond Tonnerre queria imitar o cenário francês que fez de Napoleão um imperador do dito país, portanto, os generais haitianos rejeitam a ideia de que a mudança foi baseada na decisão tomada na França, o que afetaria a data da cerimônia, que foi marcada para 8 de outubro de 1804, quase dez meses após a decisão. Entretanto, antes da data oficial da coroação, o líder negro já exercia o papel de imperador, conforme as cartas enviadas aos generais em setembro daquele ano. Foi a partir dali que o Haiti se tornou o primeiro império das Américas, e Jean-Jacques Dessalines foi proclamado imperador sobre a batuta, Jacques 1er.

---

[164] (...) D 'après différentes gazettes que je viens de recevoir, que je vais livrer à l'impression, pour que tout le monde en ait entière connaissance j'apprends que Bonaparle s'est fait nommer empereur des français. Comme il est plus que probable, qu'en cette qualité, il provoque la réunion des autres puissances contre ce pays, il convient d'activer de plus fort les travaux des fortifications, afin de bien recevoir nos ennemis, et pour parvenir à ce but on relèvera les travailleurs le sainedi afin que l'ouvrage se fasse le dimanche, à l'instar des autres jours. Je vous prie de faire accélérer la confection des affuts de canon qui sont destinés au camp de Marchand, et si j'éprouve du retard à les recevoir et qu'il arrive quelque fâcheux incident, c'est à vous seul que je m 'en prendrai. (...)

No dia 9 de outubro de 1804, o imperador Jacques 1º enviou uma carta ao seu adversário europeu, Napoleão 1º para comunicar sua coroação. Na mensagem, afirmou que todo homem, independentemente da cor de sua pele, pode se tornar imperador e alertou Napoleão de que, caso ele tentasse ameaçar os direitos da população negra, os direitos dele [Napoleão] também estariam ameaçados. Jacques 1º condenou as práticas coloniais que vitimizam Toussaint Louverture e atribuiu à antiga metrópole francesa a responsabilidade por impedir que a população haitiana tivesse acesso à educação; "não temos ainda nem instituto, nem liceus e nem escola central".

Figura 18 Manuscrito da carta de Imperador do Haiti, Jacques Io ao Napoleão I, enviado em 9 de outubro de 1804



Fonte: MSS, Boston library

Importante sublinhar que durante o período colonial que não havia um sistema escolar, apenas tinham algumas escolas que eram reservadas aos filhos dos colonos e a um grupo muito limitado de libertos. Dito isso, a instrução religiosa era considerada como único método educativo para os escravizados, aliás o Código negro de 1685 no seu artigo dois (2) obrigava os senhores a ensinar aos escravizados os princípios religiosos e o batismo era obrigatório. Em 1801, ainda durante o período revolucionário, Toussaint Louverture por meio de sua Constituição colonial promulgada no mesmo ano, nos artigos seis (6) e sessenta e oito (68) tentou criar um sistema educativo, mas que ainda era ligado à religião. De acordo com Louis Auguste Joint, Toussaint Louverture que em 1801 era governador general da ilha, desejava utilizar a religião e a educação como principais ferramentas na construção de um Estado autônomo afim de obter a confiança das potencias estrangeiras, sendo assim, ele buscou a ajuda da Igreja Católica e das instituições europeias para concretizar seu projeto educacional. Apesar de sua política de autonomia, procurou preservar os valores da cultura francesa a fim de promover a emancipação e a aceitação de seu povo pelas potências coloniais, dada que sua política educacional incluía entre outras coisas, a organização de um comitê escolar que será responsável por criar e implementar escolas em diferentes e favorizar ao mesmo tempo a intervenção de educadores europeus na formação das pessoas negras anteriormente

escravizadas. Toussaint desejava criar um Estado autônomo em relação à França metropolitana, mas inspirado no modelo francês. (Joint, [2009] (2024, p. 260) Após a expulsão dos europeus, Jacques 1º através de sua Constituição imperial promulgada em 1805 estabeleceu bases por um sistema educativo real e considerou a escola como um fator determinante na construção de um Estado forte e independente. O artigo dezenove (19) das disposições gerais do documento em questão estipula: "Em cada divisão militar, será criada uma escola pública para a instrução dos jovens. A partir dessa lei, a escola passou a ser pública e foi descentralizada. O sociólogo Charles Tardieu afirmou a respeito:

> Após a nossa independência, Dessalines consagrou na sua Constituição uma Escola Popular para cada uma das seis divisões militares do seu império. A educação pública, que então se encontrava em fase embrionária, estava sob a supervisão dos Ministérios das Finanças e do Interior. (Tardieu,1980, p. 130).

Curiosamente, apesar do recurso sistemático do sistema escravista pelos líderes haitianos, o sistema educativo proposto por eles tinha como base o modelo europeu da época, sobretudo, francês em primeiro momento, seguida do modelo inglês.

Voltamos à coroação de Jean-Jacques Dessalines. Além de ter anunciado sua coroação sob o nome de Jacques 1º, ele avisou que não enviará embaixador para França para aprovar seu governo, afirmando que o direito do povo que o escolheu é mais antigo que o dos imperadores. Este é um governo, destacou o imperador negro, que proveniente da vontade popular, não é consequência de uma revolta violenta, mas sim o resultado de uma busca por liberdade, de uma ambição por ordem e estabilidade após anos de conflitos, e de um desejo de se integrar à comunidade internacional. Portanto, ofereceu a Napoleão uma relação amigável baseada na paz e no respeito entre as duas potências.

Jacques 1º apresentou seu projeto de se casar e convidou o Napoleão a oferecer-lhe sua irmã, Pauline Bonaparte, a viúva de Leclerc, antigo governador da Ilha na época colonial. Ele escreveu "tragam-me a viúva do general, eu poderia reivindicá-la como uma conquista, os haitianos verão [...] a viúva do vencido nos braços do vencedor [...] eu teria filhos e filhas [...] o sangue *corse* se misturaria com sangue negro." O imperador manifestou desejo de se casar com Pauline, a irmã de Napoleão Bonaparte, a viúva de Charles Leclerc. Por que o imperador negro desejou uma prova matrimonial de sua conquista? O interesse seria por misturar o sangue corse com o negro, como ele mesmo declarou em sua carta? Como essa combinação poderia beneficiar o seu império? Pede a mão da viúva do vencido após um conflito se revela uma velha prática, que em diversos contextos históricos ocupa um papel político. Apesar de que o gesto também, no sentido de Lévi-Strauss, poderia servir como fundamento nas relações de

reciprocidades e de coerência social, isto é, nessa altura o matrimônio se tornaria uma estratégia de pacificação e de reintegração entre grupos opostos em conflitos. E nesse cenário? Até que ponto tanto o imperador Jacques 1º quanto Napoleão estariam abertos a estabelecer relações recíprocas, considerando todas as diferenças étnicas, econômicas e políticas?

CRIME DE NAPOLÉON: ANÁLISE E COMENTÁRIOS

Apresentação da Obra:

A obra *O Crime de Napoleão* da autoria de Claude Ribbe foi publicada em 2005 pela editora Privé localizada em Paris, e já foi traduzida em vários idiomas português brasileiro, inglês e mandarim. Trata-se de um ensaio em que o autor questiona a memória oficial de Napoleão Bonaparte, destacando um assunto que geralmente é silenciado inclusive pelos pesquisadores pro-Napoleão, a saber a repressão extremamente violenta perpetrada contra as populações negras escravizadas no Haiti colonial e em Guadalupe durante a tentativa de restabelecer a escravidão em maio de 1802 sob a ordem de Napoleão Bonaparte.

Por qual razão a obra *Le Crime de Napoléon*, de Claude Ribbe, ainda merece ser analisada hoje, vinte anos após a sua publicação, e por que continua sendo relevante?

O texto em questão suscitou inúmeras reações dos historiadores, sobretudo, *pro-Napoléon,* mas, também de outros pesquisadores que consagram seus trabalhos ao período estudado. A exemplo de Pierre Branda, economista francês e integrante da *Fondation Napoléon desde* 2009 e atualmente ocupa a função de Chefe do Departamento de Patrimônio e Chefe do Departamento de Relações Internacionais. Autor de vários livros, Pierre Branda foi um dos primeiros a responder e criticando a obra de Claude Ribbe, quando publicou em dezembro de 2005-janeiro 2006 na revista *Du Souvenir napoléonien*[165] um artigo intitulado *Une thèse montée de toutes pièces: Le crime de Napoléon de Claude Ribbe.* No mesmo ano de 2006, Pierre Branda em coautoria com Thierry Lentz que é o atual diretor da *Fondation Napoléon* e professor de direito constitucional e que realiza pesquisas sobre o consulado e império napoleônico, publicou o livro cujo título *Napoléon, l'esclavage et les colonies.* Além destas figuras integrantes da fundação Napoleão que criticaram a obra a ser analisada, o historiador Pierre Nora, em artigo publicado no jornal "Le Monde", em 13 de dezembro de 2005, questionou as fontes da produção de Claude Ribbe. Somando-se a Nora, Jérôme Gautheret, o editor-chefe do jornal *Le Monde* da época, que aproveitou para criticar de forma direta a obra, questionando a qualidade da obra enquanto uma produção científica. As críticas foram reativadas em 2020 por Thierry Lentz, por

[165] Criada em 27 de dezembro de 1937, em Nice, por Madame Eugénie Gal, sobrinha-neta do marechal Suchet e afilhada da imperatriz Eugénie, a Sociedade Francesa de História Napoleônica, denominada "Le Souvenir Napoléonien" desde 1948, é a mais importante associação napoleônica, reconhecida de utilidade pública por decreto ministerial de 5 de novembro de 1982. Seu objetivo é estudar e divulgar a vida e a obra dos imperadores Napoleão I e Napoleão III e tudo o que, desde a Revolução Francesa, diz respeito à história dos dois impérios e, em particular, às instituições, locais, eventos e pessoas que participaram deles.

meio da Fundação do Napoleão, entidade principal encarregada de preservar a memória e os ideais napoleônicos. Nossa análise levará em conta as críticas feitas à obra e buscará entender os motivos que levaram os críticos a justificar as ações de Napoleão durante seu governo. Isso se refere a uma tentativa de absolver o primeiro cônsul por suas ações ou à preservação da imagem de um "herói"?

Notas sobre livro *Le Crime de Napoléon* (2005)

Claude Ribbe, autor do texto em questão é escritor, roteirista diretor consultor sênior, vice conselheiro do *6º arrondissement de Paris,* responsável por universidades, memórias, Francofonia e assuntos europeus, ex-assessor do Ministro dos Territórios Ultramarinos, coronel da Força Aérea e Espacial (reserva operacional vinculado ao CESA). Antes de publicar o livro *Le Crime de Napoléon*, o autor lançou *Le Cri du centaure* em 2021 pela editora Plon. Outras obras incluem *Alexandre Dumas le dragon de la reine*, uma biografia publicada em 2002 pela editora Le Rocher, e *L'Expédition* em 2003, também pela mesma editora. Em 2004, publicou *Le Chevalie*r *de Saint-Georges* pela editora Perrin. Por fim, *Une saison en Irak* foi lançado em 2025 pela editora Privé, a mesma pela qual *Le Crime de Napoléon* foi publicado.

A obra *Le crime de Napoléon* é composta por nove capítulos e duzentas e sete páginas, incluindo a seção de referências bibliográficas. O autor começa o livro criticando a maneira como a França exalta Napoleão, enquanto ignora suas ações coloniais, especialmente o restabelecimento da escravidão em 1802. Ribbe explica que o objetivo de sua obra é expor as violências brutais perpetradas contra os negros desde a assinatura do Tratado de Ryswick no final do século XVII até o início do século XIX. Além disso, critica a forma como os livros didáticos retratam Napoleão, ao mesmo tempo em que omitem informações sobre o período da escravidão.

O autor também criticou duramente algumas universidades que usam fundos públicos e da televisão pública do Estado, além de sociedades do setor privado, para criar atividades que veneram alguém que restabeleceu a escravidão. Ainda nesse primeiro capítulo, (páginas 11-30), Ribbe questionou a aprovação da lei de 10 de maio de 2001 da autoria da deputada Christiane Taubira, que reconhece a escravidão como crime contra a humanidade. A indagação do autor não se referiu à lei em si, mas ao modo como ela foi aprovada de maneira completamente distinta da versão original, que previa um comitê responsável por avaliar os danos causados e examinar as condições de reparação às vítimas desse crime. Além disso, estabelecia punições para aqueles que pudessem contestar o caráter criminoso do sistema escravista e do tráfico

negreiro europeu. Claude Ribbe descreveu o contexto de Alexandre Dumas, visto como um herói da Revolução Francesa, nascido no Haiti colonial em 1762. Ele se tornou general do exército, sendo o primeiro afrodescendente a ocupar essa posição. Estátua de uma pessoa negra em Paris? No começo do século XX, uma estátua em sua homenagem foi levantada em uma praça pública de Paris, porém, foi demolida pelas autoridades francesas sob a ordem do governo alemão daquele período. Foi preciso aguardar mais de sessenta anos para que uma nova estátua fosse instalada na cidade.

O segundo capítulo (páginas 31-54), descreve os acontecimentos que ocorreram entre 1794 e 1802, a abolição da escravidão por meio da Convenção, a chegada ao poder de Toussaint Louverture e o contexto socioeconômico dos escravizados, o cenário político se agravando na França somando-se ao lobbi colonial. Esse período foi principalmente caracterizado pela ascensão de Napoleão ao poder em novembro de 1799. Segundo o autor, seu objetivo era conquistar o mundo por meio, entre outras coisas, da subjugação dos negros e da manipulação do sistema. Foi nesse momento que ressurgiram os preconceitos de cor, que tanto foram o cimento da instituição escravista quanto seu produto. Enquanto no capítulo seguinte, (páginas 55-79), Ribbe analisa as leis e decretos do Consulado que conduzem progressivamente ao restabelecimento da escravatura. Ele mostra que, contrariamente à imagem republicana oficial, Napoleão: nega a igualdade entre brancos e negros, prepara secretamente a restauração do sistema escravista, utiliza o exército como instrumento de reconquista racial. O autor insiste na dimensão ideológica: não se trata apenas de política colonial, mas de uma concepção hierárquica da raça.

No capítulo quatro; páginas (81-90) Claude Ribbe descreve e critica o envio das tropas expedicionárias lideradas por Leclerc e depois por Rochambeau em 1802-1803 cujo objetivo era derrotar Toussaint Louverture. Ribbe ainda enfatiza e descreve os detalhes relativos à quantidade de homens que faziam parte da expedição como também das ordens que foram dadas por Napoleão. O autor afirma ter considerado a expedição francesa para o Haiti revolucionário em 1802, como um dos primeiros crimes coloniais modernos da história.

No capítulo cinco (páginas 91-105), o autor aponta suas críticas as violências orquestradas na Guadalupe, e relata em detalhes a repressão conduzida por Richepance entre massacres, afogamentos, fuzilamentos coletivos e utilização de cães para caçar os negros, a mesma prática usada por Rochambeau no Haiti colonial. Claude Ribbe relata também a resistência heroica de Louis Delgrès e de Ignace que escolheram lutar, defendendo a mesma ideia de Jean-Jacques Dessalines, viver livre ou morrer. Ainda nesse capítulo, o autor afirma que todas as decisões tomadas por Napoleão a respeito da Guadalupe e de todas as colônias da

época eram relacionadas à questão econômica, mas eram estreitamente ligadas à problemática racial. Para justificar sua reflexão o autor utiliza o que seria um pronunciamento de Napoleão então primeiro cônsul ao chamado Joseph Bonaparte, seu irmão:

> (...) Desejo que ele informe se lhe convém ir para Guadalupe como capitão-general. Essa ilha é próspera. Sua cultura está em plena atividade, mas Lacrose, tendo desagradado os habitantes e tendo consigo apenas quinhentos brancos, foi expulso e um mulato assumiu a liderança da colônia. [...] É uma missão importante e agradável sob todos os pontos de vista, pois hoje há alguma glória a conquistar e um grande serviço a prestar à república, ao restaurar para sempre a ordem nessa colônia. (Ribe, 2005, p. 94-5)

Como indica Ribbe, Napoleão menciona a "desordem" na colônia, pois um mestiço está no poder e os negros estão armados. O capítulo seis (páginas 107-126), trata de um dos assuntos mais polêmicos do texto, pois, é nele que o autor afirmar e questiona os mecanismos de repressão utilizadas por Rochambeau e compara as práticas desumanas usadas pelos enviados do Napoleão com a ideologia nazista afim de mostrar que a violência da época colonial foi de magnitude comparável embora menos estudada. No capítulo sete (páginas 127-159), Ribbe analisa como a historiografia francesa subestima e desconsidera completamente os crimes e critica os livros didáticos, as instituições napoleônicas, as comemorações oficiais e a tendência de apresentar Napoleão sob uma perspectiva exclusivamente militar ou administrativa. Argumenta de um lado: "tanto no Haiti colonial quanto na Guadalupe, as tropas expedicionárias dispensaram-se de fazer prisioneiros" e, por outro lado, "assim que caem em nosso poder, nós os fuzilamos imediatamente" [...] a tortura é prática comum. O estupro também, como se pode imaginar. [...]. Enquanto no penúltimo capítulo (páginas 161-192), o autor Claude Ribbe defende uma ruptura no modo como a historiografia francesa trata a imagem de Napoleão e os crimes cometidos nas antigas colônias, o autor defende o reconhecimento dos crimes cometidos pelo regime napoleônico, integrar plenamente essa memória na narrativa nacional francesa, revalorizar a resistência dos negros da Guadalupe e do Haiti como parte integrante da história da França como também repensar a forma como Republica comemora ou glorifica seus heróis. E por fim, o ator propõe uma releitura completa a respeito da figura de Napoleão, não como um gênio político, mas o arquiteto de uma política colonial racial destrutiva.

No último capítulo da obra, (páginas 193-202), Claude Ribbe apresenta os resultados do projeto colonial de Napoleão no Haiti que culminou em um evento sem precedente na história moderna, a saber, a criação da primeira república negra independente já no início do século XIX. O autor mostra que a política desumana conduzida por Leclerc e Rochambeau que

visava o estabelecimento da ordem colonial, radicalizou a resistência dos negros que recusaram coexistir com o sistema escravocrata de modo, mas o regime napoleônico sobretudo. Ribbe destaca o papel decisivo de Jean-Jacques Dessalines que compreendeu que a vontade de restabelecer o trabalho escravo não era uma coincidência, mas uma escolha política colonial assumida, portanto, resistir contra essa política se tornou obrigatória. O autor também lamentou a maneira como a imagem de Dessalines foi tratada pela historiografia de forma marginalizada dado que ele constituiu um contra modelo radical ao universalismo napoleônico. Claude Ribbe concluía sua reflexão afirmando que a França não pode pretender encarnar o universalismo e os direitos humanos enquanto se recusa a encarar um dos capítulos mais obscuros de sua história.

Crítica do historiador Pierre Nora a Claude Ribbe;

O principal argumento defendido por Claude Ribbe é que Napoleão Bonaparte teria mandado exterminar a população negra nas colônias. Para muitos, essa declaração do autor pode parecer simples, mas para os historiadores e pesquisadores pró-Napoleão, ela constitui um insulto, uma imputação tanto à figura quanto à memória do personagem. Além dos historiadores e pesquisadores da Fundação Napoleão que contestaram a declaração de Claude Ribbe, o renomado historiador, recentemente falecido Pierre Nora também comentou o texto em um artigo de jornal. Quando publicado em 12 de dezembro de 2006[166] sob o título de *Plaidoyer pour les indigènes d'Austerlitz* pelo jornal *Le Monde*, Pierre Nora criticava a França por não ter comemorado o bicentenário da batalha de Austerlitz. Na época, Nora denunciava a escolha feita pelos dirigentes franceses de não comemoram a referida batalha ocorrida em 1805, uma decisão que o autor considerava como uma falha de memória, já que outros países europeus assumissem plenamente a celebração de suas vitórias ou derrotas napoleônicas, a exemplo da Bélgica (Batalha de Waterloo), os ingleses (Trafalgar), os Tchecos (d'Austerlitz). Segundo Pierre Nora, todas essas batalhas ainda celebradas na Europa evidenciam que Napoleão não é exclusivo da França; ele representa o imaginário e o patrimônio europeu. Mas onde se encaixa a crítica de Pierre Nora à obra de Claude Ribbe? Além de criticar a falta de celebração das batalhas e personagens, o historiador Nora relacionou essa tendência ao livro de Claude Ribbe, que gerou grande repercussão na mídia ao comparar Napoleão a Hitler e o Código Negro de 1685 às leis

[166] Há fontes que indicaram o dia 13 de dezembro como a data da publicação do jornal no qual Pierre Nora criticou a obra de Claude Ribbe. Contudo, de acordo com o site do jornal Le Monde, o artigo foi publicado em 12 de dezembro de 2006.

de Nuremberg. Nora considera essa comparação infundada e historicamente abusiva e critica o que ele chama de tendência contemporânea de julgar o passado com os padrões morais do presente, em detrimento da compreensão histórica. O autor se preocupa com as consequências pedagógicas e simbólicas de tal postura que questiona o ensino das grandes batalhas, constrangimento em relação à herança napoleônica e até mesmo desconforto em torno de símbolos nacionais como a Legião de Honra. Para Nora, Napoleão pertence ao patrimônio europeu e à história nacional, com suas grandezas e violências, e não pode ser reduzido a uma figura exclusivamente criminosa sem levar em consideração a compreensão histórica.

Resposta de Pierre Branda a obra de Claude Ribbe;

Pierre Branda publicou no final de 2005 e início de 2006, na revista *Du Souvenir napoléonien* um artigo intitulado *Une thèse montée de toutes pièces: Le crime de Napoléon de Claude Ribbe* em resposta a obra de Claude Ribbe. Branda iniciou sua crítica retomando uma frase negativa que Jérôme Gauthere, o editor chefe do *jornal Le Monde,* havia utilizado em dezembro de 2005 quando criticava também a produção de Ribbe. Fazendo uso da frase, Branda afirmou que a obra de Claude Ribbe não é um livro de história, ao mesmo tempo em que ele reconhece que Ribbe utilizou fatos históricos na construção do mesmo, qualificado de panfletos pelos críticos. O autor justifica a pertinência de sua argumentação pelos impactos causados pela obra na mídia, afirmando que certas teses apresentadas por Claude Ribbe foram reproduzidas sem questionamento e análise crítica. Sendo assim, o artigo de Pierre Branda defende uma abordagem que prioriza uma análise histórica baseada na análise rigorosa dos fatos e não em julgamentos excessivos.

P. Branda chamou atenção ao reproduzir em citações trechos longos da obra de Ribbe, a exemplo de uma passagem que associa a história da escravidão ao racismo sistêmico na sociedade francesa contemporânea. Ao reproduzir os trechos, o autor tenta mostrar que a obra de Ribbe se concentra em acusação política e moral caracterizada por um vocabulário violento. Se tornar necessário acompanhar o extrato retirado da obra de Ribbe:

> (..) A França, por ter vivido da escravidão e não querer reconhecê-lo, pelo Diretório ter se prostituído a Bonaparte, permaneceu racista, como qualquer descendente de escravos pode facilmente constatar ao andar pela rua. No século XXI, nos bairros de prestígio de Paris, onde ainda se alinham as residências dos colonos de São Domingos, os "negros" só são tolerados para assustar na entrada das lojas de luxo e as negras só para empurrar os carrinhos das crianças "brancas[167] (Tradução nossa).

[167] La France, parce qu'elle a vécu de l'esclavage et qu'elle ne veut pas le reconnaître, parce que le Directoire s'est prostitué à Bonaparte, est restée raciste, comme chaque descendant d'esclave peut le constater

P. Branda denunciou o que ele chamou de confusão entre fazer história e a militância. Ou seja, na sua visão, Ribbe não passa de um militante, sobretudo, por ele ter comparado Napoleão a Hitler. Ribbe na sua obra comparou as práticas de violências orquestradas nas colônias francesas aos métodos praticados pelos nazistas que consistiam em execução de chamados rebeldes e todos os civis negros. Para justificar sua argumentação, Ribbe se baseou nas referências de três historiadores do século XIX; entre eles, Thomas Madiou e Juste Chanlatte ambos os haitianos e o francês Antoine Métral, somando-se a obra de Victor Shoelcher, que conforme apontou Pierre Branda era um fervoroso adversário de Napoleão III, em sua biografia de Toussaint Louverture. Isso implica que esses autores também criaram uma representação monstruosa de Napoleão? De qualquer forma, o autor [Branda] defendeu e inocentou Bonaparte das alegações de Ribbe, que afirmava que a França napoleônica havia perpetrado um genocídio, empregando práticas conhecidas como *Les chambres à gaz* nas colônias. Esse era um método empregado pelos nazistas, inicialmente contra pessoas com doenças mentais. Com o tempo, tornou-se mais comum e foi utilizado para o extermínio em massa. A respeito disso, P. Branda afirmou que embora as memórias da época evoquem muitas mortes cruéis, esse modo de execução não aparece nelas. É certo que a ausência de provas não é prova da inexistência das "câmaras de gás", destacou Branda. Essa "guerra de cores", como Fréminville a chamou, não poupou horrores a nenhum dos dois lados. Mas, por outro lado, é impossível que essa possibilidade de crime tenha inspirado o regime nazista. O autor continuou com precisão "Os livros de Thomas Madiou e Antoine Métral foram publicados apenas no Haiti (respectivamente em 1848 e 1825) e nunca foram traduzidos para outras línguas. Quanto ao livro de Victor Schoelcher, que aboliu a escravidão na França com sua lei, é improvável que ele estivesse nas bibliotecas dos líderes nazistas. De qualquer forma, Hitler não precisava ir muito longe para se informar sobre o assunto, pois a Primeira Guerra Mundial, da qual ele havia participado, não foi poupada desse tipo de extermínio, escreveu o autor pro-Napoleão. Além de criticar e qualificar a comparação feita por Ribbe de "analogia" que transformou Napoleão em um monstro absoluto e lhe atribui uma responsabilidade total pelos crimes ocorridos desde 1802, sob pretexto que ele serviu de exemplo aos outros chefes. Branda ainda criticou a maneira como Ribbe segundo ele atacou a vida privada de Napoleão Bonaparte, reciclando acusações antigas e amplamente controversas; rumores de incesto com Pauline, supostas paternidades,

aisément en se promenant dans la rue. Au XXIe siècle, dans les prestigieux quartiers de Paris où s'alignent encore les résidences des colons de Saint-Domingue, on ne tolère les « nègres » que pour faire peur à l'entrée des magasins de luxe et les négresses que pour pousser les landaus des enfants « blancs »

anedotas não verificáveis. Portanto, para ele, são elementos que não pertencem à pesquisa histórica, trata-se de um panfleto anti-bonapartista. Assim, Branda crítica Claude Ribbe por criar uma personagem monstruosa a partir de rumores, fantasias e leituras tendenciosas, em vez de se basear em uma análise histórica rigorosa. Essa crítica visa desacreditar o próprio método da obra: ao querer a todo custo demonstrar um crime, Ribbe teria sacrificado a prudência e a objetividade esperadas de um historiador, finalizou P. Branda.

Síntese da obra escrita em coautoria por Pierre Branda e Thierry Lentz

O capítulo 1 (páginas 15-45) é dedicado ao legado colonial deixado pelo Antigo Regime e pela Revolução Francesa. Os autores mostram que Napoleão não inventou a política colonial que implementou: ele herdou um sistema já profundamente contraditório. Sob o Antigo Regime, a economia colonial baseava-se amplamente na escravidão, especialmente nas plantações de cana-de-açúcar nas Antilhas, enquanto a Revolução Francesa proclamava princípios universais de liberdade e igualdade difíceis de conciliar com essa realidade. O capítulo retoma a abolição da escravidão em 1794, uma decisão importante, mas frágil, tomada em um contexto de guerra, revoltas de escravizados e pressões internacionais. Essa abolição não foi aplicada em todos os lugares nem aceita por todos os colonos, que viam nela uma ameaça direta aos seus interesses econômicos. Nas colônias, o período revolucionário gerou uma grande instabilidade política e social, marcada por conflitos entre brancos, pessoas livres de cor e ex-escravizados.

Os autores insistem na ausência de uma verdadeira política colonial coerente durante a Revolução. As decisões tomadas em Paris são frequentemente contraditórias, mal aplicadas ou contornadas no terreno. Esta situação cria um clima de incerteza permanente, no qual as colônias oscilam entre aspirações de liberdade, tentativas de manter a ordem antiga e experiências políticas improvisadas. Assim, o primeiro capítulo estabelece as bases para a análise do livro que iremos comentar no decorrer das próximas linhas: os autores finalizam essa primeira parte assim: “Napoleão chega ao poder em um contexto colonial profundamente instável, herdado das revoltas revolucionárias. Compreender essa herança é essencial para entender as escolhas posteriores de Bonaparte, nomeadamente o restabelecimento da escravidão, apresentado não como uma ruptura repentina, mas como uma resposta autoritária a uma antiga e não resolvida desordem colonial.”

O capítulo 2 (páginas 47-73) analisa a visão e a estratégia colonial de Bonaparte quando ele chega ao poder. Os autores mostram que a política colonial napoleônica não era guiada por uma ideologia claramente definida, mas por um pragmatismo político e econômico. Para

Bonaparte, as colônias deviam acima de tudo contribuir para o poder e a prosperidade da França, principalmente por meio da produção de açúcar e do comércio marítimo, em um contexto de rivalidade constante com a Inglaterra. Este capítulo destaca a importância dada por Napoleão à restauração da ordem. Os ocorridos do período revolucionário enfraqueceram a autoridade do Estado nas colônias, e Bonaparte pretendia restabelecer uma administração forte, centralizada e disciplinada. Os autores salientam que essa vontade de ordem era acompanhada por uma desconfiança em relação às experiências de autonomia local e às elites surgidas da Revolução, em particular os líderes negros ou mestiços em certas colônias.

O capítulo também enfatiza o caráter estratégico do projeto colonial americano de Napoleão, centrado em São Domingos, Louisiana e nas Antilhas. Bonaparte esperava reconstituir um vasto império colonial capaz de rivalizar com as potências europeias. No entanto, essa ambição baseava-se em hipóteses frágeis: o controle militar dos territórios, a submissão das populações locais e a rápida recuperação da economia colonial. Por fim, os autores mostram que essa visão colonial apresenta, desde o início, profundas contradições. Napoleão procura conciliar os princípios herdados da Revolução com a manutenção de uma ordem social baseada na desigualdade racial e no trabalho forçado. Essas tensões anunciam os fracassos que virão, em particular o recurso à violência e o restabelecimento da escravidão, que aparecem como soluções autoritárias para problemas que a política napoleônica não soube resolver de outra forma.

O capítulo 3 (75-101) é dedicado a São Domingos e ao projeto colonial americano de Napoleão. Os autores mostram que essa colônia ocupa um lugar central na estratégia imperial de Bonaparte, pois representa tanto uma grande riqueza econômica quanto um símbolo da autoridade francesa no exterior. São Domingos, antiga colônia escravocrata é, no entanto, profundamente transformada pela revolução liderada dos escravos e pela ascensão de Toussaint Louverture, que governa o território de forma cada vez mais autônoma.

O capítulo ainda analisa as relações ambíguas entre Bonaparte e Toussaint Louverture. Oficialmente fiel à França, este último impõe na realidade, uma ampla autonomia a São Domingos, mantendo ao tempo um sistema de trabalho forçado para relançar a economia. Napoleão percebe essa situação como uma ameaça direta à soberania francesa e ao seu projeto colonial global. Ele então decide enviar uma expedição militar para retomar o controle da ilha e restaurar a autoridade do Estado.

O capítulo 4 (páginas 103-131) é consagrado ao restabelecimento da escravidão em 1802, momento central e mais controverso da política colonial napoleônica. Os autores mostram que essa decisão não resultou de uma simples escolha pessoal de Napoleão, mas de um conjunto

de fatores políticos, econômicos e estratégicos. Após as revoltas revolucionárias e o fracasso da expedição a São Domingos, o poder buscou restaurar a ordem colonial e relançar a economia das plantações, considerada essencial para o poder francês. O capítulo analisa a lei de 20 de maio de 1802 que mantém a escravidão nas colônias onde ela não foi abolida e permite seu restabelecimento onde havia desaparecido. Os autores destacam o caráter diferenciado dessa política: a escravidão não é restabelecida da mesma forma em todos os lugares, o que revela a ausência de um plano uniforme e a vontade de adaptar as decisões às realidades locais. Em Paris, os debates são limitados, e a questão da escravidão é amplamente subordinada aos imperativos de estabilidade política e rentabilidade econômica.

Os autores também enfatizam o descompasso entre as decisões tomadas pelo poder central e sua aplicação no terreno. Nas colônias, o restabelecimento da escravidão suscita resistências, revoltas e uma radicalização das tensões sociais. O exército e os administradores coloniais desempenham um papel determinante na imposição dessa política, muitas vezes por meio da coerção e da violência. Eles descrevem em detalhes a expedição de 1802, marcada por extrema violência, combates ferozes e mortalidade em massa, principalmente devido a doenças. A prisão e deportação de Toussaint Louverture simbolizam a ruptura definitiva entre a França e os antigos escravos que se tornaram atores políticos. O fracasso militar francês e a resistência local acabam por conduzir à independência do Haiti, o que representa um grande trauma para a França napoleônica. Este capítulo mostra que o fracasso de São Domingos levou ao colapso do sonho americano de Napoleão. Incapaz de manter sua autoridade na região, ele renunciou às suas ambições continentais, o que levou, nomeadamente, à venda da Louisiana. Para os autores, este episódio revela os limites fundamentais da política colonial napoleônica e prepara o endurecimento posterior de sua política nas outras colônias.

Por fim, o capítulo mostra que o restabelecimento da escravidão constitui uma ruptura importante com os ideais revolucionários de liberdade e igualdade. Essa decisão marca um retorno assumido a uma ordem colonial baseada na desigualdade racial e no trabalho forçado. Para os autores, ela ilustra as profundas contradições do regime napoleônico, que privilegia a estabilidade e o poder do Estado em detrimento dos princípios universais proclamados alguns anos antes.

O capítulo 5 (páginas 133-169) é dedicado à “guerra *des couleurs*”, termo empregado pelos autores para referir-se à violência racial e social que devastou as colônias francesas no começo do século XIX. Essa violência não é recente; suas origens estão na herança do Antigo Regime e da Revolução, que desestabilizaram as hierarquias coloniais sem jamais consolidá-las. Durante o período de Napoleão, o principal objetivo é restaurar a ordem e a autoridade do

Estado; no entanto, essa intenção enfrenta sociedades coloniais altamente fragmentadas, caracterizadas pelo medo, racismo e pelos interesses econômicos dos colonos. A Guadalupe é o exemplo principal deste capítulo. Depois da abolição da escravatura, os ex-escravizados conquistaram uma liberdade precária, frequentemente ligada à participação armada na defesa da colônia. O envio de tropas francesas para retomar o controle em 1802 resultou em uma repressão brutal e no restabelecimento da escravidão à força. As resistências locais, personificadas principalmente por Louis Delgrès, foram derrotadas mediante combates, execuções e deportações, instaurando um clima de terror para desestimular qualquer oposição. Os autores destacam o papel fundamental do exército, que funciona tanto como instrumento militar quanto como ferramenta política. As instruções provenientes de Paris geralmente são vagas, concedendo aos oficiais uma grande liberdade interpretativa, o que facilita a adoção de práticas violentas. O receio de uma revolta em massa, aliado a preconceitos raciais, resulta em uma intensificação da violência, na qual a cor da pele passa a ser um fator decisivo para a liberdade ou escravidão. Este capítulo demonstra, por fim, que essa estratégia de repressão é extremamente contraproducente. Em vez de estabilizar as colônias, ela fortalece a resistência, intensifica a oposição e enfraquece a presença francesa de forma duradoura. Branda e Lentz afirmam que a "guerra das cores" não é um incidente, mas o resultado de um sistema colonial fundamentado na desigualdade, que Napoleão busca restabelecer à força, contribuindo, dessa forma, para o insucesso de seu projeto colonial.

Análise e comentários

Desde o início do século XX, parte da historiografia francesa em geral e os pesquisadores pro-Napoleão oriundo da Fundação de Napoleão especialmente buscam mudar a imagem deste personagem, frequentemente visto fora da França como escravista e reacionária. Pierre Brenda e Thierry Lentz inscrevem-se nesse movimento, propondo uma releitura dos acontecimentos relativos ao restabelecimento da escravidão que visa separar as questões de cor, de raça e da violência colonial do projeto político napoleônico. Essa postura contribui para inocentar Napoleão Bonaparte de sua responsabilidade de todos os crimes orquestrados pelas suas tropas nas antigas colônias francesas. Para chegar a esse objetivo, os autores adotam várias estratégias típicas da memória napoleônica onde representam o retorno a escravidão como uma decisão coletiva não somente do consulado em geral, mas também os autores incluíam parcialmente a responsabilidade de outras potências coloniais como a Espanha e a Inglaterra.

Os autores notam:

> [...] uma expedição da magnitude de São Domingos não poderia ser realizada sem o consentimento ou, pelo menos, a passividade das principais potências da região. Não havia problema para a Espanha, que era aliada da França e, se assim se pode dizer, "coproprietária" de São Domingos. Quando as negociações de Amiens começaram, o primeiro-ministro britânico, Addington, ficou claro, um pouco contrariado, que não tinha nada contra a equipe caribenha. Ele considerava até mesmo que o restabelecimento da ordem nas colônias fazia parte dos interesses comuns dos dois países. Os governos de Paris e Londres decidiram, então, manter-se mutuamente informados sobre o que estava acontecendo ou se preparando[168]. (Branda; Lentz, 2006, p. 88). (Tradução nossa).

Desde o período colonial até os movimentos revolucionários que começaram em 1791, tanto a Inglaterra quanto a Espanha exerceram influência sobre o Haiti. Isso ocorreu porque, após a invasão espanhola em 1492, a ilha se tornou o centro dos interesses coloniais. Em outras palavras, não se pode afirmar que essas duas potências foram passivas diante da decisão de Napoleão Bonaparte de restabelecer a escravidão nos territórios acaparados pela França, pois ambos eram escravocratas. Da mesma forma, não é possível isentar Napoleão e o consulado das decisões políticas imperiais e genocidas tomadas por ele durante seu governo. Para fundamentar o argumento da responsabilidade coletiva, Branda e Lentz citaram a posição do representante de Londres na Câmara dos Comuns em relação à decisão de Napoleão. O chanceler afirmou "[...] está expedição deveria ser para nós uma questão de tranquilidade, em vez de um alerta, pois a usurpação da autoridade pelos negros é um acontecimento verdadeiramente aterrador que ameaça à segurança e a paz de nossas colônias" [...]. (p. 89) (Tradução nossa). Sem dúvida, esse posicionamento não se opôs à escolha de Napoleão. Ele se insere no contexto global das práticas políticas europeias do final do século XVIII e ao longo do século XIX em relação ao continente americano. Branda e Lentz corroboraram essa posição ao afirmar que a Inglaterra quase não tinha alternativa a não ser permitir que a metrópole francesa reestabelecesse a escravidão ou proclamasse a liberdade dos negros[169], e se aconteça, a França reforçaria suas forças amadas com os ex-escravizados, e poderia provocar e incitar revoltas nas possessões britânicas, como a Jamaica. (p. 89).

Seria benéfico para a França napoleônica preservar a liberdade dos negros?

---

[168] (...) une expédition de l'ampleur de celle de Saint-Domingue ne pouvait se faire sans l'anssentiment ou tout ou moins la passivité des principales puissances dans la région. Pas de problème pour l'espagne qui était l'alliée de la France et, si l'on ose dire, co-propriétaire de Saint-Domingue. Alors que les négociations d'amiens commençaient, le premier ministre britanique, addington fit savoir un peu contrarié tout de même qu'il n'avait rien contre l'équipe antillaise. Il considérait meme que que le retablissement de l'ordre dans les colonies faisait partie des interêts comuns des deux pays. Les gouvernements de paris et de londres deciderent donc de se tenir mutuellement informés de ce qui se passait ou se préparait. (...)

[169] Proclamar a liberdade dos negros não estava no projeto napoleônico e a Inglaterra estava ciente disso e foi um dos motivos que se aliou ao posicionamento de Napoleão em restabelecer o lucrativo trabalho de escravo.

Analisando o cenário em um contexto transatlântico onde as colônias tiveram um papel importante na economia tanto da Inglaterra quanto da metrópole francesa, poderia defender a hipótese de que esta opção seria mais vantajosa para França. Até o início do século XIX a economia britânica ainda dependia do trabalho escravo; o tráfico ainda vigente em 1803 e as plantações nas colônias, assim se a França tivesse decidido manter e respeitar a abolição da escravidão, isso levaria uma crise econômica nas possessões britânicas, além de encorajar a população escravizada a reivindicar sua liberdade, aumentando os riscos de revoltas. Mas diante do decreto de 20 de maio de 1802, a Inglaterra escolheu se aliar, ainda que indiretamente. E o posicionamento acabou por lhe trazer benefícios em vários aspectos, embora esse não fosse o objetivo. A restauração da escravidão resultou em uma guerra massiva e custosa nas colônias, especialmente no Haiti revolucionário que inicialmente foi o principal foco do governo consular. Enquanto a França gastava recursos e perdia vidas e munições em um conflito, a Inglaterra por sua vez, fortalecia suas forças militares especialmente no âmbito naval. Paradoxalmente, do ponto de vista econômico, a violenta intervenção de Napoleão nas antigas colônias trouxe vantagens ao mercado britânico, uma vez que as guerras resultaram em uma redução na produção de açúcar e café enfraquecendo consequentemente o mercado e o comércio francês que dependiam das produções provenientes das colônias. Isso levou à perda de sua colônia mais lucrativa e à venda da Louisiana em 1803 aos Estados Unidos causou uma redução significativa da presença francesa no Atlântico, cedendo o espaço a Inglaterra que assumiu o papel de grande potência comercial e naval.

Os autores veem a decisão de retomar o trabalho escravo não apenas como uma responsabilidade coletiva e conjunta, mas também como um produto das circunstâncias, uma reação à pressão dos colonos e um efeito colateral da guerra na antiga colônia. Em resumo, Napoleão decide, mas nunca é realmente responsável. Considerar essa decisão como um produto circunstancial sugere que as opções de intervenção eram restritas, mas havia diversas alternativas que não exigiam o decreto de maio de 1802. Além disso, a publicação deste decreto anulou e reverteu um decreto de 1794 que tratava da abolição da escravidão. Conforme indicam Brenda e Lentz (p. 92), o objetivo de Napoleão com essa decisão era estabelecer e fazer respeitar a supremacia francesa, além de capturar e deportar Toussaint Louverture que governava a ilha, e neutralizar os demais generais. Porém, como já discutimos anteriormente, em sua constituição de 1801, Toussaint ofereceu a Bonaparte um modelo de protetorado no primeiro artigo que permitia a ele governar e coordenar todas as ações e decisões da ilha, visto que o artigo estipulava que "[...] o território em toda sua integralidade se formou uma única colônia que faz parte do império francês. [...]" isso implica que Toussaint aceitou a autoridade francesa. A

decisão pode não ter sido legítima, mas foi legal, representando uma maneira eficaz de governar para qualquer líder inteligente da época. Toussaint oferecia outra vantagem que beneficiava as políticas de Napoleão: o chamado *caporalisme agraire*[170], um mecanismo característico dos modelos que podiam atender aos interesses do consulado napoleônico. Única diferença como o sistema escravocrata é a liberdade dos trabalhadores era garantida pela lei. Fora disso, tratava-se de um sistema no qual os ex-escravizados eram juridicamente livres, porém continuavam vinculados às plantações sob uma disciplina militar, com a obrigação de trabalhar e penalidades em caso de fuga. Por que Napoleão não adotou esse sistema que lhe era tão semelhante, apesar de ele ter reconhecido que os anos de 1800-1801 foram prósperos para a colônia, como Branda e Lentz recordaram? (p. 97). O caráter autoritário do personagem não lhe permite aceitar o novo papel de Toussaint Louverture como governador geral da ilha, restringindo a autoridade da metrópole. Toussaint foi explícito e ousado em sua constituição "[...] a colônia integra o Império francês, porém, está submetida a leis particulares". Isso feriu o ego ditatorial do primeiro cônsul.

O restabelecimento da escravidão era vital para o projeto napoleônico, portanto, Napoleão estava pronto a qualquer sacrifício. E Toussaint ainda na sua constituição no artigo três defende o fim da escravidão na ilha "Não pode haver escravizados neste território, a servidão foi abolida para sempre. Todos os homens nascem, vivem e morrem livres e franceses[171]." A abolição da escravidão e a igualdade entre os homens permitiram que indivíduos outrora considerados produtos e mercadorias se afirmassem iguais e franceses como Napoleão Bonaparte. Para alcançar seu principal objetivo, Napoleão escolheu sacrificar vidas de homens, mulheres e crianças tanto nas colônias quanto na metrópole, conduzindo suas tropas em um conflito racial. Embora os autores de *Napoléon, l'esclavage et les colonies* tenham declarado que a expedição napoleônica era quase um projeto de desarmamento pacífico, e que Napoleão não almejava uma guerra devastadora, tanto em termos de vida humana quanto no aspecto físico da colônia. Além disso, eles ressaltam que o dirigente francês não pretendia planejar o massacre indiscriminado da população negra. A hipótese de uma guerra racial sempre foi discutida por vários autores em perspectiva diferente. Além dos autores pro-Napoleão, David Geggus por exemplo, *em Haitian Revolutionary Studies* sugere cautela a toda leitura que

[170] O caporalisme agraire é ocasionalmente confundido com os règlements de culture devido às semelhanças. Ambos foram estabelecidos por Toussaint Louverture e compartilhavam os mesmos objetivos. Contudo, há uma diferença sutil: o caporalisme é entendido como a doutrina (o "o quê"), enquanto os *règlements de culture* são considerados a aplicação direta (o "como").

[171] De acordo com Branda e Lentz, Toussaint Louverture afirmou ser francês para usufruir da posição internacional da metrópole.

busca, do ponto de vista puramente racial, explicar a expedição napoleônica; para este autor, o principal objetivo de Napoleão era restaurar a autoridade imperial, no sentido de que a França procurava retornar o controle de uma colônia estratégica, e a guerra se insere em uma lógica imperial, semelhante a outras reconquistas coloniais. Conforme Geggus a violência extrema não era essencialmente racial, mas resulta das práticas de guerra colonial da época, tendo como alvo tanto os insurgentes quanto qualquer grupo considerado rebelde à ordem imperial. Desse modo, a raça tem um papel relevante, porém não é o único fator explicativo.

Carolyn Fick por sua vez destacou a complexidade social da Revolução Haitiana, marcada por conflitos internos que vão além de uma simples oposição racial. Essas abordagens lembram que a guerra travada por Napoleão foi ao mesmo tempo colonial, social e política. No entanto, embora a raça não seja o único fator explicativo, ela continua sendo central, na medida em que a negação da cidadania negra e a preparação para o retorno à escravidão estruturam o próprio objetivo da expedição. Autores como Aimé Césaire em *Toussaint Louverture: La Révolution française et le problème colonial* (1981) foi mais direto ao ponto ao interpretar a expedição napoleônica como uma ruptura radical com o universalismo revolucionário. Para ele, Napoleão não conduz apenas uma guerra de reconquista, mas uma contrarrevolução colonial baseada na raça, justamente por ele ter rompido com a abolição de 1794 e ter negado a cidadania aos negros, reintroduzindo assim a raça como princípio de organização política. Significaria dizer, conforme a obra de Césaire, que os atos de extrema violência empregados pelas tropas napoleônicas nas colônias e, sobretudo, no Haiti revolucionário não tinham apenas o objetivo de restabelecer a ordem, mas também destruir a legitimidade de um poder negro, portanto, não a violência não foi acidental, mas estrutural. Por fim, o antropólogo Michel-Rolph Trouillot em *Silencing the Past* aborda a guerra não apenas sob a perspectiva militar, mas também como um fenômeno de produção de poder e de conhecimento. Ele demonstra que a Revolução Haitiana de 1791-1804 era, do ponto de vista ocidental, essencialmente impensável, no sentido de que os escravizados, no entendimento ocidental, eram incapazes de pensar a liberdade e de autogovernar. Ou seja, a guerra travada pela França surgiu como uma tentativa de restaurar os limites do pensável, reafirmando que os negros não podiam autogovernar nem ser cidadãos, a partir daí a dimensão racial não pode ser considerada como acessória, mas constitutiva da guerra napoleônica, dado que não se tratava apenas de reconquistar um território, mas de restabelecer uma hierarquia racial.

Outros aspectos do livro que precisam ser discutidos são relativos ao modo pelo qual os autores debruçam sobre a escravidão e a violência colonial. No texto, a escravidão não é tratada como um sistema racial e violento, ela é apresentada como um desafio econômico e

como uma herança do Antigo regime. Ali a violência é minimizada; os massacres de 1802-1803, as deportações e as execuções massivas são evocadas que brevemente foram atribuídas a outros fatores e raramente ligados às ordens vindas de Paris. Trata-se de uma tentativa de minimizar o peso moral e político do assunto, além de proteger a figura imperial minimizando as violências. A título de exemplo, os autores destacam:

> (...) Se o primeiro cônsul estava ciente de que para retomar o domínio desta colônia, ele precisava enviar reforços militares significativos [...] Bonaparte não considerava a guerra em curso mais do que uma rebelião clássica; para os negros, no entanto, tratava-se de uma autêntica luta patriótica pela independência. (...) (Branda; Lentz, 2006, p. 153)

Nota-se um grande desencontro de percepções entre o governo francês e a população negra de Haiti ainda revolucionário em relação à natureza do conflito em andamento. Ao considerar a guerra apenas como uma revolta colonial, Bonaparte demonstrou uma perspectiva influenciada pela lógica imperial e pela subavaliação da importância política da mobilização dos ex-escravizados. Para os negros, a batalha não se restringia a uma resistência pontual contra a autoridade metropolitana, tratava-se de uma autêntica guerra de independência, na qual estavam em jogo a manutenção da liberdade conquistada pelas lutas iniciadas em 1791 e a criação de uma nova ordem política que rompe com as práticas desiguais na busca por uma sociedade igualitária e justa. Essa diferença de interpretação contribui para entender o fracasso da estratégia francesa, pois a falta de reconhecimento do caráter patriótico e revolucionário do movimento fez com que o governo napoleônico subestimasse o envolvimento popular e a resistência ideológica, elementos fundamentais para o resultado do conflito e para a afirmação da independência haitiana.

PARTE III
AS POLÍTICAS NAPOLEÔNICAS ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES

A derrota das tropas de Napoleão Bonaparte em novembro de 1803 não acuou as ambições políticas napoleônicas. O ano de 1815 marcou o fim do império, mas as políticas coloniais permaneceram e foram reconduzidas por seus sucessores, a vontade de reconquistar Haiti fazia parte dos planos de todos os governos. Sendo assim, apesar da ruptura ocorrida nas "relações" entre a ex-metrópole e a antiga colônia, devida às lutas revolucionárias na era napoleônica, todos os governos sucessores cogitaram reconquistar o país já independente. Conforme aponta Jean-François Brière, até o ano de 1818, os governos da França tentaram diversas vezes controlar o Haiti, assim a discussão girava em torno da melhor abordagem a ser adotada; se deveriam optar por uma expedição militar assim como Napoleão havia realizado, ou se seria mais eficaz empregar a diplomacia para dialogar com os líderes haitianos. No entanto, duas missões foram enviadas pelos governos franceses aos dirigentes haitianos. Como após a morte do imperador Jacques I, o Haiti havia sido dividido em duas grandes regiões com dois governos independentes uma missão foi enviada a Alexandre Pétion, que presidia a região sul, e a outra ao general Henry Christophe, que comandava a região o norte do país., As duas missões mencionadas não tiveram sucesso. A primeira, em 1814, foi conduzida por Dauxion-Lavaysse, um ex-proprietário, e foi enviada sob as ordens do então ministro da Marinha francesa, Malouet. O emissário tentou persuadir Pétion a atender o pedido de Luís XVIII, mas acabou sendo expulso do país após o governo descobrir que ele atuava como espião a serviço da França. Na região norte, o emissário de Luís XVIII já havia sido acusado de conspiração, submetido a julgamentos, encarcerado e, posteriormente, falecido. Este episódio obrigou rei Henry I◦ a investir consideravelmente em estratégias de segurança capaz de proteger seu território contra toda tentativa de invasão estrangeira. Em anúncio a população ele afirmou

> (...) Os planos dos nossos implacáveis inimigos são conhecidos: eles querem nos escravizar ou nos destruir completamente. Temos que lutar pela nossa liberdade, pela nossa independência; temos que defender a nossa vida, a vida das nossas mulheres e dos nossos filhos. Devemos empregar contra nossos inimigos todos os meios de destruição que eles pretendem empregar contra nós, devemos fazer uso de um sistema de defesa adequado ao tipo de ataque, em harmonia com nossas localidades, e empregar toda a nossa energia para derrotar nossos tiranos[172]. (...) (MADIOU, [1848],1988, t. V, p. 296-7). (Tradução nossa).

[172] [...] Les projets de nous implacables ennemis sont connus: ils veulent notre esclavage ou notre entière destruction, nous avons à combattre pour notre liberté, notre indépendance; nous avons à défendre notre vie, celles de nous femmes et de nos enfants. Nous devons employer contre nos ennemis tous les moyens de destruction qu'ils

Henry Christophe já planejava um potencial estratégia em caso de intervenção francesa, mas além disso, publicou um decreto que representava um apelo aos militares e à população em geral a se mobilizarem, orientando-os sobre como agir. Podiam-se ler algumas das recomendações;

> [...] Foi determinado que todas as milícias do Reino fossem organizadas em batalhões e esquadrões a modelo do Royal Dahomey e que os bairros da primeira fileira deveriam fornecer seis batalhões e um esquadrão, os da segunda linha, quatro batalhões e um esquadrão, e os da terceira linha, três batalhões. Com essas tropas assim organizadas, a infantaria deveria combater no sopé das colinas, nas gargantas das ravinas e desfiladeiros, em emboscadas; a cavalaria deveria penetrar nas planícies para observar e informar os movimentos do inimigo, atacar seus retardatários e interceptar seus correios. O exército de linha deveria defender as fortificações e formar colunas móveis para se deslocar aos pontos que estivessem ameaçados de ataque pelo inimigo. [...] recomendava a união nas operações, entre as tropas de todas as armas e a concertação para obter um sucesso completo. [...] A sangrenta luta em que o Haiti logo se envolveria, sendo uma guerra de extermínio, Sua Majestade ordenou e instruiu os generais e oficiais comandantes das tropas de todas as armas, artilharia, infantaria e cavalaria, a não darem quartel a nenhum prisioneiro que o destino das armas colocasse em seu poder, independentemente da patente, idade e sexo, fossem todos sacrificados sem piedade e sem remissão nos mais horríveis tipos de tortura, que todos os meios que eles usassem para destruir e exterminar o inimigo eram um dever sagrado. O triunfo da causa dos haitianos e a salvação da pátria lhes impunham a mais imperiosa lei[173]. [...] (Madiou, [1848],1988, t, V, p. 296-07). (Tradução nossa).

Christophe mostrou como ele era sensível a manter e respeitar a soberania do país e manifestou ao mesmo um certo tipo de patriotismo. Em 1 de janeiro de 1815, após ter escutado o discurso de um de seus generais na ocasião da comemoração da independência, ele, por meio de sua porta voz e secretario de Vastey, mostrou sua preocupação e reafirmou a confiança:

> [...] A sua pátria está ameaçada; os nossos tiranos, no delírio da sua fúria, falam em exterminar a nossa geração até aos seis anos de idade! Eles sabem que não poderão nos derrotar com armas nas mãos; conhecem nossos meios de defesa e nosso caráter belicoso; sabem que somos invencíveis e que a força é impotente para nos subjugar; por isso, querem ainda nos dividir; procuram encontrar entre nós os instrumentos necessários para seu sacrifício atroz, mas estão enganados! [...] Haitianos, reforcemos

---

comptent employer contre nous, nous devons faire usage d'un système de défense mesuré au genre de l'attaque, en harmonie avec nos localités et déployer toute notre énergie pour vaincre nos tyrans.

[173] [...] ordonnaient que toutes les milices du Royaume seraient organisées en bataillons et escadrons de Royal Dahomey; les quartiers du premier rang devaient fournir six bataillons et un escadron, de 2° rang, quatre bataillons et un escadron, de 3° rang, trois bataillons. Ces troupes ainsi organisées, l'infanterie devait combattre dans les pieds des mornes, dans les gorges des ravines et des défilés, en embuscades; la cavalerie devait pénétrer dans les plaines pour observer et instruire des mouvements de l'ennemi, tomber sur ses traîneurs et intercepter ses courriers. L'armée de ligne devait défendre les fortifications et se former en colonnes mobiles pour se porter sur les points qui seraient menacés d'être attaqués par l'ennemi. [...] recommandait l'ensemble dans les opérations, parmi les troupes de toutes armes et la concertation pour obtenir un succès complet. [...] la lutte sanglante dans laquelle Haïti allait se trouver bientôt engagée, devant être une guerre d'extermination, Sa Majesté ordonnait et enjoignait aux généraux et officiers commandant les troupes de toutes les armes, artillerie, infanterie et cavalerie, de ne point faire aucun quartier à tous les prisonniers que le sort des armes aurait fait tomber en leur pouvoir, quels que soient le grade, l'âge et le sexe, seraient tous immolés sans pitié et sans rémission dans les genres de supplice les plus horribles, que tous les moyens qu'ils mettraient en usage pour détruire et exterminer l'ennemi étaient un devoir sacré. Le triomphe de la cause des Haytiens et le salut de la patrie leur en imposait la plus impérieuse loi. [...]

> nossos laços de união, fraternidade e concórdia, que constituem a força dos soldados; somos haitianos, somos todos negros. O mundo tem os olhos voltados para nós, cabe a nós justificar a honrosa opinião que os defensores e protetores de nossa causa têm de nós, pela perseverança no nobre caráter que demonstramos. Vamos confundir as calúnias dos nossos detratores vis; vamos provar ao mundo inteiro que somos dignos dos benefícios da liberdade e da independência[174]. (...) (Madiou, 1988. [1848], t. V, p. 303).

Foram sinais que demonstraram que os governos haitianos não desejavam a presença francesa em seus territórios, o gesto representava uma ruptura consumada. Isso não impede outras tentativas, em 1816 uma segunda missão conhecida como missão Fontanges foi enviada aos dois líderes haitianos com o propósito de negociar o retorno do Haiti à França. Todos os comissários integrantes das missões eram antigos senhores que tinham propriedades na antiga colônia, a exemplo de Vicomte Fontanges, que liderava a missão. Uma correspondência foi endereçada a Pétion em dois de outubro de 1816, e ele rejeitou o apelo feito no dia seis do mesmo mês. Logo em seguida, uma segunda correspondência mais detalhada foi endereçada a ele. Beaubrun Ardouin nos trouxe um extrato desta última:

> Particularmente, a colônia de São Domingos nos chamou a atenção. Reconhecemos que foi proveitoso enviar comissários para tranquilizar as inquietações que os moradores dessa ilha possam ter em relação à sua condição; eliminar suas dúvidas, definir seu futuro e legitimar as mudanças que os ocorridos possam ter se tornado necessárias, principalmente as que buscam aprimorar o destino de nossos sujeitos. Nossos comissários chegarão a um acordo com os atuais administradores sobre tudo o que diz respeito à legislação da colônia, ao regime interno e à ordem pública, aos funcionários civis e militares, ao estado das pessoas e ao restabelecimento das relações comerciais com a metrópole. Eles nos indicarão aqueles de nossos súditos que se tornaram dignos de nossa benevolência e que mereceram recompensas eles nos indicarão aqueles de nossos sujeitos que se tornaram dignos de nossa benevolência e que mereceram recompensas por sua lealdade e fidelidade à nossa pessoa.[175] (ARDOUIN, 1858, t. VIII, p. 230). (Tradução nossa).

---

[174] Votre patrie est menacée; nos tyrans, dans le délire de leur rage, parlent d'exterminer notre génération jusqu'à l'âge! [...]. Ils savent qu'ils ne pourront nous vaincre les armes à la main; ils connaissent nos moyens de défense et notre caractère belliqueux; ils savent que nous sommes invincibles et que la force est impuissante pour nous réasservir; ils veulent donc encore nous diviser; ils cherchent à trouver parmi nous les instruments nécessaires à leur atroce sacrifice, mais qu'ils s'abusent! [...] Haytiens, resserrons nos liens d'union, de fraternité, de concorde qui constituent la force des soldats; nous sommes Haytiens, nous sommes tous noirs. Le monde a les yeux fixés sur nous, c'est à nous de justifier l'honorable opinion que les défenseurs et protecteurs de notre cause conçoivent de nous, par la persévérance dans le noble caractère que nous avons déployé. Confondons les calomnies de nous vils détracteurs; prouvons au monde entier que nous sommes dignes des bienfaits de la liberté et de l'indépendance [...].

[175] Nos commissaires s'entendront avec les administrateurs actuels, sur tout ce qui tient à la législation de la colonie, au régime intérieur et d'ordre public, aux fonctionnaires civils et militaires, à 'état des personnes et au rétablissement des relations commerciales avec la métropole. Ils nous désigneront ceux de nous sujets qui se sont rendus dignes de notre bienveillance, et qui auront mérité des récompenses par leur attachement et leur fidélité à notre personne.

Embora o conteúdo fosse agressivo, os comissários que chegaram ao porto foram recebidos cordialmente e tiveram uma reunião com o presidente Pétion. Contudo, depois das negociações, foi-lhes comunicado que Pétion havia rejeitado de forma categórica a ideia de submeter a República Haitiana à soberania francesa. Insatisfeitos, os comissários se direcionaram ao norte do país em busca de contato com Henry Christophe, porém, o general rejeitou qualquer interação com os representantes franceses.

Houve outras cartas dirigidas a Pétion, uma delas datada de 30 de outubro, à qual ele respondeu em 2 de novembro, e outra em 10 de novembro. Ardouin (1858, t. VIII, p. 247) menciona que a correspondência datada de 10 de novembro revelou o projeto e a intenção do governo monarquista, que buscava persuadir Alexandre Pétion a aceitar as proposições. Nessa carta, constavam alguns pontos estabelecidos em nome do rei, segundo declararam os comissários.

A seguir, apresentamos os artigos que geram mais dúvidas. Tratou-se de:

1) Seria declarado, em nome do rei, a abolição da escravidão em São Domingos e que nunca mais seria restabelecida;

2) Que os direitos civis e políticos seriam concedidos a todos os cidadãos, como na França e nas mesmas condições;

6) Que os antigos colonos só podiam chegar e residir na colônia, se se submetessem às leis e regulamentos que fossem estabelecidos, nomeadamente aqueles que dizem respeito ao estado das pessoas e aos direitos civis;

Artigo 7) Que as autoridades atuais, em conjunto com os comissários do rei, elaborassem um regulamento geral sobre as propriedades, a fim de acabar com as incertezas e impedir que novos distúrbios atrasassem ainda mais a recuperação da colônia; invertemos a ordem das propostas articuladas, a fim de indicar imediatamente o ponto mais essencial: o retorno dos antigos colonos às suas propriedades; além disso, o exército seria mantido na mesma situação em que se encontrava; o rei nunca enviaria tropas europeias para São Domingos; o presidente da República, que se tornara governador-geral da colônia, e os senadores conservariam suas prerrogativas e atribuições, provisoriamente, salvo as modificações que viriam com a revisão da Constituição; o governador-geral e um tenente-general do governo seriam nomeados no futuro pelo rei, mediante a apresentação de três candidatos escolhidos pelo senado; os portos continuariam abertos a todas as potências, nas condições estabelecidas hoje para os estrangeiros; elas poderiam mudar dependendo das circunstâncias; o rei empregaria seus bons ofícios junto a sua santidade para obter um bispado para a colônia"; todas as concessões do rei se estenderiam ao norte, sul e oeste da colônia; o ato constitucional seria revisado no ano

pelo senado, em conjunto com os comissários, e o Rei seria solicitado a aceitá-lo após essa revisão e garanti-lo para si e para seus sucessores [...].

Foi por meio do artigo sete que os comissários exprimiram a verdadeira ambição da França. Alexandre Pétion queria restabelecer os laços comerciais com a França, porém não com a metrópole escravocrata. Eliminou-se qualquer chance de presença de tropas francesas no país, bem como o retorno dos antigos proprietários ao território, o que era vedado pela constituição, embora ele tivesse acordado que o exército haitiano se incorporaria ao francês. Em resposta à carta, ele reafirmou seu engajamento nestes termos:

> (...) ao proclamar sua independência, o povo haitiano o fez para o mundo todo, e não apenas para a França. Nada será capaz de fazê-lo recuar dessa determinação inabalável [...] dirigi-me a vocês em nome da nação da qual sou líder e representante. Jamais comprometeria sua soberania; minha obrigação é respeitar os princípios do pacto social que foi estabelecido. O povo haitiano deseja liberdade e independência, e eu apoio essa vontade. Para transformar as instituições, é o país que precisa se manifestar, não ao chefe. (...) (Ardouin, 1858, t. VIII, p. 250)[176]

Pétion optou por garantir a liberdade e proteger a Independência do país, recusando as ofertas da França monarquista. O modelo de governança sugerido pelos comissários, os enviados do rei, era o mesmo do período em que Toussaint Louverture governava toda a ilha. Considerando que o artigo sete estabelece que Pétion assumiria o cargo de governador geral e que os antigos senhores retornariam às suas propriedades. Tratava-se de um retorno ao antigo regime colonial, diferentemente do que propôs Jean-François Brière[177] (2009).

O interesse de Pétion era que a França reconhecesse a Independência da nova nação e voltar a comercializar com outros países. Do outro lado, a França monitorava os britânicos e americanos que também tinham interesses especialmente nos produtos como açúcar, algodão, índigo, mas sobretudo no café haitiano. Ademais, o interesse francês em restabelecer os "laços" tinha como objetivo reconstruir a economia francesa que havia afetado a força marítima do país. Conforme relatou por Briere (2009, p. 100), em 1816, as relações comerciais entre França e Haiti foram restabelecidas, e em 1820, o café haitiano correspondia à metade do café importado pela França, ficando atrás de produtos como algodão, índigo e *bois de campêche* (pau-brasil). Após a morte de Alexandre Pétion em 1818 e o suicídio de Henry Christophe em 1820, Jean-Pierre Boyer que já havia substituído Pétion na presidência na região sul tomou iniciativa de

---

[176] [...] en proclamant son indépendance, le peuple d'Haïti a fait à l'univers entier, et non à la France en particulier. Rien ne pourra jamais le faire rétrograder de cette inébranlable résolution [...]. C'est au nom de la Nation dont je suis le chef et 'interprète, que je vous ai parlé. Je ne compromettrai jamais sa souveraineté, et ma responsabilité est de me conformer aux bases du pacte social qu'elle a établi. Le Peuple d'Haïti veut être libre et indépendant, je le veux avec lui. Pour changer d'institutions, c'est la Nation qui doit se prononcer, et non le chef [...]

[177] Brière, Jean-François. Le baron Portal et l'indépendance d'Haïti, 1818–1821." *French Colonial History* 10 (2009): 97-108.

reunificar o país. Em outras palavras, a França não precisou negociar com um país dividido pelas disputas resultantes do sistema colonial. Mas, diante das pressões francesas, o que a reunificação poderia oferecer ao Haiti? De fato, o que a reunificação proporcionou ao país em face dessas pressões? Após ter enfrentado várias crises, um país unido se tornaria fortalecido do ponto de vista político e estratégico. Os dirigentes franceses também compartilharam essa perspectiva. No entanto, a reunificação não fortaleceu o país na resistência contra as pressões estrangeiras. Jean-Pierre Boyer, na sua condição de presidente, após a reunificação, abriu o comércio do país para os franceses, inclusive a região norte, que durante o governo do rei Henry I resistiu ao modelo de relação comercial proposto pelos franceses. De Vastey, secretário do rei, deixou claro ao estabelecer as condições sob as quais a nação deveria negociar com os franceses.

> (...) Nossas relações políticas e comerciais com a França, enquanto ela não reconhecer solenemente nossa independência: não podem ser nem mesmo semelhantes aos que temos com outras nações, porque não temos nada a temer das pretensões destas últimas, enquanto temos que desconfiar das tramas criminosas dos franceses, repelir suas influências e seus ataques por todos os meios que estão ao nosso alcance; essas objeções dos franceses nos levam naturalmente a examinar qual foi a conduta que o governo dos Bombons manteve em relação a nós, desde que esta casa foi restaurada no trono da França[178] (...) (Vastey, 1817, p. 11). (Tradução nossa).

De Vastey desempenhou um papel preponderante na defesa sistemática do Haiti em geral contra as ofensas da metrópole francesa e na defesa do governo de Henry Christophe em particular. Nas suas reflexões políticas acerca de certas obras e jornais franceses relacionados ao Haiti, o barão de Vastey buscou proteger a soberania haitiana contra os frequentes ataques da imprensa e dos publicistas franceses no começo do século XIX. Tudo ocorreu em um momento em que o Haiti ainda precisava lidar não apenas com as ameaças militares da França, mas também com um ataque verbal que tinha como objetivo pôr em dúvida sua própria existência. Vastey responde a esse ataque com uma retórica contundente, fundamentada na lembrança das violências coloniais, na condenação dos preconceitos raciais e na valorização do regime monárquico instaurado por Henri Christophe cujo era secretário. Um dos eixos principais do texto é a reativação da memória dos crimes cometidos pelos franceses. Vastey relembra com insistência as atrocidades cometidas pelos exércitos de Leclerc e Rochambeau

[178] (...) Nos rapports politiques et commerciaux avec la France , tant qu^elle n^aura pas reconnue solennellement notre indépendance : nepeuvent pas même être seniLlables à ceux que nous avons avec les autres nations , parce que nous dernières ; n'avons rien à redouter des prétentions de ces tandis que nous avons à nous défier des trames criminelles des français, àrepousser leurs influences et leurs attaques par tous les moyens qui sont en notre pouvoir ; ces objec tions des français nous portent naturellement à examiner quelle a été la conduite que le gouvernement des Bombons a tenu à notre égard, depuis que cette Maison a été rétablie sur le trône de France.

entre massacres, torturas, execuções, deportações e traições diplomáticas. Essa memória não se limita à uma recordação histórica dado que ela serviu como o argumento principal para evidenciar a inviabilidade moral e política de um retorno ao domínio francês. Ao revelar essas violências, Vastey retoma contra a França seu próprio discurso de civilização, mas buscou aniquilar um povo inteiro. Simultaneamente, Vastey oferece uma crítica perspicaz ao discurso colonial francês. Ele examinou os preconceitos raciais presentes nos escritos de Pradt[179], de Boigne[180] e nos jornais monárquicos, evidenciando como esses autores negam a habilidade dos haitianos de autogoverno. Ele ressalta as incoerências de uma França que, após falhar militarmente, busca retomar o Haiti por meio da persuasão, difamação e manipulação da opinião pública. Esta análise, bastante contemporânea, antecipa reflexões que posteriormente aparecerão em Césaire (mencionado no decorrer do texto) ou Fanon. Vastey entende que o colonialismo não é somente um sistema econômico ou militar, mas também um sistema discursivo, fundamentado na criação de narrativas que desvalorizam e que minimizam. De Vastey explica o motivo pelo decidiu criticar as obras de Pradt e de Boigne, ambos escravistas e proprietários de escravizados no Haiti colonial:

> Citaremos com elogios às obras de M. de Pradt, exceto alguns erros que atribuímos à falta de conhecimento local ou à posição difícil em que ele se encontra; encontramos neste célebre literato visões amplas e profundas, grandes e úteis verdades e um sentimento de benevolência universal para com todos os povos; respondemos-lhe separadamente. Não podemos dizer o mesmo das elucubrações ou visões de *ex-colon*, M. le Borgne de Boigne; nada mais ridículo e errado do que o seu *nouveau Système de Colonisation pour Saint-Domingue,* jamais cérebro vazio criou uma tal loucura; os jornais franceses que nos dizem respeito são tão insensatos quanto a obra do Sr. de Boigne; particularmente um artigo inserido no *Journal des Débats,* de 26 de julho, que não passa de um barulho e do panegírico do novo *Système de Colomsation pour Saint-Domingue*[181]. [...] De Vastey, 1817, p. 3).

A crítica ao discurso colonial de De Vastey foi acompanhada por uma defesa incondicional do regime de Christophe que optamos por não desenvolver nesse presente

[179] Dominique-Georges-Frédéric de Pradt (1759-1837), conhecido como o abade de Pradt, foi um prelado e político francês influente durante o Império e a Restauração, nomeado arcebispo de Malines em 1809. Capelão de Napoleão I e diplomata, este escritor poligráfico é conhecido pelos seus escritos liberais e pela sua carreira agitada.

[180] Borgne de Boigne, cavaleiro da Ordem Real e Militar de Saint-Louis, ex-delegado do governo em São Domingos, ex-legislador deputado desta colónia.

[181] Nous citerons avec élogeles ouvrages ^^ de M. de Pradt , saufquelques erreurs que nous attribuons au défaut de con naissances locales , ou à la position difficile où il se trouve placé ; nous peuples ; trouvons dans ce célél)re littérateur , desvuesvastes et profondes , de grandes et utiles vérités , et un sentiment de bienveillance universelle pour tous les nous lui repondt-ons séparément. Il s^en faut de beaucoup que nous pviissions en dire de même des élucu bralions , ou visions de Fex-colon , M. le Borgne de Boigne ; rien de plus ridicule et de plus erroné que son JSouveau Système de Colonisationpour Saint-Domingue^]ixina\s cerveau creux i'^a enfante une telle clilmère; les jour naux Irançais qui nous concernent sont aussi insensés que l'ouvrage de M. de ^ Boigne ; particulièrement un article inséré dans le Journal des Débats , du 2G Juillet , qui n'est que Fécho et le panégyriste du JSoiweau Système de Colomsation pour Saint-Domingue.

trabalho. Portanto, Vastey desenvolve uma concepção universalista, mas hierarquizada da civilização. Ele defende a igualdade essencial entre os seres humanos e nega as hierarquias raciais, embora aceite parcialmente as categorias europeias de "civilização" e "barbárie". Em vez de desconstruir essas categorias, ele buscou mostrar que a população haitiana é capaz de alcançar e em alguns casos, superar os padrões europeus. Essa posição comum entre as elites negras do início do século XIX demonstra um conflito entre a afirmação da identidade e a busca pelo reconhecimento internacional.

Em novembro de 1820, navios de guerra franceses fizeram escala na cidade de Cabo Haitiano pela primeira vez desde a derrota das tropas napoleônicas comandadas por Rochambeau, conforme apontou Brière (2009, p. 103). O Presidente Boyer permitiu isso, e consequentemente manchou a honra da memória de Henry Christophe, de baron De Vastey e de toda a população.

As ações das comissões sob a liderança de Luís XVIII, especialmente as decisões dos líderes haitianos, ganharam uma dimensão transatlântica, e os eventos foram amplamente divulgados nos principais jornais europeus. Madiou esclarece que, a partir do final de dezembro de 1815, jornais ingleses como o Times deram um sinal positivo em relação à posição defendida por Christophe e Pétion. No entanto, ao mesmo tempo, questionaram a conduta dos governos francês e inglês em relação ao restabelecimento da escravidão. Entretanto, a posição da mídia inglesa que se mostrou favorável aos governos do Haiti não foi isolada. Esse ato fez parte de uma estratégia política global, na qual a Inglaterra buscava competir com a França pelo comércio haitiano. Em 1822 Boyer reunificou as duas partes da ilha (a parte Oeste, Haiti- e a parte leste atual República Dominicana); do lado europeu, o ano de 1824 marcou a ascensão ao poder de Charles Philippe de France coroado Charles X, e consequentemente os interesses ressurgiram e se intensificaram.

Origem da "indenização"

Enquanto o governo de Henry Christophe na região Norte resistia às pressões francesas, no Sul, Alexandre Pétion tentou fazer o mesmo embora isso talvez não tenha sido suficiente para evitar que os antigos colonos fossem compensados pelas atrocidades perpetradas na antiga colônia. De onde surgiu a ideia de indenizar os antigos proprietários franceses após a derrota das tropas napoleônicas no Haiti revolucionário? Não existe uma única abordagem para buscar explicações; por isso, existem diversas hipóteses que podem ajudar a entender melhor os ocorridos. Depois do fracasso das missões de Luís XVIII em recuperar o território, os líderes

franceses procuraram opções para atender as reivindicações dos antigos proprietários que alegavam ter perdido suas propriedades. De certa forma, a questão da indenização foi reexaminada a partir de 1821, com a chegada de Pierre-Barthélémy Portal ao ministério da marinha. Isso se devia à suposta proposta feita por Alexandre Pétion, então presidente, aos emissários durante a primeira missão em 1814. (Brière, 2029, p. 102-03). Thomas Madiou relata que Pétion respondeu à carta do emissário Dauxion Lavaysse em 20 de novembro de 1814, recusando-se a submeter o país à dominação francesa. No entanto, ele propôs a ideia de indenizar os antigos proprietários. Madiou esclarece:

> (...) Depois de entregar essa carta a Dauxion Lavaysse, Pétion chamou o general Magny, Inginac e Sabourin e disse-lhes que nunca consentiria em nada que pudesse prejudicar, mesmo que minimamente, a independência do Haiti, mas que poderia, no máximo, concordar em indenizar os antigos colonos de Saint-Domingue que tiveram seus bens confiscados pelo Estado do Haiti; que se faria um levantamento dessas propriedades, que elas seriam avaliadas e que lhes seria concedida uma quantia cujo valor, a ser determinado, seria objeto de negociação; que isso seria pura e simplesmente reconhecer o princípio da inviolabilidade da propriedade; mas que nada seria concedido ao governo francês pelas propriedades do rei da França que se tornaram bens nacionais, porque pertenciam ao Haiti por direito de conquista; que, em compensação pela indenização que seria dada aos colonos por suas propriedades pessoais, a França reconheceria a independência plena e total de todo o Haiti.(...) (Madiou, [1848], 1988, p. 255)[182]. (Tradução nossa).

A proposta do então presidente foi acolhida de forma positiva pela maioria de seus generais, membros de seu governo e até mesmo pelos senadores e magistrados reunidos. A única voz contrária à decisão do presidente foi o general Jean-Pierre Boyer, uma das figuras mais importantes e próximas de Pétion que, apesar de tudo, costumava se opor a várias decisões. Boyer teria declarado que a decisão do presidente era fundamentada no populismo e que nada deveria ser concedido aos antigos colonos nem mesmo a indenização em princípio, e que se ele fosse presidente rejeitaria essas propostas da França. Paradoxalmente, foi Boyer quem, ao assumir a presidência, aceitou em 1825 a ordem de Charles X, reconhecendo a independência em troca de uma compensação de 150 milhões de francos, conforme recorda Madiou. Simultaneamente à alegada proposta de Pétion, o governo francês recebia reclamações e correspondências de figuras proeminentes, em sua maioria ex-senhores proprietários, que

---

[182] Après avoir fait remettre cette lettre à Dauxion Lavaysse, Pétion fit venir auprès de lui le général Magny, Inginac et Sabourin et leur dit qu'il ne consentirait jamais à quoi que ce soit qui put porter la plus légère atteinte à l'indépendance d'Haïti, mais qu'il pourrait tout au plus consentir à indemniser les anciens colons de Saint-Domingue qui avaient eu leurs biens confisqués par l'Etat d'Haïti; qu'on ferait un relevé de ces propriétés, qu'on les évaluerait et qu'on leur accorderait une somme dont le chiffre, pour être déterminé, serait l'objet d'une négociation; que ce serait purement et simplement reconnaître le principe de l'inviolabilité de la propriété; mais qu'il ne serait rien accordé au gouvernement français pour les domaines du Roi de France devenus biens nationaux, parce qu'ils appartenaient à Haïti par droit de conquête; qu'en compensation de l'indemnité qui serait donnée aux colons pour leurs propriétés personnelles, la France reconnaîtrait l'indépendance pleine et entière de toute Haïti. [...]

pressionavam o ministro da Marinha e o governo real em busca de formas de punir o Haiti pelos acontecimentos revolucionários que segundo eles, resultaram na perda de suas propriedades.

Em 1814[183] o conhecido Brulley, ex-comissário da colônia junto a sua majestade Luís XVI, membro da comissão de colonos proprietários de São Domingos junto ao ministro da marinha e das colônias, membro de várias sociedades cientificas e da sociedade de incentivo a Indústria francesa escreveu uma série de propostas nas quais apresenta a Luís XVIII um plano para retomar o Haiti. Além de quitar as dívidas dos colonos e reerguer a economia francesa, o plano prevê a volta da escravidão. De acordo com Brulley, os antigos senhores foram as principais vítimas da Revolução, pois a colônia foi devastada pelos eventos revolucionários, resultando na perda de uma enorme fonte de riqueza para a França. Como consequência, os colonos sobreviventes estão arruinados e incapazes de recuperar suas propriedades sem assistência. “Os efeitos negativos da revolução afetaram todos os franceses, em maior ou menor grau. No entanto, entre os mais prejudicados, sem dúvida, estão os colonos, especialmente aqueles que possuíam terras em São Domingos.” (Brulley, 1814, p. 1). O documento sugere um plano financeiro e administrativo abrangente que possibilite à França retomar o domínio de Haiti e reativar a economia colonial sem custos para o Estado. Portanto, a principal estratégia das propostas é a formação de um banco colonial, sustentado financeiramente pelos próprios colonos uma vez indenizados. É importante destacar que a série de propostas apresentadas por Brulley ao rei Luís XVIII foi redigida em 1814. Ou seja, o Haiti já havia conquistado sua independência há dez anos. No entanto, o autor descreveu esse evento como se fosse apenas um incidente passageiro ou, em outras palavras, algo obtido por meio de um tratado, e não o resultado das lutas que culminaram na derrota do opressor. E, sob a ótica colonial, mesmo uma década depois, o Haiti ainda era visto como uma colônia da qual a França poderia retomar a posse a qualquer momento. Isso evidencia que, para alguns grupos das elites francesas, o Haiti não era considerado um sujeito político, mas sim uma propriedade perdida.

Brulley (p. 1) ainda escreve (...) se essa colônia se tornou a mais bela e rica do universo, foi graças ao trabalho e à atividade de seus habitantes (...), mas ele nunca menciona a escravidão

[183] Em 1819 o conde de Léaumont porta-voz dos antigos proprietários de São Domingos tentou obter de Luís XVIII a criação de uma representação colonial na colônia. Ele havia pedido a Portal, ministro da marinha da época a autorização para reunir os antigos colonos em uma sala da Prefeitura de Paris. Essa autorização foi recusada. Léaumont, furioso, acusou Portal de abandonar São Domingos. Ele reuniu então os antigos colonos em sua residência, de onde lançaram um apelo às câmaras de comércio dos grandes portos para que pressionassem o governo a “restaurar” a colônia, conforme aponta Jean-François Brière.

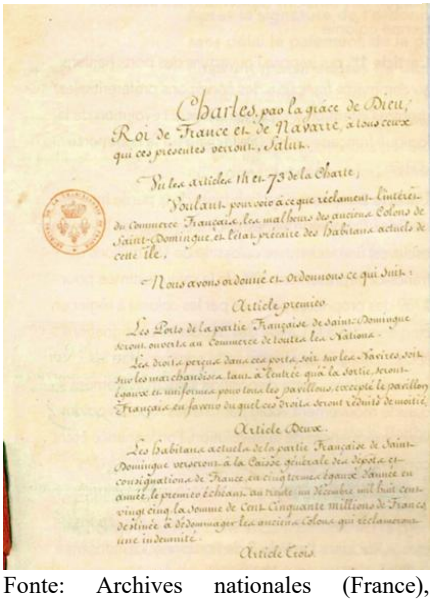
que foi a base dessa riqueza, minimizando o fato de que a escravidão tornou o território em questão muito mais produtivo e lucrativo para os colonos e a metrópole. E que essa ilha sempre foi um lugar próspero e bonito, muito antes da invasão dos europeus. As potências europeias, especialmente França, Espanha e Inglaterra não disputaram pela posse desta ilha por causa de sua riqueza e beleza? Por que Brulley minimiza as causas da Revolução de 1791, as violências do sistema colonial-escravista, as lutas das pessoas que foram reduzidas a escravidão?

O ato de minimizar personagens, fatos e ocorridos históricos nunca é neutro, serve para legitimar a ideia hegemônica, serve para legitimar a ideia de que a França foi prejudicada e que deve recuperar o que lhe pertencia. Isso implica que o texto não apenas tenta deslegitimar todos os papéis exercidos pelos líderes haitianos na luta contra o sistema colonial-escravista, mas também se alinha a uma série de esforços franceses para manter o controle político e econômico sobre o Haiti. Por exemplo, entre 1802 e 1825, a presença do controle francês foi constante: expedição de Leclerc em 1802 para restabelecer a escravidão; projeto de reconquista ou de tutela econômica entre 1814 e 1820; decreto de Charles X, em 1825, impondo indenização aos antigos proprietários. Ou seja, Brulley é um elo dessa estrutura, ele propõe uma reconquista não militar, mas financeira e administrativa, utilizando os colonos como intermediários. Sua perspectiva se insere plenamente na continuidade ideológica, econômica e política de ministros da marinha francesa como Portal, Malouet, por exemplo.

Indemnização não: uma *rançon* ("extorsão") imposta

Com a morte de Henry Christophe, líder da resistência contra a França, e a unificação do país sob a presidência de Boyer, o cenário mudou completamente. Além disso, as diversas tentativas falhadas alteraram a questão de reconquistar o Haiti. A nova abordagem dos dirigentes franceses envolvia compensar os antigos proprietários pelas "perdas" de suas propriedades na colônia, e a discussão reemergiu em relação à suposta proposta feita por Alexandre Pétion em 1814, quando recebeu os emissários. Os franceses retomaram a ideia de indenização, e Jean-Pierre Boyer, presidente que promoveu a reunificação, propôs à França o reconhecimento da independência do país em troca de uma compensação. Em 1824 a ascensão de Charles X ao poder cortou toda negociação diplomática impondo de maneira unilateral a adopção da ordenança em 17 de abril de

Figura 19 L'ordonnance de Charles X



Fonte: Archives nationales (France),

1825 ao Haiti. Nessa data, foi criada uma ordenança composta por três artigos, nos quais o governo francês estabeleceu o pagamento de cento e cinquenta milhões de francos ouros para indenizar os antigos proprietários. Segue o conteúdo do documento na sua totalidade.

Trata-se de um texto oficial emanado do poder monárquico francês, que trata do estatuto de São Domingos, que se tornou Haiti após sua independência proclamada em 1804. Este texto insere-se no contexto das relações tensas entre a França e o Haiti, marcadas pela recusa francesa em reconhecer a independência da sua antiga colónia. Logo no preâmbulo, o rei justifica esta ordem com vários argumentos: o interesse do comércio francês, a situação dos antigos colonos de Saint-Domingue e o estado considerado "precário" dos atuais habitantes da ilha. Essa formulação revela uma visão ainda profundamente colonial, que dá um lugar central aos antigos colonos e aos interesses econômicos da França, enquanto a soberania haitiana é considerada apenas de forma condicional.

O artigo 1 prevê a abertura dos portos haitianos ao comércio internacional, mas institui uma desigualdade em favor da bandeira francesa que beneficia de direitos reduzidos pela metade. Esta disposição mostra que, apesar do reconhecimento anunciado, a França procura manter uma dominação econômica permanente sobre o Haiti, favorecendo os seus próprios interesses comerciais.

O artigo 2 constitui o cerne do texto: impõe aos habitantes do Haiti o pagamento de uma indenização de 150 milhões de francos destinada a compensar os antigos colonos pela perda de seus bens, incluindo suas plantações e escravizados. Essa exigência é excepcional na história das independências e inverte totalmente as responsabilidades históricas. Pois obriga um povo anteriormente colonizado e escravizado a indenizar seus antigos senhores. Essa dívida, pesada e distribuída ao longo de vários anos, pesará de forma duradoura sobre a economia haitiana e freará seu desenvolvimento.

Por fim, o artigo 3 concede a independência "plena e total" ao Haiti, mas apenas "nessas condições". Essa formulação ressalta o caráter coercitivo do reconhecimento francês, obtido sob a ameaça implícita de uma intervenção militar e de um isolamento diplomático.

Visivelmente a concessão do reconhecimento é apresentada como um ato de generosidade real quando na verdade responde principalmente a pressão diplomática internacional, isolamento econômico, a necessidade da França de normalizar as relações comerciais ao seu favor e a vontade de recuperar fundos. O artigo 2 comprova este fato, quando obrigar a pagar 150 milhões de francos-ouros, uma quantia colossal e exorbitante para época que visava compensar os opressores. O país teve de contrair empréstimos massivos junto aos bancos franceses com juros elevados e dedicou uma parte significativa do orçamento ao

reembolso, isso põe o Haiti em um ciclo de endividamento estrutural. Esse mecanismo cria o que os historiadores denominam de "dívida dupla", não apenas pelo fardo que isso impôs à economia do país, mas também pela necessidade do Estado de impor altos impostos sobre diversas exportações. Mas, principalmente, porque o Haiti teve que solicitar um empréstimo aos bancos franceses no valor total de trinta milhões de francos, com juros elevados de seis por cento, apenas para conseguir pagar a primeira parcela da ordenança real. Em outras palavras, com esse empréstimo, o Haiti teve que quitar duas dívidas.

Em 1826, o governo do Haiti votou um novo código rural mais rigoroso, taxando as exportações de café, principal fonte de renda do país, e estabelecendo taxas de transportes. Com isso os pagamentos absorviam uma parte significativa das receitas nacionais, provenientes principalmente do café, enquanto a França impõe progressivamente uma tutela económica, nomeadamente através dos impostos diretos sobre as exportações e marcou uma presença permanente nas alfândegas haitianas onde havia agentes franceses. Após os acontecimentos das três gloriosas no final de julho de 1830, que culminaram com a abdicação de Charles X em 2 de agosto daquele ano, o presidente Boyer buscou negociar o montante da indenização. Em 1838, foi firmado um acordo bilateral, conhecido na historiografia como "tratado de amizade". Este documento estipulava um novo montante de noventa milhões de francos, estendendo o pagamento do saldo por um período de trinta anos.[184]. A diminuição do valor não impediu os efeitos prejudiciais na economia. Além disso, de acordo com os autores da *double dette d'Haïti* (1825-2025), para que o Haiti pudesse cumprir os pagamentos, o governo mobilizou as receitas agrícolas geradas pelo trabalho de seus agricultores que foram forçados a trabalhar contra sua vontade para atender à demanda francesa. A dupla dívida se estendeu até 1888, quando a indenização foi concluída, e até 1893 para o término da dívida.

Percepção da *rançon* nos debates contemporâneos

A dívida da independência haitiana de 1825 ocupou por muito tempo um lugar marginal na historiografia, especialmente nos relatos coloniais e diplomáticos franceses do século XIX e início do século XX, onde era frequentemente apresentada como uma indenização legítima destinada a compensar os antigos colonos por suas perdas materiais. Em trabalhos de

[184] FONDATION POUR LA MÉMOIRE DE L'ESCLAVAGE (FME). La double dette d'Haïti (1825-2025)**:** une question actuelle. Note n°4. Paris: FME, mars 2025. Disponível em: https://memoire-esclavage.org/publication-de-la-note-ndeg4-de-la-fme-la-double-dette-dhaiti-1825-2025-une-question-actuelle. Acessado em: 01 fev. 2026.

certos autores[185], a dívida era geralmente abordada sob o ângulo jurídico ou financeiro, sem questionar seu caráter coercitivo nem suas implicações raciais. Outro exemplo é o autor do texto *Précis historique relatif à l'emprunt d'Haiti et des Derniers arragements financiers* publicado em 1849 em Paris. Précis *historique*, publicado em 1849 pelo Comité dos credores do empréstimo haitiano, é um documento revelador da forma como a França do século XIX construiu, legitimou e perpetuou a dívida imposta ao Haiti. Longe de ser um relato neutro, trata-se de um texto militante, elaborado para defender interesses financeiros privados, apresentando-os como imperativos morais e políticos. A primeira característica marcante é a naturalização do domínio francês. O texto apresenta a França como árbitro legítimo dos assuntos haitianos, garante da ordem e da estabilidade, enquanto o Haiti é descrito como instável, ingrato e incapaz de respeitar seus compromissos. Essa assimetria discursiva se insere na continuidade do discurso colonial paternalista já denunciado por De Vastey na década de 1810. Enquanto historiadores haitianos como Ardouin e Madiou destacam a violência da portaria de 1825 e a coerção militar exercida pela esquadra de Mackau, o Précis apaga totalmente essa dimensão coercitiva. A indenização aparece como um fato natural, quase moralmente justo, e o empréstimo como uma operação voluntária, quando na verdade se tratava de um mecanismo de extorsão. O texto desenvolve então uma estratégia retórica que visa vitimizar os detentores de títulos. Estes são apresentados como patriotas desinteressados que fizeram grandes sacrifícios para apoiar a política francesa. Essa encenação oculta o caráter especulativo da operação financeira e transforma os investidores em vítimas de uma nação negra supostamente falida. Paralelamente, o Haiti é sistematicamente retratado como um Estado ingovernável, dominado por distúrbios políticos e incapacidade administrativa. Essa representação essencialista serve para justificar a demanda central do texto: uma intervenção firme da França para obrigar o Haiti a pagar. Em suma, o texto é uma fonte valiosa não pelo que diz sobre a história do Haiti, mas pelo que revela sobre a forma como a França construiu a dívida como um instrumento de dominação.

A partir da segunda metade do século XX, nomeadamente com os trabalhos de historiadores haitianos e caribenhos como Jean Fouchard e Gabriel Debien, a dívida começa a ser reinserida numa análise mais ampla do sistema escravista e das restrições estruturais que pesavam sobre o Estado haitiano, embora a ênfase continue frequentemente a ser colocada nas dinâmicas internas. Enquanto no início dos anos 2000, o Haiti se preparava para comemorar

[185] La vérité sur l'emprunt d'Haïti. Paris: s.n., 1875

seu bicentenário da sua independência em 2004, o então presidente da República, Jean Betrand Aristide reclamou da França a restituição da "dívida" da independência", exigindo a título de restituição e de reparação da extorsão paga pelo Haiti a soma estimada a 21,7 bilhões de dólares na época. Essa ousadia causou-lhe um golpe de estado orquestrado principalmente pela França. Todavia, duas décadas depois, final de 2024 e início de 2025, o debate sobre esse tema ressurgiu nas mesas de discussão, na mídia e entre todos os interessados em 2025, durante as comemorações do bicentenário da ordenança de abril de 1825. Nesse contexto, o conselho científico da Fundação pela Memória da Escravidão *Fondation pour la mémoire de l'Esclavage* organizou uma sessão de atividades em comemoração ao bicentenário da ordenança. Vários intelectuais participaram do evento, debatendo e questionando a chamada "dívida dupla", imposta pela França sob a decisão de Charles X. Essa sessão de atividades resultou em um documento chamado *La double dette d'Haiti 1825-2025: une question actuelle*. O documento questiona as circunstâncias em que a ordenança foi imposta e as ameaças que a acompanharam, ao mesmo tempo em que analisa as consequências dessa decisão para o Haiti. Além disso, convida as autoridades francesas a reconhecer a injustiça histórica que a ordenança causou à população haitiana, apresentando propostas que podem levar os dois países a discutir uma possível reparação.

A "dívida" de independência imposta ao Haiti em 1825 desempenha um papel central nos debates atuais sobre reparações ligadas à escravidão e ao colonialismo. Isso se deve ao fato de que ela representa um caso excepcionalmente bem documentado de transferência forçada de riquezas de um Estado pós-escravista para uma antiga potência colonial. Historiadores como Laurent Dubois (2005, p. 397) demonstraram que essa compensação obtida por meio de ameaça militar enfraqueceu de maneira duradoura a habilidade do Estado haitiano de investir em seu progresso, gerando efeitos estruturais que perduram até o século XXI. Nesse sentido, o economista Thomas Piketty sustenta que a França possui uma responsabilidade histórica direta e defende a abertura de debates sobre uma compensação financeira, que ele calcula em várias dezenas de bilhões de euros em valor atualizado, como forma de justiça reparadora. Esse ponto de vista é reiterado no debate público internacional, especialmente em uma publicação do New York Times que enfatizou o impacto significativo dos pagamentos da dívida de 1825 nas finanças do Haiti e seu papel na perpetuação das desigualdades econômicas. Dessa forma, a "dívida" haitiana é atualmente utilizada como um exemplo paradigmático de reparações, evidenciando que as desigualdades atuais não são apenas resultado de dinâmicas internas, mas também têm origem em decisões coercitivas do direito internacional do século XIX, cujas consequências econômicas e sociais ainda são mensuráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ha três momentos fundamentais que marcaram o processo revolucionário haitiano que durou cerca de doze anos que explicam a passagem do negro como mercadorias inseridas na lógica do sistema escravista atlântico a sujeitos históricos conscientes e agentes ativos capaz de questionar a ordem vigente, estabelecendo suas próprias exigências na luta pela mudança das condições sociais e políticas para construir uma sociedade justa e igualitária. Primeiramente, analisamos alguns grandes momentos e fases que contribuíram para que o sonho de 1804 fosse possível. Partimos, sem dúvidas do ato fundador, o grande *rassemblement* ocorrido em agosto de 1791 que reuniu homens e mulheres de várias etnias e de diferentes religiões em um espaço seja ele físico e espiritual, com um sentimento e um objetivo únicos. Conduzida por lideranças sociais, religiosas e militares reunidas, o Congresso de Bois Caîman buscou saídas para libertar mais de meio milhão de vidas dos opressores franceses. Ele representou não apenas um ato espiritual como é geralmente visto, mas também teve um papel político na medida em que era considerado um espaço onde se articulava a consciência coletiva relativa a que forma de liberdade que estavam buscando e como concretizar cada passo.

A literatura histórica não estipula uma quantidade de participantes em ternos de número, além de raros autores que já mencionaram cerca de duzentas e trezentas pessoas. No entanto, quase não há discordância de que o evento foi o primeiro e o maior Congresso de pessoas negras escravizadas na história de Haiti colônia. Apesar de Léon François Hoffmann ter afirmado que a Cerimônia de Bois Caiman, assim chamada por ele, nunca tinha acontecida e que não passava de uma narrativa criada pelos representantes da elite haitiana do século XIX para destacar a diferença cultural entre as massas e a elite, além de legitimar as leis desta última, destacou. Embora outras fontes que precedem seu texto reconhecem e explicam o desenvolvimento do evento, a exemplo de Civique de Gastine em *Histoire de la République d'Haïti ou Saint-Domingue, l'esclavage et les colons* publicado em 1819, e Antoine Dalmas em *Histoire de la Révolution de Saint-Domingue* publicado em dois tomes, respectivamente em 1814 e 1824 e outros autores como Beaubrun Ardouin e Thomas Madiou. Apesar das controvérsias no debate historiográfico, o Congresso de 1791 simbolizou o início do processo revolucionário, tanto no aspecto espiritual quanto no político, e representou o momento em que os escravizados deixam de sofrer em silêncio para se engajar na ação coletiva.

O segundo momento é estreitamente conectado ao Congresso de agosto de 1791, corresponde à rebelião de agosto de 1791. O evento ocorrido em agosto na região norte que se espalhou por todo o território não se resumindo a uma luta de escravizados contra senhores, era

uma batalha direta à estrutura que sustentava a sociedade colonial. Na época, a economia se baseava inteiramente na exploração da mão de obra da população escravizada, empregando trabalho em grande escala na produção de café, açúcar e algodão para o mercado francês em particular, mas para toda a Europa em geral. Em outras palavras, a prosperidade da colônia e uma parte considerável da economia francesa dependiam da escravidão. Assim, quando os escravizados atearam fogo às plantações, destruíram engenhos e eliminaram instrumentos de produção, não estavam apenas se vingando de seus senhores. Estavam desmantelando o sistema econômico que os convertia em mercadoria. Ao devastar as plantações, atacavam a base material do colonialismo como mecanismo de produção, mas também como sistema que produz hierarquias raciais, define e legitima discurso de exploração. Assim, os movimentos de 1791 desempenharam um papel crucial no cenário político, pois influenciaram as decisões tomadas, como a de Léger Félicité Sonthonax, comissário designado para restabelecer a autoridade francesa na colônia e incitar os escravizados a retomar às plantações, que em 29 de agosto de 1793 proclamou a abolição da escravidão.

Nesse registro, Santhonax teria declarado:

> Todos os homens nascem e vivem livres e iguais em direitos, e todos aqueles que estavam escravizados na província do norte foram declarados livres. A partir de então, passariam a gozar de todos os direitos inerentes à condição de cidadão francês. [...] Vocês não serão mais propriedade de outra pessoa; serão seus próprios senhores e viverão na alegria [...] (Dubois, 2005, p. 221).

Legalmente classificado como bem móvel, o escravizado tem caráter de propriedade que pode ser adquirido, vendido, transferido ou deixado em herança como objeto, isso transforma a pessoa em um valor comercial, incorporando o patrimônio do senhor. Sendo assim não possui personalidade jurídica independente, direitos civis nem reconhecimento político. E é valorizada somente com base em sua capacidade laboral e lucratividade econômica. Apesar de a decisão ter sido restrita apenas aos escravizados da região norte, onde a insurreição havia começado dois anos antes, ela foi vista como um avanço significativo na luta para a abolição da escravidão. Em 4 de fevereiro de 1794, a Convenção aprovou com entusiasmo a decisão de Sonthonax e a estendeu a todas as demais colônias francesas, marcando um momento inédito na história da Francesa revolucionária. Pela primeira vez, homens negros passaram a integrar oficialmente o corpo político de uma metrópole europeia, o que alterava juridicamente sua condição de “coisa, mercadoria” para sujeito de direitos.

A abolição de 1794 expôs as contradições da modernidade europeia no sentido, enquanto proclamava direitos universais, a França revolucionária ainda dependia

economicamente do sistema escravista. Essa decisão foi consequência da pressão efetiva dos escravizados em luta, evidenciando que a liberdade não foi apenas concedida, mas conquistada.

O historiador Marcel Dorigny esclarece o papel dos escravizados do Haiti colonial na decisão tomada pela Convenção Nacional em 4 de fevereiro de 1794:

> "Não houve escravidão sem revolta, sem resistência de múltiplas formas". Os escravizados tiveram um papel decisivo nessa primeira abolição: foi, de fato, a revolta em São Domingos [...] a partir de 1791, que permitiu derrubar o poder escravista no ultramar e vencer as resistências à abolição na metrópole. No entanto, cada território conserva uma história específica, com resultados diferentes (abolição da escravidão em São Domingos e na Guadalupe, manutenção na Martinica e no Oceano Índico, na Reunião e em Maurício): "Não houve uma 'Revolução Francesa' nas colônias. Em cada colônia francesa, houve uma revolução específica, nascida por ocasião da Revolução Francesa, ligada a ela, mas que se desenrolou segundo suas próprias leis e com seus objetivos específicos [..]"[186]. (Tradução nossa).

Laurent Dubois também descreveu o papel de cada ator na abolição proclamada por Santhonax em 1793. De acordo com o autor, a proclamação representava um avanço significativo não apenas para a população negra, mas também para os senhores e até mesmo para a metrópole, uma vez que a decisão foi sem precedente nos debates e nas lutas travadas contra a escravidão no mundo atlântico ao longo de décadas. (Dubois, 2005, p. 225)

Oficialmente a França aboliu a escravidão em 1794. Poderia ter ocorrido antes, mas por que isso não aconteceu? Talvez devido à sua dependência estrutural do sistema colonial escravista?

Do ponto de vista econômico, o século XVIII, especialmente até 1789, foi considerado o período mais lucrativo para a França em relação às produções provenientes da colônia Haiti. E, conforme James (2000), durante esse período, dois terços do comércio exterior francês dependiam dessa colônia caribenha. Isso demostra que a escravidão não era um aspecto secundário, como afirmavam Pierre Branda e Thiery Lentz (2006), pelo contrário, ela era o alicerce do sistema colonial, portanto, a sua abolição significaria comprometer os interesses influentes associados ao comércio, às finanças e à política metropolitana. No que se refere à política, ela era diretamente influenciada pelos grandes proprietários coloniais donos das

[186] « Il n'y a pas eu d'esclavage sans révolte, sans résistance de multiples formes » explique l'historien Marcel Dorigny, spécialiste de la Révolution. Les personnes en esclavage ont eu un rôle décisif dans cette première abolition : c'est en effet leur soulèvement à Saint-Domingue [...] à partir de 1791, qui a permis de renverser le pouvoir esclavagiste outre-mer, et de d'emporter les résistances à l'abolition en métropole. Chaque territoire conserve néanmoins une histoire spécifique, aux issues différentes (abolition de l'esclavage à Saint-Domingue et en Guadeloupe, maintien en Martinique et dans l'Océan Indien à La Réunion et Maurice) : « Il n'y a pas eu de « Révolution française » dans les colonies. Il y a dans chaque colonie française une révolution spécifique, née à l'occasion de la Révolution française, branchée sur elle, mais se déroulant selon ses propres lois et avec ses objectifs particuliers »

plantações e nos primeiros anos da Revolução Francesa, esses grupos se opuseram completamente a qualquer iniciativa abolicionista.

Retomamos as explicações de Marcel Dorigny:

> [...] Os primeiros revolucionários estão, de fato, divididos sobre a questão colonial, um tema que coloca em evidência suas próprias contradições e o regime de exceção em que esse sistema foi instalado pelo Estado, desde a promulgação do Código Negro por Luís XIV em 1685. Mirabeau e a Sociedade dos Amigos dos Negros queriam proibir o tráfico e estabeleceram a abolição da escravidão como um objetivo de longo prazo, uma luta que também era defendida pela revolucionária feminista Olympes de Gouges[187]. [...]. (Tradução nossa).

Ainda que a Revolução tenha declarado a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), os direitos não foram imediatamente concedidos aos escravizados nas colônias. A igualdade inicialmente defendida era limitada e caracterizada por restrições raciais e sociais.

Nesse mesmo registro, Dorigny afirma:

> [...] Em 26 de agosto de 1789, foi adotada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. De alcance universal, ela afirma em seu artigo 1º que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos", um princípio que deveria ter levado imediatamente à abolição da escravidão nas colônias francesas, onde mais de 700 mil pessoas eram mantidas em servidão. [...], mas o jacobino Barnave, homem forte da Revolução em 1790-91, era um defensor do partido colonial, representado pelo Clube de Massiac, um lobby formado em agosto de 1789 para se opor à aplicação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão nas colônias. Em várias ocasiões, ele convence a Assembleia a negar a cidadania aos negros ou mestiços "livres de cor" que reivindicam, em nome dos Direitos Humanos, o fim das discriminações que sofrem nas colônias[188]. [...]. (Tradução nossa).

Um dos pontos que mais preocupou a metrópole em relação às abolições de 1793 e 1794, segundo Dubois (2005), diz respeito ao caráter jurídico da decisão, pois ela não apenas concede liberdade aos ex-escravizados, mas também lhes garante a cidadania francesa. Isso significava

---

[187] [...]. Les premiers révolutionnaires sont en effet divisés sur la question coloniale, un enjeu qui met en exergues leurs propres contradictions, et le régime d'exception dans lequel ce système a été installé par l'Etat, depuis la promulgation du Code Noir par Louis XIV en 1685. Mirabeau et la Société des Amis des Noirs veulent interdire la traite et posent l'abolition de l'esclavage comme un objectif de très long terme, un combat que porte également la révolutionnaire féministe Olympes de Gouges [...].

[188] Le 26 août 1789, la Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen est adoptée. De portée universelle, elle affirme dans son article 1er « Les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droits. », un principe qui aurait dû conduire immédiatement à l'abolition de l'esclavage dans les colonies françaises, où plus de 700 000 personnes sont maintenues en servitude [...]. Mais le jacobin Barnave, l'homme fort de la Révolution en 1790-91, est un soutien du parti colonial, représenté par le Club de Massiac, lobby qui s'est formé dès août 1789 pour s'opposer à l'application de la DDHC dans les colonies. À plusieurs reprises, il convainc l'Assemblée de refuser la citoyenneté aux « libres de couleur » noirs ou métis qui revendiquent au nom des Droits de l'Homme la fin des discriminations qu'ils subissent dans les colonies. [...].

o início de uma nova era na política, fundamentada no princípio da igualdade, que colocava ex-escravizados e senhores no mesmo nível, usufruindo dos mesmos direitos. Ou seja, no que diz respeito ao aspecto racial, a abolição desafiou a hierarquia fundamentada na cor da pele. E defende teoricamente a igualdade jurídica entre brancos, negros livres e ex-escravizados. Apesar da continuidade dos preconceitos raciais, a crença de que uma estrutura social fundamentada na raça pode ser desmantelada representa uma mudança significativa e serviu de inspiração para outras batalhas contra a escravidão no mundo atlântico.

O surgimento de Toussaint Louverture e o papel que ele desempenhou foi o segundo momento crucial na construção desse ideal. Sua constituição em 1801 constitui uma etapa importante no processo revolucionário embora tenha sido promulgada quando a colônia ainda estava oficialmente ligada à França, ela representa tanto o culminar de uma primeira fase da revolução quanto uma ruptura política decisiva. A constituição representou uma etapa decisiva na transformação do antigo escravizado em sujeito político consciente, ela não era apenas um texto jurídico, ela opera uma profunda mudança no estatuto, na dignidade e na consciência histórica dos antigos escravizados. Marcando um momento em que a população negra tomou consciência de sua capacidade de (auto)governar apesar de que a colônia permanece oficialmente ligada à França, o texto afirmou uma forte autonomia interna. Na medida em que demostrou uma capacidade de ela definir um projeto político, organizando a economia e manter a ordem pública, esse momento foi decisivo para que o europeu pudesse relativizar seu discurso relativo ao negro. O texto marcou, portanto, a transição entre a revolta e a construção do Estado, preparando o terreno para a afirmação completa da soberania e para o nascimento de um povo consciente de sua capacidade de se governar a si mesmo.

A constituição de 1801 teve impactos na Europa, pelos menos a notícia circulou na Grã-Bretanha e na Espanha. Em Londres ela foi vista como uma oportunidade na medida em que ela representava o enfraquecimento do controle francês sobre a colônia, o que permitia aos britânicos ganhar mais espaços no mercado e se fortalece como uma potência regional. Ainda que Toussaint já havia assinado acordos comerciais com eles, a Constituição confirmou a autonomia do governo e garantiu uma segurança na produção e manteve aberto o comércio aos europeus. Na Espanha os impactos foram mais significativos, ela já havia perdido a parte oriental da ilha desde final do século XVIII, e os espanhóis já apoiaram os insurgentes contra França, antes de Toussaint se aliar à metrópole francesa. Então, a Constituição de 1801 preocupava Madri por vários motivos, primeiro a unificação da ilha por Toussaint foi considerada pela Espanha como uma invasão e a abolição da escravidão nesta parte incomodou Espanha, significa dizer para Espanha, a constituição representava uma perda definitiva de sua

influência da ilha. Inclusiva sobre o Cuba que ainda era escravocrata e um ponto estratégico para Espanha, portanto a ascensão de um governo negro autônomo era vista como um fator de instabilidade pela região.

O terceiro e último ato que influenciou completamente o discurso europeu relativo ao seu olhar do negro foi o momento da capitulação de general francês Rochambeau em dezoito de novembro de 1803. Jamais algo desse jeito tinha acontecido na história do exército napoleônico como também na história moderna. A rendição/capitulação do general Donatien-Marie-Joseph de Rochambeau, em 18 de novembro de 1803, após a Batalha de Vertières, constitui um momento decisivo na história da Revolução Haitiana como foi estudado. Ela não representou apenas uma vitória militar, mas marcou uma revolução simbólica, política e racial de alcance excepcional. O ato simbolizou uma restauração da dignidade humana. Além das restrições impostas pele Código Negro, durante todo o período revolucionário, os insurgentes negros eram qualificados pelas autoridades coloniais como bandidos- "brigands". Esse termo não era neutro, servia para criminalizar a revolta e negar qualquer legitimidade política aos escravizados. Ao chamá-los de "bandidos", o poder colonial procurava apresentar sua luta não como uma luta pela liberdade, mas como uma simples rebelião criminosa e selvagem. A rendição-recapitulação, portanto, alterou significativamente essa visão. Primeiramente, ela converteu uma rebelião supostamente criminosa em vitória militar oficialmente reconhecida. Lembramos que uma capitulação é um ato jurídico e militar oficial que envolve o reconhecimento de um oponente legítimo, ao assinar sua rendição, Rochambeau não se entregou aos "bandidos", mas a um exército estruturado, habilidoso em estratégia, comando e disciplina. Em seguida, essa capitulação transformou completamente a relação das forças simbólicas. Os considerados fora da lei pela ordem colonial agora parecem um exército capaz de derrotar uma potência imperial. O termo "bandido" perde então a sua função de desqualificação, pois, os fatos contradizem o discurso colonial. Visto que o ato de capitular desmontou a narrativa colonial que equiparava a revolta aos banditismos, portanto, não se capitula perante criminosos isolados, capitula-se perante uma força organizada e soberana. E consequentemente obrigou-se uma nova interpretação das lutas: a de uma guerra de libertação legitima, negros não eram mais definidos pela ordem colonial, eles reescreveram suas próprias histórias.

Junto a este último ato, há a Proclamação de Independência de 1º de janeiro de 1804. O ato de Independência foi escrito na noite de 31 de dezembro sob as ordens de Jean-Jacques Dessalines por Boisrond-Tonnerre. Nascido na colônia em uma família de pessoas livres de cor em 1776, Boisrond-Tonnerre era instruído e possuía formação em letras e direito, exercendo um papel político e intelectual relevante no início da independência do Haiti, ocupando o cargo

de secretário-geral. No ano de 1806, após o assassinato do general Dessalines ele foi preso e executado no contexto das disputas. Um dos textos mais importantes da história política moderna é a *Proclamação da Independência do Haiti* que foi lida e divulgada na cidade de Gonaïves no dia 1º de janeiro de 1804. Assinada por Jean-Jacques Dessalines e pelos principais generais do exército indígena, o documento estabelece o surgimento do primeiro Estado negro independente do mundo e da única nação originada de uma revolução de escravizados bem-sucedida. Este documento, muitas vezes visto como um ato jurídico ou gesto simbólico, é, na verdade, um texto de excepcional profundidade que expressa uma retórica de ruptura, uma ideologia de liberdade total e uma encenação política para legitimar um novo poder, enquanto apaga as divisões internas.

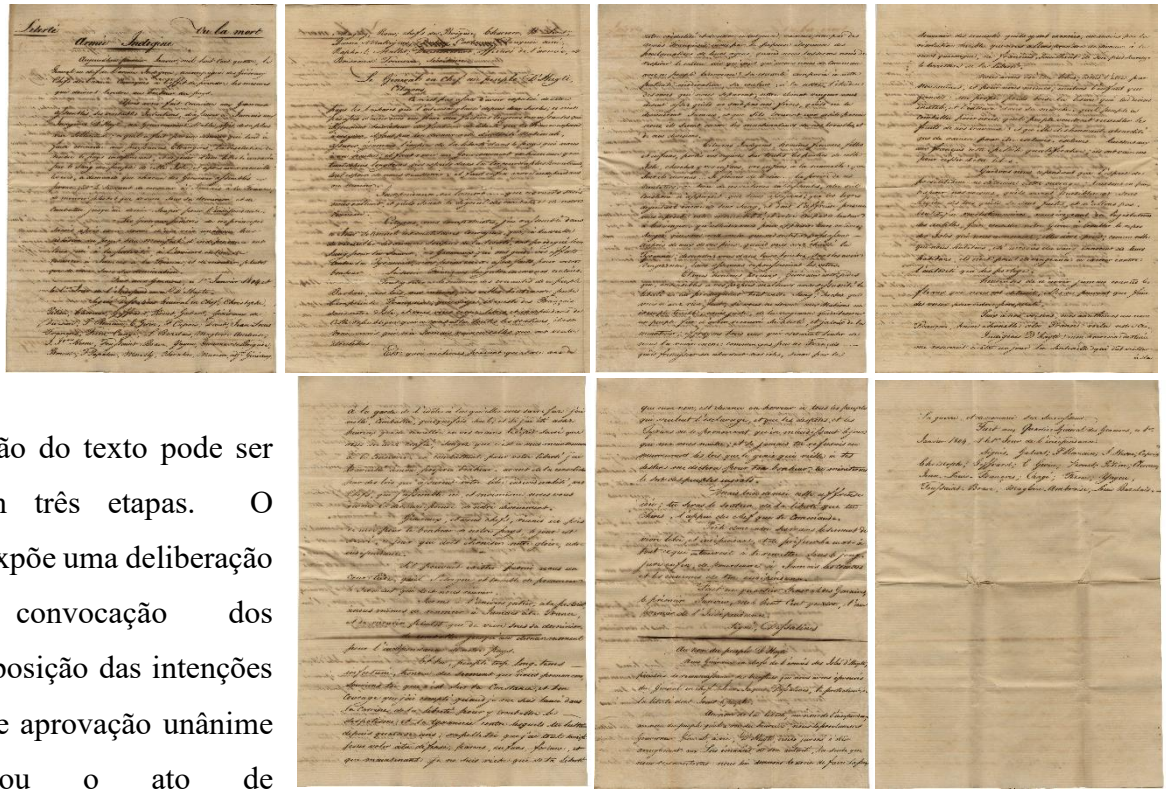
A análise deste texto possibilita entender como o Haiti se estabelece como um sujeito político autônomo, como a lembrança da violência colonial se torna fundamental e como a proclamação antecipa as estruturas institucionais e ideológicas do novo Estado.

Em primeiro lugar, a proclamação se fundamenta em uma retórica de ruptura total. A anáfora *J'ai rompu*, ruptura com a França, suas leis, seus costumes, seus homens vão além de descrever um estado de fato, ela cria a separação na linguagem. O texto ainda estabelece uma nova era política, contrapondo um passado de escravidão e barbaridade a um futuro de liberdade e de dignidade. Essa ruptura é descrita como irreversível, *pour toujours*, e como um requisito para a sobrevivência coletiva. Nesse sentido, a retórica evoca uma memória afetiva intensa, repleta de ruínas, cadáveres, correntes quebradas e o sofrimento de mulheres e crianças. A vingança, ao invés de ser uma paixão destrutiva, é elevada à condição de dever moral. Transforma-se em um princípio de coesão nacional, um cimento simbólico que converte a dor em base política. Além disso, o texto sagra a liberdade, o solo nacional e o sangue derramado. Essa sacralização estabelece uma autêntica religião cívica, com o propósito de unir um povo que nasceu em meio ao conflito e de conferir uma dimensão transcendente à independência.

A principal ideia do texto se fundamenta em uma visão total da liberdade, e não radical como é geralmente qualificada. A liberdade não é um direito abstrato, mas uma conquista concreta, uma identidade coletiva e uma condição permanente. Ela se posiciona contra a França, contra a escravidão, contra os tiranos e está intrinsecamente ligada à ruptura completa e à lembrança das violências coloniais. É essencial o uso da expressão "exército indígena". Ela simboliza uma autenticidade política dado que os antigos escravizados passaram a ser os únicos sujeitos legítimos do território. Essa autenticidade não tem origem biológica, mas sim política e histórica, e representa uma reapropriação subversiva do vocabulário colonial, convertendo os "indígenas" em protagonistas soberanos. Além disso, o texto defende uma soberania absoluta,

rejeitando qualquer forma de dependência: recusa das leis francesas, dos costumes franceses e de qualquer tipo de tutela. A Constituição imperial de 1805, que estabelecerá todos os haitianos como “negros” e proibirá os brancos de possuírem terras, antecipará essa soberania absoluta.

A seguir o documento do ato da independência. Há nos arquivos várias versões que foram publicadas, aqui apresentamos uma versão disponível na biblioteca nacional da Jamaica[189].



A organização do texto pode ser dividida em três etapas. O preâmbulo expõe uma deliberação conjunta: convocação dos generais, exposição das intenções do governo e aprovação unânime que validou o ato de independência e confirmou Dessalines como o líder legítimo. O discurso de Dessalines é o núcleo do texto: fala direta ao povo, justificativa moral e política, convocação para uma ruptura completa e santificação da liberdade. Trata-se de um discurso fundador, quase constitucional, que estabelece os valores e princípios da nova nação. E por fim, a declaração final dos generais selou a unidade do comando militar: reconhecimento a Dessalines, reafirmação da ruptura e juramento de viver livres ou morrer. Esta seção tem como objetivo remover as tensões internas e apresentar uma frente unida.

[189] Jean-Jacques Dessalines, « Armée Indigène », [Déclaration d'indépendance, transcription], 1er janvier 1804, MS 72, Bibliothèque nationale de Jamaïque. Disponível também no site da Julia Gaffield em https://haitidoi.com/2015/10/27/dessalines-reader-1-january-1804-transcription-from-nlj/. Acessado em:.

Os generais haitianos prometem nunca retornar ao domínio francês, mesmo que isso lhes custe a vida, além de expressarem uma ruptura completa com a ex-metrópole, considerada um povo bárbaro. Trata-se de uma repulsa completa ao colonialismo e à escravidão, afirmando que não são irmãos dos franceses, mas vítimas de sua brutalidade. A célebre declaração de Boisrond-Tonnerre, na qual o ato deveria ser redigido "com a pele de um branco como pergaminho, o seu crânio como escrivaninha, o seu sangue como tinto e uma baioneta como caneta", retrata a brutalidade dos sentimentos e a resolução dos haitianos em nunca mais sofrer opressão. O documento apela aos haitianos que se mantenham unidos e lutem pela sua liberdade contra quaisquer tentativas de reescravização, enfatizando a importância de lutar até o último suspiro para manter e preservar a independência e a liberdade. Ele também chama a atenção para as divisões internas e os traidores, enfatizando que a liberdade só pode ser preservada por meio de uma vigilância contínua, representando a luta dos povos oprimidos e sua habilidade de desmantelar sistemas de exploração.

Por fim, o dia 1 de janeiro de 1804, quando o Haiti conquistou sua independência, é um marco histórico de grande importância simbólica, tanto para o Haiti quanto para a África colonizada e para os povos oprimidos ao redor do mundo. Esse dia passou a representar um forte símbolo de liberdade, resistência e dignidade reconquistada, transformando em um símbolo contra a escravidão e a opressão, servindo de inspiração para os movimentos anticolonialistas na África toda. O dia 1 de janeiro de 1804 ultrapassa as fronteiras do Haiti e se transforma em um símbolo global de liberdade, dignidade e resistência. No imaginário coletivo, ela representa a chance de superar a opressão, romper as correntes da escravidão e criar uma sociedade fundamentada na igualdade e justiça.

Ruptura não foi apenas radical; foi completa, total

A Revolução Haitiana constitui simultaneamente uma ruptura radical e uma ruptura total na história moderna do Atlântico. Foi radical em primeiro lugar, porque transformou profundamente as estruturas econômicas, sociais e políticas da colônia. A abolição definitiva da escravatura, a destruição do sistema de plantações e o questionamento da ordem racial colonial marcam uma mudança estrutural sem precedentes (Dubois, 2005; Fick, 2017). Nesse sentido, prolonga e ultrapassa os princípios universalistas proclamados durante a Revolução Francesa de 1789, aplicando concretamente a igualdade jurídica aos antigos escravizados, redefinindo assim os contornos da cidadania e da soberania (Geggus, 2001). Ela foi sobretudo, total, uma vez que a Declaração de Independência de 1 de janeiro de 1804,

proclamada por Jean-Jacques Dessalines, consagrou uma separação completa e irreversível com a França, sem continuidade institucional nem subordinação política (Trouillot, 1995). Assim, a Revolução Haitiana distingue-se pelo seu duplo caráter: ela opera uma profunda transformação dos fundamentos internos da sociedade, ao mesmo tempo em que estabelece uma ruptura definitiva com a ordem colonial metropolitana.

Isso nos faz considerar Jean-Jacques Dessalines como o símbolo desse duplo caráter da revolução, tanto em seu sentido radical quanto em seu sentido completo e total. Considerá-lo como uma figura de ruptura epistemológica na história da escravatura requer uma mudança na análise do simples registro factual para as estruturas de pensamento que faziam a escravatura parecer compreensível e aceitável. A ordem atlântica escravista não se apoiava apenas na coerção econômica e militar; baseava-se em um sistema de conhecimentos jurídicos, teológicos e antropológicos (Código negro de 1685) que definia o negro como um ser intrinsecamente servil, considerado propriedade e não sujeito. Nesse cenário, a escravidão também era uma *episteme*, ou seja, um sistema de produção de verdade. A revolução haitiana, concluída sob a liderança de Dessalines em 1804, não foi apenas uma vitória militar, por ela ter desmantelado esse sistema. Assim a relação colonial entre negritude e servidão se desintegrou quando ex-escravizados se tornam fundadores de um Estado soberano.

A independência do Haiti trouxe ao campo do pensável uma possibilidade antes impensável (Trouillot) homens juridicamente considerados bens móveis podem não apenas se libertar, mas também criar sua própria ordem política. Desse modo, a ruptura é de caráter epistemológico, uma vez que deslegitima as categorias que fundamentaram a hierarquia racial. Dessalines simboliza essa mudança drástica. Sua imagem representa a mudança do negro colonial, uma classe de inferioridade ontológica, para um indivíduo soberano. Ele não demanda a integração no contexto político europeu (Como Toussaint havia feito em 1801, um dos motivos que compra o duplo caráter da ruptura), em vez disso, afirma uma soberania resultante da descolonização. Essa ação rompe com o universalismo abstrato do Iluminismo que se revela compatível com a escravidão, fundamentando um universalismo concreto na experiência da servidão e na luta armada. Em outras palavras, a liberdade deixou de ser uma ideia filosófica restrita a poucos e passou a ser um direito adquirido por aqueles que a modernidade ocidental havia marginalizado politicamente.

A ruptura provocada por Dessalines também possui um aspecto simbólico, modifica a relação entre centro e periferia. A colônia mais rentável do império francês torna-se o palco onde se destaca a contradição fundamental da Europa moderna: proclamar os direitos humanos enquanto se mantém a escravidão. Dessalines obriga a modernidade a pensar sobre si

própria, e revelou a incoerência interna de um sistema global baseado na igualdade proclamada e na desigualdade praticada. A ruptura também possui um impacto teórico que historiadores contemporâneos, como Dubois (2005) ressaltaram "a revolução haitiana forçou o Atlântico escravista a considerar uma nova possibilidade histórica, a de uma liberdade negra obtida por meio de armas e consolidada juridicamente". Passando de uma população caracterizada pelo direito colonial como propriedade em um agente gerador de normatividade política. Isto é, Dessalines representa não só a radicalização militar do processo revolucionário, mas também a destruição do paradigma racial que fundamentava a economia colonial global. Assim, compreender Dessalines como uma ruptura epistemológica requer reconhecer que 1804 não marca apenas o fim de um regime colonial local, mas também o colapso de um paradigma racial global. Apesar de a escravidão ter continuado em outras partes do mundo durante o século XIX, já não era considerada natural nem incontestável. O acontecimento haitiano alterou de maneira duradoura o âmbito das possibilidades políticas, fez com que o que antes era visto como impossível se tornasse pensável e realizável.

A Essência da ruptura...

A ruptura é completa e total se se considerar a análise feita por Laennec Hurbon em *La Revolution Haïtienne; une avancée postcoloniale*[190]. O autor defende o caráter antirracismo dos eventos de 1791, se baseando, sobretudo, na Constituição de 1805 de Jean-Jacques Dessalines que contestou a hierarquia racial que sustentava o sistema escravista: "Toda a aceitação de cor entre os filhos de uma mesma família, cujo chefe de Estado é o pai, devendo necessariamente cessar, os haitianos serão doravante conhecidos apenas pela denominação genérica de negros". Segundo o autor, o uso político do termo "negros" não remete à uma categoria biológica, mas à uma estratégia de subversão das classificações coloniais; trata-se de dissolver as distinções de cor impostas pelo sistema colonial e unificar a nação contra a antiga dominação branca. Assim, a Revolução Haitiana não se contenta em abolir a escravatura, ela ataca a ideologia racista que a justificava, operando uma refundação simbólica e política da comunidade nacional. O caráter anticolonial da Revolução Haitiana se revela pela eliminação efetiva do controle francês na colônia, ponto estratégico que fazia parte do comércio triangular e era organizada exclusivamente para beneficiar a metrópole. O anticolonialismo também se

[190] Texto publicado na revista Rue Descartes, vol. 4, no 58, 2007, pp. 56-66. Paris: Presses Universitaires de France

manifesta nos âmbitos simbólico e jurídico. O novo Estado abandona a denominação colonial de Saint-Domingue e retoma o nome indígena de “Ayiti”, reafirmando, dessa forma, uma reapropriação territorial e identitária que precede a presença europeia. Ademais, a proibição de os franceses possuírem terras no Haiti demonstra o desejo de eliminar qualquer chance de restauração da ordem colonial.

Ao mesmo tempo, alguns soldados polacos da expedição enviada por Napoleão Bonaparte, que se uniram ao exército indígena, receberam a nacionalidade haitiana. Esse ato demonstra que a oposição não é direcionada a uma origem étnica específica, mas ao sistema colonial e escravista. Dessa forma, o anticolonialismo haitiano vai além da simples expulsão de uma potência estrangeira; trata-se de um projeto político de reconstrução nacional fundamentado na soberania, na memória e na rejeição estrutural da dominação imperial.

O caráter antiescravagista da Revolução Haitiana está no cerne do processo revolucionário. A Constituição de 1805 afirma essa lógica ao declarar que qualquer africano que pisasse em solo haitiano seria automaticamente livre, rompendo assim radicalmente com o sistema escravista. Essa decisão ganha especial relevância num contexto regional hostil, em que quase todas as colônias caribenhas ainda permaneciam, no início do século XIX, sob o jugo da escravatura. Os primeiros chefes de Estado haitianos, nomeadamente Toussaint Louverture como governador de da colônia com a Constituição de 1801, demonstraram que a independência nacional assenta na recusa sistemática e institucionalizada da escravatura. Alguns historiadores observam que mesmo que esta oposição ultrapasse o âmbito estrito da abolição, ela questiona o sistema económico das plantações, pois os novos camponeses haitianos, quando têm essa possibilidade, privilegiam a agricultura de subsistência em detrimento das culturas de exportação. Assim, a Revolução Haitiana encarna não só a emancipação dos indivíduos, mas também a refundação social e econômica do território, afirmando um projeto de liberdade e autonomia sustentável.

Finalmente, este estudo intitulado “Nem Napoleão, nem os iluministas: O contradiscurso da Revolução Haitiana entre rupturas e continuidades (1799-1815)” teve como objetivo analisar o papel desempenhado pelos negros na luta contra a escravidão, especialmente ao confrontar o Consulado Napoleônico e sua tentativa de reestabelecer a ordem colonial na antiga colônia. Ao colocar no centro da análise os próprios sujeitos da revolução, e não apenas as decisões tomadas em Paris, procurou-se evidenciar que a dinâmica do processo revolucionário foi impulsionada antes de tudo, pela ação coletiva dos escravizados e libertos. Nesse sentido, foram estudados alguns momentos-chave da Revolução Haitiana (1791-1804). Entre eles, a problemática da participação feminina frequentemente

minimizada na historiografia tradicional, mas fundamental tanto nas redes de comunicação quanto na logística e no combate. Também se destacou a abolição da escravidão proclamada em 1793 pelos comissários civis franceses, posteriormente estendida e confirmada pela Convenção Nacional em 1794, decisão que transformou profundamente o conflito colonial. Em contraste, foram analisadas as políticas do Consulado comandado por Napoleão Bonaparte, que tinham como objetivo restabelecer a escravidão e reverter as conquistas da Revolução de 1791.

Fui convencido de que todas as decisões e estratégias implementadas pelos líderes negros durante o período revolucionário foram resultado de homens e mulheres que sacrificaram suas vidas e suas famílias na batalha contra a opressão europeia. Cada contribuição significava uma nova barreira erguida contra os interesses dos senhores e da metrópole. Não foi apenas a ação de altos comandantes militares ou de personalidades isoladas, mas sim um movimento coletivo que abrangeu diversos grupos sociais, categorias e vivências. Essa decisão de ruptura completa e total já estava simbolicamente selada desde o Congresso de Bois Caïman, em agosto de 1791, momento fundador da insurreição geral dos escravizados. Ali se consolidou não apenas uma estratégia de resistência, mas uma consciência política compartilhada, que sustentaria todo o processo revolucionário até a independência em 1804. Diversas personalidades importantes estiveram envolvidas, de forma direta ou indireta no processo revolucionário do Haiti. Desde Jean-François Papillon e Georges Biassou, relevantes líderes da revolta que se iniciou na região norte, passando por Sanité Bélair, Charles Bélair, Victoria Montou e Lamartinière, até os generais Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines. Cada um teve um papel importante frente às tropas francesas, essas atuações se tornaram decisivas em batalhas emblemáticas, como a resistência em Crête-à-Pierrot e a vitória final em Vertières. Momentos que simbolizam tanto a capacidade estratégica quanto a determinação coletiva dos revoltados, dado que não se tratava apenas de confrontos militares, mas de embates contra todo um sistema colonial estruturado na exploração racial e econômica.

Depois que os franceses prenderam Toussaint Louverture em 1802, Jean-Jacques Dessalines tomou a liderança das batalhas. Foi sua responsabilidade reestruturar as forças revolucionárias, consolidar as alianças internas e intensificar a luta contra o exército expedicionário enviado por Napoleão. Esse papel foi exercido com astúcia estratégica e determinação política. No entanto, conforme abordado no capítulo dedicado a ele, a historiografia tradicional tem minimizado sua figura e ainda a minimiza em certa medida. Muitas narrativas enfatizaram o aspecto europeu do conflito ou reduziram sua liderança à

violência do cenário bélico, sem reconhecer adequadamente sua importância no processo de emancipação. Ao refletir sobre sua trajetória, é possível entender que ele ocupou um lugar central na história política e simbólica do Haiti. Comandante militar temível, estratégia da guerra da independência, ele encarna o resultado do processo revolucionário nascido da insurreição dos escravos em 1791.

A análise da sua trajetória contribui assim para o debate historiográfico não ocidental. Durante muito tempo uma historiografia eurocêntrica privilegiou as dinâmicas metropolitanas a Revolução Francesa ou as ambições de Napoleão, minimizando a autonomia política dos atores haitianos. Colocar Dessalines no centro da narrativa permite mudar o olhar, a derrota francesa não seria mais apenas um episódio periférico da história napoleónica, mas um evento importante da história mundial, revelador dos limites da expansão imperial europeia. Ademais, a figura de Dessalines suscita questões complexas ligadas à memória coletiva e à formação da identidade nacional. Às vezes aclamado como pai fundador, outras vezes criticado pela radicalidade de algumas decisões permite que sua figura permaneça polêmica. Essa tensão memorialista evidencia o desafio de incorporar completamente a herança revolucionária em uma narrativa nacional e internacional que é frequentemente permeada por interpretações ideológicas contrárias. Portanto, estudar Dessalines implica não apenas reabilitar um ator crucial nas lutas pela liberdade dos negros e pelo fim do colonialismo europeu na América, mas também questionar os marcos da historiografia moderna. Sua trajetória exige uma reavaliação das categorias de revolução, soberania e liberdade sob uma perspectiva caribenha e pós-colonial, situando a Revolução Haitiana no centro das mudanças políticas globais dos séculos XVIII e XIX.

FONTES

Loi de 20 de maio de 1802 promulgada por Napoleão para restabelecer a escravidão

Ordenança real de Charles X pelo reconhecimento da Independência do Haiti publicada em abril de 1825

Cartas de Jean-Jacques Dessalines a Napoleão Bonaparte em 9 de abril de 1804 - imperador Jacques 1º

Constituição de Toussaint Louverture de 1801

Cartas de Jean-Jacques Dessalines à Thomas Jefferson dos Estados Unidos em junho de 1802

Constituição de Jean-Jacques Dessalines publicada em 1805

Código negro de 1685

COMITÉ DES PORTEURS DE TITRES. Précis historique des faits relatifs à l'emprunt d'Haïti et des derniers arrangements financiers conclus entre le gouvernement haïtien et le comité des porteurs de titres dudit emprunt. [Signé : Guynet, J.-P. Vaur, Sarrans aîné, Dubourg, Mongrolle, Labie, Cottenot et Guybout]. Paris: [s.n.], 1849.

LETTRE à M. le général Foy, par un colon de Saint-Domingue. Paris: Chez les marchands de nouveautés, 1822.

REFERÊNCIAS

ARDOUIN, Beaubrun. **Études sur l'Histoire d'Haïti**. T. V, Paris: Dezobry et E. Magdaleine, 1854.

ABRAY, Jane. A Feminism in the French Revolution », The American Historical Review, 80 (1), Février 1975, p. 43-63.

ARMAND, Nicolas. **Histoire de la Martinique.** T. I. Paris: l'Harmattan, 1997.

BANCHELIN, Sainte-Luce et al. **Les colonies françaises d'Amérique** : 4 cartes - 30 photographies. Paris: Notre Domaine Colonial, 1924.

BENOT, Yves; DORIGNY, Marcel. (orgs) **Grégoire et La Cause Des Noirs (1789-1831)** : Combats et Projets. Paris: Société française d'histoire d'outre-mer ; Association pour l'étude de la colonisation européenne, 2005.

BENOT, Yves. **La démence coloniale sous Napoléon**. Prefácio de Marcel Dorigny. Paris: La Découverte, 2006.

BÉNOT, Yves. **Les Lumières, l'esclavage, la colonisation** : textes réunis et présentés par Roland Desné et Marcel Dorigny. Paris: La Découverte, 2005. 326 p. (Textes à l'appui. Série histoire contemporaine

BELLEGARDE, Dantès. **Dessalines a parlé**. Port-au-Prince: Société d'Éditions et de Librairie, 1948.

BELLO, Bayyinah. **Sheroes of the Haitian Revolution**. United States : Trorobred Books, 2019.

BELLO, B. Jean-Jacques **Dessalines**: 21 pwen konnen sou lavi Li. Port-au-Prince ; FondasyonFelicite, 2020

BOISROND-TONNERRE. **Mémoires pour servir à l'histoire d'Haïti** : précédés de différents actes politiques dus à sa plume, et d'une étude historique et critique par Saint-Remy. Paris: France, Libraire, 1851.

BUCK-MORSS, S. Hegel e o Haiti. São Paulo: n-1, 2017

BRIÈRE, Jean-François. **Haïti et la France, 1804-1848: le rêve brisé**. Paris: Karthala, 2008.

CARPENTIER, Alejo. O reino deste mundo. Tradução de Marcelo Tápia. São Paulo: Martins Fontes, 2009

CASTOR, Suzy. **Les origines de la structure agraire en Haïti**. 2. ed. Canapé-Vert: CRESFED, 1998

COLBERT, J-B. Le code noir: Recueil d'edits, declarations et arrets concernant les esclaves negres de l'Amerique. Paris: Chez les Libraires Associés, 1685.

CARPENTIER, Alejo. O reino deste mundo. Tradução de Marcelo Tápia. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DALMAS, Antoine**. Histoire de la révolution de Saint-Domingue**: depuis le commencement des troubles, jusqu'à la prise de Jérémie et du Môle Saint-Nicolas par les Anglais; suivie d'un mémoire sur le rétablissement de cette colonie. 2 v. Paris: Mame Frères, 1814.

DEBIEN, Gabriel. **Les esclaves aux Antilles françaises - XVIIe -XVIIIe siècle**, [reedição] Sté d'histoire de la Guadeloupe, Sté d'histoire de la Martinique, 2000.

DEBIEN, Gabriel. Le marronnage aux Antilles françaises au XVIIIe siècle., In. **Caribbean Studie***s*, 6,3 (octobre 1966), p. 3-43.

DEBBASCH, Yvan. Le Marronnage: essai sur la désertion de l'esclave Antillais. **L'Année Sociologique**, v. 12, p. 1-112, 1961.

DESCOURTILZ, M. E**. Voyages d'un naturaliste, et ses observations**. T. III. Paris: Dufart, Père, 1809

DÉUS, Frantz Rousseau.; LOGIS Berno, Jean-Jacques Dessalines, "O Selvagem": A questão da minimização histórica. **Projeto História**: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 2024.

DOREL, Frédéric. **La thèse du « génocide indien » : guerre de position entre science et mémoire**. *Amnis* [online], n. 6, 2006. DOI: 10.4000/amnis.908. Disponível em: https://journals.openedition.org/amnis/908

DORIGNY, Marcel. **Anti-esclavagisme, abolitionnisme et abolitions** : débats et controverses en France de la fin du XVIIIe siècle aux années 1840. Québec: Presses de l'Université Laval, 2008.

DORSAINVIL, J.-C. **Manuel d'histoire d'Haïti**. Port-au-Prince: Procure des Frères de l'instruction chrétienne, 1954.

DUBROCA, Louis. **La vie de J.-J. Dessalines, chef des noirs révoltés de Saint-Domingue**, avec des notes très détaillées sur l'origine, le caractère, la vie et les atrocités des principaux chefs des noirs, depuis l'insurrection de 1791. Paris; [s.n]. 1804

DUPONT, B. **Jean-Jacques Dessalines: Itinéraire d'un révolutionnaire**. Paris; l'Harmattan, 2006

ELVIRE, Jean-Jacques Maurouard. **Des femmes dans l'émancipation des peuples noirs** : de Saint-Domingue au Dahomey. Paris : Du Cygne, 2013.

FANON, Frantz. **Les damnés de la terre**. Paris: François Maspero, 1961.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Éditions du Seuil, 1952.

FANNY, Margras. **Hommage à la femme noire**: entre encyclopédie et roman, maillon de l'œuvre schwarz-bartienne. *Colloques fabula*, 2022. Disponível em:

http://www.fabula.org/colloques/document8391.php. Acesso em: 16 maio 2024.

FALLOPE, Josette. **Esclaves et citoyens**. Les Noirs à la Guadeloupe au XIXe siècle dans les processus de résistance et d'intégration, 1992.

Fondation pour la mémoire de l'esclavage (FME). La double dette d'Haïti (1825-2025)**:** une question actuelle. Note n°4. Paris: FME, mars 2025. Disponível em: https://memoire-esclavage.org/publication-de-la-note-ndeg4-de-la-fme-la-double-dette-dhaiti-1825-2025-une-question-actuelle. Acessado em: 01 fev. 2026.

FIRMIN, A. **De L'égalité des races humaines**. Paris: Librairie Cotillon, 1885.

FOMBRUN, Odette Roy**. Leçons de morale et instruction civique**. Port-au-Prince: Deschamps, 1949.

FOUCHARD, Jean. **La Meringue Danse Nationale d'Haïti**. Henri Deschamps, 1988

FOURCHARD, Jean. **Les Marrons de la Liberté.** Henri Deschamps, 1972

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FICK, Carolyn. **Haiti, naissance d'une nation:** la Révolution de Saint Domingue vue d'en bas. Port-au-Prince: Université d'État d'Haïti, 2017.

GASTINE, Civique de. **Histoire de la république d'Haïti ou Saint-Domingue** : l'esclavage et les colons. Paris: Chez Plancher, 1819

GAUTIER, Arlette. **Les sœurs de Solitude**. Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe siècle. Presses universitaires de Rennes, 2010

HEGEL, G.W. F. A razão na história: textos filosóficos. Tradução:Arthur Morão. Lisboa-Portugal: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013

HOBSBAWM, E.J.E.J.The age of revolutions, 1789-1848.Nova York: New American Library, 1962.

HURBON, Laennec. La Revolution Haïtienne ; une avancée postcoloniale. In. **Rue Descartes.** vol. 4, no 58, 2007, pp. 56-66. Paris: Les Presses universitaires de France

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint Louverture e a revolução de São Domingos. C.L.R James; tradução Afonso Teixeira Filho. São Paulo, SP: Boitempo, 2000.

JEAN, Dieumettre.; LOGIS, Berno. A resistência feminina na revolta dos escravizados no Haiti colônia: entre esquecimento e necessidade de resgate da memória. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 1–25, 2026.

JOSEPH, Handerson. Diásporas negras no contexto pós-colonial: dialogando com intelectuais haitianos. **Educere e Educare**, Cascavel, v. 10, n. 20, p. 537-548, 2015.

KLEN, Michel. Les amazones et la symbolique de la femme combattante. In: KLEN, Michel. **Femmes de guerre**: une histoire millénaire. Paris: Édition Elipse, 2010. p. 9-16.

LACOUR, Auguste. **Histoire de la Guadeloupe**. Basse-Terre: L'Imprimerie du Gouvernement, 1938.

LACROIX, Pamphile, DE. **Mémoires pour servir à l'histoire de la révolution de Saint-Domingue**. Paris, 1819.

La Femme dans la Guerre de l'Indépedance. In. **Le Document: organe de la Librairie d'Histoire d'Haïti et des Œuvres de la Pensée Haïtienne**. Février 1940, première année, no 2.

LAMOUR, S. (2021). L'héritage politique de Marie Sainte Dédée Bazile, dite Défilée. **Recherches féministes**, 34(2), 107–122.

LAROCHE, Maximilien**. Le poids des mots**. Québec: GRELCA (Groupe de recherche sur les littératures de la Caraïbe), Université Laval, 2013

LAPORTE, Albert**. Récits de vieux marins**. Paris: T. Lefèvre et Cie, 1883

LA VÉRITÉ SUR L'EMPRUNT D'HAÏTI. Paris: s.n., 1875. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/

Le Document, Organe de la Librairie d'Histoire d'Haïti et des Œuvres de la Pensée Haïtienne Volume: 1, Número: 1 -1940, Porto Príncipe, Haïti.

Le Glaunec, Jean-Pierre. Résister à l'esclavage dans l'Atlantique français : aperçu historiographique, hypothèses et pistes de recherche ». In. **Revue d'histoire de l'Amérique française.** 71, nº 1-2 (2017) : 13–33.

LEGLAUNEC, Jean-Pierre. **La défaite de Napoléon en Haïti**. Paris : Vendémiaire, 2014.

LÉONARD Rose-Mie. L'indépendance d'Haïti perceptions aux États-Unis, 1804-1864. In: **Outre-mer***s*, tome 90, n°340-341, 2e semestre 2003. Haïti Première République Noire, sous la direction de Marcel Dorigny. pp. 207-225.

Les résistances des esclaves au système esclavagiste en martinique du xviie siècle à l'abolition: recueil documentaire**.** Fort-de-France: Concours Ti Jo Mauvois, 2016. Disponível em: Concours Ti Jo Mauvois – Recueil documentair

LOUIS, Joseph Janvier. **La République d'Haïti et ses visiteurs**. (1840-1882), 1883

LOGIS, Berno. **Couleur, privilèges et liberté à l'époque de la révolution: La lutte de Julien Raymond à Saint Domingue-Haiti** (1789-1794)

MADIOU, Thomas. **Histoire d'Haïti**. T. II. J. Courtois, 1848.

MADIOU, **Thomas. Histoire d'Haïti**. T. IV. J. Courtois, 1848 [1988].

MÉTRAL, Antoine. **Histoire de l'insurrection des esclaves dans le nord de Saint-Domingue**. Paris: [s.n.], 1818.

MÉTRAL, Antoine**. Histoire de l'expédition des Français, a Saint-Domingue, sous le consulat de Napoléon Bonaparte**. Paris; Fanjat Aîné, 1825

MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista:** o que não deve ser dito. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017

MIRABEAU, Jean-Baptiste. La femme dans la Guerre de l'Indépendance. **Le document**: organede la Librairie d'Histoire d'Haïti et des Œuvres de la Pensée Haïtienne, première année, n. 2, février 1940.

NARCISSE, Claude-Jasmine; NARCISSE, Pierre-Richard. **Mémoire de femmes**. Port-au-Prince: Unicef-Haiti, 1997.

NOËL, Fredgy. **Revolutionary Women. 2023.** Instalação de vídeo multimídia (MFA Thesis Show). Department of Film and Media Studies and Integrated Media Arts, Hunter College, New York, 2023

PEAN, Lesli. Haïti-Histoire : De Vertières à ce jour en passant par le Pont Rouge (4 de 4). **Alter presse,** Port-Au Prince. 16 novembre 2023.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e Morte Social:** um estudo comparativo. TraduçãoFábio Duarte Joly.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PERROT, Michelle. **Les femmes ou les silences de l'histoire**. Paris: Flammarion, 1998.

PERROT, Michelle**. Mon histoire des femmes**. Paris: Éditions du Seuil, 2006

PERROT, Michelle. La place des femmes: une difficile conquête de l'espace public. Nouvelle éd. Paris: Textuel, 2020

PIKETTY, Thomas**.** La France doit réparer la dette de 1825 envers Haïti , **Le Monde, 2025.** Disponível em https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2025/05/10/thomas-piketty-france-owes-30-billion-to-haiti-and-should-start-restitution-talks_6741114_23.html.
Acessado em 10/05/2025.

PORTER, Catherine. *In 1791, enslaved Haitians did the seemingly impossible. They ousted their French masters and founded a nation. The New York Times*, New York, 20 maio 2022. Disponível em: https://www.nytimes.com/2022/05/20/world/americas/haiti-history-colonized-france.html. Acesso em: 20 maio 2025.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Em busca da participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina., In. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 12, n° 23/24, pp. 77-90, septembre 1991/août 1992.

PRICE, Hannibal. **De la réhabilitation de la race Noire par la République d'Haïti**. Port-au-Prince: Les Éditions Fardin, 1898.

PRICE-MARS, Jean. **La République d'Haïti et la République dominicaine**: Les aspects divers d'un problème d'histoire, de géographie et d'ethnologie. Tome I. Quebec: Les Classiques des Sciences Sociales, Édition en ligne, 2010 [1953].

ROSEMAIN, Jacqueline. **La musique dans la société antillaise 1635-1902**. Paris:l'Harmattan, 1990.

ROSSIGNOL, Philippe et Bernadette. Victor Hugues et les Marseillais aux Antilles et en Guyane. In: **Congres Genealogique de Marseille**. 2001. Disponível em: http://www.ghcaraibe.org/docu/Marseille%202001.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

ROUPET, Catherine Eve. **Histoire d'Haïti**: la première république noire du nouveau monde. Paris: Perrin, 2011.

ROSEMOND, Jules. **La Crête à Pierrot**: Luttes pour l'indépendance d'Haïti- février et mars 1802. Port au Prince, Imprimerie Bernard, 1913

SALA-MOLINS, L. **Le Code Noire ou le calvairede Canaan**. Paris: Presses Universitaires de France, 1987

SANNON, H. Pauléus. **Histoire de Toussaint-Louverture**. Port-au-Prince: Impr. A. A. Héraux, 1920-1933. 3 v.

SAINT-MERY, Moreau. **De la danse**. Parme: Bodoni, 1801.

SAINT-MERY, Moreau. **Description topographique, physique, civile, politique et historiqude la partie française de l'île de Saint Domingue.** T. I. Philadelphia, 1797.

SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. **Provas de liberdade**: uma odisseia atlântica na erada emancipação. Tradução de Vera Joscelyne. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

SCHWARZ-Bart. **La Mulâtresse Solitude**. Paris: Le Seuil, 1972.

SCHOELCHER, Victor. **Des colonies françaises**: abolition immédiate de l'esclavage. Paris: Pagnerre, 1842.

TAUBIRA, Christiane; CASTALDO, André. **Codes noirs**: de l'esclavage aux abolitions. Paris: Dalloz, 2006

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past**: Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.

TROUILLOT, M-R. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016

THOMAS, Phillip Tucker. M**artyred lieutenant Sanite Bélair**: Haiti's revolutionary heroine, a new look at the fighting 'tigress' of the struggle for liberty. Morrisville, North Carolina: Lulu.com, 2019.

THOMAS, Phillip Tucker. **Gran Toya founding mother of Haiti**: freedom fighter Victoria "Toya" Montou. Morrisville, North Carolina : Lulu.com, 2020.

UNESCO. **Femmes dans l'histoire de l'Afrique**: la Mulâtresse Solitude; histoires et symboles. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230938. Acesso em: 28 jun2023.

VASTEY, Baron. Pompée, de. **Le système colonial dévoilé**. Cap-Henry: P. Roux, 1814.

VASTEY, Baron. Pompée. de. **Réflexions sur une lettre de Mazères, ex-Colon français**, adressée à M.JC.L. Sismonde de Sismondi. Cap-Henry: P. Roux, 1816.

VASTEY, B. Pompée, de. **Essai sur les causes de la révolution et des guerres civiles d'Hayti**: faisant suite aux réflexions politiques sur quelques ouvrages et journaux français, concernant Hayti avec différentes pièces. Imprimerie Royale, 1819.